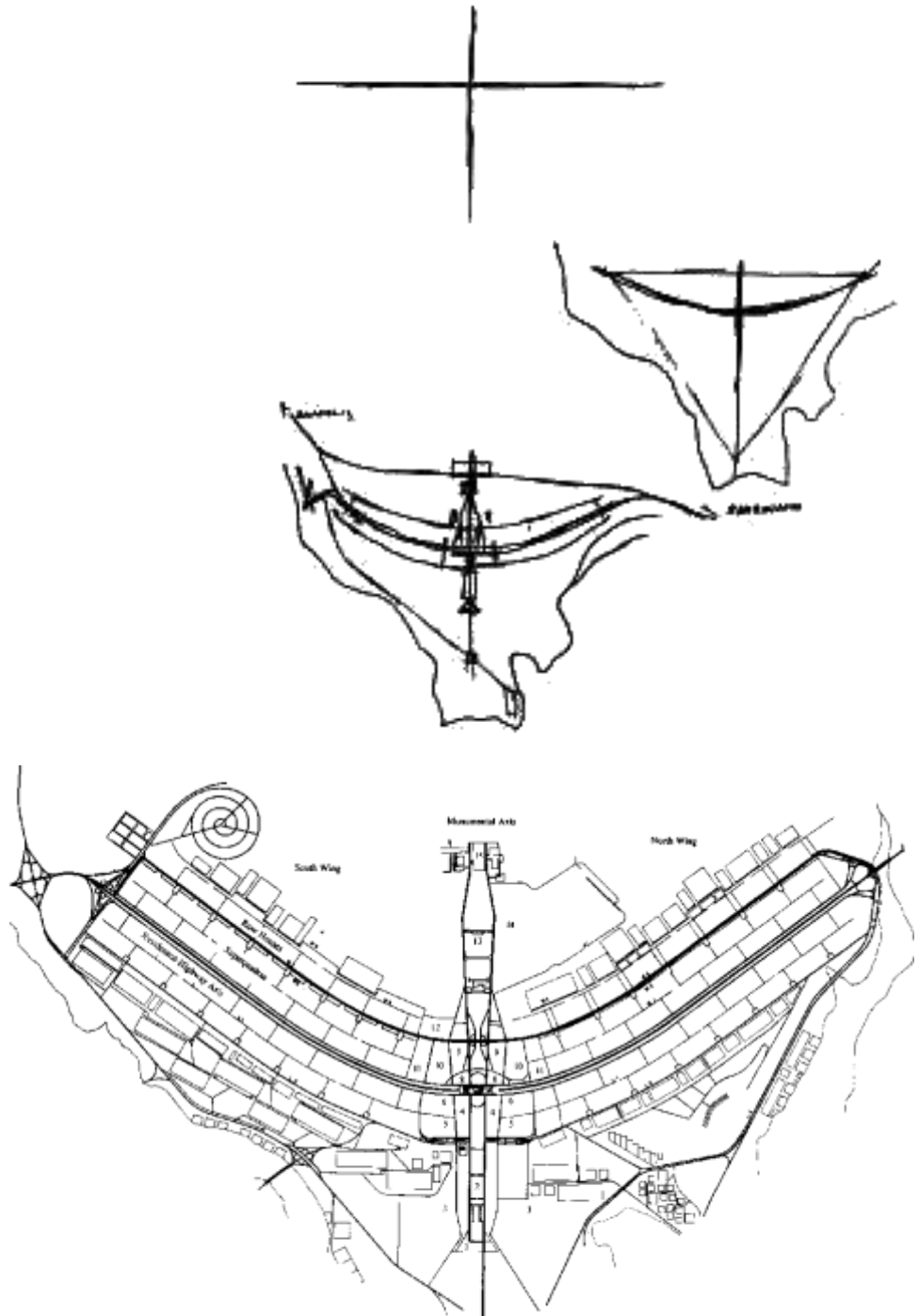




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
ARQUITETURA E URBANISMO



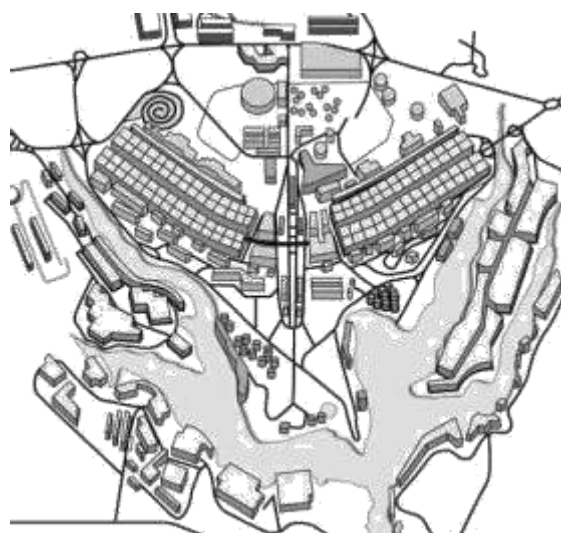
# TEORIA DO URBANISMO ANTONIO CASTELNOU





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**ARQUITETURA E URBANISMO**

# **TEORIA DO URBANISMO**



**ANTONIO CASTELNOU**  
**CURITIBA 2007**



## SUMÁRIO

01	Introdução	05
02	Cidade Antiga	09
03	Cidade Clássica	13
04	Cidade Muçulmana	19
05	Cidade Medieval	23
06	Cidade Renascentista	29
07	Cidade Colonial	35
08	Cidade Barroca	41
09	Cidade Iluminista	47
10	Cidade Industrial	53
11	Cidade Americana	57
12	Cidade Brasileira	63
13	Pré-Urbanismo	71
14	Urbanismo Moderno	77
15	Desurbanismo	83
16	Urbanismo Cerebralista	89
17	Planejamento Urbano	93
18	Multidisciplinaridade	99
19	Desenho Urbano	105
20	Morfologia Urbana	109
21	Conservação Integrada	115
22	Urbanismo Pós-Moderno	123
23	Cidade do Futuro	129
24	Conclusões	135
	Referências Bibliográficas	137



## INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que foi somente em meados do século XIX, com as várias transformações decorrentes do processo de industrialização, que nasceram teorias de bases científicas sobre a questão urbana, embora a prática do **URBANISMO** seja bastante antiga, datando dos primórdios da humanidade.

→ Desde a Antiguidade, o homem viu o **ESPAÇO URBANO** como campo de intervenção, projetando cidades novas ou ainda fazendo modificações nos traçados das antigas. Porém, tais experiências eram fundamentadas somente em questões técnicas e estéticas, sem terem uma visão social, política e econômica ao se abordar o fenômeno.

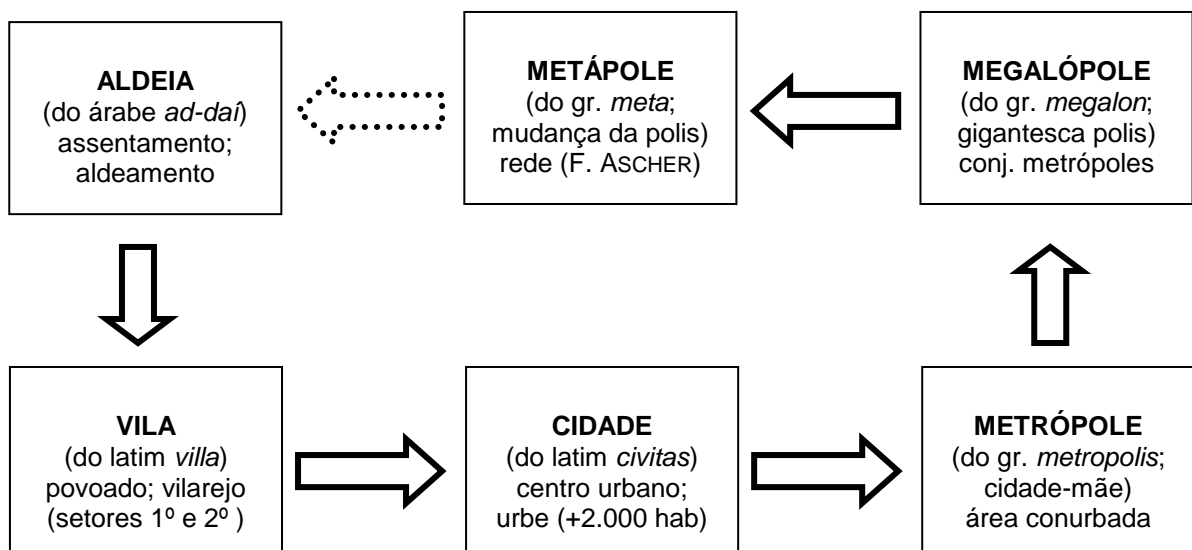
Até então, o **URBANISMO** era visto somente como um conjunto de normas de composição arquitetônica, baseadas em critérios funcionais, construtivos ou estéticos; estes definidos em parte na Idade Antiga, como a planta ortogonal e zoneamento funcional; ou a partir do Renascimento, como a aplicação de eixos perspectivos e normas de composição geométrica (GOITIA, 2003).

Atualmente, a **CIDADE** é vista como uma entidade global, representando o ponto crítico das relações sociais, econômicas e políticas, as quais se expressam a partir de sua espacialização e que é etapa fundamental de um *processo histórico irreversível e dinâmico* (MUMFORD, 2001).



O **Planejamento Urbano** torna a cidade um objeto de estudo multidisciplinar, ou seja, da aplicação de conhecimentos históricos, sociológicos, econômicos, psicológicos e tecnológicos, entre outros, enquanto o **Desenho Urbano** é responsável pelas propostas projetuais (**configuração**) em nível físico-espacial.

→ Historicamente, o surgimento das primeiras cidades coincidiu com o início da **CIVILIZAÇÃO** (*civitas* = 'cidade' em latim), o que representou o aparecimento de novos valores de identidade àqueles indivíduos que passaram a ser denominados de *cidadãos* (ou *civis*).



Estudar a **HISTÓRIA DAS CIDADES** é o mesmo que estudar a história da *civilização humana*, já que o homem passou a ser considerado civilizado somente quando começou a habitar em aglomerados urbanos, os quais se caracterizavam por sua maior densidade de ocupação e sua diferenciação espacial, além da forte dependência com o entorno próximo ou longínquo.

→ **CIDADES** são lugares onde existe uma *divisão social do trabalho* por meio de atividades especializadas, cujas bases são econômicas (produção agrícola intensiva, extração de minerais, industrialização, trocas comerciais, prestação de serviços ou símbolos do poder temporal e/ou religioso). Atualmente, a metade da população do mundo mora em cidades. Para o ano 2025, esta cifra aumentará para 75%. O número de brasileiros vivendo em áreas urbanas, que hoje está em torno de 80%, chegará a 90% já em 2010.

A principal função da cidade é converter o poder em forma, a energia em cultura, a matéria inanimada em símbolos vivos de arte, e a reprodução biológica em criatividade social – LEWIS MUMFORD, em *The culture of cities* (1938).

Há mais de 10.000 anos atrás, no Mesolítico (entre o período paleolítico e neolítico), a população do mundo não passava de 5 a 8 milhões de habitantes. Inicialmente nômade, caçador e coletor de alimentos, o ser humano vivia em bandos formados por não mais que 50 indivíduos, que se abrigavam em cavernas ou construções provisórias

→ A **REVOLUÇÃO AGRÍCOLA** teve início aproximadamente em 8000 a.C., na *Fase da Pedra Polida* ou *Barbárie* (Neolítico), caracterizando-se pelo surgimento do cultivo de grãos e pela domesticação de animais, processos que conduziram à sedentarização do homem e, finalmente, ao aparecimento das primeiras **ALDEIAS**, ou seja, um aglomerado uniforme de casas. Supõe-se que as primeiras aldeias agrícolas permanentes tenham surgido nas regiões do Oriente Médio e do Nordeste africano.

Os povos primitivos demonstraram acentuada predileção pela curva na construção e disposição de suas moradias (*choças*), resultando em aldeias geralmente circulares, tanto por questões práticas (proteção da comunidade por cercas ou paliçadas) como religiosas (fases cíclicas da natureza, o movimento circular de renovação da vida e a localização central dos rituais sagrados).



A configuração formal das primeiras aldeias revela as relações de parentesco (*clãs*), fator determinante na localização das moradias, assim como as interrelações do grupo, baseadas na propriedade comunal (GUIMARÃES, 2004).

→ A **REVOLUÇÃO URBANA**, ou seja, a transformação das aldeias em cidades primitivas, ocorrida por volta de 4000-3500 a.C., não se deu por crescimento, mas sim pelo estabelecimento de um local aparelhado, mais diferenciado e privilegiado, que se tornou sede da autoridade de um grupo que passou a ser dominante em relação a outro (CHILDE, 1981).

Nas cidades primitivas, que apareceram junto à escrita, nasceram as indústrias e os serviços, que não eram mais executados pelas pessoas que cultivavam a terra, mas por outras, que passaram a ser mantidas pelas primeiras com o excedente acumulado do produto total.

→ Nesse momento, surgiram também classes ligadas ao poder religioso e/ou temporal, que se tornaram os líderes espirituais e os nobres, os quais estabelecem leis e regras urbanas.



## PRIMEIRAS CIDADES

Tradicionalmente, considera-se **Jericó**, em Canaã (Cisjordânia), como a cidade mais antiga do mundo, datada de cerca de 8000 a.C. Contudo, a cidade original, muito citada na Bíblia, foi destruída e abandonada várias vezes. Restaram apenas algumas ruínas, desabitadas, como uma muralha que comprova se tratar de uma cidade de 2.000 a 3.000 habitantes. Com o tempo, o centro urbano foi se deslocando e a cidade atual encontra-se a 2 km de suas origens.

→ A maior parte das cidades primitivas desenvolveram-se por volta de 4000 a.C., originadas de aldeias ao leste das montanhas sumerianas, entre os rios Tigres e Eufrates, no Oriente Médio. Lá também surgiram: *Nipur*, *Isin*, *Churupak*, *Uruk* e *Ur*, ao sul do atual Iraque. São igualmente antigas: *Ombos* (Egito), *Damasco* (Síria); *Byblos*, a 50 km de *Beirute* (Líbano); e *Sanaa* (Iêmen).

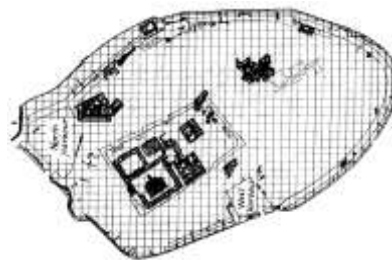
Essas cidades desenvolveram-se em vales de rios, o que garantia a fertilidade do solo, a facilidade de irrigação e a possibilidade de transporte, tornando-se centros simbólicos e locais para o comércio e fabricação de artefatos, além da prestação de serviços religiosos e militares (FERRARI, 1991).



As cidades primitivas eram geralmente unidades políticas independentes (*cidades-estado*), baseadas em uma organização familiar. Seus integrantes formavam associações de caráter restrito, moldadas em estruturas de consangüinidade. Dominavam extensas terras à sua volta e administravam seus negócios como nações independentes.



Na **MESOPOTÂMIA**, o excedente da produção agrícola acabou nas mãos dos governantes das cidades – representantes do deus local, que viviam em um palácio-fortaleza –, os quais administravam as riquezas e construíam benfeitorias, tais como templos religiosos (*ziggurat*), monumentos, armazéns e canais, além de muros circundantes que individualizavam toda a área urbana, defendendo-a de inimigos.



### UR

Por volta de 3000 a.C., as cidades sumerianas já eram bastante grandes, distinguindo-se na sua aparência o conjunto emaranhado de casas comuns, feitas em barro, e os edifícios sagrados, de massa maior e mais elevada. **Ur** possuía cerca de 100 hectares e abrigava milhares habitantes, sendo protegida por uma muralha e um fosso. Seus terrenos eram divididos individualmente entre seus cidadãos, enquanto o campo (pomares e pastagens) era administrado em comum por conta das divindades.

→ Somente a partir de 2000 a.C. que a Suméria encontrou alguma estabilidade com Sargão de Acad, o que possibilitou a fundação de novas cidades, onde a estrutura dominante não era o templo mas o palácio do rei. Como exemplos: *Khorsabad* (721-705 a.C.), cidade-palácio fundada por Sargão II, perto de *Nínive*; e, mais tarde, *Pasárgada* e *Persépolis*, dos reis persas. Com o fortalecimento do império, ocorreu a ampliação de capitais como *Nínive* e *Babilônia*, que se tornaram grandes metrópoles.

## BABILÔNIA

Capital de Hamurabi, foi planejada por volta de 2000 a.C., tornando-se a maior cidade da Antigüidade, alcançando meio milhão de habitantes. Tendo sido destruída e reconstruída várias vezes, devido à sua importância como centro religioso, consistia basicamente em um grande retângulo de 1,5 x 2,5 km, dividido em duas metades pelo rio Eufrates.



A superfície contida pelos muros era de aproximadamente 400 hectares, havendo outro muro mais extenso (com 21, com 80 m de altura e 20 m de espessura, com 110 portões maciços de cobre) compreendendo quase o dobro da área. Foi traçada com regularidade geométrica, com ruas retas e de largura constante, desaparecendo a distinção entre os monumentos e as zonas habitadas pelas pessoas comuns (FERRARI,1991).

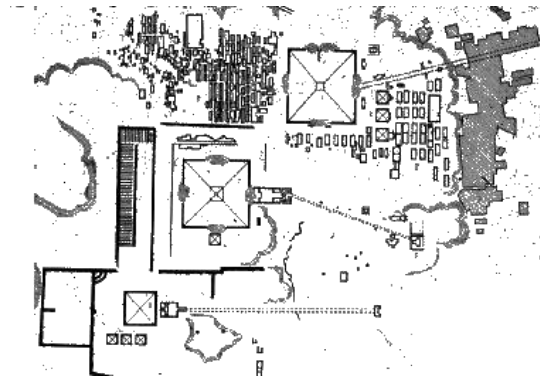
→ *Babilônia* era formada por uma série de recintos, os mais externos abertos a todos e os mais internos reservados aos reis e sacerdotes. As casas particulares reproduziam em pequena escala a forma dos templos e palácios, com pátios internos e pequenos muros.

No **EGITO**, as primeiras cidades datam de 3500 a.C., e diferenciam-se das mesopotâmicas pelos seus vestígios terem desaparecido devido às enchentes anuais do rio Nilo. Sobraram como testemunhos do passado as construções em pedra dos grandes centros mais recentes, como *Menfis*, *Tebas* e *Cairo*.

→ Os soberanos egípcios (*faraós*) não eram representantes de um deus, como os governantes sumerianos, mas eram eles mesmos os deuses, com poderes mágicos como os de controlarem as inundações do Nilo.

Absorvendo os poderes mágicos das divindades locais, os *faraós* tinham grande domínio sobre o território e recebiam muito mais excedentes que os dos sacerdotes asiáticos. Com isto, construíram grandes obras públicas, templos e cidades, além de sua tumba monumental, a *pirâmide* em pedra, símbolo da imortalidade (PEVSNER, 1988).

→ Diferenciando-se da Suméria, os monumentos egípcios não formavam o centro da cidade, mas eram dispostos *de per se* como uma cidade independente, divina e eterna, construída em blocos de pedra, que dominava e tornava insignificante a cidade transitória dos homens, construída em tijolos, inclusive os palácios dos faraós no poder.



A **CIDADE DIVINA** do antigo Egito – a única sobrevivente nos dias de hoje – era uma cópia fiel da cidade humana, onde todos os personagens e objetos da vida cotidiana eram reproduzidos e mantidos imutáveis. Feita em pedra para permanecer imutável com o tempo e habitada pelos mortos, era feita para ser vista de longe e povoada de formas geométricas simples (prismas, pirâmides, obeliscos ou estátuas gigantescas).

→ Os esforços em construir uma cópia perfeita e estável da vida humana acabaram consumindo recursos e, sob o Médio Império, em cerca de 2000 a.C., as duas cidades separadas tenderam a se unir em uma cidade única.

A capital do Médio Império, **Tebas** que em 1600 a.C. já possuía 250.000 habitantes –, era dividida em dois setores: o povoado à margem direita do Nilo, onde se destacam os templos de *Karnak* e de *Luxor (el-Aqsar)*; e a necrópole nos vales da margem esquerda, onde estão as tumbas dos faraós.

## CIDADE ANTIGA



Do VI ao IV século a.C., todo o Oriente Médio foi unificado pelo **IMPÉRIO PERSA**, que se estendeu do Egito até o Vale do Indo. Seu centro político concentrava-se na região onde atualmente se encontra o Irã. Durante esta fase, toda região gozou de um longo período de paz e administração uniforme, permitindo a circulação de homens, mercadorias e idéias de uma extremidade a outra (BENEVOLO, 2001).

→ Na cidade-palácio monumental dos reis persas, **Persépolis**, os modelos arquitetônicos dos vários países do império foram combinados entre si dentro de um rígido esquema cerimonial, marcado pela exatidão e pela ortogonalidade compositiva.

A religião persa tinha como livro sagrado o **Avesta**, de autoria atribuída a Zoroastro – ou Zaratustra –, que dispensava templos e defendia uma crença na vida extraterrena e na imortalidade da alma.

A **CAPADÓCIA**, região localizada no planalto central da Turquia, cujo relevo acidentado foi esculpido pela ação da erosão e por atividades vulcânicas, possui peculiaridades representadas por uma intrincada rede de cavernas que penetram dezenas de metros no interior da terra para formar verdadeiras *idades subterrâneas*, as quais foram ocupadas pelos hititas, a partir de 2500 a.C.; e pelos persas, até a libertação por Alexandre, o Grande, em 334 a.C., os quais foram sucedidos pelos romanos.

Provavelmente criada por volta de 3000 a.C., a cidade de **Mohenjo-Daro**, situada no Vale do Indo (Paquistão), possuía duas zonas distintas: a alta e a baixa, apresentando traçado mais regular do que se apresentava nas cidades primitivas. Identificam-se três ruas principais orientadas no sentido Norte-Sul e outra perpendicular a elas, que cortam um conjunto de pequenas ruelas que constituem núcleos mais primitivos.

→ Seu traçado uniforme e as ruínas de construções em *ladrilho* (cerâmica artesanal) e *adobe* (tijolos de barro cru) apontam para uma civilização emergente, cuja cidade já apresentava preocupações com a pavimentação de ruas e com o escoamento das águas, assim como balneários públicos (GOITIA, 2003).



Eram estas as características das cidades antigas do Oriente Próximo:

- a) Localização estratégica, derivada de condicionantes naturais (clima, fertilidade do solo, proximidade com rios, etc.) e da afirmação simbólica (sede de poder, de riqueza e de proteção militar);
- b) Inexistência de um conceito unitário de planejamento urbano, resultando em uma planimetria irregular e um traçado espontâneo predominante;
- c) Segregação nítida entre o recinto da cidade e o campo, devido à muralha, mas completa dependência entre ambos;
- d) Apesar da variedade, os palácios, os templos e as principais moradias apresentavam forte configuração geométrica e simetria axial;
- e) Imponência das edificações que representavam o poder e a presença de uma avenida monumental destinada a desfiles triunfais e cortejos religiosos.

No **EXTREMO ORIENTE** – que abrange a Índia, a Indochina, a China e o Japão –, a civilização urbana começou mais tarde do que a zona compreendida entre o Mediterrâneo e o Golfo Pérsico, por volta de 2000 a.C., isto devido a diferenças geográficas (territórios tropicais), opções econômicas de agricultura (plantações extensivas) e diretivas culturais (preceitos religiosos) (JELLICOE & JELLICOE, 1995).

→ Essa região mais quente e úmida que a precedente, isolada do resto da Ásia pelo grande sistema montanhoso do Himalaia e regada por rios, bastante impetuosos e inconstantes, devido ao clima de monções, permitiu o estabelecimento de populações numerosas em planícies irrigáveis (favoráveis ao cultivo do arroz), circundadas por montes em que permaneceram habitantes incultos e nômades não-civilizados.

Tal organização econômica permitiu a formação de grandes Estados unitários, onde a classe dirigente era composta por aqueles que concentraram em suas mãos um enorme excedente que garantia as condições de sobrevivência. Estabeleceu-se um contraste fundamental: ao norte, as montanhas hostis e desconhecidas, de onde vinham ventos frios, animais selvagens e inimigos; e, ao sul, a planície cultivada, o mar e o calor.

Desde o início, a relação entre poder, prosperidade e virtude dominou a cultura oriental, que sempre buscou assegurar a paz e a harmonia social através da mediação entre os princípios opostos do **YIN** e do **YANG** (o frio e o calor, a sombra e a luz, o descanso e a atividade, etc.).

→ Por esta razão, os assentamentos humanos orientais deveriam garantir o justo equilíbrio entre o norte e o sul, mantendo à distância os perigos do primeiro, refreando em canais as águas que desciam dos altiplanos e transformando-as em elemento de vida no sul.

No seu desenvolvimento geral, a **CIDADE ORIENTAL** tornou-se um posto dominante e de grande quantidade de significados utilitários e simbólicos, pois era a sede do poder e, logo, a mediação entre opostos, que regulava e representava todo o território.



No Extremo Oriente, a ordem latente do universo tornou-se uma ordem visível, geométrica e arquitetônica. Os eixos de simetria ligavam a cidade aos pontos cardeais (o “universo celeste”); os muros imprimem-lhe uma forma regular e a defendem dos inimigos; a multiplicidade dos espaços e dos edifícios revela a complexidade das funções civis e religiosas, com seu minucioso cerimonial (BENEVOLO, 2001).

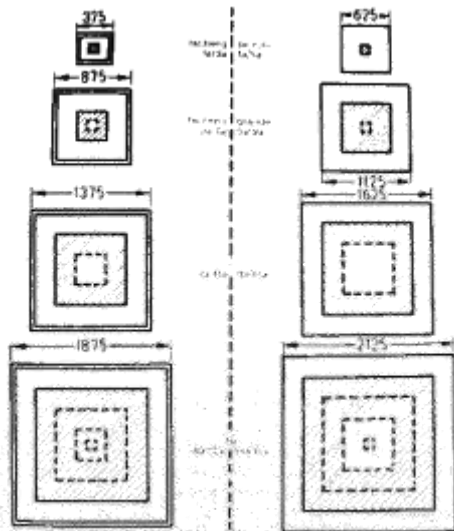
A **CIVILIZAÇÃO CHINESA** nasceu às margens dos rios Amarelo (*Huang-He*) e Azul (*Yang-Tsé-Kiang*), sendo sua tradição cultural codificada após a unificação do império no século III a.C., permanecendo substancialmente a mesma em toda a sua história, apesar das crises e das revoluções políticas e religiosas. Mesmo invasões como as dos mongóis no século XIII não interromperam a sua continuidade.

→ As regras urbanísticas e de construção chinesas formaram-se na era *Chu* (1050-350 a.C.), sendo transmitidas até hoje. As cidades nasceram como *refúgio*, residência estável da classe dirigente (sacerdotes, guerreiros e técnicos) temporariamente capaz de acolher a população camponesa do distrito circundante (FERRARI, 1991).

As antigas cidades chinesas eram rigorosamente quadradas e compostas por dois cinturões de muros: um *interno*, que encerrava a cidade habitada; e um *externo*, que rodeava um espaço vazio de hortas e pomares.

→ As regras foram descritas pelo literato chinês Meng-Tsi (372-289 a.C.), empregando a unidade de medida urbanística denominada *li*, correspondendo a cerca de 530 m.

Segundo sua grandeza, as cidades chinesas podiam ser de três categorias: **tscheng** (cujo cinturão interno teria perímetro de 1 *li* e externo de 3 *li*, podendo chegar a 7 *li*); **ji** (a intermediária, com cinturão interno de 7 *li* e externo de 11 *li*); e **tu** (com cinturão interno de 11 *li* e externo de 14 *li*) (BENEVOLO, 2001).

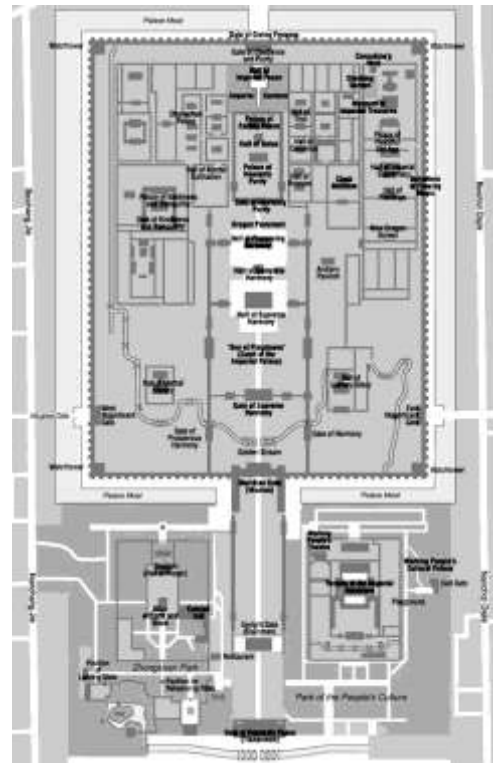


Os ambientes individuais ou coletivos da cidade chinesa conservavam sua forma regular e simétrica, mas o conjunto adquiria um aspecto irregular devido às características do local. O paisagismo tornava-se então o elemento vinculador.

→ Tais regras repetiam-se tanto nos conjuntos monumentais (palácios do imperador, que era a suprema autoridade religiosa e civil) como nos edifícios e espaços para a vida privada, buscando a harmonia do ambiente cósmico.

Algumas capitais imperiais da China, como *Chang-Na*, *Hang-Chu* e *Beijing* (que recebeu vários nomes, como *Ki-Yen*, *Yen-King*, *Chung-Tu* e *Khan-Balik*, além de *Pequim*) chegaram a superar um milhão de habitantes.

A **CIDADE PROIBIDA**, situada na capital chinesa, foi a residência oficial de 24 imperadores das dinastias *Ming* e *Qing*, de 1420 até 1911. Rodeada por um largo canal e uma muralha de 10 m de altura, cuja extensão de 3,4 km encerra uma área de 720.000 m<sup>2</sup> (equivalente a 90 campos de futebol), este recinto reúne seis palácios e mais de 800 edifícios, perfazendo 9.999 aposentos antes freqüentados apenas pelo imperador, a família real e os funcionários palacianos.



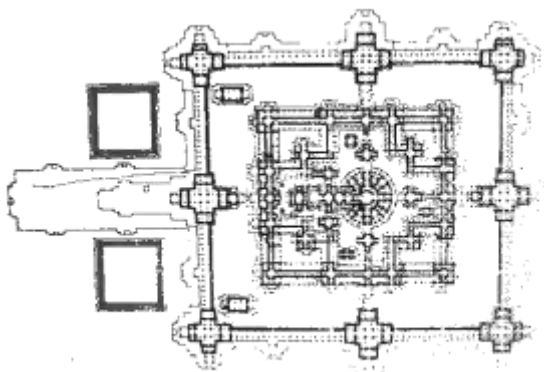
A espinha dorsal do complexo são dois conjuntos de três palácios no centro da estrutura predominantemente simétrica e cujo acesso principal se dá pelo *Portão Meridional* ou *da Paz Celestial*, com 34 m de altura e que conduz ao *Palácio da Suprema Harmonia*, local do trabalho do imperador e onde se celebravam as festividades reais, situando-se ali, em uma de suas 44 salas, o trono imperial.

→ O *Portão da Divina Coragem*, no lado oposto à entrada principal, leva ao *Jardim Imperial* e a três palácios – *da Pureza Celestial*, *da Tranqüillidade Terrena* e *da União Celestial e Terrena* –, que eram usados como aposentos pela família imperial.

No **JAPÃO**, a falta de grandes espaços e de rios navegáveis excluiu inicialmente a existência de grandes cidades. Com a unificação do país, no final do século III a.C., surgiu a exigência de uma cidade capital, esta projetada segundo as regras rígidas dos antigos chineses.

→ Do século VI ao VIII d.C., várias capitais (*Naniwa* ou *Osaka*, *Otsu*, *Fujiwara*, *Nara*, *Shigaraki*, *Nagaoka* e *Kyoto*) foram fundadas na região Yamato, no centro do Japão, segundo esse modelo caracterizado pela simetria e extrema ortogonalidade.

Na **ÍNDIA** antiga e medieval, todo artefato importante – desde o templo até a cidade – deveria corresponder ao **mandala**, que exprimia a estrutura do universo e que assumia uma variedade muito grande de formas, desde o quadrado (o “palácio humano”, cujas portas devem se abrir para os quatro pontos cardeais) até o círculo (o “ambiente cósmico”).



**TEMPLO DE BAYON, ANGKOR (CAMBOJA)**

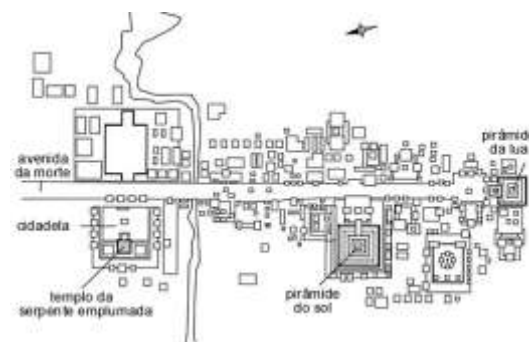
Na **AMÉRICA**, as civilizações pré-colombianas criaram grandes centros, cuja arquitetura em pedra era estritamente ligada ao culto religioso e determinada por cálculos matemáticos e astronômicos. Os monumentos (*pirâmides escalonadas*) eram erguidos em locais elevados e dispostos de modo rígido e ortogonal cujo enfileiramento simbolizava os níveis do universo (JORDAN, 1979).

→ No México, a primeira civilização que se desenvolveu foi a **olmeca** que, de 1000 a 400 a.C. ocupou a Costa do Golfo e fundou cidades como *San Lorenzo* e *La Venta*, importantes centros políticos e religiosos que declinaram com a ascensão da civilização **zapoteca** e acabaram sendo parcialmente destruídos.

A maior cidade zapoteca foi **Monte Albán**, criada no topo de uma montanha de 400m no Vale de Oaxaca, por volta de 500 a.C. De traçado regular e monumentos escalonados, controlava a vida cultural, religiosa e econômica da região, acabando por entrar em declínio com o poderio dos maias. Abandonada por volta de 800 d.C., foi ocupada pelo povo **misteca**, que a transformou em um local para suas cerimônias fúnebres.

Com a perda de influência de *Monte Albán*, a cidade-estado de *Mitla* e outros vilarejos passaram a disputar o poder, porém foi a cultura **maia** que acabou se transformando na civilização mais influente, cujo poderio estendeu-se de cerca de 200 a.C. a 900 d.C.

No **IMPÉRIO MAIA**, não havia propriamente cidades, mas centros de culto compostos por templos, palácios, observatórios, praças e campos de jogos. Os camponeses viviam em choças de palha que não sobreviveram.



→ Sua maior metrópole, fundada em cerca de 200 a.C., foi **Teotihuacán** (“local onde os homens tornam-se deuses”), cujo apogeu ocorreu entre 400 e 500 d.C., atingindo 125.000 habitantes e influenciando uma vasta região até a atual Guatemala. Composta por templos, palácios e pirâmides, foi abandonada em 650 d.C., caracterizando-se por seu aspecto monumental e retilíneo.

O colapso maia foi seguido por uma fase de fragmentação e militarização, em que cidades-estado da cultura **tolteca** prosperaram, como *Cacaxtla* e *Xochicalco*, além de *Tula*, seu maior centro, com cerca de 40.000 habitantes e incendiado em 1100. Seu poderio foi sucedido por *Chichén Itzá*, mais tarde superada pelas vizinhas *Mayapán*, *Izamal* e outras da Península de Yucatán.

→ O **asteca** foi o último império da Mesoamérica, prosperando até a chegada dos espanhóis. Em 1325, fundou **Tenochtitlán** em uma ilha do lago Texcoco, da qual se desenvolveu a *Cidade do México*.

No Peru, o **IMPÉRIO INCA** encontrou seu apogeu somente no século XV, período em que foi erguida sua maior cidade, **Machu Picchu**, a 2.400 m de altitude.

### 3

## CIDADE CLÁSSICA

A civilização grega foi precedida pela *cretense* (minoana) ou *egéia*, que surgiu a partir de 2000 a.C., quando foram fundadas diversas cidades na ilha de Creta e no sul da Grécia atual. Devido ao terreno acidentado composto por vales fragmentados, não se formou um Estado unificado, mas pequenas cidades-estado independentes que prosperaram graças ao comércio marítimo.

→ As cidades cretenses tinham traçado irregular, com ruas em curvas de nível, pavimentadas e servidas por redes de água e esgoto. Não apresentavam muralhas e deram origem às primeiras cidades gregas (PEVSNER, 1988).



**PALÁCIO DE CNOSSOS**

Os maiores centros minoanos em Creta foram *Cnossos*, *Festo*, *Mália* e *Gournia*, nos quais era possível identificar a existência de uma praça pública, além de templos e palácios, estes decorados em afrescos de cores vivas com uma grande percepção da natureza.

Por volta de 1600 a.C., povos pastores indo-europeus – jônios, aqueus e predominantemente dóricos – infiltraram-se na península Balcânica e acabaram invadindo Creta, em 1450 a.C., destruindo *Cnossos* e se estabelecendo como povo dominante.

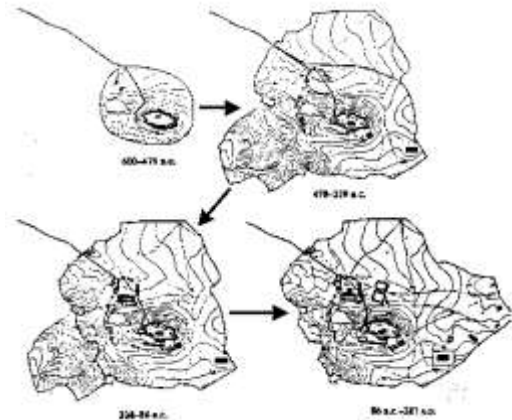
→ Com a derrota do povo *egeu*, a civilização da Grécia continental entrou em decadência, ressurgindo somente vários séculos depois (GOITIA, 2003).

Pode-se dizer que, além das suas cidades conquistadas, a civilização egéia pouco influenciou na formação da grega, que emergiu no começo do século VIII a.C. do povo **micênico**, guerreiros que se instalaram na região após o declínio minuano, provenientes do Oriente Médio.

→ A cultura grega derivou da civilização que tinha sua capital na cidade de *Micenas* (1600-1200 a.C.), acabando por ocupar toda a região da península Balcânica, as ilhas do mar Egeu e o litoral da Ásia menor. Seus períodos de evolução histórica foram:

- *Geométrico* (1200-700 a.C.)
- *Arcaico* (700-500 a.C.)
- *Pré-clássico* (500-450 a.C.), quando da conquista dos persas
- *Clássico* (450-200 a.C.)
- *Helênico* (200 a.C. até o Cristianismo)

Denomina-se **CLASSICISMO** o realismo nacionalista dos gregos, depois incorporado pelos romanos, em que a arte era tão importante quanto a ciência, ambas se importando acima de tudo com a harmonia, a unidade, a exatidão e a perfeição, orientadas essencialmente por uma filosofia que relacionava tudo ao homem.

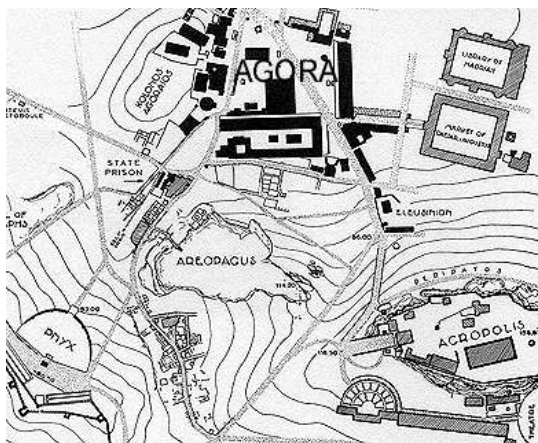


O núcleo da cidade grega (*polis*) era a **ACRÓPOLE**, um morro defensável, sem ser muito alto, que era uma praça forte que mantinha a vigilância sobre a cidade e seus campos cultivados, além de se constituir em refúgio e domicílio do rei nos tempos primitivos. No período clássico, passou a abrigar os templos ao invés dos palácios governantes e tornou-se o símbolo da vida democrática e igualdade dos cidadãos. O restante da cidade aglomerava-se em sua encosta

A mais popular e admirada das acrópoles foi a de **Atenas**, em grande parte devido à sua liderança e enriquecimento após a guerra contra os persas, o que coincidiu com a era de Péricles na política; de Sócrates e Platão na filosofia; de Sófocles no drama; de Aristófanes na comédia; e de Ictino e Fídias nas artes.

→ A acrópole ateniense é uma colina natural transformada em santuário já no período arcaico, cujos templos foram destruídos em 480 a.C. pelos persas. Com o restabelecimento da democracia, Péricles erigiu novos templos – o *Parthenon* (447-32 a.C.) e o *Erechtheum* (430-20 a.C.), além do *Propylaea* (437-32 a.C.), que funcionava como porta principal.

Os templos gregos não se destinavam ao uso ou habitação, mas eram voltados ao impacto visual, o que lhes conferia um lugar de visibilidade e evidência na estrutura urbana. Para isto, seu acesso era organizado em percursos sinuosos, com vistas de *escorço* (perspectiva) e em diferença de cota, em que se vai descobrindo o monumento de pontos inferiores, reforçando a monumentalidade



O centro da cidade baixa era a **ÁGORA**; praça do mercado, local de assembléia e encontro comunal, onde a população urbana se juntava. Com o passar do tempo, na passagem da aristocracia para a democracia, a ágora tornou-se enfim o núcleo cívico, restando à acrópole o papel de centro religioso e simbólico.

→ Coração vivo da *polis* (cidade livre grega) e foco de toda a atividade cívica, a ágora era o cenário permanente da vida social, comercial, política, administrativa, legislativa, jurídica e religiosa da comunidade.

De formatos bastante variados – mas sempre se evitando a monumentalidade axial –, a **ágora** possuía prédios públicos articulados entre si, além de templos, pequenos santuários, chafarizes, esculturas e *stoas* (extensão coberta da ágora em colunata).

De modo geral, as cidades gregas tinham traçado irregular e eram cercadas por altas e majestosas muralhas, de cujo portão principal partia o caminho para a **ágora**. A *acrópole* erguia-se sobre um morro, em cuja encosta construía-se o teatro. Outros focos de atração espalhavam-se e algumas funções que necessitavam de muito espaço, como o *estadium* e o *gynasium* (centro educacional, cultural e atlético), situavam-se na periferia ou nos limites urbanos.

→ As áreas residenciais eram modestas se comparadas ao tratamento dos lugares públicos, sendo seu tecido uniforme e ordenado sem pretensões tanto nos traçados regulares e repetitivos (*Miletus*, *Olynthus* e *Priene*) como nos irregulares (*Atenas*).



Antes mesmo do período clássico, em princípios do século V a.C., os gregos já tinham começado a dispor algumas **CIDADES-COLÔNIA** – como capitais para nações-estado ou substituição de cidades destruídas pelos persas e outros – em um plano organizado, com ruas que se cruzavam regularmente a ângulos retos. No século IV a.C., cidades cuidadosamente planejadas e espaços cívicos tinham se tornado a regra urbana na Grécia antiga.

Coube ao jônio **Hipódamos**, suposto reconstrutor de *Miletus* (c.479 a.C.) após sua destruição pelos persas, o princípio básico que norteava o planejamento das novas cidades gregas: a configuração ortogonal em "tabuleiro de xadrez", inclusive em terrenos acidentados, o que exigia o emprego de terraços (*altiplanos*).





Como regras básicas para a fundação de colônias gregas, como as de *Rodes*, *Agrigento*, *Pesto*, *Neapolis* e *Pompeii*, destacavam-se as seguintes idéias:

- a) Ruas sempre traçadas em ângulo reto e de dimensões modestas, com poucas vias principais (largura de 5 a 10 m) no sentido do comprimento, que dividiriam a cidade em faixas paralelas, e um número maior de vias secundárias transversais (largura de 3 a 5 m);
- b) Grade de quarteirões retangulares e uniformes, a qual poderia variar nos casos concretos para se adaptar ao terreno e às outras exigências particulares (a distância menor desses quarteirões – a distância entre as vias secundárias – deveria ser suficiente para uma ou duas casas individuais, ou seja, de 30-35 m; e a distância entre as vias principais deveria ser de 50 a 300 m);
- c) As áreas especializadas, civis e religiosas, deveriam se adaptar à grade comum, sendo muitas vezes dispostas em um ou mais quarteirões normais (as ruas principais não entrariam nestas áreas, mas seriam a elas tangentes);
- d) O perímetro da cidade – que não deveria ultrapassar 10.000 habitantes – não precisaria seguir uma figura regular, podendo os lotes terminarem de maneira irregular perto dos obstáculos naturais (montes e encostas);
- e) Os muros deveriam correr rentes aos lotes, unindo as alturas mais defensáveis, mesmo a uma certa distância do povoado, razão porque tinham costumadamente um traçado mais irregular.

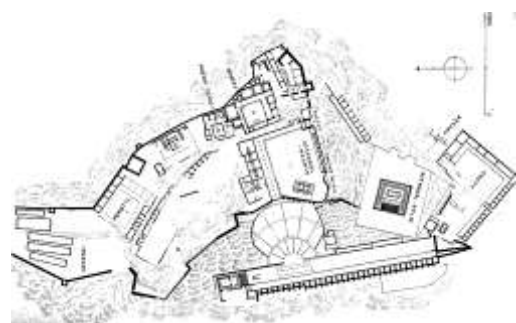
A constância da grade colonial grega, definida por Hipódamos, confirmava a **unidade** do organismo urbano e a **uniformidade** de todas as áreas e das propriedades particulares perante a regra comum, imposta pelo poder público. Tal **REGULARIDADE** não comprometia a hierarquia entre o homem e o mundo, pois permitia conceber, padronizar e/ou expandir uma cidade, mesmo grande.

O **HELENISMO** como forma de vida e cultura criou raízes e se propagou, especialmente pela sua adoção por povos de outras origens. Alexandre, o Grande, e seus sucessores criaram não só inúmeras colônias, como também grandes metrópoles que rivalizaram com as grandes capitais do Oriente.



→ Supõe-se que **Alexandria** cobria uma superfície de até 900 hectares, sendo cercada por uma ampla área urbanizada que pode ter atingido de meio a um milhão de moradores. Até hoje ela mantém-se como importante centro econômico do Mediterrâneo.

**Antioquia** possuía de 200.000 a 300.000 habitantes, atingindo suas principais ruas, como em Alexandria, até 30 m de largura por 4 a 5 km de extensão. Já **Pergamum** era uma cidade secundária, embora seus monumentos distribuídos sobre um morro com mais de 250 m de desnível conformassem um esplêndido conjunto cenográfico.



**PERGAMUM, TURQUIA**

Os romanos foram os mais importantes de todos os conversos pela civilização helênica, a qual foi a maior responsável pela homogeneização de sua sociedade, cujas bases encontravam-se na **civilização etrusca**, surgida no século IX a.C., na costa tirrênica, e depois expandida para o interior entre os séculos VII e VI a.C.

Na Etrúria, existiam muitas cidades-estado (*Volterra, Arezzo, Cordona, Chiusi, Perugia*, etc.), governadas de modo aristocrático e unidas por uma liga religiosa. De traçado irregular e cercadas de muralhas, foram profundamente modificadas pelos romanos.

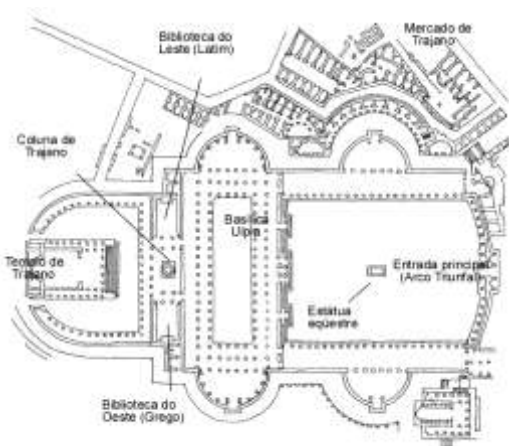
Encontra-se nos etruscos a origem de muitas regras romanas para o traçado de cidades novas – tanto *colônias latinas autônomas* (não soberanas) como *colônias militares* – devido à sua grande expansão territorial:

- *Inauguratio* (consultar os deuses para fundar novas cidades)
- *Limitatio* (traçar perímetros exteriores e interiores)
- *Consecratio* (celebrar sacrifícios na recém-fundada cidade)

A fundação de cidades-colônia romanas representava um ato político e a escolha de seu local era essencialmente de natureza prática, variando conforme as comunicações, a riqueza agrícola, o controle da travessia de um rio ou a existência de um porto natural.

➔ As novas cidades romanas (*castrum*) eram traçadas a partir de duas grandes vias (*Cardo Maximus* e *Decumanus Maximus*) que se cortavam em ângulo reto junto ao *forum* (BENEVOLO, 2001).

Da mesma forma, os traçados retilíneos das estradas principais serviam de linhas de referência para a divisão racional do território cultivável do Império (a *centuriatio*), onde este era atribuído aos colonos romanos ou latinos enviados aos territórios de conquista.



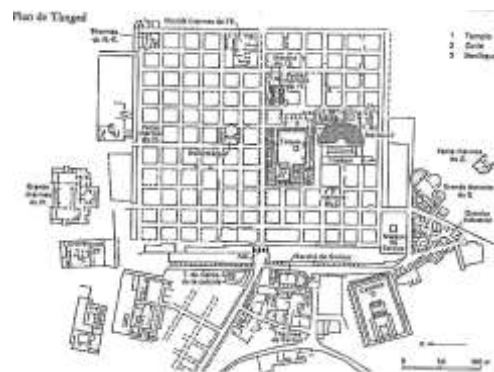
**FORUM DE TRAJANO, ROMA**

O **FORUM ROMANUM**, equivalente à ágora grega, passou por várias transformações, passando de certa irregularidade para uma preocupação cada vez maior com a simetria formal, a perpendicularidade de eixos, a monumentalidade dos edifícios públicos e o fechamento de seu recito ao tráfego.

➔ Sua monumentalidade era enfatizada por plataformas elevadas, sobre as quais se construíam os prédios públicos, estes acessados por escadarias, compostas por vários *stylobatos* (NORBERG-SCHULZ, 1983).

A disposição regular e ortogonal dos *castrum* originou-se dos acampamentos romanos, que também se desenvolviam em forma quadrada, cujas vias principais partiam da tenda do general. Dando maior flexibilidade ao modelo grego, os romanos deram grande importância à orientação no planejamento urbano, atentando para a salubridade, a higiene e a exposição ao sol, aos ventos e à umidade do terreno, além da topografia.

➔ Outros critérios para a orientação das novas cidades eram o caimento (facilidade de drenagem), a travessia de uma estrada principal ou a testada para o mar. No plano das edificações, orientava-se para o sul (sol de inverno) os principais aposentos das moradias e para o leste os templos. O abastecimento de água dava-se por aquedutos e as ruas eram calçadas e pavimentadas (BENEVOLO, 1982).



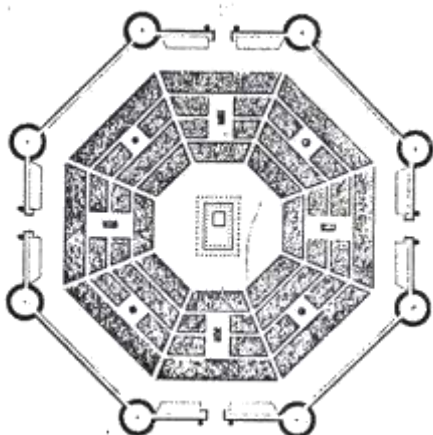
**TIMBAG, ARGÉRIA**

Destacaram-se as colônias romanas de **Timbag**, situada na Argélia, *Aosta* (Itália), *Agrippina* (hoje *Köln* ou *Colônia*, Alemanha), além de *Venta Silvurum* (hoje *Caerwent*), *Chester*, *Silchester* e *Colchester* (Inglaterra).



**MARCUS VITRUVIUS POLLIO (c. 90-20 a.C.)** foi autor do primeiro tratado de arquitetura da história e responsável pela sistematização do pensamento clássico aplicado à construção, inclusive no que se refere às normas urbanísticas.

→ Nos dez livros que compõem sua obra fundamental, *De architectura* (c.30-25 a.C.) – a qual foi “perdida” durante a Idade Média, “redescoberta” em 1412 e impressa “reformulada” em 1521 –, concebia a **CIDADE IDEAL** como aquela dotada de planta octogonal e rodeada de muralhas, por motivos não somente defensivos, como também meteorológicos, já que visava protegê-la dos ventos predominantes (BENEVOLO, 1981).



Posteriormente, as idéias de Vitruvius influenciaram todos os arquitetos da Renascença; e seus escritos tornaram-se um verdadeiro texto sagrado àqueles que queriam basear seus projetos na antiguidade clássica. Partiu dele a inspiração para algumas soluções urbanas utópicas renascentistas, com plantas circulares e poligonais dentro das quais se situavam quarteirões em trama ou dispostos em linhas radiais.

## ROMA

Surgiu como um pequeno povoado, situado entre os territórios ocupados pelos etruscos, sabinos, latinos e as colônias gregas localizadas ao sul da península itálica. Seu crescimento foi lento: de pequeno aglomerado em 754 a.C. até a maior metrópole do mundo antigo entre os séculos II e III d.C.

→ Nascida estrategicamente à margem direita do rio Tibre (*Tevere*) em uma região com várias colinas – destacando-se os setes montes: *Caelius, Cispius, Oppius, Aventinus, Palatinus, Quirinalis* e *Viminalis* –, Roma era cercada por muralhas e tinha seu centro no *fórum*, o qual desempenhava as funções vinculadas ao sistema comercial legal e religioso do Estado, incluindo assembleias.



Dotada de um sistema eficaz de muralhas e aquedutos, além de grandes estruturas públicas (*circus maximus, campo marzio*, templos, teatros, anfiteatros, fóruns e termas), a cidade foi sucessivamente acrescida de melhorias pelos seus governantes como Cláudio e Júlio César.

→ Durante toda a era republicana, de 508 a 44 a.C., Roma foi embelezada com novos edifícios e estruturas majestosas, voltadas a cortejos triunfais e festividades. A rede de esgotos, iniciada no século V a.C. foi continuamente ampliada, assim como os aquedutos, que chegaram ao total de 13 (1.000.000 m<sup>3</sup>).

No primeiro século do Império, Roma cresceu de 400.000 para 1.200.000 habitantes (Séc. II d.C.). O reinado de Augusto, fundador do sistema imperial, estabeleceu um padrão de embelezamento da capital que acabou sendo seguido pelos imperadores subseqüentes, que fizeram uma série de reformas voltadas ao luxo e à grandiloqüência da cidade.

→ Após o incêndio de 64 d.C., Nero (37-68 d.C.) alargou ruas, abriu praças e construiu novas edificações, inclusive a sua residência (*Domus Aurea*). Seus sucessores, os imperadores flávios – Vespasiano, Domiciano, Trajano e Adriano –, prosseguiram seus trabalhos e criaram novas estruturas, como a do anfiteatro *Coliseo* (78-80 d.C.).



Nesse período, Roma atinge seu máximo poderio, o que acaba se refletindo em seu aspecto físico e territorial. Paralelamente às construções públicas, desenvolve-se a construção de moradias – tanto as **domus** (casas individuais térreas ou assobradadas, agrupadas em torno do *atrium* e do *peristilum*) como as **insulae** (casas coletivas de vários andares, surgidas no século IV a.C., formadas por um térreo comercial, *tabernae*, com apartamentos superiores, *cenacula*).

→ No início da era cristã, a cidade crescia congestionada e a rede viária tornou-se insuficiente. Surgiram problemas de moradia, limpeza e abastecimento. A decadência do Império Romano, iniciada após o reinado de Marco Aurélio (121-180 d.C.) conduziu ao seu colapso e ao progressivo desprestígio de Roma, cuja população diminuiu até 25.000 pessoas em plena Idade Média.

Em meados do século XV, quando Nápoles, Veneza e Florença já eram grandes cidades totalmente formadas, Roma ainda era um pequeno centro, abandonado e empobrecido pela longa ausência do poder papal. Sua paisagem citadina era dominada pelas ruínas antigas e igrejas do primeiro cristianismo; e seus habitantes – menos de 40.000 – concentravam-se nas duas planícies à margem do rio (*Campo Marzio* e *Trastevere*) em uma área de 1.300 hectares.

→ A partir de 1420, com a volta dos papas e, especialmente no papado de Nicolaus V (1397-1455), começou em 1447, iniciou-se um programa de reconstrução da cidade imperial, onde se restaurou e recuperou benfeitorias e monumentos antigos (muros, ruas, pontes, aquedutos, basílicas e igrejas)

Iniciou-se a construção, nas proximidades de São Pedro, sobre a colina do **Vaticano**, a cidadela da corte papal, embora a cidade permanecesse secundária por todo o século XV. Entre 1471 e 1484, Sixtus IV (1414-84) empreendeu várias reconstruções e benfeitorias, inclusive iniciando a retificação de algumas vias no labirinto do conjunto habitacional medieval



### CIDADE DO VATICANO

No fim do século XV, as atividades romanas de construção aumentaram para a preparação do Ano Santo de 1500, convocando-se grandes artistas renascentistas – como **Donato Bramante (1444-1515)**, **Michelangelo Buonarroti (1475-1564)** e **Rafael Sanzio (1483-1520)** –, os quais foram chamados sistematicamente a partir de Julius II (1443-1513), sobrinho de Sixtus IV, para conferir a Roma seu aspecto moderno. O tecido humilde e emaranhado acabou cortado sem hesitação, dando lugar a novas ruas retilíneas e edifícios regulares.

# 4

## CIDADE MUÇULMANA

Desde finais do século II d.C., Roma vinha perdendo seu caráter de capital única, já que os tetrarcas, que compartilhavam a administração imperial com Diocleciano, residiam em outras cidades. Em 313 d.C., seu império acabou dividido em dois: o Ocidental, cuja capital passou a ser **Ravenna**; e o Oriental, liderado por **Bizâncio** (mais tarde rebatizado como *Constantinopla*).

→ **Ravenna** era uma cidade romana secundária, fundada entre os pântanos da Costa Adriática e transformada na nova capital ocidental por Honório em 402 d.C. Mais tarde, tornou-se a capital do reino ostrogodo e das províncias bizantinas da Itália.

Hoje um centro industrial italiano em ascensão, a cidade encontrou seu apogeu entre os séculos V e VI d.C., vinculando-se à sorte do domínio bizantino. Seus palácios reais e imperiais desapareceram, mas sobreviveram as igrejas, cujos exteriores carecem de ornamentação, mas os interiores são ricamente revestidos em mármore.



→ **Bizâncio** era uma das cidades coloniais gregas mais importantes e ricas, fundada pelo explorador Bizar em cerca de 667 a.C. numa localização estratégica no estreito de Bósforo, na passagem entre os mares Negro e de Mármara, que se ligava ao Mediterrâneo e garantia sua expansão até virar uma cidade-estado independente (KOSTOF, 1991; JELICOE & JELICOE, 1995).

A cidade passou a ser chamada popularmente de **Constantinopla** quando, entre 324 e 330 d.C., Constantino fez uma série de intervenções para transformá-la na “Nova Roma”, como a ampliação das muralhas, a abertura de um novo fórum e a reorganização da acrópole, do palácio imperial e do hipódromo. Seu sucessor Teodósio I continuou os trabalhos até o século IV d.C.

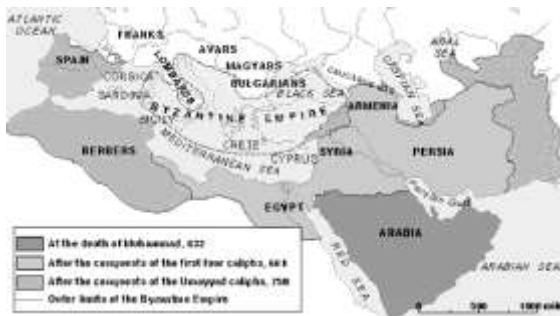
→ Apesar da queda do *Império Romano do Ocidente*, em 476 d.C., a cidade permaneceu como o centro político e econômico da parte oriental, alcançando seu ápice no século VI d.C. com Justinianus I (483-565 d.C.), que levou o poder bizantino à sua maior extensão, incluindo Síria, Palestina, Ásia Menor, Grécia, os Balcãs, Itália, sul da Espanha e territórios do norte da África, inclusive o Egito (BENEVOLO, 2001).

Aprimorada e embelezada por cerca de 1000 anos, Constantinopla foi sempre cercada de inimigos, tendo sido sitiada por eslavos, árabes, búlgaros, persas e russos, caindo para os otomanos (turcos) em 1453 d.C., quando passou a se chamar **Istambul**.

Com o esfacelamento do poderio romano e início da Idade Média, a unidade do mundo mediterrânico foi interrompida, intensificando-se a expansão da **CIVILIZAÇÃO ISLÂMICA**. Os árabes invadiram as costas do Mediterrâneo a partir da metade do século VII d.C. e apoderaram-se de várias áreas urbanizadas do Oriente helenístico, como **Alexandria, Antioquia, Tesifo, Damasco e Jerusalém**, entre outras cidades.

→ **Damasco**, situada na atual Síria, foi a primeira capital dos califas Omíadas, de 660 a 750, em cujo recinto sagrado foi construída a primeira *mesquita* do Islão.

Mais tarde, com a conquista de mais territórios, os árabes preferiram fundar novas cidades, como: *Kairouan* (Tunísia, 670); *Xiraz* (Pérsia, 674); *Bagdá*, (Mesopotâmia, 762); *Fez* (Marrocos, 808) e *Fustat* ou *Cairo* (Egito, 969). Na Espanha, a partir de 711, e na Sicília, em 827, escolheram como capitais cidades secundárias – respectivamente, *Córdoba* e *Palermo* – e a transformaram em grandes e populosas metrópoles muçulmanas.



As **idades islâmicas** fundadas ou transformadas pelos árabes, do Atlântico até a Índia, eram muito semelhantes entre si e conservam a sua estrutura originária até a época moderna, bastante semelhante a das cidades antigas. Suas características mais importantes são:

- Todo o conjunto urbano da construção, incluindo casas, palácios e edifícios públicos, forma uma série de recintos que se voltam para os ambientes internos (*pátios*) e não para o espaço externo;
- Suas praças (ágoras, foros e mercados) são recintos maiores e não se confundem com as ruas, as quais são corredores apenas suficientes para a passagem de pedestres e tráfego, sendo raras as praças alongadas ou as grandes ruas porticadas;
- A simplicidade e o isolamento do novo sistema cultural defendido pelo **Alcorão**, livro sagrado do islamismo, acabaram por reduzir todas as relações sociais, o que fez com que se diminuísse a complexidade e a uniformidade das cidades helenísticas e romanas. O Islão acentua o caráter reservado e secreto da vida familiar

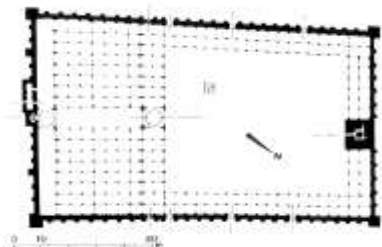
Ao invés de basílicas, teatros ou estádios, a cidade muçulmana enfatiza as habitações particulares (casas e palácios), além de dois tipos de edifícios públicos: os *banhos* para as necessidades do corpo, que correspondiam às antigas termas; e as *mesquitas* para o culto religioso;



- Perde-se a regularidade em grande escala das cidades helenísticas assim como uma administração municipal para impô-la. A

cidade torna-se um agregado de casas, geralmente de um andar só (como prescreve a religião), que se voltam para o interior e mantêm fachadas austeras; e as ruas são estreitas (sete pés, conforme a regra de Maomé), sendo algumas cobertas, formando um labirinto de passagens cobertas que não permitem uma orientação e uma visão de conjunto do bairro.

- O organismo urbano torna-se compacto e fechado por um ou mais muros que diferenciam vários recintos (o mais interno chama-se **madina** ou **medina**). As lojas dos comerciantes não são agrupadas em uma praça, mas sim alinhadas em uma ou mais ruas, cobertas ou não, cujo conjunto forma o *bazar*. Nessa tessitura irregular, abrem-se e se valorizam os grandes pátios regulares das *mesquitas*.



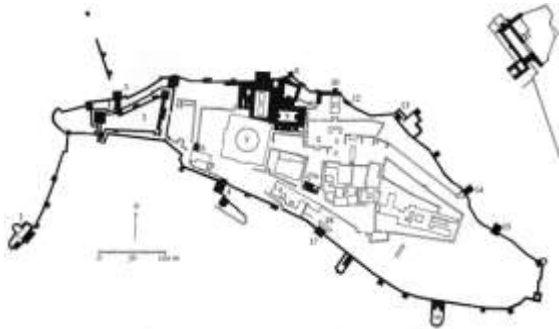
As **MESQUITAS** (*mezquitas*) constituem-se em locais de culto muçulmano compostos por pátios porticados, com um pórtico mais profundo dividido por muitas fileiras de colunas, onde os fiéis individualmente ou em grupos encontram um local isolado para rezar. Diferenciam-se assim dos *templos pagãos* (edifícios fechados ao público, que se olham do lado de fora) e das *igrejas cristãs* (espaços fechados unitários, onde todos os fiéis participam de uma cerimônia coletiva).

- Dentro do tecido urbano emaranhado, cada grupo étnico religioso tem seu bairro distinto e o príncipe geralmente reside em uma zona periférica (*maghzen*), protegida por muros. A porta de entrada da cidade (*bab*) é muitas vezes um edifício monumental e complicado (com uma porta externa um ou mais pátios intermediários e uma porta interna), de cuja entrada nasce a rede de ruas a partir de onde não são mais possíveis o encontro e a parada;
- A proibição religiosa da representação da forma humana impede o desenvolvimento das artes figurativas (pintura e escultura) e promove uma decoração abstrata composta de figuras geométricas e de sinais da escrita (*arabescos*), com notável uniformidade e totalmente integrada com a arquitetura.

Entre as cidades muçulmanas mais características, além de algumas já citadas, destacam-se: *Toledo* (Espanha), *Casbah* e *Ghardaia* (Argélia), *Marrakesh* (Marrocos), *Tunis* (Tunísia), *Trípoli* (Líbia) e *Alepo* (Síria).

A queda do Império Romano deixou a Espanha (*Hispania*) nas mãos dos visigodos, invasores bárbaros do norte, mas sua desorganização os fez serem vencidos pelos árabes e berberes do norte africano (*mouros*), em 711 d.C. Iniciou-se assim a história de **Al-Andalus**, nome dado à Espanha pelos colonizadores muçulmanos, os quais permaneceram no poder até sua expulsão definitiva, em 1212 (embora *Granada* tenha permanecido em mãos árabes até o século XV).

→ Um rico e poderoso califado estabeleceu-se em *Córdoba* e várias cidades mouriscas foram fundadas na região hoje conhecida como **ANDALUZIA**, destacando-se: *Granada*, *Sevilha*, *Málaga*, *Almería*, *Zaragoza* e *Jaén*, além de *Toledo*, depois transformada em capital cristã.



### EL-ALHAMBRA, GRANADA

Na Espanha mourisca, **alcazaba** era o castelo construído pelos muçulmanos dentro da cidade árabe fortificada, geralmente protegido por outras muralhas. Ele constitui-se em um importante elemento de arquitetura islâmica, assim como as mesquitas e os palácios construídos em *Córdoba* (*el-Alcazar*) e *Granada* (*el-Alhambra*).

Denomina-se **moçárabe** (do árabe *mustarib*; arabizado) a arte e a arquitetura realizadas pelos cristãos da península ibérica, de língua árabe, que conservaram sua religião sob a dominação islâmica do século X ao século XI. Já **mudéjar** (do árabe *mudejan*) designa aquelas que foram feitas pelos muçulmanos que permaneceram na Espanha depois da reconquista cristã, do século XII ao XIV.

Estilos medievais bastante decorativos, caracterizavam-se pela sua exuberância, intrincados ornatos e respectivos motivos religiosos, tanto em edificações, sacras ou não, como no mobiliário.



O **ISLÃO** interrompeu o processo de colonização ocidental do Mediterrâneo e do Oriente Médio, desenvolvendo um império que se estende, do século VIII ao XII, por uma ampla região que abrange parte da Europa, Ásia e África.

→ Bem mais parecida com a cidade primitiva oriental do que com a clássica, a **CIDADE MUÇULMANA** é uma cidade *secreta*, de caráter privado e hermético; e fez aflorar a tradição mais antiga das regiões onde se tinha iniciado, 4.000 anos antes, a civilização humana. Proliferando-se por todos os domínios árabes, mantém suas características peculiares até hoje (GOITIA, 2003).



**Bagdá** foi fundada em 762 d.C. segundo um ambicioso plano urbanístico circular, com mais 2,5 km de diâmetro, tendo sido destruída pelos mongóis em 1258 e reconstruída no mesmo lugar sem reproduzir a originária regularidade. Como a nova capital dos califas Abássidas, teve mais de um milhão de habitantes e foi, por longo período, o mais importante centro de comércio e cultura mundial.

Depois das **Cruzadas** e da destruição de Bagdá, o Islão continuou se expandindo, mas somente para o Oriente (leste). Os impérios muçulmanos dos séculos XVI e XVII – o dos Safávidas no Irã e o dos Moghul na Índia – realizaram seus últimos arranjos em *Isfahan*, *Agra* e *Delhi*.

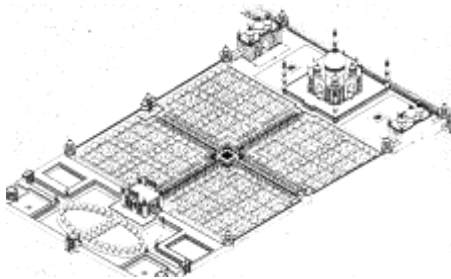
Na Era Moderna, as **idades islâmicas orientais** adquiriram maior uniformidade e uma regularidade geométrica em grande escala, principalmente por influência clássica, o que muitas vezes acabou entrando em conflito com o tecido tradicional das cidades muçulmanas já formadas, associando assim influências dos arranjos barrocos europeus aos modelos persas e indianos.



### PALÁCIO DE FATEHPUR SIKRI, AGRA

No final do século XVI, a cidade de **Isfahan** foi escolhida para a nova capital do reino do Xá Abas I, o que fez com que o organismo da cidade medieval, concentrado em torno da mesquita principal fosse ampliado para o oeste por meio de uma série de episódios simétricos e geométricos, como a nova mesquita real e a praça *Meidan-i-Xá*.

→ Os novos ambientes iranianos acabaram sobressaindo-se no tecido urbano, não por sua consistência volumétrica, mas pelo seu traçado rigoroso, que exprimia o caráter eminente do poder, aos moldes do barroco ocidental.



### JARDINS DO TAJ MAHAL, AGRA

Na **ÍNDIA** moderna, os imperadores Moghul (Akbar e Jahan) realizaram importantes conjuntos urbanos no século XVII, grandiosos e regulares, como o *Forte Vermelho* (1639) e a *Grande Mesquita* (1656) de *Dehli*; e a *Cidadela-Palácio* e o célebre *Taj Mahal* (1631/56), tumba da esposa do Xá Johan, em *Agra*.

## JERUSALÉM

Berço das três maiores religiões do mundo – o *cristianismo*, o *islamismo* e o *judaísmo* – a cidade teve sua origem por volta de 3000 a.C., quando tribos nômades da Palestina, originalmente pastores, passaram a viver da agricultura.

→ Segundo a tradição bíblica, em cerca de 1000 a.C., o rei hebreu Davi, da casa de Judá, escolheu este povoado às margens do deserto da Judéia como capital de seu reinado, seguido pelo do seu filho, Salomão, que construiu um templo em adoração a Deus, transformando a cidade no centro da religião judaica. Daquele, só o *Muro das Lamentações* teria restado, sendo assim sagrado.

Por volta do ano 30 d.C., Jerusalém foi palco da crucificação de Jesus, tornando-se também sagrada para os cristãos. Em 335, ergueu-se a *Igreja do santo Sepulcro*, no local do seu sepultamento. No século II, após uma série de revoltas contra o domínio romano, os judeus foram expulsos da *Terra Santa* e, com a expansão muçulmana, o Islão chegou à cidade no século VII. Os árabes ergueram sobre a pedra onde Maomé supostamente teria subido ao céu o *Domo da Rocha* em 691.



Durante as *Cruzadas* foi alvo da disputa acirrada entre cristãos e muçulmanos tendo sido conquistada 25 vezes e destruída cerca de 17 vezes ao total. Seu aspecto remonta da era bizantina e suas muralhas erguidas no século XVI. O núcleo histórico está dividido em quatro bairros, ocupados por muçulmanos, cristãos, judeus e armênios. Ao sul e leste da *Cidade Velha* estão os montes das *Oliveiras* e *Sion*; e ao norte e oeste a Jerusalém moderna. A criação do Estado de **ISRAEL** em 1948 até hoje mantém a situação de conflito e disputa na região.



# 5

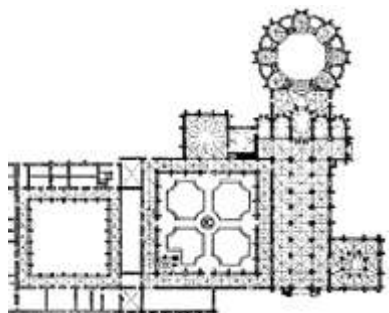
## CIDADE MEDIEVAL

No século IV d.C., devido às inúmeras e constantes invasões bárbaras e às graves crises de administração interna, o **Império Romano** acabou dividido entre leste e oeste. A parte oriental, conhecida como **Império Bizantino**, sobreviveu à queda do Ocidente em 476 d.C. e existiu até a conquista de *Constantinopla (Bizâncio)* em 1453 d.C. pelos turcos (otomanos). Esse período que compreende cerca de dez séculos correspondeu à chamada **IDADE MÉDIA**.

→ Com o fim do poderio romano, iniciou-se a era medieval, na qual sucumbiu toda a cultura clássica promovida pela civilização greco-romana e se iniciou um lento processo de despovoação das cidades e mudança social e econômica (*Feudalismo*).

As tribos bárbaras – inicialmente visigodos, vândalos e francos, seguidos pelos normandos (*vikings*), eslavos e mongóis – levaram Roma ao declínio, assim como à formação da **CIVILIZAÇÃO MEDIEVAL**, cuja história propriamente dita começou com a coroação de Carlos Magno, rei franco entre 742 e 814 d.C.

→ Do século VI ao XI, durante a estagnação cultural e econômica que se seguiu ao esfacelamento do mundo clássico, foi a Igreja que preservou o latim, disseminou o cristianismo e garantiu a sobrevivência das chamadas *idades eclesiásticas*, que eram comunidades religiosas formadas em torno de **mosteiros**, cuja vida girava em torno da religião.



→ Esses mosteiros românicos e principalmente os bizantinos eram ricamente decorados (*mosaicos*) e constituíam-se em grandes complexos formados por uma igreja, algumas moradias e unidades produtivas.

A economia feudal baseava-se no **feudum**, que era a sua unidade produtiva enraizada na agricultura de subsistência (*latifundium*), que geralmente pertencia a senhores de terras, tanto laicos como religiosos (CHILDE, 1981; PIRENNE, 1997).

Nessa época, as relações de produção voltaram-se para a exploração do solo e a organização social definiu-se entre proprietários de terras (*castelãos*), servos e camadas intermediárias (artistas, aprendizes e mestres de ofícios).

→ Apareceram os **BURGOS**, recintos amuralhados de perímetro pouco extenso, em cujo centro se erguia uma torre com a guarnição de defesa, além do **castelo** do senhor feudal.



Durante a **ALTA IDADE MÉDIA**, não havia cidades no sentido social, econômico ou jurídico, mas somente os *centros eclesiásticos* (mosteiros) e os *burgos* (castelos), que não eram mais que fortalezas de defesa e sedes de administração feudo-religiosa.

→ De início uma instituição militar, os burgos transformaram-se em centros políticos, onde o castelão (*castellanus*) passava de simples comandante para alguém com autoridade financeira e judiciária sobre um território mais ou menos extenso, em volta das muralhas, que, a partir do século X, denominou-se *castelania*.

Esta dependia do burgo assim como o bispado dependia da cidade romana antiga. Em caso de guerra, os habitantes vizinhos buscavam-lhe abrigo, sendo mais uma população de fortaleza do que de cidade, já que não havia nem produção nem comércio.

Nesse período histórico – que abrange as dinastias *Visigótica* (410-711), *Merovíngia* (481-751), *Lombarda* (568-774), *Asturiana* (718-910), *Carolíngia* (775-825) e finalmente *Moçárabe* (800-980) –, desapareceram tanto a diferença jurídica como a física entre cidade e campo.

→ A disposição das comunidades urbanas, menores e mais pobres, na estruturas remanescentes das cidades romanas e a formação das aldeias rurais nos feudos desenvolveram-se de modo muito semelhante, marcado pelo caráter espontâneo, despreocupa e bastante naturalista, tanto em traçado como arquitetura.



No final do século X, início da **BAIXA IDADE MÉDIA**, começou o renascimento econômico da Europa, promovendo o aumento da produção agrícola, o desenvolvimento progressivo do comércio e o crescimento da população que, de cerca de 22 milhões em 950, atingiria aproximadamente 55 milhões em 1350. Os burgos passaram a abrigar artesãos, os quais se associaram em *corporações de ofício*, assim como os comerciantes reuniam-se em *guildas*, voltadas a defender os interesses de cada profissão.

→ São apontadas várias ordens de causas para tal mudança, que conduziria ao fim da era medieval:

- Estabilização dos últimos povos invasores (húngaros, árabes e eslavos)
- Inovações técnicas na agricultura (rotação trienal de culturas, difusão de moinhos d'água e novos sistemas de arados e transportes eqüestres)
- Influência de cidades costeiras (*Veneza, Gênova, Napoli, Amalfi*, etc.), que mantiveram os contatos com o comércio internacional do Mediterrâneo, o que incentivou o renascimento das outras cidades como centros comerciais.

Além disso, a existência de um comércio ambulante e ocasional; e a realização de **feiras medievais** que promoviam a troca periódica de mercadorias foram outros fatos que fizeram a economia renascer.

→ Tornou-se indispensável um lugar fixo para os viajantes, que se estabeleceram em aglomerações comerciais à volta dos burgos, formando o *novus burgus* (*forisburgus* ou *suburbium*), em contraposição ao *vestus burgus* (BENEVOLO, 2001).

Aos poucos, os comerciantes libertaram-se da vida campesina e tornaram-se privilegiados, escapando do poder privado e senhorial. Os habitantes dos subúrbios passaram a serem chamados de burgueses (*burguenses*) e os do velho burgo de *castellani* ou *castrenses*.



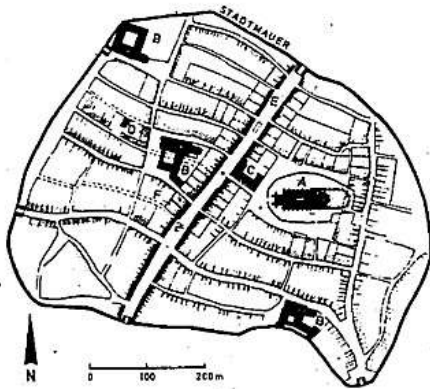
O surgimento desses mercadores fez com que o comércio se intensificasse e as antigas vilas aumentassem, transformando-se em novos centros econômicos. Ocorria uma mudança no modo de produção, que de *tributário feudal* tornou-se *mercantil simples*.

Essa transformação mudou radicalmente o sistema das possessões, tanto na cidade como no campo, fazendo se desenvolverem, a partir do século XI, algumas **CIDADES-ESTADO**, frutos da concentração de pessoas provenientes do meio rural, artesãos e mercadores.

→ Nestas novas cidades, essa população burguesa passou a gozar de novas condições sociais e econômicas (liberdade pessoal, além de autonomia judiciária e administrativa) e, pelo embate com os bispos e os príncipes feudais, adquiriu o poder público, fazendo nascer as **comunas**, ou seja, Estados com uma lei própria que defendia interesses econômicos (NORBERG-SCHULZ, 1983).

A cidade-estado medieval dependia do campo para seu abastecimento e, ao mesmo tempo, controlava um território mais ou menos extenso à sua volta. Mas, diferentemente da grega, não concedia paridade de direitos aos habitantes do campo (BENEVOLO, 2001).

→ Apesar de suas relações econômicas e políticas terem uma escala maior, permanecia uma “cidade fechada”, pois era guiada pelos interesses restritos da sua população urbana, que, por sua vez, não tinha um corpo unitário – como a assembléia democrática grega –, mas era heterogêneo, tanto que, em fins do século XIV, seu governo passaria para as mãos de famílias aristocráticas: a **comuna** evoluiu para a **senhoria**.



Do século XI ao XIV, os órgãos do governo dessas comunidades medievais eram compostos por:

- um conselho maior formado pelos representantes das famílias mais importantes;
- um conselho menor, que funcionava como junta executiva;
- um certo número de magistrados, eleitos ou sorteados (os *consoli* na Itália, os *jurés* na França ou os *échevins* em Flandres).

A eles se contrapunham as associações que representavam uma parte dos cidadãos: as corporações (*arti* na Itália, *gilds* na Inglaterra ou *zünfte* na Alemanha) e as companhias do povo armado, que nomeavam um seu magistrado, o capitão do povo. Somava-se a isto o poder religioso dos bispos e das ordens monásticas, com sede na cidade. Como árbitro de conflitos, nomeava-se, em certos casos, um magistrado forasteiro (*podestade*).



O desenvolvimento das cidades promoveu e acelerou mudanças no campo, já que a **CIDADE MERCANTIL** acabou importando víveres e matérias-primas, assim como exportava produtos manufaturados para as populações rurais. Aumentaram-se as áreas cultivadas e desenvolveram-se novos vilarejos, que gozavam de maior liberdade pessoal dos trabalhadores e governo autônomo, geralmente por parte de um magistrado eleito pelo povo.

→ Durante os séculos XIII e XIV, novas aldeias foram fundadas na periferia do mundo europeu, principalmente por motivos econômicos ou militares:

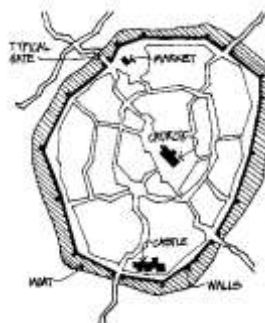
- **Anglo-Francesas** (*bastides*), criadas por iniciativa dos reis e dos feudatários franceses (*Aigues-Mortes, Carcassonne, Marpazier*) e britânicos (*Winchelsea, Kingston-upon-Hull, Flint*) que se combatiam na *Guerra dos Cem Anos*;
- **Espanholas** (*poblaciones*), feitas pelos príncipes cristãos nos territórios tomados pouco a pouco dos muçulmanos expulsos;
- **Alemães** para a colonização oriental, conquistadas aos eslavos pelos cavaleiros da ordem teutônica (*Ceske Budejovice, Telc*).

Até a Renascença, as cidades européias representavam o centro ativo de uma comunidade de artesãos e comerciantes da classe média, que era formado por um aglomerado de casas e oficinas, distribuídas ao longo das principais vias e em torno de uma *piazza*, onde se localizavam a catedral, o palácio municipal e os serviços necessários às atividades comerciais. As ruas eram estreitas e tortuosas, de configuração concêntrica ou radial-concêntrica.

Constituindo-se na expressão inicial de um corpo político privilegiado (*burguesia*), o qual cresceu progressivamente desde o início do século XI até a metade do século XIV, a **CIDADE MEDIEVAL**:

- a) Localizava-se geralmente em *terrenos irregulares e acidentados*, ocupando o topo de uma colina ou ilha, para favorecer a sua proteção. Com exceção daquelas fundadas pelos romanos (que nasciam do cruzamento de duas vias perpendiculares –*Cardo* e *Decumanus* – com a Sé ou catedral ao centro), seguia naturalmente a topografia, mantendo-se o caráter informal.
- b) Era cercada por uma *muralha* (obra pública de traçado geralmente irregular e arredondado) que, além de protegê-la contra roubos e invasões, controlava a entrada e saída de indivíduos em períodos de paz, a partir do pagamento de taxas. Devido ao crescimento da cidade e conseqüente escassez de espaço interno, tornava-se necessário a construção de novos muros, para proteger novas hospedarias, oficinas, mosteiros e outras instituições que começassem a se localizar fora das muralhas (*faubourgs*);
- c) Possuía uma *rede irregular de ruas* que estavam dispostas de modo a formar um espaço unitário e homogêneo, embora houvesse certa hierarquia de vias (enquanto as secundárias eram simples passagens, as demais tinham várias funções: tráfego, comércio, reunião, etc.), que quase sempre irradiavam a partir da praça da catedral em direção aos portões;
- d) Apresentava *moradias estreitas e apinhadas*, quase sempre de muitos andares, abrindo-se para o espaço público e com uma fachada que contribuía para formar o ambiente da rua ou da *praça*, sendo esta última não independente das vias, mas funcionando como um tipo de largo para o qual as ruas se convergiam;

- e) Formava um *espaço público comum e complexo*, que se espalhava por todo o conjunto e no qual estavam todos os edifícios público e privados, com seus eventuais espaços internos, pátios ou jardins (espaços públicos e privados não eram zonas contíguas e separadas como na cidade antiga);
- f) Não possuía *rede de esgoto* e a drenagem era feita através das ruas. A água era disponível quase que unicamente na fonte principal da cidade. Havia vários *bairros*, dotados de fisionomia individual, símbolos específicos e muitas vezes organização política própria, os quais, a partir do século XIII, tornaram-se centros secundários nos bairros periféricos.
- g) Tinha uma *estrutura organizativa complexa*, na qual se sobrepunham diversos poderes (episcopado, governo municipal, ordens religiosas, corporações), o que resultava em vários centros: o religioso (catedral e palácio episcopal), o civil (palácio municipal) e um ou mais comerciais (lojas e palácios das associações mercantis);



O número de cidades europeias aumentou rapidamente no final da Idade Média, mas sua população permaneceu relativamente pequena, pois raramente se excedia os 50.000 habitantes. Foi o aumento do comércio e das viagens que levou ao adensamento populacional, ao congestionamento e à proliferação de epidemias após o século XIV (JELLCOE & JELLCOE, 1995).

#### PRINCIPAIS CIDADES DA BAIXA IDADE MÉDIA: Séc. X-XIV

(Com superfície aprox. protegida pelo último cinturão de muros)

1 hectare = 10.000 m<sup>2</sup>  
100 ha. = 1 km<sup>2</sup>

600 hectares	Veneza (a cidade e as ilhas contíguas)
450 a 580 ha.	Milão (Séc. XV), Colônia (1180), Florença (1284), Pádua (Séc. XV)
380 a 440 ha.	Paris (1370), Bruxelas (1357), Bolonha (Séc. XIII), Verona (Séc. XIV)
200 a 360 ha.	Bruges (1357), Nápoles (Séc. XV), Pisa (Séc. XII), Barcelona (1350)
160 a 180 ha.	Siena (Séc. XIV), Lübeck (Séc. XIII), Londres (Séc. XIV), Nuremberg (1320)
140 a 150 ha.	Frankfurt-am-Main (1333), Avignon (1356)

FONTE: BENEVOLO, 2001.

## VENEZA

Cidade excepcional, cuja forma urbana permaneceu inalterada desde os finais do século XI, *Veneza (Venezia)* surgiu a partir de quando seus habitantes, para fugir das incursões dos bárbaros que entravam na península itálica, refugiaram-se nas lagunas entre a foz do rio Pó e do Tagliamento, que ofereciam um ambiente protegido tanto por terra como por mar.

→ Sujeita desde o início à influência de Constantinopla, tornou-se o centro comercial intermediário entre o Ocidente e o Oriente, organizando-se de modo livre, sem enfrentar como as demais cidades lutas entre os príncipes e os nobres feudais.

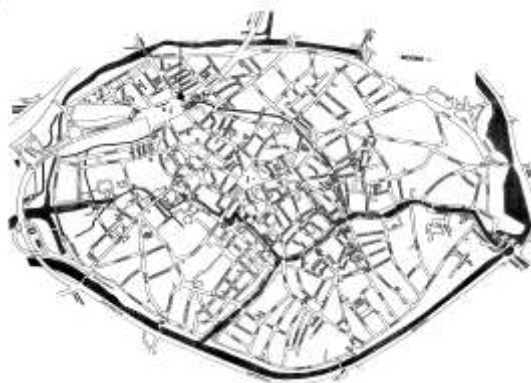


Seu formato característico é de um trecho de laguna urbanizado, localizado onde vários canais convergem entre si e desembocam no mar aberto. Um desses canais – o *Gran Canale* – entra na cidade e sinuosamente a percorre por inteiro. Em sua foz, fica a *Piazza di San Marco*, o centro político da cidade; e em seu meio, *Rialto*, o centro comercial, com a única ponte sobre o *Grande Canal*.

→ Toda a malha veneziana, que forma uma massa densa e compacta, é recortada por uma rede de canais secundários, sobre a qual se desenvolve o tráfego. A maioria de seus edifícios, igrejas paroquiais e espaços abertos (*campos*), foi realizada entre o fim do século XI e início do XII (BENEVOLO, 2001).

Quando a prosperidade de *Veneza* chegou ao ápice, no século XIII, sua fisionomia já estava praticamente definida, restando aos séculos seguintes os acréscimos artísticos que a enriqueceram ainda mais, tornando-a um laboratório de experiências que somente entra em colapso quando deixou de ser soberana, em 1797, e sofreu com os atuais problemas.

## BRUGES



Considerada a maior cidade mercante na Europa transalpina, desenvolveu-se de um castelo fortificado fundado pelos condes de Flandres ao longo do curso do rio Reye, no final do século IX. De posição altamente favorável ao comércio marítimo, desenvolveu-se rapidamente, acabando por se tornar uma cidade livre, com novos núcleos em pontos elevados e unidos por um segundo cinturão de muros, atingindo a área de 86 hectares e 10.000 habitantes no século XI.

→ No século XIII, tornou-se o principal porto entre a Europa e o Mar do Norte, além de manter fortes relações comerciais com as cidades da *Liga Hanseática*, formada por *Hamburgo*, *Bremen* e *Lubeck*. O organismo urbano, marcado pela irregularidade medieval, expandiu-se e exigiu novas muralhas, as quais foram executadas junto a um novo mercado (*Waterhalle*), um novo palácio municipal e novas igrejas estritamente góticas.

Nos últimos decênios do século XIII, cerca de um terço da renda municipal de *Bruges* era destinado a obras públicas, incluindo a construção de muros, a pavimentação de ruas e o abastecimento de água. A construção de edifícios privados era disciplinada por uma série de regulamentos, que incluíam de regras quanto à altura e disposição dos telhados até a previsão de praças e alargamento de ruas.

→ Centro de uma rica burguesia, possibilitou o Renascimento flamengo do século XV, a partir de quando seu porto começou a rivalizar com o de Antuérpia, o que acabou transformando a cidade lentamente, estagnando-se.

## BOLONHA

Originalmente uma colônia romana, fundada em 189 a.C., a cidade prosperou e acabou se tornando uma das maiores cidades da Itália Setentrional (Região da Emília-Romagna), atingindo de 50 a 80 hectares de superfície e algumas dezenas de milhares de habitantes.

→ Após a queda do Império Romano, entrou em ruínas, sendo apenas sua parte oriental protegida por muros, elevados sob Teodorico, no início do século VI. Este cinturão de quatro portas permaneceu o coração da cidade medieval e dentro dele foram construídos seus principais monumentos: a catedral, *San Petronio*, os *palazzi Público* e do *Rei Enzo*, este ao redor do retângulo da *Praça Maior* que correspondia à malha romana (BENEVOLO, 2001).

Entre o final do século X e início do XI, a população de *Bolonha (Bologna)* começou a crescer, quando a catedral, antes fora, foi transportada para o interior dos muros; e foi fundada sua célebre universidade. Formou-se a *Comuna* bolonhesa e os dois núcleos urbanos – o latino e o longobardo – foram finalmente unificados e integrados por uma segunda muralha.



O desenvolvimento da cidade continuou no século XII, permitindo novas edificações, expansões e reformulações urbanas, exigindo um terceiro cinturão de muros. A crise econômica iniciou-se na segunda metade do século XIV, comprometendo suas maiores instituições comunais, que acabaram nas mãos dos *visconti* de Milão e da Santa Sé. Sua configuração definitiva deu-se no século XV, graças ao governo papal, mas sofreu alterações com a industrialização que conduziram à sua remodelação atual.

## NUREMBERG

Fundada em 1040 pelo imperador Henrique, no ponto de confluência das vias de comunicação entre a Baviera, a Francônia, a Suábia e a Boêmia, em um vale percorrido pelo rio Pegnitz, esta cidade alemã nasceu ao redor de um mercado. Porém, no século XII, Frederico I fundou um outro conjunto habitacional (*Lorenzerstadt*) à margem oposta do rio.

→ Esses dois núcleos originais, cada um cercado por muralhas, acabou se fundindo em 1320, quando os muros foram ligados à montante do rio e formou-se o organismo unitário do *Altstadt*. Com o acréscimo de novos bairros, atinge sua extensão máxima (160 hectares) e uma população de 20.000 habitantes.



A partir do século XIV, foram construídos os principais edifícios públicos de *Nuremberg*, alguns dos quais considerados entre os mais importantes monumentos do gótico alemão tardio, como a *Igreja de Sta. Maria* (1355) e a fonte na *Praça do Mercado* (1385). O *Palácio Comunal*, iniciado no século XIV, foi sucessivamente ampliado até o século XVII, com uma singular continuidade estilística.

→ Na Renascença, a cidade tornou-se ponto de passagem obrigatória do comércio terrestre entre a Europa Setentrional, a Baviera e os países alpinos, o que acabou enriquecendo-a e fazendo prosperar sua vida cultural, que a transformou em um grande centro de artes, ourivesaria, cartografia e imprensa. Apesar disso, manteve a sua configuração medieval, somente abalada com os graves bombardeios da *II Grande Guerra* (1939/45), que exigiram a sua reconstrução.

## 6

### CIDADE RENASCENTISTA

No Início da Idade Moderna, as cidades ocidentais renasceram graças ao lento mas progressivo desenvolvimento do comércio, tornando-se importantes centros políticos e econômicos, que levaram à perda do poder dos senhores feudais e à decadência do feudalismo.

→ Entre os séculos XIV e XV, os movimentos comunais e a ascensão da burguesia reivindicaram o retorno do poder municipal, passando os mercadores a financiarem a implantação de monarquias nacionais. Além disso, teve início a **RENASCENÇA**, período marcado pelo grande avanço intelectual e artístico de toda a sociedade, de bases filosóficas (*Humanismo*).

Durante a *Era das Navegações*, o comércio deslocou-se do Mediterrâneo para o Atlântico e o **mercantilismo** desenvolveu-se apoiado pela expansão do Capital comercial e usurário, este incentivado pela *Reforma* religiosa.

→ No século XVI, um novo padrão de vida emergiu do novo modo de produção econômica (capitalismo mercantilista), assim como uma nova estrutura política, expressa principalmente pelo *despotismo* centralizado ou pela *oligarquia*, em geral personificada em um Estado nacional (MUMFORD, 2001).

Aos poucos, as cidades passaram a assumir suas funções produtivas, em especial com o aparecimento das primeiras fábricas urbanas, ou seja, pequenas oficinas voltadas tanto ao varejo como ao atacado.



→ Paralelamente, a cavalaria foi substituída pela artilharia, o que tornou definitivamente as muralhas obsoletas; e os moradores das cidades desceram das colinas para as planícies (BENEVOLO, 2001).

A **CIDADE TARDO-MEDIEVAL** era caracterizada pelo seu singular equilíbrio formal, com a Igreja e a autoridade civil niveladas e contrapostas na forma global e nas articulações internas, onde os espaços coletivos públicos e as soluções arquitetônicas compunham-se livremente.

→ O conceito do espaço urbano renascentista abandonou a idéia da Baixa Idade Média de conjunto vivo e orientou-se para um ideal de perfeição formal pura. Passou-se a predominar a uniformidade, os traçados regulares e as ruas irradiadas de uma praça central, em que canhões defendiam estrategicamente as entradas.



Na idéia renascentista de cidade, toda a motivação de ordem sagrada e/ou religiosa sobre a vida urbana acabou desaparecendo, sendo substituída por uma atitude científica levada ao extremo de uma racionalidade a-histórica que, apesar disso, conduziu à repetição de alguns motivos geométricos arquetípicos, principalmente o quadrado e o círculo .

→ A arte renascentista confundiu-se com a de projetar cidades, fazendo-se com que as **leis de perspectiva** acabassem se tornando regras de construção de vias, praças e conjuntos urbanos, segundo princípios universais de simetria e proporção.

O novo método de projeção – estabelecido desde os princípios do século XV – passou a ser aplicado teoricamente a todo gênero de objetos, dos espaços arquitetônicos à cidade e ao território. Entretanto, por limitações práticas, não conseguiu produzir grandes transformações nos organismos urbanos antes do período barroco, a partir do século XVII.

Foram estas as principais características da **CIDADE RENASCENTISTA**:

- a) Concepção urbana como aspiração de uma geometrização geral, na qual ruas e praças passaram a serem definidas pelos edifícios que pareciam estar constituídos por idênticas unidades estereométricas;
- b) Aplicação das regras da *perspectiva* e do processo de composição aditivo, no qual cada elemento espacial conserva um alto grau de independência dentro do conjunto, o que está exemplificado na *Prospettiva di una piazza* (c.1470), de **Francesco di Giorgio (1439-1501)** e **Luciano Laurana (1420-79)**;
- c) Objeto de intenso esforço de interpretação crítica e experimentação que, na prática, resultou em várias realizações fragmentárias, as quais exemplificam as relações adotadas entre o assentamento e o entorno natural.

O primeiro tratadista da Renascença, **LEON BATTISTA ALBERTI (1404-72)** sistematizou teoricamente as idéias artísticas do período, tanto para a pintura e a escultura (1435) como para a arquitetura (1455). Em seu tratado em dez livros *De re aedificatoria*, de inspiração vitruviana, estabeleceu as premissas, nos livros IV e VIII, do urbanismo renascentista.

→ Alberti via a ação urbanística como uma *atividade moral*, na qual o arquiteto teria a função de unificar todos os aspectos da vida pública e privada. Definindo a sociedade perfeita como “construção” (encaixe lógico de afirmações morais, civis e religiosas), buscou definir as regras universais de construção e remodelação das cidades.

Criando um sistema de operações aplicáveis a todos os organismos urbanos, ele concebia a cidade como uma *totalidade irreductível*, ou seja, um “edifício” público que é uma obra de arte completa, a qual supera em dignidade a todas as demais edificações urbanas.

Sua teoria urbana demonstrou-se possível em pequenas cidades (*Pienza* e *Urbino*), mas ineficaz nas médias (*Mantova* e *Ferrara*) e desastrosa nas grandes (*Milano* e *Roma*), já que ali aplicadas acabaram rompendo a coerência e o equilíbrio dos conjuntos precedentes.



As idéias apresentadas sobre a cidade em *De re aedificatoria* (1455) eram:

- I. Não estabelecia diferenças relevantes entre as cidades do mundo clássico e aquelas surgidas na Idade Média, nem contrapunha os novos critérios racionalizados de planejamento da Renascença aos tradicionais tardo-medievais;
- II. Concebia a cidade como uma “grande casa”, ainda que de natureza composta, além da necessidade de conciliar finitude e mutação (a cidade deveria ser dotada de determinado número de casas de reserva às exigências de seu crescimento);
- III. Enunciava as regras universais da cidade quanto à sua situação ou localização, assim como em relação à sua área, seus limites e suas “aberturas” (passagens e meios de comunicação que se constituiriam na dimensão-chave da cidade, ao mesmo tempo em que seu modo de divisão: vias de circulação intra e extra-urbana, praças, pontes e portos);
- IV. Estabelecia que na cidade, como ocorria na natureza, regularidade e irregularidade deveriam se conciliar (a obra humana deveria se adaptar suavemente ao terreno e ao ambiente cósmico – forma circular –, podendo sua muralha adaptar-se ao lugar);
- V. Considerava que as “novas” arquiteturas seriam para a cidade o mesmo que os “ornamentos” são aos organismos de construção dos edifícios;
- VI. Definia as praças (*piazze*) como organismos arquitetônicos autônomos, circundados por pórticos e *loggias*; e estabelecia três categorias de ruas (*vie*), tanto para a cidade como para o campo:
  - *Ruas principais* (deveriam ser amplas, retas e bem curtas nas cidades grandes; e tortuosas nas pequenas);
  - *Ruas secundárias* (deveriam ser tortuosas tanto nas cidades grandes como pequenas, convergindo para as vias principais em uma linha diagonal);
  - *Ruas-praças* (deveriam cumprir determinadas funções públicas, tais como conduzir à igreja ou ao local onde se administrava a justiça).



## FLORENÇA

Colônia Romana (*Florentia*) fundada em 59 a.C. na confluência do rio Arno com o torrente Mugnone, *Firenze* nasceu como um pequeno quadrado orientado segundo os pontos cardeais, que se desenvolveu para um retângulo de cerca de 20 hectares contendo 10.000 habitantes.

→ Sucessivamente danificada por vários invasores, chegou a 5.000 habitantes no período carolíngio, quando adquiriu um segundo cinturão de muros. No século XI, tornou-se capital do marquesado de Toscana, o que promoveu seu crescimento e novas benfeitorias de características românicas (JELLICOE & JELLICOE, 1995)



A Comuna florentina formou-se em 1115, quando foram estabelecidas relações exatas entre os espaços públicos e privados. A partir de então, o crescimento foi cada vez mais rápido e, no século XIII, sua população chegou a 100.000 habitantes, graças ao crédito e à produção dos tecidos de lã. Várias pontes, igrejas e conventos foram então realizados, abrindo-se novas ruas e praças públicas.

→ Nas duas últimas décadas do século XIII, o governo da cidade empenhou-se na construção de um grande ciclo de obras públicas, que transformaram radicalmente a sua forma, incluindo uma nova muralha e praças retangulares e frontais a importantes igrejas, como as *de Sta. Maria Novella* (1278) e *de Sta. Croce* (1295) (BENEVOLO, 1981).

Iniciaram-se nesse período as obras da *catedral de Sta. Maria del Fiore* (1296/1436) e do *Palazzo Vecchio* (1298), assim como *Piazza della Signoria*, todas sob a supervisão de **Arnolfo di Cambio** (1232/45-1310).

Berço e principal centro de difusão da Renascença europeia, Florença passou por várias lutas sociais na segunda metade do século XIV, que culminaram com a revolta dos Ciompi (1378), os quais governaram pacificamente a cidade por duas gerações até a *Signoria* dos Medici.

→ Empenhados em completar a fisionomia traçada em fins do século XIII, procuraram remodelar o organismo florentino com obras pontuais que marcaram o renascimento nas artes e ciências.

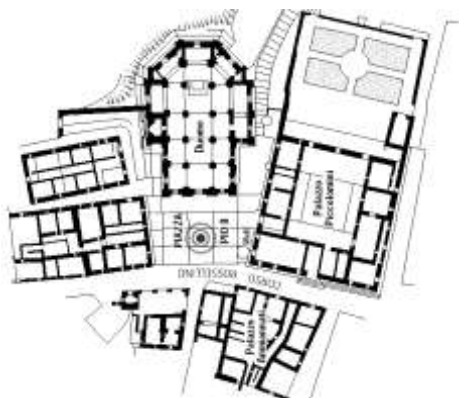
Nem os recursos econômicos nem os ideais culturais do período permitiram realizar outra coisa que intervenções complementares de retoques da forma urbana, mas que garantiram a Florença sua imagem definitiva. Entre os artistas que estiveram empenhados nesse programa, destacaram-se: Orcagna, Talenti e Ghiberti; e, mais tarde, Brunelleschi, Donatello, Masaccio e Paolo Uccello.

Os ideais urbanistas do **RENASCIMENTO** somente puderam ser aplicados na prática em projetos pontuais e algumas experiências de transformação urbana, estas ocorridas entre 1460 e 1470, graças a acordos firmados entre determinados príncipes e papas

→ O aumento dos recursos econômicos, assim como fé nas possibilidades reformadoras da cultura artística da Renascença, garantiu essas realizações experimentais, mas divergências políticas acabaram por anular e/ou desviar as aspirações ideais dos projetistas para o campo teórico. As cidades italianas em que as intervenções renascentistas foram as mais unitárias e eficazes foram:

### PIENZA

Em 1459, o Papa Pius II (1405-58) visitou o burgo medieval de *Corsignano*, no território de Siena, com cerca de 6 hectares; e resolveu reconstruí-lo como residência temporária para si e sua corte. Ali se instala um grupo de edifícios monumentais (a catedral e os *palazzi Piccolomini, Vescovile e del Pretoriu*), além de prédios secundários, que foram dispostos de modo hierárquico e harmônico com o pré-existente. Concluídas as obras em 1462, a cidade passou a se chamar *Pienza*.



### URBINO

Cidade com cerca de 40 he., situada sobre duas colinas, que foi remodelada ao gosto de seu *signore* Federico de Montefeltro (1422-82), que construiu, por volta de 1465, um conjunto retilíneo de edifícios para compor seu *Palazzo Ducale*, utilizando um grupo de artistas locais e toscanos de segundo plano. O resultado foi um arranjo harmonioso, de regularidade geométrica e sem destruir a continuidade visual do organismo medieval.



### FERRARA

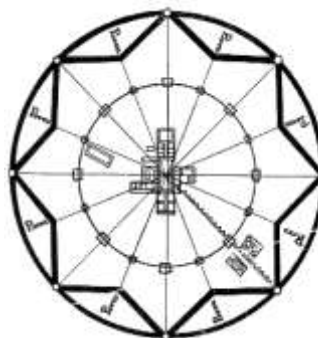
Capital da *signoria* d'Este, situada a montante do rio Pó, tornou-se um importante centro cultural, o que reivindicou dois novos bairros: a adição realizada pelo Duque de Borso, em 1451; e a do Duque Hércules I, em 1492, construída gradativamente até o século XVI. A segunda intervenção dotou a cidade de uma rede de ruas retilíneas que foram traçadas de modo a se integrarem harmoniosamente ao tecido medieval, tortuoso e irregular.



## CIDADE IDEAL

Entre os séculos XV e XVI, surgiram vários tratados sobre *idades ideais*, assentados em critérios puramente racionais e geométricos. Em todos eles, acreditava-se na **UTOPIA\*** de que o princípio da forma arquitetônica e urbana deveria corresponder à configuração do seu arranjo político e social.

→ Na busca pela forma perfeita, defendia-se que a **CIDADE IDEAL** deveria ser a ampliação tipológica da unidade-base entre sociedade real e utopia social, ou seja, através de um modelo unitário, geométricos e rígido, no qual se excluiriam o movimento, a variação e o acontecimento casual, obter-se-ia ordem e justiça.



SFORZINDA

### \*UTOPIA

O termo *utopia* foi cunhado pelo inglês **THOMAS MORUS (1478-1535)** para designar aquilo que “não se encontra em nenhum lugar”, quando da publicação de sua obra intitulada *Utopia* (1516).

De motivações estritamente econômicas e inspiração platônica – foi **Platão (427-347 a.C.)** quem pela primeira vez, no século IV a.C., formulou as bases utópicas de uma sociedade ideal, em *A República* –, Morus (também conhecido como More) imaginou um país perfeito, onde imperavam a prática agrícola e a propriedade coletiva, sem desigualdades ou injustiças sociais comuns à sua época.

Na Ilha de *Utopia*, de 3 x 30 km de extensão, descrevia 54 cidades (*civitas*), sendo a principal delas, *Aircastle* ou *Amaurota*, caracterizada pela presença da água, jardins e amplos cinturões verdes.

No plano ideal, o **círculo** passou a ser o preferido dos projetistas por significar a redenção da sociedade; um emblema da perfeição, do equilíbrio e da eternidade. A **CIDADE PERFEITA** deveria ser circular; forma de bases cósmica e metafísica que simbolizava, por analogia, a esfera da criação divina, sem começo nem fim.

→ Em seu tratado de 1460, **FILARETE (1400-69)**, por exemplo, propôs a cidade ideal de *Sforzinda*. A cidade circular tornou-se uma exemplificação das leis da natureza, frente à cidade medieval, então considerada não-natural e “decadente”.

Modelo ideal dos arquitetos renascentistas – tanto em propostas urbanas como em edifícios –, o círculo apareceu em todos os projetos utópicos de cidades, inclusive no de *Palmanova* (1593), criada por **VINCENZO SCAMOZZI (1552-1616)** e considerada a primeira cidade ideal a ser levada à prática (ROSENAU, 1988).



**PALMANOVA**

Com a Reforma na Alemanha e o fato de várias Repúblicas do norte da Itália usufruírem da liberdade, idéias igualitárias acabaram se espalhando e vários textos utópicos passaram a ser publicados no decorrer século XVI, tais como *I mondi i gli inferni* (1552), de **Anton F. Doni (1513-74)**; e *La città felice* (1553), de **Francesco Patrizi (1529-97)**.

→ A utopia urbana do espanhol **TOMMASO CAMPANELLA (1568-1639)**, expressa em *Civitas solis: La Città del Sole* (1602), reorganizava as idéias de Platão e Morus; e propunha uma cidade utópica baseada em um racionalismo que excluía a idéia de progresso, congelando o nível de vida e a satisfação pessoal envolvida pelo trabalho e pela religião.

Como católico, Campanella almejava uma República universal inspirada na Igreja; e, como platônico, pensava que o homem pudesse descobrir em seu interior as idéias divinas, postas como revelação natural. Isto o fez propor uma cidade universal dirigida por sacerdotes, onde os cidadãos viveriam em total comunidade de bens e de mulheres com o fim de evitar o instinto de aquisição do alheio.

→ Em sua proposta, a coesão social aparecia simbolizada pela indiferenciação do lugar em que cada um viveria. Havia a separação entre os locais de trabalho e moradia; e um plano reticulado permitiria que todos “se dirigissem ao seu objetivo sem ter de se desviar”.

Sua composição espacial baseava-se em vários anéis de muralhas defensivas, entre as quais se situavam os templos luxuosos do Governo. De praças quadradas ou circulares, irradiavam-se avenidas largas e retas, cuja simetria e variedade – ou mesmo o calçamento em pedra ou mármore – não somente ordenavam a cidade, mas eram também signos visíveis da ordem racional à qual esta estava sendo subordinada.

Além de grande inovador nas ciências de seu tempo, o inglês **FRANCIS BACON (1561-1626)** redigiu outra importante utopia seiscentista: *New Atlantis (Nova Atlântida, 1627)*, na qual apresentava uma sociedade regida pelos cientistas, que se dedicavam ao acúmulo de conhecimento sobre a natureza.

→ Na obra, a *Nova Atlântida*, visitada casualmente pelo narrador em uma viagem, era a ilha imaginária de *Bensalem*, situada mais além da América e governada por um rei, onde se mantinham as classes sociais e a propriedade privada.

Em *Bensalem*, funcionaria uma instituição poderosa, a *Casa de Salomão*, formada por cientistas, a verdadeira elite do país. Ali, os homens voariam como pássaros, teriam barcos que navegariam abaixo das águas e possuiriam estranhos relógios. Conhecer-se-ia alguns dos segredos do movimento contínuo e todos seriam capazes de imitar os movimentos dos seres vivos graças a reproduções de homens, feras, pássaros, peixes e serpentes (CARANDELL, 1974).

Já a ilha de *Christianopolis*, lugar utópico a que imaginava chegar como náufrago o autor, o alemão **JOHANN VALENTIN ANDREÆ (1586-1642)** era uma República de trabalhadores cristãos que viveriam em igualdade, desejando a paz e renunciando às riquezas.

→ Sua cidade, caracterizada em *Reipublicæ Christianopolitanæ descriptio* (1619), estaria dividida em zonas para as indústrias leve e pesada; e os trabalhadores aspirariam conscientemente em aplicar a ciência na produção, com o que lograriam um tipo de sistema muito eficiente, sem estarem obrigados a realizar alguma atividade produtiva.

Sistematizando as idéias de Morus e Bacon, Andreæ dizia que ser sábio e trabalhar não eram necessariamente incompatíveis, se houvesse moderação. E tal moderação somente seria possível em uma república comunista como a que propunha em sua obra, esta dirigida por representantes da religião, da justiça e da educação.



### UTOPIA INSULAE (THOMAS MORUS)

No decorrer do século XVII, muitas outras obras utópicas foram escritas, destacando-se *The Commonwealth of Oceana (A República de Oceana, 1656)*, do filósofo político **JAMES HARRINGTON (1611-77)**, que, dirigida ao ditador inglês Oliver Cromwell (1599-1658), propunha que renunciasse ao poder e instaurasse uma República livre, na qual a propriedade não seria nem dos indivíduos nem do Estado, mas das classes ou estratos sociais; e onde o poder seria também exercido indiretamente pelos grupos em um parlamento.

→ Já *Paradise lost (Paraíso perdido, 1667)*, do britânico **JOHN MILTON (1608-74)**, pode ser considerada uma utopia religiosa situada no passado, mas que se colocava como proposta para uma revolução espiritual de toda a sociedade (CASTELNOU, 2005).

Com o tempo, as **UTOPIAS URBANAS** passaram a falar de lugares diferentes, apontando para diversos ideais sociais, sistemas de valores, nostalgias e esperanças. No século XVIII, surgiriam aqueles que passariam a considerar que somente no campo seria possível viver verdadeiramente, cultivar sentimentos puros e desenvolver instintos nobres.

→ Para eles, o espaço urbanizado desmoralizava, enquanto o campo preservava intactos os traços mais preciosos do homem. Considerando a civilização como um pesadelo, passaram a buscar asilo em regiões onde ela não havia ainda chegado.

Este lugar “maravilhoso” aparecia aos homens sob inúmeras formas, tendo sido buscado além do nosso planeta ou nos cantos mais longínquos, na imaginação e na realidade, em lugares mal definidos ou em regiões bem conhecidas: a conquista de um novo mundo era, ao mesmo tempo, o abandono do velho, através de uma espécie de fuga utópica em direção daquilo que era “natural”; ou ainda, “selvagem”; intensificando-se no século XVIII.

Ao mesmo tempo em que as nações européias consolidavam-se e nasciam as capitais como os grandes lugares da administração, o crescimento das massas assalariadas, assim como a ampliação do mercado com as colônias e a invenção das máquinas que substituiriam os meios de produção individuais, levou a modificações radicais nas cidades.

→ Com a industrialização e a conseqüente urbanização, surgiriam as primeiras grandes cidades européias, além da lógica construtiva das áreas periféricas que promoveu a afirmação de uma nova paisagem. No final do século XVIII, embora apenas 1,7% da população mundial fosse urbana e apenas 20 cidades possuíssem mais de 100.000 pessoas, Londres já atingia 900.000 habitantes, Paris 600.000, São Petersburgo 200.000 e Berlim 150.000.

## CIDADE COLONIAL

Entre os séculos XV e XVI, tiveram início a **ERA DAS NAVEGAÇÕES** e a conseqüente expansão mundial da civilização européia, impulsionada pelo mercantilismo e pela posterior descoberta de metais preciosos nas colônias alémar. Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Holanda tornaram-se grandes potências marítimas e partiram para o domínio do **NOVO MUNDO**.

→ As realizações urbanísticas e de construção nos territórios coloniais, em seu conjunto, constituíram em importantes experiências, assim como nas oportunidades de aplicação na prática dos pressupostos ideais elaborados nas metrópoles.



ERA DAS NAVEGAÇÕES

Os pontos de partida dessa aventura oceânica foram ricas cidades portuárias européias – *Antuérpia*, que substituiu *Bruges* como empório marítimo da Europa central; *Lisboa* e *Sevilha*, os portos atlânticos da península ibérica; e *Gênova* que, depois da aliança com Carlos V, tornou-se a base mediterrânea mais importante do império espanhol.

→ As **CIDADES COLONIAIS** constituíram-se nas realizações urbanísticas mais importantes do século XVI, já que demonstraram serem – embora pobres se comparadas aos requintes e ambições da cultura artística européia –, as concretizações dos ideais estéticos almejados pelos mestres europeus da Renascença (BENEVOLO, 1981).

Foram Portugal e Espanha que antecederam as demais nações na exploração colonial. Em 1494, o papa Alexandre VI (1431-1503) estabeleceu a linha demarcatória entre as zonas reservadas à colonização de ambos países: o meridiano a 270 léguas para além das ilhas de Açores (***Tratado de Tordesilhas***).

→ Os portugueses encontraram em seu hemisfério territórios pobres e inóspitos, sobretudo na África Meridional; ou Estados populosos e resistentes no Oriente, os quais não podiam ser efetivamente conquistados. Por isso, fundaram somente bases navais para controle do comércio marítimo – tais como *Goa*, *Damão*, *Málaga*, *Salvador* e *Rio de Janeiro* –, sem empreenderem uma colonização em grande escala.



Já os espanhóis encontraram em sua zona territórios mais adequados, estes constituídos pelos planaltos da América Central e Meridional, com impérios indígenas mais ricos e desenvolvidos, porém incapazes de resistir à colonização européia.

Embora Cortez no México e Pizarro no Peru tenham ocupado algumas grandes cidades indígenas – respectivamente, *Tenochtitlán*, capital do império asteca e que atualmente conforma a *Cidade do México*; e *Cuzco* –, transformando-as segundo as necessidades dos colonos espanhóis, a maioria dos conjuntos urbanos esparsos no interior do continente foram totalmente destruídos; e sua população obrigada a se estabelecer em novas cidades mais compactas.

As cidades coloniais espanholas deveriam seguir a *Leys Generales de las Indias*, codificadas por Filipe II (1527-98) em 1573 e válidas até 1668, que constituíram na primeira legislação urbanística da Idade Moderna, baseada tanto na tradição medieval (as novas cidades fundadas entre os séculos XIII e XIV: as *bastides* francesas e as *poblaciones* espanholas) como na tratadística renascentista.

→ Aspirando o ideal da regularidade geométrica, expresso por um tabuleiro de ruas retilíneas que definiam uma série de quarteirões iguais, geralmente quadrados, tal modelo (*traza*) apresentava a facilidade de implantação e o atendimento às exigências primárias de produção.

Eram estas as principais designações normativas para a fundação das novas cidades espanholas na América:

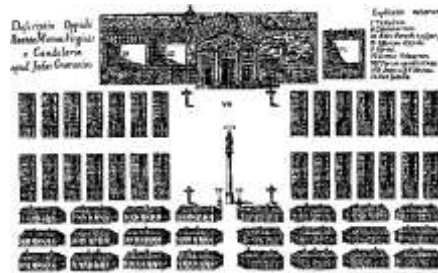
- Estabelecimento de uma retícula regular de quarteirões iguais, em cujo centro deveria se dispor uma grande praça aberta (*plaza mayor*), central e de forma oblonga, com o comprimento igual a uma vez e meia a sua largura (*festividades*);
- O tamanho da praça deveria ser proporcional ao número de habitantes, sem esquecer seu possível crescimento (estimava-se de 200 a 500 pés de largura por 300 a 800 pés de comprimento, sendo o tamanho ideal igual a 400 x 600 pés);
- A praça seria acessada por quatro ruas, voltadas aos quatro pontos cardeais e cada uma disposta a partir do ponto médio de cada lado, além de duas de cada um dos ângulos, que deveriam desembocar sem serem obstruídas pelos pórticos da praça. Sua largura seria definida conforme o clima (se quente, larga; se frio, estreita);
- Na praça deveriam ser dispostos os edifícios mais importantes: a igreja, o paço municipal (*cabildo*) e as casas dos mercadores e dos colonos mais ricos. No caso da necessidade de conversão dos nativos ao cristianismo, a igreja deveria ser antecedida por um grande pátio (*adro*) e ao lado da fachada estabelecida uma capela aberta (*capilla de indios*);
- Reservados os principais lotes edificáveis ao redor da praça central, os demais seriam distribuídos ao acaso para aqueles colonos com condições de ali se estabelecerem. Já os lotes não-atribuídos seriam destinados a futuros colonos.



PLANO DE POBLACIÓN

Como exemplos da aplicação da retícula espanhola, podem ser citadas as cidades coloniais de *Guadalajara* e *Cholula* (México); *Quito* (Equador), *Santiago* (Chile), *Buenos Aires* (Argentina) e *Santiago de Leon*, hoje *Caracas* (Venezuela), entre outras.

Enquanto o traçado das ruas e praças da **CIDADE COLONIAL ESPANHOLA** era grandioso, as suas edificações eram baixas e modestas. Com capacidade de expansão ilimitada, seu contorno externo era quase sempre provisório, sem a necessidade de muros ou fossos (somente as cidades costeiras seriam fortificadas para proteção de piratas), além de não haver uma distinção muito clara entre campo e cidade.



As **MISSÕES JESUÍTICAS** construídas no século XVI para a catequese indígena constituíram-se em modestos núcleos urbanos assentados em planos regulares compostos por casas, igreja e colégio.

→ Por pertencerem a uma congregação relativamente recente – a *Companhia* ou *Sociedade de Jesus*, fundada em 1534, quando **Inácio de Loyola (1491-1556)** e seis companheiros egressos da Universidade de Paris fizeram voto de pobreza e de irem pregar o Evangelho –, os padres jesuítas exerceram uma intensa atividade de irradiação cristã, em pleno espírito da *Contra-Reforma*.

## COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Em relação ao Brasil, a ausência de riquezas minerais aparentes levou os primeiros ocupantes a optarem por uma colonização de baixo investimento, voltada exclusivamente à exploração de suas riquezas naturais mais evidentes.

→ Inicialmente foram construídos muitos fortes e fortificações no litoral para protegerem o território português das incursões de espanhóis, franceses e holandeses. Estas obras eram realizadas por engenheiros militares, caracterizando-se por serem recintos amuralhados (*cantaria de pedra*) com traçados geométricos de bases medievo-renascentistas.

Limitando-se ao extrativismo, não se estabeleceram cidades propriamente ditas, mas apenas feitorias e entrepostos de extração. Somente em meados do século XVI que aparecem as primeiras vilas litorâneas, que acabaram impulsionadas pelo ciclo da cana-de-açúcar do século seguinte, enquanto que no sertão índios e mestiços cuidavam do gado necessário à indústria açucareira da zona fértil das matas litorâneas (MARX, 1980).



Ao longo do século XVI fundaram-se na Colônia apenas 18 vilas, sendo as primeiras: S. Vicente e Itanhaém SP (1532); Espírito Santo, depois N. S. da Vitória ES (1535); Iguarussu e Marin d'Olinda PE (1535). Na Bahia, criaram-se: Porto Seguro (1535), S. Jorge dos Ilhéus e Santa Cruz, hoje Cabralia (1536), sendo a capital, S. Salvador da Bahia de Todos Santos, fundada em 1549. Mais ao sul apareceram as vilas de Santos (1543), Paranaguá (1560), S. Sebastião do Rio de Janeiro (1565) e Niterói (1573). Algumas cidades desenvolveram-se a partir de assentamentos dos colégios jesuítas, como foi o caso de S. Paulo de Piratininga (1554) e outras nos arredores de fortificações, como Natal (1598) (FERRARI, 1991).

De acordo com REIS FILHO (1968; 2004), a colonização portuguesa limitou-se ao litoral, dada a sua preocupação em encontrar pontos estratégicos de defesa territorial. Terminado o breve *Ciclo do Pau-Brasil*, foi o açúcar que impulsionou o desenvolvimento das vilas litorâneas, cuja sociedade era pobre, escravagista e de fixação rural. No interior, predominavam as áreas agrícolas e de criação de gado.

→ Quando se iniciou a colonização do Brasil, Portugal, liderado por D. Manuel I (1495-1521), era uma nação mercantilista e de regime econômico semi-feudal, representado por uma aristocracia patrimonial e uma monarquia absoluta aliada aos mercadores, na maioria, estrangeiros. De 1580 a 1640, pertenceu aos domínios da Espanha, submetendo-se aos reis Filipe II, III e IV, a partir de quando reassumiu sua soberania com D. João IV (1604-56).

No século XVII, a fundação de cidades ganhou maior impulso, iniciando-se o período com 38 núcleos e terminando com cerca de 60. De modo distinto que o espanhol, as **CIDADES COLONIAIS PORTUGUESAS** caracterizavam-se por:

- Localizarem-se em sítios elevados e apresentarem um traçado irregular de inspiração tardo-renascentista, que se desenvolvia funcional e organicamente em relação aos acidentes topográficos, sem seguir leis de ordenação territorial;
- Terem um esquema urbano uniforme baseado em lotes retangulares, com cerca de 10 m de frente e longo comprimento (30-50 m), cujas vias (sem calçada ou passeio para pedestres) eram definidas espacialmente pelas edificações;
- Expor uma aparência compacta e homogênea de fachadas com casas e sobrados construídos sobre o alinhamento das vias públicas, e os limites laterais do terreno, seguindo a tradição portuguesa;
- Seguirem um partido uniforme nas construções, padronizado pelas *Cartas Régias* e/ou posturas municipais, onde se previa o alinhamento com edificações vizinhas, a altura dos pavimentos e as dimensões e o número de aberturas;
- Manterem as igrejas dispostas geralmente em pontos elevados, para destaque e observação dos visitantes. Em regiões planas, ficavam no centro, próximas à *Casa de Câmara e Cadeia* e em frente a uma praça (*adro*) não monumental.

No norte e nordeste, as cidades brasileiras nasceram espontaneamente de fortificações à beira-mar (*Natal, Fortaleza e Belém*) ou por iniciativa militar (*Salvador, Manaus e Santarém*); ou ainda de currais e feiras periódicas no sertão. As exceções ficam por conta de *São Luís* (1612) e *Recife* (1645), respectivamente, de influências francesa e holandesa. Quanto ao sudeste, foi o caminho para as minas, a partir do século XVIII, que trouxe o desenvolvimento (FERRARI, 1991).

→ Com a *Missão Demarcatória* enviada por D. João V (1689-1750), intensificou-se a ocupação da região sul, acompanhada pela ação dos jesuítas e da descoberta de ouro (*Paranaguá e Curitiba*). Assim, descenderam de *reduções* jesuíticas as cidades paulistas de *Embu, São Miguel e Sant'Ana do Paranaíba*.

A partir do século XVII, iniciou-se o processo de interiorização no país, por meio do *sertanismo de contrato*, que consistia no deslocamento territorial segundo o interesse dos produtores de açúcar e criadores de gado, ou ainda pelo incentivo português à pesquisa mineral.

→ Denominavam-se **BANDEIRAS** as buscas de escravos indígenas organizadas pelos proprietários de terra e que provocaram vários conflitos com a frente pioneira hispano-jesuítica. Elas foram causadas pelo encarecimento da importação de escravos; a ocupação dos portos negreiros africanos pelos holandeses e o estímulo mercantil para a exportação de escravos indígenas para o Nordeste e o Rio.

No **PERÍODO BANDEIRISTA**, que se estendeu até o século XVIII, muitas cidades brasileiras nasceram do pouso de tropeiros, os quais conduziam cabeças de gado, assim como das encruzilhadas e postos de passagem para as áreas de mineração, como por exemplo: *Pouso Alegre, Pouso Alto, Passa Três, Passa Quatro, Registro, Sorocaba, Mogi-Guaçu, Feira de Sant'Ana e Feira de Conquista*.

→ Por volta de 1750, o *Ciclo do Ouro* promoveu o crescimento e o enriquecimento de arraiais e vilas mineiras ("vilas do ouro"), que se tornaram cidades dotadas de benfeitorias e de uma arquitetura original e mais requintada.

Especialmente em Minas Gerais, o **Barroco** passou a se constituir em um meio de expressão, através do qual se refletia todo um processo social em trânsito em direção à liberdade.

→ Entre as vilas que evoluíram graças à mineração, destacaram-se: *Mariana* e *Sabará*, além da capital *Vila Rica de N. S. do Pilar de Ouro Preto*, todas fundadas em 1711. A seguir vieram *São João Del Rei* e *Serra*, criadas em 1714, e, mais tarde *Tijuco*, depois *Diamantina*, que marcou a passagem do ciclo exclusivo da mineração aurífera para a mineração de diamantes. Outros destaques foram *Congonhas* e *São José Del Rey*, hoje *Tiradentes*.

Os edifícios públicos do período colonial eram projetados no Reino, constituindo-se de alfândegas, entrepostos fiscais, registros, casas de câmara e cadeia, arsenais e fortificações, os quais serviam por várias gerações, sendo às vezes reformados, mas dificilmente acrescidos em área. Somente com a *Independência* (1822), houve a criação de novos quadros administrativos públicos e, assim, alterações na arquitetura oficial.

→ Conforme MACHADO (2003), as cidades da zona do ouro reinterpretaram os princípios barrocos impostos pela própria natureza, incrustando-se nas montanhas e delas tirando sua própria fisionomia, sendo inclusive os largos e os adros das igrejas em declive. A rampa e a curva dominam quase toda a organização urbanística, onde predominam as ladeiras e as voltas no morro.

Entre as principais características da **CIDADE BARROCA BRASILEIRA**, LEMOS (1979) sublinha o fato desta:

- Manter o traçado espontâneo e irregular adaptado aos terrenos acidentados da região mineira, resultando em ruas estreitas e tortuosas, com grande número de curvas, becos e ladeiras íngremes;
- Mostrar uma paisagem homogênea marcada pelo alinhamento do casario, de gabarito constante, com destaque das edificações religiosas e de controle reinol;
- Apresentar, exceto por alguns chafarizes, as obras públicas sem as mesmas intenções plásticas que as igrejas barrocas, uma vez que partiam da iniciativa portuguesa, resultando mais na importação de modelos europeus.



## SALVADOR

Localizada na baía de *Todos os Santos*, a primeira capital do Brasil foi fundada em 1549 por Tomé de Souza, cujo plano de realização era informal e de regularidade relativa, à maneira medieval, embora demonstrasse cuidados com a defesa, tanto na escolha do local, no alto de uma colina, como pela presença de muralhas.

→ No primeiro século de existência, sua economia girou em torno da exportação do açúcar, garantindo o crescimento do seu porto e sua divisão em duas partes: a *Cidade Baixa* que concentra as atividades portuária e comercial, além do *Mercado Modelo* e a feira de *São Sebastião*; e a *Cidade Alta* que está constituída sobretudo por bairros residenciais, além dos órgãos administrativos e comércio varejista.



Com o desenvolvimento da cultura do fumo na região periférica à baía e a criação de gado no sertão, além da sua importância política, a cidade expandiu-se, fazendo seus muros serem estendidos para abrigarem o colégio dos jesuítas e o convento franciscano, com seus bairros circunvizinhos. No século XVII, recebeu a construção de vários palácios, solares, igrejas e conventos. Tal crescimento desacelerou-se com a transferência da capital para o Rio de Janeiro, em 1763, retomado no final do século XVIII com a exportação de ouro e diamantes provenientes da chapada Diamantina.

O centro de Salvador (*Largo do Pelourinho*) prolonga-se pela *Baixa do Sapateiro*, zona de comércio popular e de moradia da população mais pobre (*cortiços*). A partir da industrialização, que vem ocorrendo desde os anos 60, sua expansão urbana aconteceu de maneira desordenada, formando-se favelas na faixa litorânea interna à baía, incluindo *Alagados*, a maior favela de palafitas do país. As primeiras ações de resguarda do Pelourinho datam de 1967, com a criação de uma fundação para este fim. Porém, foi a partir de 1992 que se efetiva o projeto de sua recuperação, com o restauro de mais de 350 unidades.

## COLONIZAÇÃO BRITÂNICA

O modelo urbano em tabuleiro, idealizado pelos espanhóis no século XVI para traçar as novas cidades da América Central e Meridional, foi também aplicado extensivamente pelos ingleses, assim como pelos franceses e holandeses, entre os séculos XVII e XVIII para a colonização da América Setentrional.

→ Vários técnicos de terceira ordem, emigrados para o *Novo Mundo*, conseguiram realizar o que não era possível de ser feito na Europa da época: reorganizar o ambiente construído com os novos princípios da simetria e da regularidade geométrica, que garantiam a afirmação da cultura européia em todo o mundo.



O território norte-americano também foi encontrado sem cidades, como no caso do Brasil, contudo, os colonizadores que desembarcaram com o *May Flower*<sup>1</sup>, mais de um século após o início da colonização das terras brasileiras, não permaneceram no litoral, embrenhando-se para o oeste no propósito de colonizar e permanecer na sua nova pátria.

→ Entretanto, a eficiência e a rapidez da urbanização e colonização americanas sobre a brasileira não advêm da superioridade anglo-saxônica em relação à portuguesa (conceito equivocado e racista), mas por razões bastante evidentes.

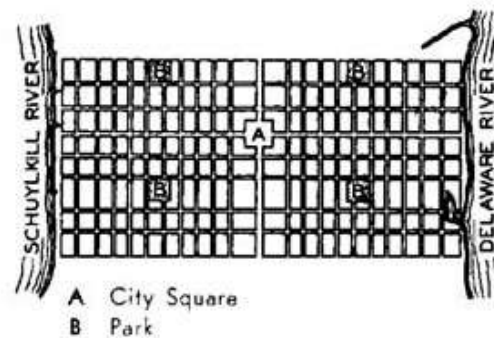
<sup>1</sup> *May Flower* era o nome do navio que partiu de Southampton, na Inglaterra, em 16 de setembro de 1620, com 102 emigrantes, dentre os quais 41 "peregrinos" ou puritanos ingleses que fundaram *Plymouth*, na Nova Inglaterra (*New England*), em 26 de dezembro.

Segundo FERRARI (1991), os principais fatores do contraste de colonização entre o Brasil e os EUA foram os seguintes:

- **Fator orográfico:** enquanto, no Brasil, as serras do Mar, Geral e Serra da Mantiqueira (*Maciço Atlântico*) representam fortes obstáculos naturais tanto à penetração como à implantação de estradas de ferro e rodovias, a costa norte-americana, em uma extensão de 300 km, é formada por uma planície. As cadeias dos Alleghenies e dos Apalaches são facilmente contornáveis, seguidas por novas planícies e finalmente pelas Montanhas Rochosas, já no Pacífico;
- **Fator hidrográfico:** enquanto os EUA possuem a melhor rede hidrográfica do mundo em relação a navegação fluvial, o que pode ser exemplificado pelo Mississipi; o Brasil, principalmente na zona temperada, tem poucos rios grandes navegáveis, na maioria, com cursos irregulares e cheios de cachoeiras. Embora o Amazonas seja o maior rio do mundo, situa-se em terras equatoriais, de densas florestas e de difícil aproveitamento econômico;
- **Fator climático:** a diversidade do clima norte-americano contribuiu para a formação de uma agricultura diversificada, assim como o frio intenso promoveu o desenvolvimento de uma indústria para combatê-lo (tecidos, roupas, aquecedores). Já no Brasil, o clima tropical que, no primeiro momento, parecia ser uma vantagem, conduziu à monocultura canavieira e inadaptabilidade dos europeus;
- **Fator econômico:** as terras norte-americanas eram ricas em petróleo e carvão de melhor qualidade que o brasileiro, o que significou um maior incentivo colonial. Além do uso desses recursos naturais, a acumulação de renda foi garantida pela agricultura de exportação, cujos excedentes permaneciam no país e eram distribuídos igualmente à população. O Brasil limitou-se a ser uma colônia de exploração (extrativismo e matéria-prima);
- **Fator psicológico:** enquanto os colonos ingleses vieram com as famílias e o propósito de lançar raízes em, sua nova pátria em virtude das perseguições religiosas na Europa (*Reforma* e *Contra-Reforma*), os portugueses vieram sozinhos para cumprirem penas ou se enriquecerem e retornarem a sua pátria;
- **Fator religioso:** enquanto a maioria dos colonos dos EUA era calvinista e como tal intransigente com os vícios (jogo, bebida, etc.), mas polarizado pela idéia fixa de acumular riqueza e poder, os colonos lusos eram todos católicos, contrários à usura (*turpe lucrum*) e, conseqüentemente, ao crédito e ao financiamento.

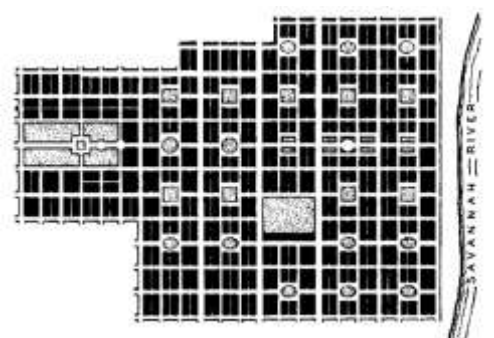
A efetiva colonização do território americano – cujo descobrimento deu-se em 12 de outubro de 1492, por Cristóvão Colombo – iniciou-se com a implantação de colônias espanholas (*pueblos*) na Flórida (*St. Augustine*, 1565), Novo México (*Santa Fé*, 1609) e Texas (*San Antonio*, 1718). O primeiro assentamento francês foi em *Quebec* (1608), seguido por *Detroit* (1701), *Mobile* (1711), *New Orleans* (1722), *Fort Duquesne* (*Pittsburgh*, 1724) e *St. Louis* (1762), enquanto que o holandês deu-se na foz do Hudson, Ilha de Manhattan (1620).

→ Porém, foi o controle britânico que acabou predominando, graças às cidades coloniais fundadas na *Virgínia* (1607), na *Nova Inglaterra* (1620) e na *Pensilvânia* (1681). **Boston** passou a ser a sede do governo de Massachusetts em 1630, substituindo *Charlestown* (1629) pela boa qualidade de suas fontes d'água.



**Filadélfia** foi fundada em 1682, na confluência dos rios Delaware e Schuylkill, por William Penn (1644-1718), em um local antes habitado por imigrantes suecos. De traçado uniforme e retilíneo, com ruas cruzando-se em ângulo reto, possui uma grande praça central, na qual atravessam ortogonalmente duas grandes avenidas. O plano já apresentava preocupações de hierarquização de vias e de zoneamento, com lotes de tamanhos distintos.

→ **Savannah**, fundada em 1733, apresenta um traçado ortogonal em grelha que, embora uniforme, demonstrava um princípio de diferenciação de vias (principais e secundárias), além da previsão de jardins residenciais e três parques.



## CIDADE BARROCA

Em finais do século XVI, a cidade era vista sobretudo como um espaço político, centro poderoso de decisão e de grande importância estratégica. Seu traçado predominantemente medieval sofreu intervenções segundo as teorias renascentistas, que permitiram a abertura de vias e praças, edificadas dentro dos princípios da simetria e da proporção.

→ Os ideais estéticos da Renascença defendiam o alargamento de ruas, as quais deveriam confluir para construções monumentais, agora destacadas em praças ajardinadas, repletas de fontes esculturais, estátuas, obeliscos e colunatas. Sendo concebida como *artefato humano*, a cidade deveria ser a mais geométrica possível e seu crescimento ditado pela harmonia e Razão.

No urbanismo, o **BARROCO**, que se expandiu do século XVII a meados do XVIII, promoveu um prolongamento em escala do Renascimento e, embora negasse suas normas rígidas e proporções imutáveis, manteve a *perspectiva* como elemento primordial na concepção espacial e da valorização das vias e monumentos (KOSTOF, 1991).

→ A classe dirigente passou a ser formada pelos reis e suas cortes, por nobres ricos e pelo novo clero especializado da *Contra-Reforma*. A **CIDADE BARROCA** teve que atender às aspirações estéticas aristocráticas pela grandiloquência de suas formas (expressão de poder, ordem e controle) e, ao mesmo tempo, aos interesses burgueses pelo seu aspecto socioeconômico (GOITIA, 2003).

De um lado, alguns centros urbanos europeus adquiriram as feições de verdadeiras cidades absolutistas (*Paris* e *Viena*) enquanto de outro, alguns centros importantes se transformam em cidades essencialmente liberais ou propriamente burguesas (*Amsterdã* e *Londres*).

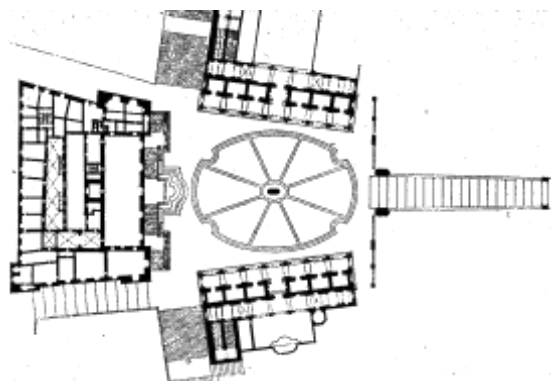
Opondo-se ao classicismo, a expressão barroca era mais sensual e movimentada, sendo composta por formas esculturais onduladas, composições exuberantes e traçados grandiloqüentes. Passando a valorizar a contribuição espontânea dos artistas – em seu sentido maneirista –, era literalmente uma arte “aberta”, que permitia a multiplicidade de significados.

→ A **ARTE BARROCA** voltou-se ao estudo das qualidades não-objetivas, mas subjetivas e sentimentais, servindo como instrumento para controlar os sentimentos coletivos ou exprimir os individuais, oscilando entre o conformismo e a evasão ou o protesto (BENEVOLO, 2001).

Na época, houve inegáveis avanços nas ciências e na filosofia – iniciados por **Galileu Galilei (1564-1642)** e por **René Descartes (1596-1650)** –, assim como a progressiva supressão do poder espiritual (*Igreja*) em detrimento dos interesses do soberano temporal (*Rei*), com a afirmação crescente do despotismo e do absolutismo.

A cidade tornou-se um espetáculo para os olhos, emocionante e dinâmico que utilizava um repertório mais rico que o renascentista, composto por obeliscos, chafarizes, estátuas, colunatas e arcadas, além de grandes planimetrias, traçados radiocêntricos e ajardinamentos.

→ Até o Renascimento, a arte dos jardins resumia-se na apropriação pela cidade de espaços verdes naturais, que eram cercados e domesticados; ou então no cultivo de áreas verdes domésticas. A partir do Barroco, os jardins expandiram-se em amplas praças com desenhos geométricos e escalonados em diversos planos.



PIAZZA DEL CAMPIDOGGIO, ROMA

O **BARROCO** originou-se em **Roma**, motivado pela *Contra-Reforma* e pela interpretação pessoal dos artistas maneiristas, entre os quais Michelangelo (*Piazza del Campidoglio*). Sob o domínio dos papas, a cidade tornou-se barroca e sua fisionomia medieval sofreu alterações radicais com o papa Sixtus V (1521-90).

→ Autor da *Piazza di San Pietro*, no Vaticano, **Gianlorenzo Bernini (1580-1680)** realizou uma série de trabalhos e praças barrocas, entre as quais a *Piazza Navona*. Da mesma época, são as igrejas gêmeas da *Piazza del Popolo*, criadas por **Carlo Rainaldi (1611-91)**, entre outras.

No século XVII, as duas capitais dos Estados italianos mais importantes da época – **Turim** e **Nápoles** – também passaram por grandes reformas barrocas. **Turim (Torino)**, a capital dos duques de Savóia, ainda mantinha o traçado romano em tabuleiro quando sofreu três ampliações sucessivas, as quais respeitaram a retícula e anexaram espaços elegantes e a arquitetura inventiva de **Guarino Guarini (1624-83)**:

- *Primeira ampliação* em 1620, da autoria do arquiteto **Carlo di Castellamonte (1560-1641)**, para o Duque Carlo Emanuele I di Savoia (1562-1630): a cidade chegou a 100 hectares e 25.000 habitantes;
- *Segunda ampliação* em 1673, elaborada pelo filho do precedente, **Amedeo di Castellamonte (1610-83)**, no fim do reinado de Carlo Emanuele II (1634-75), quando o castelo medieval passou a ser isolado ao centro de uma grande praça: a área ampliou-se para 160 hectares e a população para 40.000 pessoas;
- *Terceira ampliação* em 1714, empreendida por **Filippo Juvara (1678-1736)** para Vittorio Amadeo II (1666-1732): a superfície passou a ser de 180 hectares e a população atingiu cerca de 60.000 habitantes.



**Nápoles (Napolí)**, capital do vice-reino espanhol, tornou-se a cidade italiana mais populosa do século XVII, cujo centro medieval conservou seu traçado reticular greco-romano e as ruas retilíneas do século XVI. Como Estado independente entre 1734 e 1759, sob Carlo di Borboni (1716-88) e com 300.000 habitantes, empreendeu um ambicioso rearranjo:

- Modernização do porto e ordenação de ruas suburbanas, além da construção de novos edifícios públicos, como o *Tribunal da Saúde* e o *Albergue dos Pobres*;
- Realização das grandiosas *villas* de *Capodimonte* (1743) e de *Caserta* (1752), segundo desenho barroco de **Luigi Vanvitelli (1700-73)**.

Na Inglaterra, o exemplo pioneiro do urbanismo classicista foi o projeto de *Covent Garden* (1625/30), a primeira *piazza* londrina de traçado regular, criada por **Inigo Jones (1573-1652)**. Pertencente ao Duque de Bedford, o espaço era flanqueado por arcadas, inspirando-se no *Palais Royale* (1602-12) de Paris. O palacete original foi demolido em 1703, substituído por moradias modestas, além de ter seu uso ampliado com um mercado popular, cafeterias e teatros.

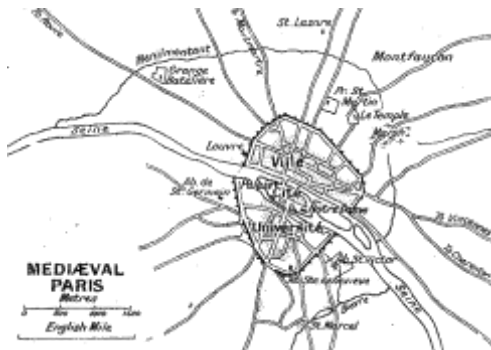
Eram estes os principais elementos do urbanismo barroco, característico da Europa dos séculos XVII e XVIII:

- a) Traçados de bases renascentistas, guiados pela perspectiva, mas dotados de maior liberdade, movimento e escala, passando a simetria a ser relativa (em composição, mas não em detalhes);
- b) Caráter monumental expresso pela busca da grandiosidade e pela criação de verdadeiras “cidades-cenário”, o que foi obtido por meio de rasgamento e alargamento de vias, assim como a criação de amplos espaços públicos.
- c) Desenho urbano realizado com base na composição arquitetônica (simetria, ritmo, dominância de massas compactas e aspecto imponente e sólido das obras), além da artificialidade dos jardins;
- d) Paisagem concebida como “construção humana”, adquirindo assim um espírito mais arquitetônico artificial e cênico. Proliferam eixos, ruas e avenidas radiais, composições geométricas e a retificação de canais, fontes e espelhos d’água.
- e) Arquitetura urbana exuberante e retórica, de escala monumental composta por igrejas, palácios e monumentos para os quais convergiam alamedas arborizadas e consistiam nos principais temas estéticos.

## PARIS

Mesmo ocupada desde 4.500 a.C., foi no século III a.C. que ocorreu a fixação da tribo celta dos *parisii* na região conhecida como **Lutécia**, situada na *Île de la Cité*, a qual foi saqueada e dominada pelos romanos em 59 a.C., na sua conquista da Gália. Estes impuseram o padrão reticular e fortificaram a ilha e parte da margem esquerda do rio Sena (*Sene*), mas a vila somente passou a se chamar *Paris* com o imperador Juliano, em 360 d.C.

→ Durante a Idade Média, situada em um ponto de cruzamento de rios, a cidade tornou-se importante centro de poder político e cultural. Sofreu vários ataques de bárbaros (muçulmanos e normandos) e, no século XIII, finalmente pode se expandir, quando os pântanos (*Marais*) foram drenados. A catedral de *Nôtre-Dame* foi iniciada em 1163, o mercado de *Las Halles* em 1167, *La Sorbonne* em 1253 e a torre da Bastilha concluída em 1380.



Em 1353, teve início a *Guerra dos Cem Anos* contra a Inglaterra, cujo término deixou a cidade praticamente em ruínas. Louis XI (1423-83) procurou recuperá-la, através de um interesse renovado pelas artes e arquitetura, inspirado pela Renascença italiana, mas foi somente no século XVI, quando François I (1494-1547) começou a ampliar o antigo *Chateau du Louvre* (1528), iniciado por **Pierre Lescot (1510-78)**, que os reis franceses – que antes viviam nos *chateaux* do Loire – instalaram-se definitivamente em Paris.

→ Nessa época, a cidade de Paris desenvolveu-se bastante, atingindo de 200.000 a 300.000 habitantes, os quais já ultrapassavam seus muros.

Contudo, as guerras religiosas, ocorridas entre 1589 e 1594, danificaram gravemente a cidade e Henri IV (1553-1610) empreendeu um amplo programa de renovação urbana, realizando obras que embelezaram a capital.

→ Estes trabalhos definiram vários espaços barrocos, elegantes e uniformes, consistindo em:

- Reorganização das ruas e das instalações sanitárias (aqueduto e esgotos), além da ampliação dos muros do século IX, na margem direita, incluindo os novos subúrbios ocidentais;
- Construção de uma nova mansão suburbana (*hôtel*) em Saint-Germain (castelo ambientado a um jardim em patamares de inspiração italiana);
- Ampliação do paço do Louvre, por meio de um conjunto quadrado ligando o castelo real ao *Palais des Tuileries*, completado somente em fins do século XVIII;
- Abertura de novas praças de forma regular e circundadas por casas de aspecto uniforme: *Place Royale* (*Places des Voges*) e *Place de la Concorde* (retangulares); *Place Dauphine* (triangular, na ponta da *Île de la Cité*); e *Place de France* (semicircular, mas não realizada).

No século XVII, *Le Grand Siècle*, amadureceram os preceitos do **JARDIM FRANCÊS**, caracterizado pela rígida distribuição axial, além do uso da simetria relativa, das proporções matemáticas e das perspectivas grandiosas. Demonstrando o poder do homem sobre a natureza, expressava a prosperidade e inflexibilidade social na França de Louis XIV (1638-1715), *Le Roi-Soleil*.

→ O **jardim barroco** estabelecia-se como uma paisagem completa, simétrica e regular, na qual os edifícios eram vistos como cenários e a natureza trabalhada como massas compactas e artificiais. Os cursos d'água eram canalizados, os percursos pré-estabelecidos e todo o desenho dominado por relvados e alamedas, canteiros floridos, chafarizes, colonatas e estátuas.

O apogeu da expressão conceitual da paisagem barroca encontra-se nas obras de **André Le Nôtre (1613-1700)**, responsável pela criação das regras para o paisagismo dos espaços circundantes dos palácios franceses do período, iniciados pelo parque do *Palais de Vaux* (1656/60), residência do rico superintendente das Finanças, Nicolas Fouquet (1615-80).

→ Segundo ele, os jardins franceses seriam compostos por:

- Traçados retilíneos e radiocêntricos compostos por caminhos e arruamentos de cascalhos para o tráfego de cavalos e carruagens;
- Amplos revaldos, alamedas, cercas-vivas, trepadeiras e canteiros formando desenhos geométricos e bordaduras curvilíneas, separados de bosques;
- Criação de cursos d'água (canais e lagos artificiais), assim como perspectivas que destacassem as fachadas arquitetônicas, os portões de acesso e os elementos decorativos em profusão.



A obra-prima de Le Nôtre foi o esquema paisagístico do *Palais de Versailles* (1662/70), feito em continuidade compositiva com a arquitetura proposta por **Louis Le Vau (1612-70)** e **Jules Hardoin-Mansart (1646-1708)**.

→ Situado numa planície pantanosa próxima a Paris, caracteriza-se pela sua grandiosidade: de um grande canal em forma de cruz (1,5 x 3 km), irradia-se um leque de dez ruas que avançam como raios no bosque compacto à sua volta.

Diante do palácio real, um sistema de avenidas coordena as residências dos funcionários da corte. O complexo, em que viviam cerca de 20.000 pessoas, possui mais de 1.400 fontes distribuídas regularmente.

Paris e Versailles foram dois organismos complementares, que revelavam as possibilidades e os limites do poder absolutista entre os séculos XVII e XVIII na França: exemplificam o ideal estético barroco, mas demonstram a dificuldade deste ser levado a todo conjunto urbano, o qual se manteve como mosaico de parques e edifícios monumentais.

→ Durante o reinado de Louis XIV, entre 1653 e 1715, quando Paris atingiu 500.000 habitantes, as intervenções pontuais prosseguiram, completando suas feições barrocas:

- Inserção de novos episódios limitados no tecido: *Palais de Luxembourg* (1631), *Hôtel des Invalides* (1671/6), *Place Vendôme* (1698), *Place des Victoires* (1685) e um novo arranjo do *Palais du Louvre*;
- Demolição dos muros, os quais foram substituídos por uma coroa de avenidas arborizadas (os *boulevards*), "abrindo" a cidade para a periferia, descontinua e misturada ao campo.

## VIENA

Embora de origem remota, por volta de 800 a.C., foi colonizada pelos celtas em 400 a.C. e incorporada pelos romanos à província de Panônia em 15 a.C., que ali estabeleceram, em cerca de 100 d.C., a fortaleza de *Vindobona*. Tomada pelos bárbaros (longobardos), permaneceu insignificante até o século VIII, quando Carlos Magno fez dela parte da fronteira oriental do *Sacro Império Romano*.



→ Foi a partir do século XIII, sob os 640 anos de domínio Habsburgo, que **Viena (Wenia)** tornou-se uma das principais cidades como centro político, comercial e cultural, capital do *Império Austro-Húngaro*, que atingia Espanha, Holanda, Borgonha, Boêmia e Hungria. Sofria, entretanto, constantes ameaças, como os ataques turcos, a *Peste Negra* e as disputas entre protestantes e católicos, que desestabilizaram a cidade até 1576, início da *Contra-Reforma*.

O cerco de Viena pelos turcos cessou em 1683, graças à vitória do príncipe Eugenio di Savoia-Carignano (1663-1736), a partir de quando a cidade expandiu-se além dos muros, respeitando um cinturão livre de 500 m; e surgiram novos espaços urbanos, representados pelos subúrbios e pelas residências dos grandes dignatários, como o *Palácio do Belvedere*, onde residia o príncipe de Savóia, criado por **Johann L. von Hildebrandt (1668-1745)**; e o palácio *Liechtenstein*, projetado por **Domenico Martinelli (1694-1706)**, entre outros.

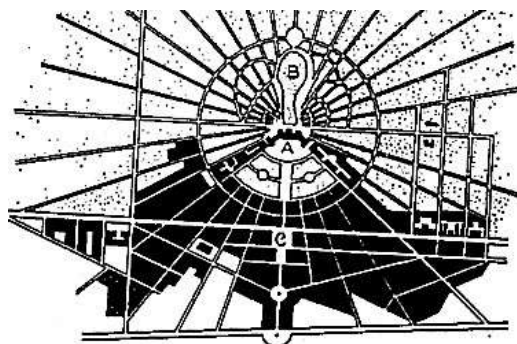
→ Entre 1690 e 1723, construiu-se uma grande residência suburbana, imersa dentro de um amplo parque barroco semelhante a Versailles: o *Palácio de Schönbrunn*, projetado pelo arquiteto da corte **Johann B. Fischer von Erlach (1656-1723)**, também responsável pelo novo paço do *Palácio de Hofburg*, sede do poder austríaco.

No início do século XVIII, construiu-se um segundo cinturão de muros externos, vinculando ao seu redor uma outra faixa de respeito de 200 m, passando a cidade a contar, já no final do século, com uma área total de cerca de 1.800 hectares e uma população de 200.000 pessoas.

A **CIDADE BARROCA** foi a espacialização dos ideais do absolutismo e seu traçado – centro urbano, palácio e jardim – baseava-se em um conjunto de eixos divergentes e convergentes que era a expressão e instrumento do poder e da ordem monárquica, representando um ponto de vista simultaneamente unívoco e abrangente (GUIMARÃES, 2004).

Além das cidades citadas, deve-se sublinhar o projeto de **Giovanni Antolini (1756-1841)** para *Milão (Milano)*, na Itália; assim como o plano de *Nancy*, na França, considerado um dos conjuntos barrocos mais harmoniosos em escala urbana da Europa, ligando duas praças por uma avenida arborizada, que por si mesmo representa outra praça.

→ O incêndio de 1720 em *Rennes*, na França, possibilitou a **Jacques-Anges Gabriel (1698-1728)** planejar uma remodelação barroca da cidade, assim como o terremoto de 1755 em *Lisboa* foi responsável pelo seu novo traçado geometrizado da autoria do **Marquês de Pombal (1699-1782)**. Destacaram-se também os projetos das cidades alemãs de *Mannheim*, *München (Munique)*, *Potsdam* e *Karlsruhe*, esta última projetada em função do *Palácio do Príncipe*, a partir do qual se irradiava todo o seu traçado (1715).



Paralelamente, enquanto que na maioria dos Estados europeus imperava o poder absoluto de monarcas, as **CIDADES HOLANDESAS** ainda eram governadas como cidades-estado medievais, ou seja, o poder político ainda era administrado coletivamente pela *burguesia mercantil*.

→ Toda grande cidade era uma república independente, com leis e instituições próprias, mesmo que pertencente a uma federação, visando defender os comuns interesses econômicos e militares.

Conservando este sistema político excepcional, essas cidades tornaram-se riquíssimas nos séculos XVI e XVII, desenvolvendo uma cultura original, burguesa e antimonumental, cujos principais nomes foram o do filósofo **Baruch Spinoza (1632-77)** e dos artistas **Rembrandt van Rijn (1577-1642)** e **Frans Hals (1581-1666)**, entre outros.

## AMSTERDÃ

Nasceu aproximadamente em 1200 d.C., na foz do rio Amstel, como uma aldeia de pescadores, os quais construíram casas adaptadas às freqüentes enchentes, além de barragens e canais. Foi lentamente crescendo e se dedicando ao comércio, acabando por se transformar, em cerca de 1350, num porto entreposto de grãos e cerveja vinda de Hamburgo.

→ Os Países Baixos estavam então sob o domínio dos duques da Borgonha, mas, no século XV, por casamento, seu controle passou aos Habsburgos da Áustria. Grandes incêndios em 1421 e em 1452 destruíram dois terços da cidade, feita toda em madeira e palha. Em 1480, foram erguidos seus primeiros muros.



Por volta de 1500, Amsterdã havia superado seus rivais e se transformado no principal poder da província da Holanda com uma população de cerca de 12.000 pessoas. O comércio no Báltico trouxe riqueza e a cidade cresceu rapidamente, chegando à primeira metade do século XVI a 40.000 habitantes.

→ Os Habsburgos da Espanha tentaram barrar a Reforma Protestante que varria todo o norte europeu, mas a resistência holandesa provocou uma guerra civil e religiosa de 80 anos. Em 1578, os calvinistas tomaram o poder e expulsaram os católicos, fazendo-se a primeira ampliação:

- Demolição das muralhas do final do século XV e transformação do fosso perimetral em um canal interno;
- Construção de um novo cinturão de muros em 1593, segundo as regras da técnica militar moderna.

O século XVII foi o período áureo de Amsterdã, em que fortunas foram acumuladas e perdidas. A cidade continuou a crescer e um novo plano de expansão foi aprovado pelo governo municipal em 1607 e pontualmente executado no decorrer do século:

- Desapropriação de terrenos para a construção de três canais concêntricos, com 25m de largura (04 corredores de cerca de 6m para tráfego de navios médios), começando pela extremidade ocidental e continuando por meio de cortes sucessivos até a zona oriental;

O canal mais interno (*Canal dos Senhores*) tem 3,5km de comprimento; o mediano (*Canal dos Reis*), 4km; e o externo (*Canal dos Príncipes*), 4,5km.

- Previsão de desembarcadouros de carga e descarga em ambas margens dos canais, com 11m de largura (ao total são 25km que chegam a permitir que 4.000 navios atraquem ao mesmo tempo); e de um grande parque público na zona leste, além da ampliação de todo o canteiro naval;
- Venda dos novos lotes edificáveis a particulares (duas fileiras de 50m de profundidade cada), recuperando assim as quantias gastas e garantindo que as novas construções seguissem um minucioso regulamento (entre as fachadas posteriores das casas haveria um espaço livre de, no mínimo, 48 m: 24m de jardim de cada lado)



A Holanda tornou-se uma potência marítima, colonizando as ilhas da Polinésia e parte do Brasil, além da Ilha de Manhattan; mas seu poderio desmoronou devido à guerra com a Inglaterra. No final do século XVII, Amsterdã chegou a contar com 650 hectares de área e 200.000 habitantes, permanecendo uma cidade rica e se transformando na capital financeira do mundo em meados do século XVIII. Urbanisticamente, manteve a fisionomia particular de seu característico núcleo histórico, marcado pela arquitetura uniforme e por sua grande vitalidade e identidade (BENEVOLO, 2001).



## CIDADE ILUMINISTA

No Reino Unido, devido à sua acidentada história durante os séculos XVI e XVII, na qual houve a sucessão de vários estilos artísticos, o Barroco italiano e francês foi recusado. Para os britânicos, além desse estilo estar fortemente ligado ao catolicismo, apresentava formas imorais, uma vez que servia a uma religião de austeridade e humildade com toda a sorte de sensualidade e fausto, além de recorrer a artifícios e falsificações para atingir seus fins de encantamento.

→ Como reação, instalou-se na Inglaterra o **PALLADIANISMO**, uma corrente classicista inspirada na doutrina arquitetônica do tratadista da Renascença **Andrea Palladio (1508-80)**, que dominou todo o país por quase dois séculos, de 1620 a 1800, servindo de ponte entre o Renascimento e o Neoclassicismo do final do século XVIII.

Durante todo o século XVII, raramente a arquitetura palladiana foi superada por tendências barrocas, mantendo-se sóbria e acompanhada de reminiscências góticas. Aos poucos, as construções burguesas procuraram por maior conforto, o que as fez se distanciarem do classicismo rigoroso e combinarem os motivos palladianos com o lirismo e o dinamismo da Europa central, especialmente da Baviera.

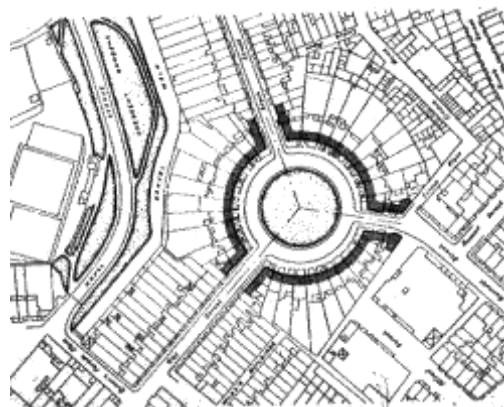
→ Houve uma fusão entre as formas clássicas e a decoração barroca, sem nunca atingir o excesso. Várias praças particulares foram criadas nessa época em Londres – como a *Bloomsbury Square* (1660), a *St. James Square* (1662) e a *Soho Square* (1681) –, que se caracterizavam pela continuidade característica e uniformidade rítmica das fachadas circunvizinhas; pelo uso e trânsito exclusivo de pedestres pagantes; e pelo tratamento unitário em bloco (*street block*), geralmente associado ao corpo de um palacete burguês, igreja ou templo coletivo.

Como expoentes dessa arte inglesa híbrida devem ser citados, além de Inigo Jones em seus trabalhos tardios, os arquitetos **Christopher Wren (1631-1723)**, **James Gibbs (1682-1754)** e **William Kent (1684-1748)**, entre vários outros.

Em meados do século XVIII, a reação inglesa contra os faustos barrocos tornou-se ainda mais intensa e acabou por fazer imperarem a pureza, a contenção compositiva e as restrições clássicas. Optou-se pelo **NEOCLASSICISMO** ou *Neopalladianismo*, o qual se implantou sob a direção de **Lorde Burlington (1694-1753)** e contribuiu com alguns elementos clássicos na decoração em *Estilo Georgiano (Georgian Style)*.



→ No plano urbano, as cidades inglesas receberam intervenções pontuais que ressaltaram os valores barrocos perspécticos, destacando-se várias praças privadas em Londres, tais como: *Hanover Square* (1717), *Grosvenor Square* (1725), *Berkley Square* (1739), *Cavendish Square* (1717), *Portman Square* (1761) e *Bedford Square* (1739).



A cidade balneária de **Bath** recebeu um importante e característico conjunto classicista a partir de 1727, graças a **John Wood, o Velho (1700-54)**, este iniciado com a *Queen Square* (1727/34), que se liga, através da *Gay Street* (1760), ao *King's Circus* (1754/60) que, por sua vez, estende-se pela *Brock Street* (1767/68) até o *Royal Crescent* (1767/74) (FERRARI, 1991).

No início do século XVIII, o artificialismo típico dos jardins clássicos atenuou-se e apareceram parques caracterizados por árvores, córregos e extensos prados. Nascia assim o **JARDIM INGLÊS** que se distanciava cada vez mais do modelo axial e geométrico, de tradição renascentista-barroca, criada pelo poder absolutista e despótico dos franceses.

→ **William Kent (1684-1748)**, um dos criadores do jardim naturalista de tradição inglesa, a reação romântica ao paisagismo francês, sustentava que se deveria projetar de acordo com dois fatores fundamentais: a integridade moral, de origens clássicas; e o gosto pelo natural.

Criticando a pretensa “domesticação” das paisagens naturais empreendida pelos franceses e inspirando-se, ao mesmo tempo, na apologia ao “estado natural” feita pelos artistas românticos e na cultura e artes orientais, os ingleses defendiam a volta do contato humano mais próximo à natureza, enfatizando as idéias de liberdade e movimento no paisagismo.

→ Deste modo, os elementos do paisagismo inglês passaram a ser:

- Traçados curvilíneos e tortuosos, objetivando surpresa, variedade de sensações e simulação de idílicas perspectivas, por meio do manejo de sinuosos contornos naturais;
- Criação de uma seqüência de experiências (qualidades de umidade, temperatura, textura e som) associadas a impressões visuais (luzes, sombras, cores, formas, etc.) que provocavam emoções variadas e distintas;
- Eliminação de barreiras visuais e físicas entre o jardim e o paisagem natural, explorando seus valores ecológicos e trabalhando com “episódios” (relvas, clareiras, bosques, matos, lagos, riachos, cascatas, grutas, ruínas, etc.).



## LONDRES

A história londrina iniciou-se com a invasão da Grã-Bretanha (*Britania*) pelos romanos no século I d.C., quando instalaram seu porto, *Londinium*, às margens do rio Tâmesa (*Thames*), que se desenvolveu e atingiu já 50.000 habitantes no século III d.C.

→ Oito séculos depois, estabeleceu-se a divisão histórica de Londres em duas partes: a *City*, centro comercial correspondente ao núcleo romano, em que foi construída a *White Tower* (1078); e *Westminster*, sede do governo, onde se construiu a abadia e o parlamento (1240/5). Uma única ponte – a *London Bridge* (1176) – transpunha o rio e levava aos subúrbios meridionais da cidade.

Na *City* medieval, instalaram-se os comerciantes e suas instituições e guildas, desenvolvendo-se como uma cidade aberta, não sujeita a ameaças militares e coordenada por prefeitos. Ao seu redor, formou-se uma coroa de subúrbios, cujo traçado seguia o das ruas dos campos. Contudo, sua população nunca ultrapassava os 50.000 habitantes, devido a doenças, especialmente a *Peste Negra*, que dizimou milhares em 1348.

→ O Renascimento inglês ocorreu no século XVI, quando os Tudor restabeleceram a paz e o reinado de Elizabeth I (1533-1603) estava em seu ápice, em pleno período das navegações. Porém, a *Guerra Civil* foi deflagrada em 1642, seguida pela *República de Commonwealth*, que durou até 1660, quando da restauração de Charles II (1630-85).

Com a introdução do *pallamaglio* ou *palle-maille* (uma combinação de críquete e golfe) na Inglaterra por Charles II, criou-se o recanto conhecido como *Pall Mall* ou simplesmente *Mall*, no *St. James's Park*, originalmente um prado alagadiço utilizado para a caça e melhorado por volta de 1660 com arborização, caminhos e prados para atender às amenidades dessa diversão pública.

→ Nessa época, já existiam o *Hyde Park*, parque de caça real tornado público em 1635; e os *Vauxhall Gardens*, um jardim de amenidades, criado em 1660, com o nome de *New Spring Gardens*, público em 1681.

Em 1665, um novo surto da peste dizimou cerca de 100.000 pessoas e, em 1666, ocorreu o *Grande Incêndio de Londres*, que desabrigou outros 100.000 e permitiu a remodelação de algumas áreas, o alargamento de vias e a fixação de regulamentos para as novas habitações.

→ Baseados em modelos franceses, entre os exemplos barrocos em Londres estão os jardins de *Hampton Court*, o palácio real de William III (1650-1702) & Mary II Stuart (1662-94), remodelado em 1689 por Christopher Wren; e os *Kensington Gardens*, separados do *Hyde Park* no mesmo ano, além de *Chartswarth* (1680/90) e *Langleat* (1685/1711).



**PLANO DE LONDRES (WREN, 1667)**

A fundação do *Bank of England* em 1694 estimulou o crescimento da cidade e, quando George I (1660-1727) subiu ao trono em 1714, Londres já era um importante centro europeu. Em fins do século XVIII, sua estrutura urbana já estava totalmente consolidada, estando dividida em três setores ao redor da *City*, seu principal centro administrativo e financeiro: o *West End*, o setor da nobreza e alta burguesia, o *East End*, o setor operário; e a zona sul do rio, o setor comercial.

→ Foram os aristocratas de *West End* que começaram a construir elegantes praças e mansões, inspirando-se em outras capitais européias e por meio de arquitetos como **Robert Adam (1728-98)**, **John Soane (1753-1837)** e **John Nash (1752-1835)**, este último responsável pelo *Green Park*, pelo *Regent's Park* e pela *Regent Street* (1811/28), marcados pela combinação de fachadas, terraços e paisagem.

Mesmo com o término da era georgiana, já no século XIX, vários arranjos paisagísticos foram realizados, estes completamente definidos pelos ideais românticos, como os *Kew Gardens* (1841), os primeiros jardins botânicos

reais do mundo; e o *Victoria Park* (1845), de **Humphrey Repton (1725-1818)**.

→ A capital britânica *Londres* pode ser considerada a primeira grande cidade burguesa, cuja forma urbana não dependeu só de grandes intervenções do governo, mas da soma de um grande número de pequenas intervenções particulares.

Além dos já citados, outros paisagistas românticos foram **Charles Bridgeman (1690-1738)**; **Henry Hoare II (1705-85)**, criador dos jardins de *Stourhead* (1725); **Capability "Lancelot" Brown (1716-83)** e **John C. Loudon (1783-1843)**, este o introdutor inglês do *Gardenesque Style*, além de **Joseph Paxton (1803-65)**, que foi o autor do *Birkenhead Park* (1844/7), em Londres, além do *Crystal Palace* (1851), construído no *Hyde Park* por ocasião da *Primeira Exposição Universal*; e depois transferido para Sydeham.

## ROMANTISMO

As transformações decorrentes da **REVOLUÇÃO INDUSTRIAL (1750-1830)**, levaram a profundas alterações espaciais e socioeconômicas, caracterizadas pelo rápido crescimento urbano, início da periferização, proletarização de milhares de artesãos e difusão do liberalismo.

→ Além das mudanças urbanas, essa passagem do capitalismo comercial para o industrial conduziu a uma maior discussão sobre a questão da liberdade individual, considerada condição essencial para o desenvolvimento econômico liberal. Foi a partir desse momento que se inseriu a concepção de "estado natural", a qual teria grande influência nas teorias urbanas.

Apesar da idéia de que os homens que viviam perto da natureza seriam mais felizes do que os civilizados ser bastante antiga, ela tomou uma força sem igual especialmente a partir do século XVIII. Os sofistas gregos já diziam que as leis e as instituições eram criações "artificiais" que respondiam às necessidades humanas, mas que não resultavam diretamente de sua "natureza".

→ Esta dicotomia entre *arte* (artifício) e *natureza* (mundo), que também se fazia presente nos pensamentos platônico e aristotélico, acabou conduzindo à idéia de uma coletividade humana completamente livre de tudo que fosse “artificial”, vivendo em plena harmonia com a natureza no estado que veio a ser chamado de “natural” (**NATURALISMO**).

No século XVIII, imaginaram-se diversas formas para o “estado natural”, o que variou conforme as concepções políticas de seus autores que ora aboliam a propriedade privada quicá o próprio Estado, ora defendiam a ausência de luxo e sofisticação em prol da simplicidade – ou “naturalidade” – das relações entre os homens e as mulheres.

→ O francês **M. MORELLY (1717-78)**, através de sua obra *La Bailliade* (1753) e, principalmente, de *Le code de la nature* (*O código da natureza*, 1755), afirmava categoricamente que a propriedade seria “a mãe de todos os crimes”, preconizando assim um sistema comunista ao propor a cidade utópica de *Basiliade*.

Tomando como modelo o homem primitivo – que seria bom e viveria em comunidade –, ele propôs a abolição de todas as instituições que pervertiam a natureza humana – propriedade, política, matrimônio, privilégios ou leis –, apresentando um plano para essa nova ordem social, a partir de um sistema comunitário de bens (CASTELNOU, 2005).

→ Propondo um sistema de legislação conforme as intenções naturais, Morelly defendia o modelo ideal renascentista da *cidade monocêntrica* – cujo ponto central seria uma grande praça (síntese da idéia de comunidade) –, de pequenas ou médias dimensões, a qual se distribuiria de modo equilibrado e ordenado no território, negando as forças concentradoras que agiam no crescimento urbano capitalista.

Em seu país utópico, o governo seria republicano e a sociedade organizada em famílias, tribos (*clãs*) e cidades, cada qual definida por um tamanho ideal e previamente controlado.

Já o escritor e filósofo francês **VOLTAIRE (1694-1778)**, com sua novela *Candide* (1759), apresentava a utopia de *El Dorado*, um país riquíssimo de campos férteis e casas luxuosas, situado em algum lugar entre o Amazonas e o Peru, no qual os incas teriam mantido uma monarquia paternalista sem os espanhóis colonizadores darem-se conta. Em sua capital *Manoa*, fundada na nascente do rio Caroin, tudo seria feito de ouro.

Contudo, segundo Voltaire, apesar de todas as suas riquezas, os habitantes desse país – um povo forte e corajoso descendente da civilização de *Atlântida*<sup>1</sup> – não eram cobiçosos e consideravam seu tesouro supérfluo. O ouro seria usado apenas para embelezar palácios e templos, sendo considerado por eles inferior à comida e à bebida.

Por sua vez, **DENIS DIDEROT (1713-84)** defendeu o “estado natural” do homem em *Supplément au voyage de Bougainville* (*Suplemento à viagem de Bougainville*, 1771/72), no qual descrevia uma ilha fantástica onde os homens haviam se entregue à simplicidade dos instintos primários. Com isto, contribuiu para reforçar a crença de que em terras distantes o homem, em estado natural, era bom e valoroso (CARANDELL, 1974).

→ Entretanto, a grande utopia pedagógica do século XVIII e que teve maiores conseqüências foi a obra do filósofo francês **JEAN-JACQUES ROUSSEAU (1712-78)** intitulada *Emilio* (1762), a qual propunha um sistema de educação que permitisse ao homem manter sua bondade, inocência e virtudes naturais.

<sup>1</sup> Denominava-se *Atlântida* a ilha lendária e de grandes dimensões, que teria existido no oceano Atlântico, próxima ao estreito de Gibraltar. Tendo sido descrita minuciosamente, em sua organização e riquezas, no *Crítias* e no *Tímaios*, de Platão, no século IV a.C.; após violento cataclisma, submergiu no oceano – embora algumas partes sobrestiram –, levando consigo seu povo forte e guerreiro; fato supostamente ocorrido por volta de 9560 a.C. De forma um pouco elíptica, que se estendia por 533 km de Norte a Sul; e 355 km de Leste a Oeste, a ilha consistia em um planalto elevado cercado de montanhas escarpadas que davam para o mar. Em 1919, Pierre Benoit completou sua descrição através de *L'Atlantide* (MANGUEL & GUADALUPI, 2003).

Rousseau intentava fazer possível a existência do “bom selvagem” no mundo contemporâneo, através de um regresso ao seu “estado natural” com a manutenção de sua independência e liberdade ao longo da vida. A partir de um método pedagógico que valorizava a auto-aprendizagem segundo a natureza e sem nunca influenciar na pureza e na sinceridade dos sentimentos pessoais, a *utopia rousseauiana* visava aplicar-se não somente ao indivíduo, mas em toda a comunidade (CASTELNOU, 2005).

→ Suas idéias influenciaram todo o pensamento romântico e tiveram vários seguidores, entre os quais o austríaco **Johann H. Pestalozzi (1746-1827)** e o alemão **Johann W. von Goethe (1749-1832)**.

A possibilidade de ruptura com uma forma de organização já estabelecida, de abandono radical das convenções e comportamentos mais tradicionais, sem entretanto sequer esboçar a *possibilidade de uma ordem* a ser construída, ainda que sob uma forma de representação mental, deixou um espaço para a reflexão sobre as possibilidades e impossibilidades de uma cidade utópica.

Essas idéias de Rousseau e dos demais utopistas românticos tiveram grandes repercussões na concepção do que seria a cidade ideal setecentista, a qual deveria, em um primeiro momento, reintegrar o homem à natureza, idéia que acabou influenciando o *Park Movement*.

→ Foi **MARC-ANTOINE LAUGIER (1713-1769)** quem enunciou a teoria sobre o desenho das cidades como se fossem bosques ou florestas, abrindo oficialmente a investigação teórica da **CIDADE NATURALISTA**, a qual estaria reduzida a um fenômeno natural que superaria qualquer idéia priorística de ordenamento urbano.

Com seu *Essai sur l'architecture (Ensaio sobre a arquitetura, 1753)*, Laugier inaugurava a **estética pitoresca**, defendendo um traçado citadino marcado pela abundância, pela variedade e pelo contraste, cujo resultado seria de uma “beleza estimulante e deliciosa”. Aceitava-se assim uma nova complexidade urbana que serviria de estímulo à criatividade e fundamentaria toda a teoria da construção da cidade da *Ilustração* (TAFURI, 1997).

Em meados do século XVIII, tomou-se consciência de que a grande cidade havia se transformado em um sistema de fatos significativos e isolados, que precisava ser tratado, do ponto de vista urbanístico, como algo policêntrico e dinâmico.

→ Por este motivo, nesse período não existiram planos gerais de construção de uma única cidade ideal, mas somente projetos parciais, de setores urbanos ou inclusive de edifícios particulares, os quais representariam esses lugares significativos da “cidade como bosque” de Laugier.

As principais experiências que devem ser citadas como representativas do ideal da **CIDADE NATURALISTA** foram:

- a) **GIOVANNI B. PIRANESI (1720-78)**: publicou a planta do *Campo Marzio dell'antica Roma (1757/61)* e suas perspectivas, onde já não existia qualquer fidelidade ao princípio tardo-barroco da “unidade na variedade”, uma vez que a cidade – uma Roma antiga completamente reinventada – passava a ser formada pela *bricolagem* de edificações tratadas isoladamente, resultando em um conjunto caótico e sem ligações entre si;



**CAMPO MARZIO (PIRANESI, 1757)**

- b) **PIERRE PATTE (1723-1812)**: realizou uma proposta urbana para Paris em 1765, na qual a representava construída por pontos monumentais imersos em um tecido homogêneo e compacto da cidade precedente. A localização das praças – estas concebidas como elementos transformadores da cidade medieval, isentos de seu tradicional papel utilitário e revestidos de conotações essencialmente formais – não seguia nenhuma lógica geral justamente porque cada uma fora prevista individualmente, em conformidade com a nova concepção da cidade como um conjunto de vários lugares monumentais;



**PLANTA DE PARIS (PATTE, 1765)**

- c) **JOHN GWYNN (1713-86)**: propôs um plano para a parte Oeste de Londres, publicado no *London & Westminster Improved* (1776), em que reestruturava a cidade visando o resgate de sua complexidade, dividindo-a por um eixo Norte-Sul em duas partes distintas: uma mais urbanizada ao redor da *Oxford Street*, que mantinha uma continuidade ao norte com o tecido das *Squares* já construídas ao sul da mesma; e uma parte não urbanizada ao redor do *Hyde Park*, ainda essencialmente campo, sobre a qual se traçaria um sistema viário ortogonal de dimensões inusitadas, cujo interior possuiria áreas livres para a agricultura;
- d) **FRANCESCO MILIZIA (1725-98)**: defendeu o fragmatismo urbano, quando, em *Principi di architettura civile* (1781), escreveu que a planta da cidade deveria ser distribuída de tal modo que a magnificência da totalidade fosse subdividida em uma infinidade de belezas particulares, todas de fato diferentes e que não se encontrassem nunca nos mesmos objetos; e que a percorrendo de uma extremidade à outra, se encontrasse em todos os bairros algo de novo, de singular ou surpreendente.

O apelo à forma romântica da cidade serviu, em um primeiro momento, para persuadir quanto às necessidades objetivas dos processos postos em movimento pela burguesia capitalista pré-revolucionária, os quais seriam por fim consolidados na **CIDADE INDUSTRIAL**.

→ O naturalismo urbano, a inserção do pitoresco na cidade e na arquitetura ou a valorização da paisagem na ideologia artística, tudo tendia a negar a dicotomia, já patente, entre a realidade urbana e o campo. Logo, o verde acabaria incorporado pelo novo organismo urbano liberal enquanto máquina produtora de novas formas de acumulação econômica.

Como alternativa radical à cidade de alta densidade, surgiu também na *Ilustração* a idéia da cidade dispersa na natureza que estabeleceria com esta uma relação de completa imersão e adaptação. Este mito, bastante recorrente na arte e arquitetura do período, apareceu claramente nas formulações utópicas de alguns franceses, que buscaram a “imagem da perfeição” através de propostas de casas isoladas imersas na paisagem.

→ Paralelamente, a cidade ideal setecentista passou a ser pensada em termos de uma nova geometria da natureza, fundamentada na Razão ideal, que propunha a ordem das coisas e a possibilidade de reordenação através da força transformadora da sociedade.

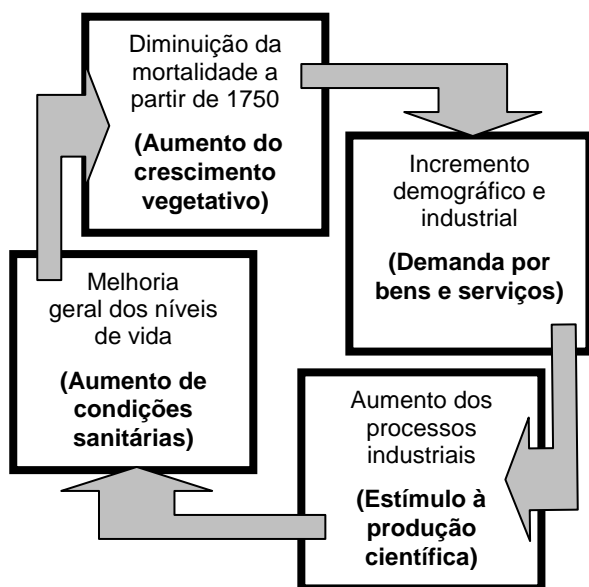
- a) **ÉTIENNE-LOUIS BOULLÉE (1728-99)**: acreditando na *architecture parlante* (expressiva ou “falante”), propôs, entre 1780 e 1790, obras enormes e radicalmente reduzidas a formas volumétricas puras (pirâmides, esferas e cones), que simbolizavam a harmonia perfeita, destacando-se o “cenotáfio” da *Bibliothèque Nationale de Newton* (1783), com 152 m de diâmetro. Em *Architecture: essai sur l'art* (1775/90), propunha como princípios de ação os mesmos da natureza, para construir uma “segunda natureza”;
- b) **CLAUDE-NICOLAS LEDOUX(1736-1806)**: realizou uma autêntica pesquisa experimental de elementos arquitetônicos fixos que gerariam uma arquitetura atemporal – essencialmente neoclássica – e uma cidade hierárquica e harmônica. Em 1774, projetou a primeira cidade ideal da era industrial, **La Saline de Chaux**, perto de Besançon, na França.

Concebida como uma *ville sociale*, a proposta de Ledoux conservava o trabalho em seu coração simbólico. As construções centrais para a fabricação de sal eram rodeadas por casas e jardins dos trabalhadores; e um anel externo incluiria diversas construções comuns (bolsa de valores, hospital e uma construção dedicada à glória das mulheres), além de locais para recreação e educação. O conjunto, baseado nas formas do círculo e do quadrado, foi planejado como uma nova síntese que reconciliaria humanidade e natureza, submetendo o ideal individual a um conceito coletivo, este rígido, ordenado e universal, completamente anti-romântico (CASTELNOU, 2005).

## CIDADE INDUSTRIAL

Denomina-se **REVOLUÇÃO INDUSTRIAL** a série de transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e tecnológicas, que vinham se processando desde fins do século XVIII e que culminaram na primeira metade do século XIX, com a passagem da produção baseada na ferramenta (artesanato/manufatura) para aquela baseada na máquina (indústria).

→ Por meio do desenvolvimento contínuo da tecnologia para o fornecimento mais rápido, em maior quantidade e melhor qualidade, de inventos para o ser humano, os progressos industriais deram-se devido ao espírito empreendedor do homem, que buscou solucionar problemas através do cálculo e reflexão.



Contudo, a **INDUSTRIALIZAÇÃO** também demonstrou decisões arriscadas e ações contraditórias, que permearam os sucessos e avanços com crises e sofrimento de muitas pessoas. Tais males ocorreram principalmente pela falta de coordenação entre o progresso científico e técnico e a organização geral da sociedade, além da falta de providências administrativas adequadas para controlar as consequências das mudanças econômicas.



Esse desequilíbrio acabou se refletindo na arquitetura do século XIX, cujo sistema era regido pelas leis naturais e pelas convenções imutáveis deduzidas em parte na Antiguidade clássica e em parte individualizadas pelo pensamento renascentista, mas que passou, a partir do Iluminismo do século XVIII, a ser analisado em suas fontes teóricas.

→ O resultado desse quadro foi a difusão do **HISTORICISMO**, ou seja, a negação da universalidade das regras clássicas e a busca de outras fontes de inspiração no passado histórico, inicialmente através do revivalismo estético (estilos neoclássico, neogótico, neobarroco, etc.) para a posterior difusão da miscelânea estilística expressa pelo **ECLETISMO**.

Principalmente a partir de 1850, a arquitetura perdeu o contato com a realidade de seu tempo e o papel do arquiteto passou a ser reservado somente à parte estética, deixando para outros as questões técnicas e funcionais, o que o tornou alheio à discussão dos fins da produção arquitetônica e apenas ligado aos aspectos estilísticas (BENEVOLO, 1998).

→ A **REVOLUÇÃO INDUSTRIAL (1750-1830)** consistiu em um conjunto de mudanças *lentas*, *progressivas* e *decisivas*, as quais aconteceram em três níveis:

- *Econômico-tecnológico*: aumento da produção, da circulação e do consumo de bens e serviços através da invenção da máquina;
- *Sócio-político*: proletarianização de milhares de artesãos e formação de uma reserva de mão-de-obra;
- *Urbano-territorial*: uma nova distribuição da população no território e mudanças na infraestrutura urbana.

Modificou-se radicalmente a conformação usual das cidades tradicionais européias, fazendo com que seu antigo núcleo – formado principalmente pelos maiores monumentos, pelas moradias e pelas ruas estreitas – fosse abandonado pelas classes ricas, que acabaram se estabelecendo em bairros de luxo aos arredores da cidade.

Os edifícios e os palacetes passaram a ser ocupados por imigrantes e trabalhadores (*proletariado*), tal como os jardins públicos por depósitos e casas mais pobres. Bairros operários compactos e desordenados multiplicavam-se ao redor das cidades, ao lado de indústrias e *villas* burguesas (KOSTOF, 1991).

→ Tais mudanças resultaram em graves problemas de transporte, habitação, serviços e salubridade, reivindicando medidas de saneamento para que os conflitos sociais não se tornassem insuportáveis. Vários governos tomaram providências a fim de resolver essa situação – primeiro na Inglaterra e depois nos demais países –, os quais puderam dar os primeiros passos de planejamento.

**LEIS SANITÁRIAS** passaram a vigorar, as quais não somente se preocupavam com a higiene e a saúde dos moradores, como cuidavam da questão habitacional, que passou a ser subvencionada pelo Estado. Definiram-se regulamentos para a construção mínima, assim como normas para a composição de conjuntos operários.

As condições críticas da **CIDADE INDUSTRIAL**, principalmente no que se referia às suas condições higiênicas e sanitárias, conduziram ao *Movimento Higienista*, na primeira metade do século XIX, responsável pela primeira legislação de saúde pública, que regulamentava medidas de limpeza das cidades, construção de esgotos e suprimentos de águas livres de contaminação.

→ A partir de 1830, de acordo com BENEVOLO (1994), epidemias de cólera se alastraram na Inglaterra. Com bases estatísticas, o higienista **Edwin Chadwick (1800-90)** estabeleceu a existência de uma correlação entre condições de vida e mortalidade. Seu trabalho, que demonstrava que as doenças transmissíveis eram causadas por *miasmas* surgidos da

matéria em decomposição, possibilitou o nascimento das primeiras *Leis Sanitárias* inglesas (09.ago.1844 e 31.ago.1848).

#### ❖ **Modificações técnico-construtivas:**

- Racionalização no uso de materiais tradicionais, resultando na melhoria de qualidade, acabamento e transporte;
- Emprego sistematizado de materiais novos (ferro, vidro e concreto armado);
- Difusão das máquinas e melhoria do aparelhamento dos canteiros de obras;
- Desenvolvimento das vias de transporte terrestre e aquático, graças aos avanços na geometria, topografia, etc.

#### ❖ **Progressos científico-culturais:**

- Surgimento das regras de geometria descritiva, por Gaspard Monge (1746-1818);
- Difusão do sistema métrico decimal a partir da *Revolução Francesa* (1789/99);
- Desenvolvimento de novos conceitos físicos desde R. Hooke (1635-1703), J. Bernoulli (1654-1705) e C. A. Coulomb (1736-1806), além de invenções, como a máquina a vapor de James Watt (1736-1819);
- Cisão entre os ensinamentos de arquitetura e engenharia, com a fundação das *Escolas Politécnicas* e a incorporação do ensino arquitetônico às *Escolas de Belas Artes* a partir do século XIX.

Até o surgimento das primeiras escolas parisienses de engenharia – *École des Ponts et Chaussées* (1747) e *École des Ingénieurs de Mézières* (1748) –, o arquiteto era, ao mesmo tempo, o criador da forma e o único capacitado para realizá-la. Contudo, sua formação acabou isolada do conhecimento e contato com a realidade cultural de renovação, assim como dos aspectos construtivos que a engenharia aperfeiçoava rapidamente.

→ Os criadores da nova profissão eram todos arquitetos construtores de linha definitivamente racional, tanto que definiam arquitetura como a “arte de construir”, onde o que mais importava era a economia e a funcionalidade.

Desde seu momento inicial, a **ENGENHARIA** fundou-se na investigação científica dos problemas físicos que lidava – herança dos mestres góticos – até marcar o grande desenvolvimento do século XIX e o engenheiro ser considerado o “homem moderno por excelência”. Foi ele quem resolveu os novos problemas funcionais, que requeriam soluções originais, principalmente através das novas técnicas e materiais.



As doutrinas arquitetônicas do século XIX centralizavam-se em uma postura acadêmica, que ignorava a vastidão dos novos problemas sociais a que a arquitetura deveria servir, numa atitude à margem de seus fundamentos culturais.

→ A nova sociedade que emergiu com o capitalismo industrial fez nascer também uma nova ordem do espaço urbano, que conduziu a uma revolução no modo de pensar a cidade. Esta passou a ser compreendida como **CAOS** que precisava ser controlado e dirigido, de modo a garantir o desenvolvimento das novas relações socioeconômicas.

Novo cenário do Capital, a **CIDADE INDUSTRIAL** transformou-se em um emaranhado de problemas, que passou a ser um campo de experimentações urbanísticas, ora a partir de modelos neoclássicos de inspiração francesa, ora por meio de amplos programas habitacionais de bases britânicas; ou ainda através de traçados em retícula ortogonal, aplicados na América.



**PLANO DE BARCELONA (CERDÀ, 1859)**

Em meados do século XIX, nascia a disciplina do **URBANISMO**, a partir de então definida como a arte de produzir ou mudar a forma física das cidades, sendo assim formada por ações e práticas de organização do espaço que se apóiam sobre um corpo de saberes, em conjunto a técnicas e instrumentos de intervenção, que se traduzem por meio de prescrições dirigidas aos gestores da cidade. Trata-se de uma disciplina do espaço e do tempo, voltada à *práxis* (prática consciente) (HALL, 2002).

→ No emergir da **CIDADE INDUSTRIAL**, liberal e capitalista, nasciam também a *Sociedade da Máquina* e uma nova forma de ver, sentir e viver a vida urbana (BENEVOLO, 1994; 1998).

As transformações que marcavam a paisagem das cidades européias, na qual novos elementos – o adensamento humano, o barulho, o movimento, os transportes, a vida fervilhante – passaram a preencher o cotidiano das avenidas, praças e galerias. Em 1857, o poeta e crítico francês **CHARLES BAUDELAIRE (1821-67)** publicava sua principal obra, *Flores do mal*, tornando a cidade sua maior personagem, não como espaço concreto, mas sua alegoria: a multidão fluante, instável e fulgaz, através da qual o poeta via Paris (CASTELNOU, 2005).

→ Por meio das imagens momentâneas, as paisagens “passantes” ou os olhares furtivos que se cruzavam nos becos e nas ruas da metrópole que começava a se desenhar, descrevia aquela experiência vivida do choque da modernidade e, segundo o filósofo Walter Benjamin (1892-1940)<sup>2</sup>, do desenvolvimento da cultura como “mercadoria”, o que marcaria a sociedade de massa.

Adotando a elegância de um *dandy* e uma atitude de ócio e liberdade, Baudelaire foi enormemente criativo. Fascinado pela modernidade que se manifestava na urbanização européia, atuou como verdadeiro **flâneur**, ou seja, a antítese do burguês ou um passante ocioso, perdido na grande metrópole, livre para vaguear, observar, meditar e sonhar. Para ele, os habitantes da cidade são vistos como se movendo através de um espaço fragmentado construindo a sua atividade com base na imaginação. A **flânerie** seria um modo de sociabilidade em que se guarda ciosamente a sua individualidade e, obscurecendo-se por detrás da máscara do anônimo e insignificante homem da multidão, envereda por um percurso que o aliena da eventual possibilidade de uma relação intersubjetiva mais aprofundada com os outros agentes que se movimentam nela.

<sup>2</sup> O filósofo e escritor alemão de origem israelita **Walter Benjamin (1892-1940)** pode ser considerado um dos maiores críticos da estética do século XX, especialmente devido à sua reflexão sobre linguagem e arte sob a ótica marxista que fez junto à *Escola de Frankfurt*. Particularmente interessante foi sua contribuição com *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica* (1936), em que já identificava as novas atitudes do público, realizadores e atores, transformados pelo progresso técnico e estético do cinema.

As origens da urbanística moderna deram-se a partir de dois grupos de agentes que se propuseram a transformar a **CIDADE INDUSTRIAL**, a saber:

- a) **Reformadores urbanos** ou **urbanistas neoconservadores**: agentes e executores de grandes intervenções de renovação de alguns centros europeus que, diante da necessidade de dotar as cidades de condições para o enfrentamento das mudanças produzidas pela industrialização, reforçaram o caráter técnico do urbanismo, voltando-se para reformas grandiosas;
- b) **Socialistas utópicos** ou **pré-urbanistas**: generalistas – na maioria, historiadores, economistas e políticos – que apresentaram uma série de propostas, que não passavam de obras hipotéticas, de cunho essencialmente utópico já que se pensava ser possível o restabelecimento da “ordem”, abandonando-se a cidade industrial e voltando-se a viver no campo, através de uma atitude nostálgica.

## URBANISMO NEOCONSERVADOR

Com os movimentos e revoltas sociais da segunda metade do século XIX, conforme BENEVOLO (1994), muitos países europeus submeteram-se a uma nova direita, autoritária e popular, por meio da qual se passou a fazer o controle direto do Estado sobre a vida econômica e social, além de efetuar uma série de reformas de caráter coordenador e de preocupação anti-revolucionária.

→ Iniciaram-se assim grandes intervenções urbanas visando regular a **CIDADE INDUSTRIAL** em uma escala apropriada à nova ordem socioeconômica, através da prática de programas saneadores e de remoção do proletariado das áreas centrais com a demolição das áreas insalubres.



## PLANO DE PARIS (HAUSSMANN, 1853)

Buscando um plano unitário entendido como modelo urbano ideal, uniforme e regular, o **URBANISMO NEOCONSERVADOR** do século XIX pode ser exemplificado por:

<b>Paris (1853/69)</b>	<b>Georges-Eugène Haussmann (1809-91)</b>
Plano de caráter estético, técnico e higienista, que incluiu a abertura de novas artérias para o trânsito nos velhos bairros; a criação de praças e grandes parques; a urbanização de terrenos periféricos, através da construção de novos subúrbios; a reconstrução de prédios ao longo dos recentes alinhamentos; e a renovação dos sistemas de água, saneamento, iluminação e transporte público; além da reforma de todo o sistema administrativo parisiense, com descentralização e instalação de novos edifícios públicos.	
<b>Viena (1857/69)</b>	<b>L. C. F. Förster (1797-1863) e outros</b>
Plano de reforma urbana baseado na demolição das antigas muralhas da cidade e na construção da <i>Ringstrasse</i> , uma rua circular ligando novas instituições políticas e culturais.	
<b>Barcelona (1859/70)</b>	<b>Ildefons Cerdà (1815-76)</b>
Plano reticular de expansão urbana ( <i>Eixample</i> ), de forte caráter estrutural, baseado em uma inovadora proposta de distribuição e ocupação de quadras por espaços públicos.	
<b>Londres (1863/91)</b>	<b>London County Council – LCC (1889)</b>
Conjunto de ações que incluíram a criação do <i>Metropolitan Railway</i> (1863), o primeiro metrô do mundo; do <i>Peabody Buildings</i> (1870) para abrigar pobres; e do primeiro <i>borough</i> (bairros proletários) do LCC (1891).	

O **Plano de Haussmann**, realizado a mando de Napoleão III (1808-73), acabou se repercutindo nos planos de *Florença* (1864), *Marselha* (1865), *Estocolmo* (1866) e de *Toulouse* (1868); assim como influenciou as propostas para *Roma*, *Bolonha*, *Colônia*, *Leipzig*, *Copenhague*, *Adelaide* e *Brisbane*, entre outras.

→ Uma de suas peculiaridades foi à busca da valorização de edifícios monumentais, reforçando sua função de marcos perspectivos e simbólicos. Isto teve grande influência nas concepções do **City Beautiful Movement**, assim como conduziu a reformas urbanas, inclusive no Brasil, aplicando-se em cidades como *Rio de Janeiro*, *São Paulo* e *Porto Alegre*.

## CIDADE AMERICANA

Como colônia britânica de 1607 a 1783, os EUA tiveram como elementos de sua tradição urbanística aqueles provenientes da Inglaterra, derivados especificamente de trama reticulada, disposta de modo rigoroso e invariável como ponto de referência para a implantação arquitetônica (modulação ortogonal), como atestam os planos de *Filadélfia* (Pensilvânia, 1682), *Cambridge* (Mass., 1699), *Savannah* (Georgia, 1732) e *Reading* (Pensilvânia, 1748).

→ Em relação à construção, os primeiros colonos esforçaram-se em reproduzir sistemas convencionais, como a cantaria e a alvenaria de tijolos, sendo a carpintaria aquele que se tornou mais viável. Baseada no repertório clássico inglês, foi adaptada às condições climáticas do local, marcadas por invernos rigorosos e verões quentes (uso de varandas externas, chaminés com lareiras, etc.).

Denomina-se **Baloon Frame** a técnica construtiva norte-americana em carpintaria, sendo a estrutura externa coberta com tábuas horizontais e internamente com revestimentos leves, deixando-se uma câmara de ar isolante e pequenas aberturas.



Fugindo do traçado urbano puramente retilíneo, foram poucas as exceções, entre as quais **Annápolis**, fundada em 1649 na foz do rio Severn, na baía de Chesapeake (Maryland) que foi a primeira cidade norte-americana a apresentar uma estrutura formada de duas praças circulares ligadas por uma avenida num conjunto de ruas ortogonais.

**Charleston**, fundada em 1672 em um território entre os rios Ashley e Cooper (South Caroline), era formada por oito quarteirões irregulares de perímetro fortificado. A cidade expandiu-se além dos muros a partir de 1717, quando foi estabelecida sua praça central com mercado em 1739.

→ Já **Detroit** teve origem francesa, fundada por Antoine de La Mothe Cadillac em 1701 (Michigan), passando a pertencer aos EUA somente em 1796. Em 1807, foi ampliada segundo um traçado de diagonais formando uma trama de triângulos equiláteros e uma sucessão de unidades radiocêntricas.

## NOVA YORK



Foi criada em 1624 pelos holandeses como **Nova Amsterdã**, um entreposto de peles situado na foz do rio Hudson, ao sul da Ilha de Manhattan, esta ocupada pelos índios algoquianos, que a venderam em 1626. Recebeu os primeiros escravos em 1625 e os primeiros colonos judeus em 1654, quando também se construiu uma paliçada contra os indígenas, passando a rua ao seu lado chamar-se *Wall Street*.

→ O núcleo histórico possuía um traçado irregular e espontâneo, mas seu excepcional crescimento exigiu um plano retilíneo de expansão, aplicado no início do século XIX.

O **Plano de Nova York (1811)** caracteriza-se pela retícula uniforme que desconsidera a topografia e está composta por avenidas no sentido Norte-Sul e ruas no sentido Leste-Oeste, com a previsão de uma ampla área em que uma parte foi posteriormente destinada ao lazer público urbano (*Central Park*).

Com o fim da *Guerra da Independência Americana* (1775/83), instaurou-se uma democracia fundada na soberania popular e nos direitos inalienáveis da pessoa humana, o que forneceu novos ânimos aos idealistas e revolucionários europeus que lutavam contra o *Anciën Régimen* e que conduziram à *Revolução Burguesa* (1789/99), iniciada na França.

→ As fundação das novas sedes dos órgãos políticos e administrativos dos 13 estados e a nova capital do país, **Washington**, exigiram a adoção de um novo estilo, optando-se pelo **NEOCLÁSSICO** por seu significado ideológico: símbolo da virtude republicana de bases francesas. Nascia assim a imagem da América “radical”, em que se buscava a difícil conciliação entre as formas palladianas e o ideal democrático.

Foi **Thomas Jefferson (1743-1826)** quem melhor representou essa duplicidade arquitetônico-política da tradição clássica americana, reconhecendo com extrema lucidez o valor institucional e pedagógico da arquitetura, ao mesmo tempo em que adotava o neoclassicismo e a ideologia naturalista como guias práticos para a “construção” da democracia americana.

→ **Monticello**, a cidade projetada e construída por ele para si mesmo, de 1794 em diante, é um monumento a essa utopia, em que o modelo *palladiano* seria usado de modo pragmático, já que, embora tenha a aparência de uma *villa-templo*, apresentava uma série de invenções técnicas e funcionais em seu esquema geométrico, integrando classicismo e funcionalidade, exemplificando sua viabilidade civil e social concreta.

Jefferson aceitava o aspecto heróico do classicismo como mito europeu a “se tornar” americano, mas o apresentava como Razão construída, capaz de unificar os ideais divergentes da jovem nação e também como valor acessível e social, o que pode ser igualmente observado em seu projeto para o novo *Capitólio de Richmond* (Virginia, 1784); ou no plano de implantação da *Universidade de Virginia*, em Charlottesville (1817/26).

## WASHINGTON DC

Em 1790, o Congresso norte-americano decidiu construir uma capital federal perto do estuário do rio Potomac, batizada em homenagem a George Washington (1732-99), primeiro presidente dos EUA, entre 1789 e 1797, depois de comandar as forças das 13 colônias na luta pela independência. A cidade foi construída de 1800 a 1871, mais ou menos segundo o plano do francês **Pierre Charles l’Enfant (1754-1825)**, elaborado em 1791.

→ Na planificação de *Washington*, o programa ideológico jeffersoniano foi aceito integralmente. Através de um traçado regular, em tabuleiro de xadrez cortado por diagonais, em que se criavam jardins e esplanadas, fundava-se um “mundo novo”, que correspondia a uma escolha unitária; uma decisão que nenhuma vontade coletiva tinha apresentado na Europa.



Sua conformação urbana assumiu um significado primário e preponderante dos modelos disponíveis da cultura e da práxis urbanista europeia. A partir da tradição americana, sobrepôs-se um *quadrillage* colonial ao esquema, então de vanguarda, sugerido pelo jardim francês, pelo plano de Wren para Londres e pela fantástica Paris de Patte. A cidade tornou-se de fato uma *nova natureza* e os modelos da cultura absolutista acabaram expropriados e traduzidos pela capital democrática (TAFURI, 1997).

→ Incendiada em 1814, a cidade foi lentamente reconstruída e só retomou seu pleno desenvolvimento após a *Guerra da Secessão* (1861/65). Em 1878, Washington perdeu sua autonomia com a criação do *Distrito de Columbia*; e, a partir de 1901, sofreu intervenções segundo os preceitos do *Beautiful City Movement*.

→ No século XVIII, a nova cultura americana considerava a “grade” (*grid*) como um instrumento geral, aplicável em qualquer escala: para desenhar uma cidade, repartir um terreno agrícola ou marcar os limites de um Estado. Em 1786, criou-se a **Law Ordinance**, que estabelecia a malha reticulada orientada segundo os meridianos e paralelos como norma universal para colonizar os novos territórios do Oeste (BENEVOLO, 2001).

Cada malha continha 16 milhas quadradas e podia ser dividida em 2, 4, 8, 16, 32 ou 64 partes menores. Ficava estabelecido assim o padrão geométrico baseado no qual seria construída a paisagem urbana e rural do *Novo Mundo*. Muitos estados do oeste e novas cidades acabaram nascendo a partir desta regra, como *Columbia* (South Carolina, 1788) e *Columbus* (Ohio, 1812), entre outras.

34	31	32	33	34	35	36	31
1	6	5	4	3	2	1	6
12	7	8	9	10	11	12	7
13	18	17	16	15	14	13	8
24	19	20	21	22	23	24	19
25	26	29	28	27	26	25	20
36	31	32	33	34	35	36	31
1	6	5	4	3	2	1	6

→ A partir do século XIX, com o desenvolvimento da industrialização, as cidades americanas tiveram um crescimento surpreendente, em especial aquelas ligadas ao carvão da Pensilvânia (*Filadélfia* e *Pittsburgh*) ou ao minério de ferro às margens dos Grandes Lagos, em Minnesota (*Minneapolis*), Wisconsin (*Milwaukee*), Illinois (*Chicago*), Michigan (*Detroit*), Ohio (*Cleveland*) e N. York (*Buffalo*). Neste período, consolidou-se ainda mais o papel centralizador do Capital empresarial de *New York City*.

Paralelamente, algumas cidades tornaram-se importantes centros comerciais, seja no Golfo do México e na bacia do Mississipi – como *New Orleans* e *Baton Rouge* (Louisiana) –, seja na Califórnia (*San Francisco* e *Los Angeles*) ou nas planícies centrais do país – como *Kansas City* e *St. Louis* (Missouri); *Memphis* e *Nashville* (Tennessee); e *Denver* (Colorado).

## PARK MOVEMENT

Em meados do século XIX, os ideais românticos e naturalistas conduziram os americanos para o desenvolvimento do chamado **Park Movement**, o qual se contrapôs à baixa qualidade de vida nas cidades, decorrente dos efeitos negativos da industrialização, bem como dos graves processos de exploração da natureza, estes exercidos pela agricultura e pecuária em expansão nos EUA.

→ Este movimento contribuiu para uma radical transformação no significado da relação entre homem e natureza, além de promover uma grande campanha pela conservação dos recursos naturais, assim como pela renovação das paisagens deterioradas pela ação humana naquele país (FRANCO, 1997).

As bases do movimento dos parques americanos encontravam-se nos textos de escritores que criticavam as graves consequências da industrialização:

- a) **George P. Marsh (1801-82)**: considerado um dos fundadores do conservacionismo norte-americano, através de seu livro *Man and nature (Homem e natureza, 1864)*, atacou o mito da superabundância e, introduzindo uma nova visão ecológica, apontando a deterioração dos solos e as inundações como resultado do descaso humano em relação ao meio natural;
- b) **Ralph W. Emerson (1803-82)**: ensaísta que não via a natureza apenas como fonte de satisfações espirituais e de saúde física, mas também de lições práticas, guardando os segredos de uma ordem racional e justa. Para ele, a filosofia da natureza deveria transforma-se na moral de conquista e na ética do trabalho;
- c) **Henry D. Thoreau (1817-62)**: apresentou, em *Walden or life in the woods (Walden ou vida nos bosques, 1854)*, entre outros, a natureza não como um cenário impessoal a emoldurar o homem, mas como alvo de uma experiência pessoal e direta, baseada na emoção. Para ele, o homem não estaria acima da natureza, mas seria parte integrante dela.
- d) **Walt Whitman (1819-92)**: poeta que definiu a cidade como o principal produto da *American Democracy*, e a realização de um ambiente urbano eficiente, são e democrático, desde então como o maior desafio da nova cultura na América.

Também contribuíram para o movimento as experiências dos **rural cemeteries** e de algumas comunidades religiosas utópicas, iniciadas nas primeiras décadas do século XIX, como as dos mórmons (1833/44), que têm em John Adolphus Etzler suas bases teóricas mais sólidas.

→ Na década de 1820, fundaram-se nos EUA algumas *Horticultural Societies*<sup>3</sup>, associações que se posicionavam contra a ordenação tradicional dos cemitérios próximos às igrejas urbanas e, por motivações sócio-culturais e religiosas, consideravam-nos um lugar bastante particular da cidade, no qual a os elementos naturais deveriam prevalecer sobre a morte.

No novo conceito de “cemitério rural”, o visitante atravessaria primeiramente um parque e, entrando na natureza, deparar-se-ia com uma paisagem de intenção mística, cujas imagens fúnebres, eruditas e celebrativas, converter-se-iam em uma “decoração naturalista”. Este espírito seria traduzido através de um respeito criterioso do projetado e construído para com as condicionantes geográficas e as formas ambientais.

**ANDREW J. DOWNING (1815-52)**, editor da revista *The Horticulturist* desde 1845, foi um dos maiores propagandistas da idéia de **parque público**, para a qual preconizou o estilo a que chamou de *Beautiful*, por meio de uma estética orgânica e uma linguagem pitoresca que traduziriam as imagens naturais, de valores religiosos e sociais, na teoria e na prática do *American landscape*.

→ Mesmo com poucas chances de colocar em prática suas idéias, seus escritos assinalavam a importância das virtudes rurais sobre os processos de crescimento urbano e acabaram influenciando o movimento nacional a favor da criação de parques.

<sup>3</sup> Uma das mais ativas dessas associações foi a *Massachusetts Horticultural Society*, criada em 1829 em Boston e responsável pelo novo cemitério de Cambridge, o *Mount Auburn Rural Cemetery*. Outro exemplo foi o *Greenwood Cemetery* de Brooklyn NY, no qual a irregularidade dos percursos, a intencional sinuosidade dos caminhos e a interferência de pequenos bosques, contrastam com a rigidez agressiva da estrutura reticular dominante dos parcelamentos urbanos.

Entre 1843 e 1845, **Robert F. Gourlay (1778-1863)** elaborou os planos de ordenação de Boston e Nova York; e em 1844, **William C. Bryant (1794-1878)** iniciou no *New York Evening Post* uma campanha a favor dos parques públicos. Já em 1851, Downing descreveu como deveria ser o parque no centro da ilha de Manhattan, em Nova York – o *Central Park*<sup>4</sup> – a projetado cinco anos após seu falecimento, por **Frederick L. Olmsted (1822-1903)** e **Calvert Vaux (1824-95)**.

→ Foi sem dúvida Olmsted o arquiteto paisagista que, através de seus trabalhos em Nova York, Chicago, Detroit, San Francisco, Washington, Filadélfia e Boston, além de outras, quem forjou um papel definitivo para os parques urbanos no século XIX, estabelecendo-os em estreita relação com a diminuição dos problemas ambientais e sociais da cidade naquela época (KOSTOF, 1991).



Olmsted defendeu o uso econômico do espaço livre, procurando melhorar o clima urbano e minorar a poluição do ar e da água, além de mitigar as enchentes e proporcionar um espaço agradável para passeio e moradia; fornecendo um contraponto naturalístico aos edifícios e ruas congestionadas. Via nos parques a possibilidade de assegurar comodidade, segurança, ordem e economia nas grandes cidades e, mais ainda, via-os como sinônimo de justiça social e de participação democrática (CASTELNOU, 2005).

<sup>4</sup> Fruto de um concurso público em 1858, do qual o *Greesward Plan*, de Olmsted e Vaux, foi o vencedor, o *Central Park* consiste basicamente de um retângulo de 750 m por 3750 m, o que perfaz cerca de 3.000.000 m<sup>2</sup>, ou seja, 770 acres, dos quais 150 foram reservados para a água. Possui ainda a separação de sistemas viários – para pedestres, cavaleiros e carruagens, assim como ruas de trânsito externo e passagens em desnível nas intersecções –, além de caminhos pitorescos.

A partir de Olmsted, o **PARQUE URBANO** passou a ser símbolo de uma nova vida comunitária e, ao mesmo tempo uma opção urbanística que se justifica em argumentos de ordem econômico-funcional, além de considerações ético-ideológicas sobre sua função social. Um exemplo da aplicação dessa forma de pensar pode ser verificado através do seu trabalho em Boston desde 1867.

→ Olmsted propôs um plano integrado de parques focado sobre seis intervenções principais, coordenadas na direção leste-oeste por um sistema de *parkways*, o qual foi a primeira expressão da exigência de se formular planos urbanísticos de conjunto, visando a reestruturação de uma cidade. A partir de 1880, Boston converteu-se em um dos centros mais dinâmicos de difusão do paisagismo.

Além dos nomes já citados, também fizeram parte do *Park Movement*: **Jacob Weidenmann (1829-93)**, graças à sua ação propagandista e obras desenvolvidas desde 1864 como superintendente dos parques de Hartford; **Horace S. Cleveland (1814-1900)**, que realizou o plano de Minneapolis já com o conceito de uma “reforma urbana global”, a partir de 1883; e **Charles Eliot (1859-97)**, o intérprete e herdeiro da obra iniciada em Boston por Olmsted (CIUCCI et al., 1975).

Paralelamente ao movimento dos parques americanos, surgiu também um conjunto de estudos, os quais fundamentaram o chamado **CONSERVATION MOVEMENT**, ou seja, o conjunto de ações pela conservação e/ou preservação das áreas naturais nos EUA, que resultou em uma importante influência no *urban planning* e na cultura regionalista norte-americana.

→ Um dos pioneiros desse movimento foi **John W. Powell (1834-1902)**, representante do *Geographic and Geological Survey*, na região das Montanhas Rochosas. Suas considerações científicas foram decisivas para a definição das diretrizes da política de colonização do oeste americano. Da sua ação e de seus discípulos nasceu a primeira reserva natural do mundo, em 1872, o *Yellowstone National Park*, situado em Wyoming EUA.

## WHITE CITY MOVEMENT

Em fins do século XIX, diante da situação crítica das cidades americanas industriais, surgiram várias críticas à sua conformação, esta guiada pelo *laissez-faire* (“livre concorrência”) e marcada profundamente pela exploração da mais valia imobiliária, estando sua gestão nas mãos do chamado *boss* (chefe) da construção, sem que houvesse nenhuma autoridade para intervir sequer nos controles parciais de ocupação do solo.

→ Esse personagem organizava a massa de imigrantes, introduzindo-os no ciclo produtivo das cidades e, depois, na estrutura social, oferecendo serviços urbanos mínimos em troca de uma lealdade que se materializava em votos (CIUCCI et al., 1975).

Contra tal situação, desenvolveu-se uma série de movimentos reformadores progressistas, entre 1890 e 1900, cujo conjunto ficou conhecido como **White City Movement**, consistindo na primeira mobilização baseada em um controle coordenado da cidade norte-americana; e destinado a produzir resultados nitidamente opostos à práxis do liberalismo.

→ Tal movimento caracterizou-se pela defesa de uma ação coordenada de funções destinadas a tornar a cidade higiênica e “mais saudável”, tais como a pavimentação e iluminação das ruas; o abastecimento de água e implantação da rede de esgoto; a coleta de lixo e o controle dos incêndios; um conjunto de medidas sanitárias em geral, que deveria ser tratado pelas regras ditadas pela ciência e tecnologia.

Bastante influenciado pelos trabalhos de Haussmann em Paris, assim como nas grandes reformas urbanas européias, esse movimento concentrava-se principalmente em medidas sanitárias visando a qualidade de vida nas cidades. Um de seus maiores expoentes foi **DANIEL H. BURNHAM (1846-1912)**, responsável por várias obras, como a reconstrução grandiosa do *Mall*, em Washington DC, iniciada em 1901, junto a **Charles F. McKim (1847-1909)** e **Frederick L. Olmsted Jr. (1870-1957)**; e as propostas dos novos centros cívicos de *Cleveland* (1902) e de *San Francisco* (1905).

## BEAUTIFUL CITY MOVEMENT

Tanto o *Park Movement* como o *White City Movement* foram decisivos para a afirmação da arquitetura da paisagem norte-americana e o processo moderno de planejamento. Ambas experiências igualmente conduziram ao conjunto de ações de embelezamento urbano que caracterizaram o chamado **Beautiful City Movement**, que ocorreu nas primeiras décadas do século XX e teve *Chicago* como seu maior centro de difusão.

→ Tal movimento, como ideologia e atividade, encontrou sua máxima interpretação nas exigências pacificadoras e estabilizadoras de Theodore Roosevelt (1858-1919), florescendo durante cerca de 15 anos, em parte porque as cidades nos EUA – especialmente seus centros cívicos e sedes do governo do Estado – ainda não estavam totalmente construídas e, de acordo com RELPH (2002), quaisquer idéias imaginativas sobre como construí-las eram bem-vindas.

Tendo como seu principal teórico **Charles M. Robinson (1869-1920)**, consistiu em uma metodologia classicista, que visava dotar a cidade de um caráter cerimonial e simbólico, retomando o vocabulário monumental e perspectivo. Seus ideais influenciaram arquitetos como: **Herbert Baker (1862-1946)**, cujas idéias nacionalistas, ritualistas e imperialistas, refletiram-se nos edifícios governamentais de *Pretória*, na África do Sul; e **Edwin Lutyens (1862-1944)**, responsável pelas feições da nova capital da Índia, *Nova Dehli*, depois concluídas por Baker, onde, dentro de reticulados hexagonais, casas foram distribuídas segundo uma fórmula complicada de raça, profissão e *status* socioeconômico.

→ A proposta da nova capital da Austrália, *Canberra*, foi da autoria de **Walter B. Griffin (1876-1937)**, norte-americano que ganhou um concurso em 1911, juntamente com sua esposa **Marion L. Mahoney (1871-1961)**. Entre 1913 e 1920, tentou realizar seu projeto, mas, devido a inúmeros problemas, acabou desistindo. Surpreendentemente, depois de 44 anos, seu projeto foi continuado, destacando-se sua grandiosidade, nobreza e elegância, sem perder o aspecto repousante (HALL, 2002).

Apesar de não ter havido na Europa muitas chances para a aplicação de seus princípios, considera-se a reconstrução da *Kingsway* (1900/10) em Londres, influenciada pelo movimento, assim como a arquitetura celebralista dos anos 30/40.

→ Embora de caráter superficial, anteciparam-se muitas preocupações urbanísticas, tais como tamanho e forma das ruas; dimensão, caráter dos edifícios e sua localização na relação recíproca com os espaços públicos; disposição das zonas sem edificação; e tratamento destas com a eventual presença de ruas e com a distribuição dos objetos emergentes sobre elas.

## CHICAGO

Fundada em 1804 por John Kinzie, a partir de um forte às margens do lago Michigan, tinha suas características urbanas baseadas na tradição americana de se dividir o terreno de modo reticular, além de ser inteiramente em madeira, no tradicional sistema do *balloon frame*.

→ Em 1871, um grande incêndio destruiu quase que completamente a cidade, a partir de quando se inicia um período de reconstrução intensificada de seu centro (*loop*), onde arquitetos e engenheiros experimentaram novos materiais e sistemas construtivos, formando uma corrente pioneira do modernismo, através da estrutura em aço, da bomba hidráulica, do elevador elétrico e do arranha-céu.

Depois da *Columbian World's Fair* (1893), Chicago tornou-se uma metrópole emergente, a qual crescia desmesuradamente, passando a requerer um processo de planejamento. **Daniel H. Burnham (1846-1912)**, que havia sido o diretor dessa exposição, tornou-se o responsável pela remodelação e adaptação do traçado centenário das artérias comerciais.

→ Junto a **Edward H. Bennet (1874-1954)**, propôs um plano para Chicago, o qual foi gestado por cerca de uma década, publicado em 1909 e parcialmente implementado, que buscou devolver à cidade sua “perda harmonia visual e estética”, enfatizando a arborização viária e a situação de prédios simbólicos (teatros, bibliotecas e museus).



## CIDADE BRASILEIRA

A chegada da Coroa portuguesa em 1808 provocou uma série de modificações na Colônia, tais como a abertura dos portos, a implantação da imprensa, a criação de novas escolas e a chegada sistemática de profissionais qualificados. O Rio de Janeiro, então capital colonial, passou pela primeira vez a irradiar novos aspectos culturais para o país, incluindo moda, música, decoração e construção.

→ A abertura dos portos possibilitou a importação de novos materiais, equipamentos recentes e produtos industrializados – resultado dos tratados político-comerciais feitos com a Inglaterra –, os quais contribuíram para a alteração da aparência das construções urbanas. O *Estilo Neoclássico* passou a ser o oficial e irradiou-se por toda a parte.

O **NEOCLASSICISMO** foi oficialmente introduzido no Brasil através da *Missão Francesa* de 1816, que consistiu em um grupo, contratado por D. João VI (1767-1826), dirigido por **Jochin Lebreton (1760-1819)**, formado por sete professores, três auxiliares e seis mestres artífices, entre os quais serralheiros, marceneiros e ferreiros. Seu objetivo principal era ensinar aos brasileiros as novas manifestações artísticas, as recentes técnicas e os decorrentes aperfeiçoamentos de mão-de-obra que ocorriam na Europa.

Contudo, foi principalmente com a **INDEPENDÊNCIA** (07.set.1822) que se iniciou um verdadeiro processo de estruturação do Brasil enquanto nação, a qual necessitava reorganizar-se, promovendo profundas alterações nas velhas e pequenas cidades, designadas a desempenhar novas e sofisticadas funções administrativas.

→ Consolida-se o trabalho feito por profissionais, assim como as práticas urbanas e de criação de áreas públicas. As transformações políticas deram enfim novos significados aos elementos da antiga estrutura social e conteúdo à nova arte que crescia.

Apesar da *Independência*, a sociedade brasileira permaneceu nos mesmos padrões anteriores e a arquitetura da primeira metade do século XIX pode ser considerada uma simples continuação da estrutura colonial, uma vez que se conservou as condições de vida sócio-econômica, estas representadas pela *agricultura de exportação* e pelo *trabalho escravo*, estendido à construção civil.

→ O neoclassicismo disseminou-se e os proprietários rurais e elites urbanas, que já imitavam os costumes da Corte, passaram a adotar os padrões de vida e comportamento europeus. Era o **EUROPEÍSMO** tomando conta do país, no qual se desconsiderava as condições brasileiras de existência para reproduzir conceitos europeus, ausentes de qualquer originalidade ou valor artístico próprio. Era a negação da vida e da história locais em prol da importação de modelos estrangeiros.



Paralelo a este amplo processo de “europeização cultural” e conseqüente *aburguesamento* das camadas rurais, que adotavam em suas moradias os mesmos esquemas de vida urbana, afirmava-se o gosto neoclássico nas construções e nas cidades brasileiras caracterizadas por:

- a) Esquemas compositivos simétricos e altamente contidos (clareza construtiva e simplicidade de formas, através do uso de elementos clássicos, tais como frontões, colunas, pilastras, platibandas e cornijas);
- b) Aperfeiçoamentos materiais (alvenarias, telhas, metais, etc.) e técnicos (calhas, rufos, vidros, etc.) nas obras importantes, devido aos profissionais estrangeiros, incluindo detalhes em aberturas, revestimentos e coberturas;
- c) Aparecimento dos primeiros jardins, na tentativa de reproduzir a paisagem européia, e de um novo tipo de residência, que representava a transição entre os velhos sobrados coloniais e as casas térreas – a *casa de porão alto*.

Em novembro de 1826, fundou-se a *Academia Imperial de Belas-Artes do Rio de Janeiro*, a qual passou a promover e difundir a instrução e conhecimentos em várias áreas, destacando-se a criação do primeiro curso de arquitetura do país por **Auguste-Henri-Victor GRANDJEAN DE MONTIGNY (1776-1850)**.

→ Entretanto, foi somente na segunda metade do século XIX, quando houve a passagem de uma sociedade escravocrata para uma industrial que houve a adoção de novas formas de produção e uso da arquitetura brasileira, além da difusão do aprendizado sistemático em escolas de nível superior e do aparecimento de construtoras maiores centralizando os meios de trabalho.



Nessa época, surgiram as primeiras escolas de engenharia, com o objetivo de transmitir a tecnologia européia, sobretudo no setor das construções e dos serviços urbanos. Houve um aumento das campanhas para a educação popular e a preparação de quadros nacionais de oficiais. Em 1873, fundou-se a *Sociedade Propagadora de Instrução Popular*, que em 1882 tornou-se o *Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo*, com a participação de muitos profissionais, entre os quais **Francisco de Paula RAMOS DE AZEVEDO (1851-1928)**.

Em torno das escolas superiores, formaram-se grupos entusiastas do desenvolvimento industrial e científico europeu, os quais se empenharam em transformar o quadro social brasileiro, substituindo a ordem monárquica por uma republicana e democrática, baseando-se principalmente nos ideais positivistas do francês Auguste Comte (1798-1857).

→ A Proclamação da **REPÚBLICA** (15.nov.1889) permitiu grandes transformações sócio-econômicas e tecnológicas ao país, as quais modificaram totalmente a forma de viver dos brasileiros e permitiram, principalmente com a difusão dos trabalhos de Haussmann, a alteração da paisagem urbana das capitais.

As principais mudanças que ocorreram a partir de 1850 e influenciaram o quadro arquitetônico e urbano brasileiro foram:

- Com a *supressão do tráfico de escravos* (1850) e a *abolição da escravatura* (1888), começou a substituição do trabalho escravo pelo remunerado, surgindo as primeiras empresas prestadoras de serviços, inclusive de construção civil;
- A *cultura cafeeira* transferiu o pólo econômico e político do país do Nordeste, devido às lavouras de cana, algodão e fumo, para o Sudeste, quando os lucros do café levaram ao surgimento de um germe de industrialização crescente, voltado para o mercado interno;
- Além da abolição, a *imigração européia* realizada para abastecer de mão-de-obra das lavouras de café contribuiu para a melhoria das condições de produção nacional, uma vez que representou a chegada de mão-de-obra especializada;
- A *implantação das ferrovias* entre 1868 e 1875 resultou em um crescimento vertiginoso, que trouxe indústrias e estas atraíram imigrantes de todas as classes e profissões, além de melhorar as condições de transporte e troca cultural;
- O Exército passava a ser, principalmente depois da *Guerra do Paraguai* (1865/70), uma força nova e expressiva dentro da vida nacional. A partir de 1870, uma *nova burguesia*, formada por militares, médicos e engenheiros, assumiu importante papel sobretudo no setor industrial. Esta camada utilizava uma arquitetura mais elaborada que a neoclássica, desta vez tipicamente urbana e sem uso do trabalho escravo: a **arquitetura eclética**.

Denomina-se **ECLÉTISMO** a miscelânea estilística que se disseminou no país a partir de 1875, a qual propunha uma conciliação na polêmica sobre a adoção de estilos historicistas. Inicialmente baseado nos princípios românticos, pois buscava uma volta às origens históricas e valorização da expressão pessoal e liberdade criativa, assumiu aos poucos bases construtivas mais consistentes, com sentido racional, passando a ameaçar as posições acadêmicas de então.

→ No Brasil, o *eclétismo* confundiu-se com a idéia de *progresso*; como se a obediência a um só estilo fosse sinal de atraso. A **arquitetura eclética** era um fenômeno formal por meio do qual se abriam condições simultaneamente para a introdução de elementos mais aperfeiçoados das construções e para a manutenção de laços de dependência com centros europeus.

Além das mudanças construtivas (precisão das paredes, telhas e pisos industrializados, instalações, etc.) e estéticas (estilos importados, *chalets* e jardins, etc.), houve várias alterações na implantação das edificações urbanas. Começaram os primeiros esforços de libertar as construções dos limites dos lotes. Assim, conservando-se o alinhamento da rua, recuava-se em uma das laterais e as residências eram enriquecidas com um jardim favorecendo iluminação e ventilação.

➔ No final do século XIX, várias **REFORMAS URBANAS** assumiram um aspecto ideológico no país e caracterizaram-se como um fenômeno de âmbito nacional e com excepcional força.

Destacou-se a ação do engenheiro sanitarista **Francisco Saturnino de Brito (1864-1929)**, fundador do primeiro escritório de engenharia consultiva do país e autor de *Le tracé sanitaire des villes*, primeiro trabalho sobre urbanismo no Brasil. Além do projeto de saneamento da lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, e da retificação do rio Tietê, em São Paulo, suas idéias foram aplicadas com maestria nas reformas de:

- a) **SANTOS (1886)**: situada na ilha de São Vicente, ao fundo da baía de Santos, foi criada como embarcadouro e povoado por Brás Cubas, tornando-se vila (1545) e depois cidade (1839). Seu crescimento, assim como problemas com inundações e doenças endêmicas, conduziu a um processo de saneamento que durou mais de uma década, encabeçado por saturnino de Brito. Santos acabou por superar em 1892 o Rio de Janeiro como o maior porto brasileiro.
- b) **VITÓRIA (1896)**: vila portuária criada em 1535 por Vasco Fernandes Coutinho, donatário da capitania do Espírito Santo, que se elevou à condição de cidade somente em 1832 e também passou por um amplo projeto de expansão em 1896, da autoria de Saturnino de Brito, que traçou, sob o modelo haussmanniano, um plano geral cortado por eixos diagonais e com malhas octogonais definindo quarteirões.
- c) **RECIFE (1910)**: surgida como pequeno núcleo de pescadores na foz dos rios Capibaribe e Beberibe, por volta de 1548, a *Povoação de Arrecifes* transformou-se em porto de Olinda, sede da capitania de Pernambuco. A partir de 1910, passou por uma modernização da zona portuária e bairros adjacentes, empreendida por Saturnino de Brito, que introduziu a metodologia de zoneamento, além de uma série de obras de saneamento.

Paralelamente, com o processo de descentralização política empreendida a partir da *República*, destacou-se a criação de duas novas capitais que procuravam seguir os padrões de urbanismo considerados “modernos” para aquela época (*Beautiful City Movement*):

- **BELO HORIZONTE (1893/97)**: criada a partir do arraial de *N. S. da Boa Viagem do Curral Del Rei* (1750), que pertencia ao Município de Sabará, substituiu *Ouro Preto* segundo o projeto de **Aarão Reis (1853-1936)** e sob o nome de *Cidade de Minas*, trocado em 1901. O plano, efetivado pelo engenheiro **Francisco de Paula Bicalho (1847-1919)**, caracteriza-se por uma rede de avenidas em diagonal sobrepostas a um quadriculado de ruas, de inspiração em *Washington DC*, nos EUA; e em *La Plata*, na Argentina;
- **GOIÂNIA (1933/37)**: resultante da intenção de transferência da capital do Estado – antes *Goiás Velho*, um arraial de 1727 que foi elevado à condição de Vila em 1739 (*Vila Boa*) – foi projetada com um duplo padrão de ruas, sendo do sul de **Atilio Correia Lima (1901-43)** e do norte, mais recente, da firma dos irmãos *Coimbra Bueno*, onde do Centro Cívico irradiam-se ruas e avenidas, inspiradas pelo *Beautiful City*. Embora a transferência da sede do governo tenha ocorrido em 1937, a cidade foi oficialmente inaugurada em 1942 (GUIMARÃES, 2004).

Na passagem do século, em plena *Belle Époque*, o crescimento urbano acelerou-se, sendo instaladas nas cidades redes de abastecimento de água, luz e esgoto, além de surgirem as primeiras linhas de transporte coletivo. As ruas passaram a contar com arborização, jardins, iluminação e passeios para pedestres.

➔ Progressivamente, os proprietários de terras transferiram suas residências para *bairros novos* dos centros urbanos, tais como *Campo Elíseos*, *Santa Cecília* e *Vila Buarque*, em São Paulo; *Flamengo*, *Botafogo* e *Laranjeiras*, no Rio de Janeiro; *Vitória* e *Campo Grande*, em Salvador; e *Independência*, em Porto Alegre.

Cresceram também os **bairros populares** devido ao êxodo rural, sendo estes formados pelas camadas que vinham buscar novas oportunidades na indústria, comércio e funcionalismo público. Multiplicaram-se assim favelas e cortiços na periferia dos maiores centros urbanos do país.

## RIO DE JANEIRO

Fundada por Estácio de Sá (1520-67) em 1565 a partir da necessidade de retomada da baía de Guanabara, conquistada pelos calvinistas franceses desde 1555, situava-se originalmente no istmo entre o *Morro Cara de Cão* e o *Pão de Açúcar*. Com a derrota infligida à França, transferiu-se para o alto do *Morro de São Januário* (depois *Morro do Castelo*), como fortaleza militar cercada de muros e em cujo interior construíram-se a Sé, a Igreja Jesuíta e a Casa de Câmara e Cadeia.

→ As condições excepcionais de abrigo e segurança, garantidas pela quantidade de morros e pequenos maciços isolados favoreceram a defesa e o desenvolvimento do porto. Em princípios do século XVII, quando extravasou para a várzea, seu traçado era próximo do regular, com a paisagem marcada pelo casario compacto e pelas ruas estreitas.

Em virtude ao grande impulso dado à lavoura e à descoberta das minas, aumentaram-se as correntes migratórias e, em 1763, transferiu-se de Salvador para o Rio de Janeiro a capital da Colônia. Ergueram-se edificações maiores, como o *Palácio do Governo* e os *Conventos de Santo Antonio* e de *São Bento*.

→ Sob o governo do Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Silva (1745-1813), entre 1779 e 1790, além de trabalhos de arquitetura militar, civil e religiosa, realizaram-se as obras urbanísticas:

- Construção de um cais de cantaria à imitação de Lisboa;
- Desmonte do Morro das Mangueiras para aterramento do lugar pestífero que era a Lagoa do Boqueirão;
- Criação das ruas do Passeio e das Belas-Noites, além do *Passeio Público* (1783), do mestre **Valentim da Fonseca e Silva (1745-1813)**.

Com a chegada das 15.000 pessoas que compunham a Corte portuguesa, em 1808, o Rio de Janeiro – que contava até então com cerca de 50.000 habitantes – tornou-se um entreposto comercial e administrativo que se transformou em uma cidade rica em recursos, conseguindo investimentos de porte vindos de todo o país, os quais financiaram rápidas e profundas transformações urbanas.



SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO

Antes uma cidade apertada e limitada pelos morros, seus espaços livres ainda eram bastante humildes, sem grandes preocupações estéticas; e ocupados por mascates e ambulantes, nos quais raramente se observavam comemorações de caráter religioso, como procissões. Sua principal praça era o *Largo do Palácio* ou do *Carmo* (atual *Praça XV de Novembro*) (GUIMARÃES, 2004).

→ Ocorreram mudanças profundas nas determinações legais e normas de construção no governo de Paulo Fernandes Viana, entre 1808 e 1821:

- Aterramento de mangues, secagem de brejos e alargamento de ruas, que passaram a ser calçadas;
- Abertura de canais de drenagem, construção de pontes e uniformização da iluminação pública e serviço de abastecimento de água;
- “Limpeza” da cidade e imposição do novo estilo neoclássico, com o objetivo de banir o ar orientalizante da cidade (rótulas, urupemas e muxarabis) e introduzir calhas e elementos de ferro.

Neste contexto, fez-se melhorias no *Passeio Público* e no *Campo de Santana*, situados próximos ao núcleo histórico; e criou-se o *Jardim Botânico* (1808), implantado junto à lagoa Rodrigo de Freitas, seguindo uma nova idéia surgida na Europa, que era a de proporcionar espaços ao ar livre para usufruto das elites, onde estas pudessem exibir sua riqueza e poder (CASTELNOU, 2005).

→ No *Segundo Império*, o traçado neoclássico desses espaços acabou alterado por influência anglo-francesa de **Auguste-François-Marie Glaziou (1828-1906)**, que, em 1862, introduziu elementos românticos no *Passeio Público* e no *Campo de Santana*, este último transformado no primeiro parque público do país em 1873.

Foi a partir da difusão dos trabalhos de Haussmann que o governo imperial promoveu uma política de modernização da capital brasileira e, em 1874, formou-se a *Comissão de Melhoramentos do Rio de Janeiro*, que elaborou o primeiro plano de reforma urbana.

→ Porém, houve a necessidade de ocorrerem as mudanças derivadas da **REPÚBLICA** (1889) para que se implantassem as reformas, algumas somente viabilizadas graças aos empréstimos junto à Inglaterra no governo de Campos Sales, entre 1898 e 1902. Na seqüência, o governo de Rodrigues Alves, entre 1903 e 1907, empenhou-se em implementar as medidas urbanísticas almejadas pelos republicanos, que viam no centro carioca resquícios do período colonial e monárquico (BRUAND, 2002).

A partir de 1903, o engenheiro **Francisco Pereira Passos (1836-1913)**, então nomeado prefeito pelo presidente, recebeu todo aval para iniciar uma série de remodelações na capital federal, já com 500.000 habitantes, que deveria assumir uma imagem cosmopolita como Paris. Foram estas as maiores alterações ocorridas no Rio de Janeiro, até hoje não superadas em escala e proporção:

- a) Abertura da *Avenida Central* (hoje *Rio Branco*) a partir da demolição de cerca de 3.000 casas por justificativas sanitárias e de livre acesso ao porto, resultando na expulsão de camadas populares sem indenizações ou planos de apoio, conduzindo à favelização dos morros;

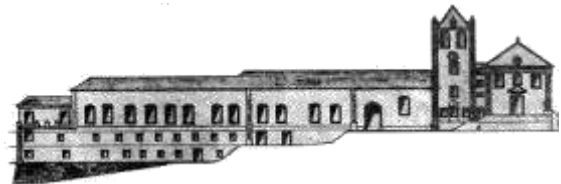
Quando inaugurada em 1904, a *Central* possuía cerca de 30 prédios prontos e quase 90 ainda em construção, que deveriam ter obrigatoriamente estilo eclético, incluindo as sedes do Poder Legislativo e Judiciário, *Escola Nacional de Belas Artes*, a *Biblioteca Nacional* e o *Teatro Municipal* (1906/10), este criado por Francisco de Oliveira Passos, filho do então prefeito;

- b) Criação da *Avenida Beira-Mar*, unida ao novo cais do porto – cuja reforma estava sob responsabilidade do engenheiro **Lauro Severiano Müller (1864-1926)** – pela *Avenida Central*, a qual estariam ligadas duas novas praças: *Mauá* e *Floriano*, hoje conhecida por *Cinelândia*;
- c) Canalização de rios, criação de jardins, construção de túneis e melhoria do sistema viário e do saneamento urbano com a colaboração de **Oswaldo Cruz (1872-1917)** para evitar surtos de febre amarela, varíola e peste bubônica.

Tornando-se símbolo do progresso e da modernização nacional em toda a *Primeira República* (1889-1930), o Rio serviu de modelo para as demais reformas urbanas que ocorreriam nas maiores cidades do país. A expansão da cidade continuou nas primeiras décadas do século XX, esta condicionada pela topografia que não permitiu um crescimento regular, fazendo aparecer novas favelas e sub-centros, como *Copacabana* e *Tijuca*.

→ Como uma tentativa de uniformização, entre 1927 e 1930, o prefeito Antônio Prado Jr. (1880-1955) contratou o francês **ALFRED D. AGACHE (1875-1959)**, que elaborou um plano em 1929, intitulado *Remodelação de uma Capital*, executado parcialmente:

- Remodelação de vias e praças aos moldes do *Beautiful City Movement*, principalmente na Chicago de Burnham e na Viena de Wagner;
- Melhoria do sistema de saneamento e iluminação pública, além do desmonte do *Morro do Castelo* – que passou a ser a *Esplanada do Castelo* – e criação dos *Jardins da Glória*.



Com a intensificação do processo industrial, a partir da década de 1940, houve a proliferação cada vez maior de favelas ocupando as encostas dos morros e também de novas centralidades, como *Meier*, *Engenho Novo*, *Madureira*, *Campo Grande* e *Ramos*. A transferência da capital federal para *Brasília* DF, em 1960, não minimizou o ritmo da urbanização crescente e hoje a *Região Metropolitana do Rio de Janeiro* engloba várias cidades periféricas, constituindo-se na segunda maior cidade do país.



VILA DE SÃO PAULO DE PIRATINGA

## SÃO PAULO

Desenvolveu-se a partir da criação, pelo padre jesuíta Manuel da Nóbrega (1517-70), do *Colégio de São Paulo*, em 1554, próximo ao aldeamento indígena existente nos arredores (*Piratininga*). Em 1560, transferiram-se para junto do colégio os moradores da vila de *Santo André da Borda do Campo*, passando São Paulo à condição de vila.

→ Local de interesse periódico, já que era ponto de partidas de bandeiras, nem mesmo servia como entreposto comercial, uma vez que a economia da região era primária e de subsistência até início do século XIX. A expansão urbana deu-se de forma radiocêntrica, estendendo-se ao longo dos caminhos que seguiam os vales e onde se instalaram outros núcleos. Devido às inundações nas várzeas, não ocorreu de forma uniforme.

Sendo uma província pobre, a vila não teve condições de apresentar muitas construções de porte, destacando-se algumas obras de engenheiros militares portugueses, como o *Mosteiro de São Bento* (1775), realizado por **José Custódio de Sá e Faria (1710-92)**; ou o *Quartel Paulistana*, criado por João da Costa Ferreira, este último introdutor de elementos neoclássicos.

→ Suas condições de isolamento em relação ao restante da colônia impuseram àquela região uma ocupação em casas bandeiristas isoladas no campo e muitas vilas nasceram dos locais de pouso de tropeiros (*Itu* e *Sorocaba*) ou da exploração do ouro (*Apiáí* e *Eldorado Paulista*, antiga *Xiririca*).

Depois da exaustão das minas, a mineração não manteve o vigor das cidades barrocas e saiu-se em busca de terras boas para cultura, fundando-se algumas cidades paulistas (*São João da Boa Vista*, *Franca* e *Batatais*) e mato-grossenses (*Santana de Parnaíba*).

→ São Paulo ganhou com essa “invasão” mineira uma arquitetura, baseada na estrutura autônoma de madeira, a qual se fundiu com a taipa de pilão e resultou em um novo partido arquitetônico do café.

Com a monocultura do café, intensificou-se a urbanização do interior paulista, promovendo o desenvolvimento de novas cidades, como *Campinas*, *São Carlos*, *Araraquara*, *Ribeirão Preto*, *Marília*, *Bauru* e, depois, as cidades do norte do Paraná. Algumas já tinham sido fundadas como antigos pousos, cruzamentos de vias de transporte, incipientes núcleos de mineração, ou ainda como “patrimônios” doados pelos proprietários de terras para sua urbanização, mas adquiriram foros de cidade com a chegada do café.

→ Somente por volta de 1850 que o dinheiro do café começou a surtir efeitos, juntamente com os primeiros hotéis e imigrantes europeus. As primeiras estradas de ferro e seus construtores trouxeram inovações importantes, como a técnica dos tijolos, trazida pelos alemães que, junto com os italianos, começaram a substituir a taipa tradicional em vários estilos historicistas (*eclétismo*).

A criação do *Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo* (1882), voltado à difusão cultural e utilizando principalmente a experiência de mestres europeus, permitiu a formação de mão-de-obra local, o que auxiliou os construtores a se tornarem menos dependentes do exterior (FERRARI, 1991).

Tanto a ferrovia como a comercialização e a exportação do café fizeram de São Paulo um centro de transporte, um entreposto humano, um pólo bancário e de negócios; e, depois, núcleo da industrialização do país. Sua população cresceu rapidamente, promovida também pela imigração estrangeira e nacional.

→ Vários loteamentos surgiram, nas periferias do triângulo original de São Paulo, do desmembramento de chácaras pelos seus próprios proprietários, que criavam um núcleo habitacional e depois exigiam do poder municipal o fornecimento da infraestrutura pública, auferindo grandes lucros. Tal processo de especulação imobiliária promoveu a proliferação de bairros desarticulados e alheios a um plano de conjunto.

Em 1889, iniciou-se a construção do *Viaduto do Chá*, para atender a expansão da área central; e, em 1890, criou-se da primeira usina elétrica. Em 1891, era aberta a *Avenida Paulista*, inicialmente residencial, que dividia a cidade em duas regiões, e onde se concentrariam os palacetes ecléticos.

Entre 1899 e 1918, nas gestões dos prefeitos Antônio da Silva Prado (1840-1929), Raymundo Duprat (1863-1926) e Washington Luís (1869-1957), São Paulo sofreu grandes transformações urbanas aos moldes do Rio de Janeiro e de grandes cidades do mundo:

- a) Implantação de bondes elétricos (1900) e remodelação do centro, a partir da construção do *Teatro Municipal* – de **Ramos de Azevedo (1851-1928)** – e da criação do *Viaduto de Santa Ifigênia*, além da reestruturação do *Vale do Anhangabaú* como parque público, decorrentes das propostas do então vereador e engenheiro Augusto Carlos da Silva Telles;
- b) Alargamento, calçamento, retificação e arborização de diversas ruas e outros logradouros públicos – além da criação de parques, como *Parque D. Pedro II* (1914), pelo arquiteto francês **Francisque Cuchet (1885-?)** – consolidando a *Diretoria de Obras Municipais*, que, na figura do engenheiro Vítor da Silva Freire, serviu de base para uma nova postura de administração pública no país.

No início do século XX, a *City of San Paulo Improvements & Freehold Land Company Limited* foi a mais importante agência urbanizadora, não só pela quantidade de empreendimentos realizados, mas pelo seu novo padrão urbanístico, baseado nos princípios do “subúrbio-jardim” inglês. Em 1912, a *City* adquiriu 12.000.000 m<sup>2</sup> em terrenos, especialmente na zona Sul e Oeste, assessorada pelo arquiteto francês **Joseph-Antoine Bouvard (1839-1923)**, o qual havia elaborado algumas propostas para a Prefeitura Municipal (*Belvedere do Trianon*, na avenida Paulista, e a *praça Buenos Aires*, no bairro de Higienópolis). Entre 1917 e 1919, criou-se o loteamento do *Jardim América*, seguido pelo *Pacaembu* e *Anhangabaú* para a classe alta; e o *Alto da Lapa* para a classe média.

Entre 1924 e 1930, na gestão do prefeito e engenheiro José Pires do Rio (1880-1950), São Paulo sofreu novas transformações urbanas, entre as quais:

- a) Abertura das suas primeiras avenidas modernas, já propostas e projetadas nos anos precedentes, como a avenida *São João*, que nasceu a partir da demolição do cenário urbano colonial;
- b) Implantação de novos edifícios públicos em eixos principais, além de equipamentos nos subúrbios nitidamente operários, tais como hospitais, mercados, cemitérios e escolas, assim como o *Jardim Botânico de São Paulo*, de traçado nitidamente pitoresco, foi criado em 1929, depois transformado em parque público e rebatizado como *Jardim da Luz*.

- c) Elaboração do *Plano de Avenidas* (1930), pelo engenheiro **Francisco Prestes Maia (1896-1965)**, que, assumindo a estrutura radiocêntrica que a cidade já possuía, propunha um sistema perimetral, denominado *Perímetro de Irradiação*, formado por avenidas diametrais que ampliavam a área central para além dos seus limites. Impregnado pela mentalidade haussmanniana e pelo *Beautiful City*, defendia o crescimento ilimitado da metrópole (SEGAWA, 2004)

Em 1954, o urbanista **Luiz de Anhaia Mello**, ao elaborar o **PLANO REGIONAL DE SÃO PAULO (1954)**, conhecido posteriormente como *Esquema Anhaia*, contrapôs-se à idéia de expansão ilimitada de Prestes Maia ao estabelecer teses restritivas para a metrópole. Anhaia buscou estabelecer limites de crescimento, de gabaritos e de área edificada por lote. Seu objetivo principal foi o de substituir o conceito norte-americano de *ribbon development* de Prestes Maia pela idéia anglo-saxônica de *urban fence* ou “cidade verde”, criando assim uma equilibrada transição entre cidade e campo (CAPÍTULO 17).

## BRASÍLIA

A determinação desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek (1902-76), entre 1956 e 1960, produziu fatos eloqüentes no terreno da urbanização brasileira, já que a passagem do poder político e da iniciativa econômica para as mãos da burguesia industrial reforçou a cultura urbana.

➔ Enquanto a população brasileira cresceu, na década de 1950, cerca de 17,8%, o aumento da população urbana nacional foi de 70,2%. Na década seguinte, enquanto a população aumentou 31,2%, a urbana cresceu em cerca de 62,9%. Esta hegemonia da cidade sobre o campo refletiu-se no conjunto da rede urbana brasileira. A distribuição espacial e funcional deste crescimento produziu um quadro urbano no qual São Paulo emergiu como a metrópole nacional.

O *Plano de Metas*, concebido por Kubitschek e sua equipe para ser cumprido em quatro anos, continha uma “meta-síntese” de grande impacto: a construção de **Brasília** (1956/60), a nova capital que se constituiu nas aplicações práticas dos pressupostos do funcionalismo.

→ A nova capital foi resultado de um amplo processo que, desde o segundo pós-guerra, vinha promovendo uma alteração radical das bases econômicas do Brasil, com o aumento das camadas médias, em particular nos Estados do sul, devido ao seu crescimento industrial e comercial.

Foram feitos investimentos pesados, tanto públicos como privados, visando a transformação do país e a reestruturação de suas cidades, principalmente as de médio e grande porte, a fim de dotá-las de uma infraestrutura funcional compatível com as novas formas de estruturação econômica.

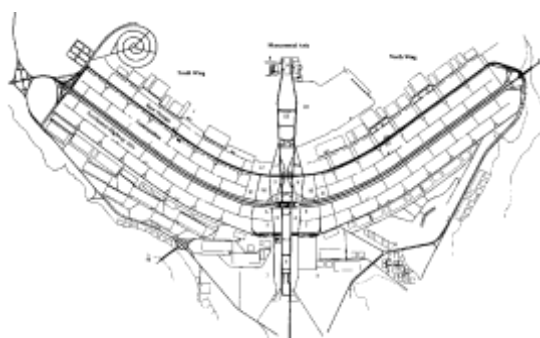
A mudança da capital para o Centro-Oeste, idéia existente desde a *Independência*, foi um dos principais temas arquitetônicos na década de 50. Para tal empreendimento, criou a *Companhia de Urbanização da Nova Capital – NOVACAP*, e confiou a **Oscar Niemeyer (1907-)** a direção geral dos trabalhos de arquitetura, fato que gerou muitos protestos, pela falta de concurso.

→ Niemeyer recusou-se a elaborar o plano-piloto da cidade de 500.000 habitantes, para o qual foi aberto um concurso, organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB, com total liberdade de concepção para o traçado urbano.

Todos os projetos apresentados refletiram uma profunda influência do urbanismo funcionalista da *Carta de Atenas* (1933). O resultado do concurso foi divulgado em 16/03/57, sendo a proposta de **Lúcio Costa (1902-88)** a vencedora, por ter sido considerada a mais viável, pelas condições técnicas disponíveis e o tempo de execução. Eram estas as principais características do Plano-Piloto:

- Zoneamento da cidade em dois eixos perpendiculares em função do sistema viário planejado: criação de um *eixo monumental* como ponto focal da composição, dando ênfase especial aos edifícios públicos;
- O *Eixo Norte-Sul* (eixo rodoviário) corresponderia ao alinhamento em quadras das áreas residenciais separadas por uma amplo cinturão verde e com blocos de habitação dispostos sobre pilotis. Cada *superquadra* teria área de estacionamento e para cada conjunto de 04 quadras seriam previstos igreja, escola e equipamentos de lazer e esporte;

- O *Eixo Leste-Oeste* (eixo monumental) decresceria em nível lentamente na direção do Lago localizado na extremidade Leste. Nos níveis superiores estariam os edifícios da *Administração Municipal*, seguidos do *Setor Esportivo* e, lateralmente, dos *Jardins Botânico* e *Zoológico*;
- A junção dos dois eixos, resolvida por meio de três plataformas, abrigaria, no nível superior, o *Setor de Diversões* (cinemas, teatros, restaurantes e hotéis); e, no nível superior, abrir-se-ia a perspectiva da Esplanada dos Ministérios, tendo em primeiro plano a Catedral. Na *Praça dos Três Poderes*, no extremo Leste, estariam o *Palácio do Congresso*, o *Palácio da Alvorada* e a *Suprema Corte*.



Concebida como uma verdadeira “cidade-parque” e edificada para se tornar símbolo de poder e desenvolvimento nacional, Brasília teve sua localização estratégica justificada por questões de segurança e defesa, mas também como incremento e integração das comunicações do país, além de possibilitar a urbanização da região central do Brasil (BRUAND, 2002).

→ Sua composição morfológica exerceu um papel fundamental na construção de sua imagem, pois, desde o início, sua planta foi descrita como um “avião” ou “pássaro ao alçar vôo”. Lúcio Costa afirmava que a idéia havia nascido “do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos se cruzando em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal-da-cruz” (GUIMARÃES, 1996:39).

Brasília não escapou dos mecanismos de segregação espacial bastante evidentes na ocupação das suas cidades-satélite; e, embora as superquadras mostrem-se eficientes como “espaços-parque” de vizinhança, outras carências ficaram evidentes, como a falta da intimidade entre vizinhos, o baixo índice de apropriação e uso dos espaços livres; ou a ausência de vitalidade espacial devido ao rigor na distribuição por zonas.



## PRÉ-URBANISMO

O processo de urbanização decorrente da **REVOLUÇÃO INDUSTRIAL (1750-1830)** foi surpreendente. De 1830 a 1900, Londres passou de dois para quatro milhões de habitantes; e Paris, no mesmo período, passou de um milhão para pouco mais de dois milhões. Berlim, do início do século XIX até 1890 teve sua população aumentada de 150.000 para 1.300.000.

→ Se em 1800, não havia nenhuma cidade no mundo com mais de um milhão de habitantes, em 1850, já existiam quatro e, em 1900, 19. Esse crescimento acelerado conduziu a inúmeros problemas de habitação, circulação, abastecimento e, em especial, saneamento, provocando várias epidemias e fazendo nascer as primeiras **LEIS SANITÁRIAS**.

Iniciadas na Inglaterra em 1844, as *leis sanitárias* incidiam diretamente nas condições de moradia e construção da cidade industrial, acabando por forçar os governos a agir sobre a planificação urbana, o que conduziu à formulação das primeiras leis urbanísticas na Europa, como as da Itália (1865), Suécia (1874), Prússia (1875) e Holanda (1901). Tanto no Reino Unido como na França, tais normalizações sobre as questões urbanas demorou para se unificarem, ocorrendo apenas, respectivamente, em 1909 e 1919.

A teorização científica a respeito dos termos “urbanização” e “urbanismo” na acepção de planejamento urbano somente surgiu a partir da segunda metade do século XIX, quando se implementaram medidas de saneamento e grandes reformas urbanas, estas expressadas por meio do chamado **URBANISMO NEOCONSERVADOR**.

→ Segundo FERRARI (1991), foi o catalão **Ildefonso Cerdá (1815-76)** quem primeiro empregou o termo “urbanização”, em sua obra pioneira intitulada *Teoria geral da urbanização* (1867), para explicar a organização das cidades industriais em seu sentido sociológico contemporâneo.

Ao mesmo tempo em que se efetivavam, nas grandes capitais européias, as medidas práticas de remodelação urbana pelos urbanistas neoconservadores, surgiram modelos utópicos de comunidades alternativas, cujo conjunto recebe o nome de **PRÉ-URBANISMO**, já que consistiam em propostas hipotéticas, feitas por generalistas, na maioria de cunho político-econômico e/ou sócio-cultural, mas que se caracterizavam como uma mostra de indignação diante das condições em que vivia o proletariado.

→ Sua importância de estudo está no fato de que, pela primeira vez na história das cidades, tinha-se uma visão integrada do significado das relações sociais e econômicas na influência sobre as questões da estruturação física e estética dos espaços urbanos.

Apesar de algumas tentativas de aplicação prática e pouquíssimas bem-sucedidas, tais modelos não passaram de utopia, inclusive por proporem uma intervenção radical não só na distribuição de riquezas dentro da sociedade, como também na vida em família, por exemplo, com a divisão por sexo e idade.

→ Além disso, acreditava-se que a iniciativa de transformação urbana partiria do próprio empresariado (classe dominante); ou ainda se defendia a destruição das máquinas, o abandono da indústria e o retorno às atividades agrícolas de subsistência, em uma atitude nitidamente nostálgica

Conforme CHOAY (1998), é possível identificar duas atitudes diversas nesses modelos urbanos dos pré-urbanistas:

- ❖ o **PROGRESSISMO**, que se voltava para o futuro, aceitando a industrialização como chave dos tempos modernos, em uma atitude descritiva: propostas do Conde de Saint-Simon, Owen, Fourier e outros;
- ❖ o **CULTURALISMO**, mais voltado ao passado, negando a indústria e apontando a máquina como fator causador do desaparecimento de um “mundo melhor”: propostas de Ruskin e Morris, além dos socialistas científicos (Marx e Engels).

## PRÉ-URBANISMO PROGRESSISTA

### Claude Henri de Rouvroy (1760-1825)

Conhecido como o *Conde de Saint-Simon*, acreditava que o avanço da ciência determinaria a mudança político-social, além da moral e da religião, considerando que, no futuro, a sociedade seria formada somente por cientistas e industriais.

Quando descreveu esta nova sociedade, em seus escritos entre 1807 e 1821, imaginou uma imensa fábrica, na qual a exploração do homem pelo homem seria substituída por uma administração coletiva. A propriedade privada não caberia mais nesse novo sistema industrial. Seu modelo porém mantinha a idéia de uma sociedade hierarquizada, onde no topo estariam os diretores da indústria e produção, engenheiros, artistas e cientistas; e, mais abaixo, os trabalhadores responsáveis pela execução dos projetos feitos pelos inventores e diretores. Ele foi o primeiro a perceber que o conflito de classes estava relacionado com a economia e que seria nas mãos dos trabalhadores que o futuro seria construído, embora devendo ser guiado por alguém. Apesar de defender um “novo cristianismo” que teria como imperativo a fraternidade e a justiça social, tinha uma concepção anti-igualitária e antidemocrática.

### Etienne Cabet (1788-1856)

Francês que lançou o romance *Viagem à Icaria* (1842), onde apresentava uma nação utópica dividida em 100 províncias; e cada uma delas possuindo dez distritos municipais, sendo que no centro de cada um destes haveria uma capital.

A cidade de *Icaria* seria uma grande metrópole, dividida por um rio retilíneo, com uma ilha no meio, formada por uma retícula de ruas amplas e rodeada por dois anéis concêntricos de *boulevares*. Os quarteirões seriam formados por 15 casas iguais, onde a vida humana seria muito organizada e toda a propriedade estatal. O produto do trabalho seria dividido equitativamente entre os trabalhadores, cujas roupas seriam uniformizadas. Em 1848, mudou-se para os EUA, onde fundou uma colônia em Nauvoo, Illinois, com 500 imigrantes.

Houve brigas e desavenças, mas a colônia conseguiu resistir até 1855. Seus discípulos foram os espanhóis **Narcís Monturiol i Estarriol (1819-85)**, fundador do jornal utopista *La Fraternidad* (1847/8); e **José Anselmo Clavé (1824-74)**.



NEW HARMONY, INDIANA EUA

### Robert Owen (1771-1858)

Reformador galês de origem modesta, que se tornou proprietário de uma tecelagem de algodão, em *New Lanark*, Escócia, elaborando um sistema baseado na cooperação mútua e na autogestão de bens. Em *Uma nova visão da sociedade* (1813), defendia a idéia de que era necessário reconstruir o ambiente a serviço do homem, antes de se pensar em qualquer vantagem econômica, individual ou política. A partir disso, elaborou um modelo ideal de convivência, no qual as habitações seriam agrupadas ao redor de um grande espaço aberto, onde se localizariam os edifícios comunitários.

As casas seriam comunais, com dormitórios, refeitórios, salas e escolas. Envolvendo as moradias, haveria grandes jardins e hortas; e, em um dos lados do conjunto, situar-se-iam a fábrica e as oficinas. Além de uma estrada, um cinturão agrícola circundaria todo o complexo. Nesta comunidade de 300 a 2.000 pessoas, a maquinaria para os trabalhos seria moderna e todos estariam obrigados a produzir. Em 1824, mudou-se para os EUA e fundou a colônia de **New Harmony**, em Indiana, uma cidadezinha para uma comunidade agrícola restrita.



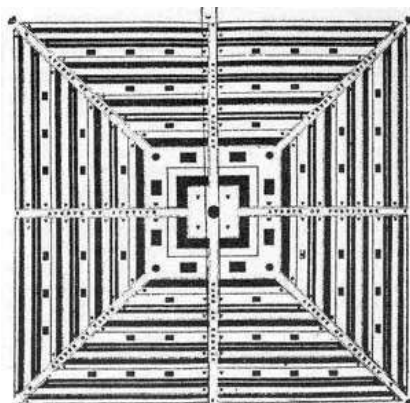
FALANSTÉRIO (1829)

### Charles Fourier (1772-1837)

Comerciante francês que escreveu *O novo mundo industrial e societário* (1829), entre outras obras, em que desenvolvia uma proposta de cidade ideal, **La Falange**, a qual seria desenvolvida em anéis concêntricos, partindo de um núcleo comercial e administrativo, circundado pela área industrial e esta, por sua vez, pelo setor agrícola. Sua comunidade pode ser definida como um modelo de habitação coletiva, de oficinas-modelo e de construções rurais-tipo. Criada para cerca de 1.600 habitantes, caracterizava-se pela disposição sistemática de lugares e atividades; assim como pelo *falanstério*; um edifício monumental ou “palácio social”, no qual as pessoas viveriam de forma comunitária. Tais idéias baseavam-se em um sistema filosófico-político, que propunha a união de esforços para se alcançar um estado de harmonia universal, conseguido somente com a satisfação de “paixões” naturais. Em 1832, passou a publicar o semanário *Le Phalanstère*, o qual pregava a formação de suas sociedades cooperativas de produção e consumo. Foram seus discípulos: o francês **Victor Considérant (1808-93)** e o alemão **Wilhelm Weitling (1808-71)**.

### James Silk Buckingham (1786-1855)

Reformador inglês que publicou *Males nacionais e medidas práticas com um plano de uma cidade-modelo* (1849), onde propunha um novo modelo de cidade a ser repetido em série para combater o desemprego. **Victoria**, a primeira dessas cidades, consistiria em um quadrado de uma milha de lado destinado a abrigar 10.000 pessoas. As habitações estariam dispostas em sete fileiras concêntricas: no centro estariam as casa espaçosas da classe alta, enquanto os operários de estratos inferiores viveriam na periferia, próximos às fábricas situadas no espaço externo à cidade. Paralelamente, as escolhas estilísticas de cada edificação seguiriam a diferença entre as classes. Estavam previstos todos os tipos de serviço social e para a sua realização utilizar-se-ia uma técnica muito “avançada” para a época: uma torre de 300 pés de altura, que iluminaria toda a cidade da praça central. Seus principais objetivos eram unir o máximo grau de ordem, espacialidade e higiene, com a máxima abundância de luz e ar, além de um perfeito sistema de esgotos, com conforto e convivência de todas as classes.



**VICTORIA (1849)**

### Pierre Joseph Proudhon (1809-63)

Reformador francês considerado um dos pais do *anarquismo* ou *comunismo libertário*; um movimento ideológico baseado na rejeição à autoridade e exigência da liberdade. Acreditava que a posse individual da propriedade era a garantia essencial para a existência da sociedade livre, desde que ninguém possuísse em excesso. Suas idéias baseavam-se na luta contra o passadismo para promover uma forma global de existência moderna; uma racionalização das formas de comportamento e do papel da indústria na nova cidade. Defendia a ação de minorias impulsionando as massas e organizando a produção e o consumo em nome do federalismo. Após o fracasso da *Revolução de 1848*, passou a confiar unicamente no mutualismo e na organização do crédito gratuito como resposta ao problema da miséria social. Teve vários seguidores na área política e sua influência sobre a classe operária do II Império foi considerável.



**FAMILISTÉRIO (1859)**

### Jean-Baptiste André Godin (1817-88)

Industrial francês, fabricante de fogões e aquecedores, que fundou uma oficina metalúrgica em Guise, França, em 1859, seguindo os princípios corporativos de Fourier, por visar repassar os lucros do trabalho assalariado aos operários. Criou o **familistério**, uma redução do modelo fourierista composta por um edifício igualmente formado por três blocos fechados, mas com pátios menores e cobertos por vidros, desempenhando as funções das *rues intérieures* de Fourier. Diversamente da vida comunitária e do caráter agrícola, optou pelo regate da vida familiar e serviços que facilitassem a convivência social, além do trabalho industrial assumir um caráter hegemônico. Publicou sua teoria através de *Soluções sociais* (1870). Funcionando como cooperativa de operários até 1968, hoje o familistério é uma sociedade anônima, cujo edifício em que vivem 300 famílias é tido patrimônio da humanidade, sob cuidados da União Européia.

No decorrer de todo o século XIX, vários escritores europeus – como os franceses **Honoré de Balzac (1799-1850)**, com as 95 obras de sua *Comédia Humana*; **Victor-Marie Hugo (1082-85)** e **Émile Zola (1840-1902)**; além do inglês **Charles Dickens (1812-70)** – denunciaram em suas obras as condições da cidade liberal. Paralelamente, alguns utopistas passaram a utilizar repúblicas ou sociedades imaginárias para apresentar suas críticas políticas, destacando-se:

- **George A. Ellis (1810-40)**: em *New Britain: a narrative of a journey* (1820), expressava uma visão das comunidades experimentais na América;
- **Robert Pemberton (1788-1879)**: em *The happy colony* (1854), parodiava o movimento utópico britânico.
- **Samuel Butler (1835-1902)**: em *Erewhom* (1872), satirizava as injustiças da Inglaterra vitoriana ao descrever uma sociedade, cujas leis, princípios morais e concepções científicas tinham se transformado na sua própria oposição.

## PRÉ-URBANISMO CULTURALISTA

### Karl Marx (1818-83) & Friedrich Engels (1828-95)

Pensadores alemães que procuraram passar o socialismo da utopia à ciência, avaliando a crítica social dos utopistas em seu *Manifesto Comunista* (1848), acusando-os de não proporem meios adequados para alcançar a sociedade ideal. Seus escritos introduziram reivindicações futuras, como a supressão da oposição entre campo e cidade e o fim da propriedade privada e do trabalho assalariado. Embora alguém do dinamismo da realidade, suas ações desempenhariam importante papel no movimento de tomada de consciência pelo proletariado.

Fundaram o **SOCIALISMO CIENTÍFICO**, que consiste na realização daqueles objetivos no marco histórico concreto/material, negando-se a profetizar acerca da futura sociedade comunista ou a estabelecer modelos urbanos de utopia.

### John Ruskin (1819-1900)

Escritor, crítico e esteta inglês que escreveu uma série de livros – entre os quais *The seven lamps of architecture* (1849) e os três volumes de *The Stones of Venice* (1851/53) – reagindo contra o materialismo da era vitoriana e aliando a pré-dica moral e as iniciativas sociais à reflexão sobre a arte. Defendia o resgate da Idade Média, que considerava mais autêntica que a Renascença, apoiando o movimento pré-rafaelista. Atacava a máquina, para ele, a causa principal da “degenerescência” da arte de seu tempo; e buscava o retorno ao artesanato, propondo iniciar a reforma do sistema socioeconômico a partir da renovação das artes plásticas.

### William Morris (1834-96)

Maior discípulo de Ruskin e de Bellamy, foi um artista e ativista inglês que contribuiu para a renovação das artes decorativas a partir de sua ação prática em defesa do artesanato, lutando contra a ausência de sentido de unidade artística. Através de sua firma, fundada em 1861, impulsionou o chamado **ARTS & CRAFTS MOVEMENT**. Em 1891, escreveu *News from nowhere* (*Notícias de nenhuma parte*), obra utópica e, ao mesmo tempo, poética e humana, em que mostrava o retorno a uma sociedade agrícola e artesanal, em cujo seio a luta de classes romperia com o “socialismo estatal”, além de apresentar a concepção social-democrata de um “programa mínimo” de reformas graduais e um “programa máximo” a ser implementado em um futuro indefinido. Seu livro oferecia uma solução para se alcançar uma genuína democracia de trabalhadores, da mesma forma que defendia a vida harmoniosa junto à natureza.

O mundo do *laissez-faire* norte-americano encontrou sua maior crítica através do pensamento de três utopistas, cuja herança teórica marcaria as idéias, ações e debates no campo da planificação urbana, no início do século XX:

- **Henry George (1839-97)**: em *Progress and poverty* (*Progresso e pobreza*, 1880), defendia que a terra deveria pertencer a todos, instituindo-se uma taxa única (*single-tax*) sobre a renda fundiária;
- **Edward Bellamy (1850-98)**: em *2000 to 1887* (*Olhando para trás*, 1888), propunha uma visita à Boston do futuro, onde existiria um sistema industrial perfeito, no qual todos viveriam iguais e em paz, através de uma forma cooperativa de produção e distribuição socialista;
- **Thorstein Veblen (1857-1929)**: em *The theory of leisure class* (*A teoria da classe ociosa*, 1899), detectou e criticou a tendência de formação de uma sociedade tecnocrática, cujo poder estaria nas mãos de empresários, banqueiros e técnicos.

## COMPANY-TOWNS MOVEMENT

Papel relevante na história do urbanismo desempenharam as experiências norte-americanas das **COMPANY-TOWNS** ou *idades-fábrica*, que se desenvolveram no final do século XVIII até se tornarem freqüentes no século XIX, podendo ser consideradas a utopia do Capital empenhado, desde seus primórdios, em edificar um sistema econômico que deixasse de se basear na terra e passasse a ser realizado por máquinas<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Embora anteriores, foi a partir do século XIX que essas comunidades difundiram-se e, mesmo subsistindo à *Guerra Civil Americana* (1861/65), acabaram por se revestir de uma função política concreta, convertendo-se em um instrumento econômico interno e típico do processo de acumulação capitalista. Um dos primeiros exemplos foi a “cidade-fábrica” de *Paterson*, criada em New Jersey em fins dos setecentos pela *Society for Establishing Useful Manufactures*; por **Pierre Charles L'Enfant (1754-1852)** e **Nehemiah Hubbard (1721-1811)**. Entre as *company-towns* da época que precedeu à guerra, destacaram-se *New Manchester*, onde atuou desde 1836 a *Amoseag Manufacturing Company*; e *Holyoke*; e *Lawrence*, iniciada no final da década de 1840 pela *Bay Sate Mills* e pela *Essex Company*. Além disso, outros assentamentos de New Hampshire, como *New Ipswich* e *New Market*, converteram-se em significativas cidades industriais naquela região.

As **CIDADES-FÁBRICA** configuraram uma drástica ruptura em relação à tradição rural da cultura *yankee*, implementando comunidades cujas componentes sociais tradicionais tenderiam a desaparecer. Como modelo urbanístico básico, representavam uma alternativa completa à cidade histórica, já que se colocavam contra esta que significava “continuidade”, seja em termos de desenvolvimento econômico como de estrutura sócio-política.

→ Seu ideal rechaçava a civilização urbana e configurava um modelo puramente econômico; produto de uma ideologia que tendia a anular a cidade através da fábrica, fazendo-a desaparecer e integrando o “urbano” no “produtivo”, priorizando os processos de racionalização produtiva e a maximalização da exploração. Sua influência estendeu-se até a Europa (CIUCCI et al., 1975).

Paralelamente, outro fenômeno característico dessa época, foram as cidades norte-americanas ligadas à mineração, as **COAL-TOWNS**, assim como aquelas relacionadas à história do petróleo, sendo a mais famosa a cidade de *Pithole*, na Pensilvânia, surgida em 1862 e que, após três meses de existência, já contava com cerca de 15.000 habitantes. Houve ainda as *company-towns* que surgiram ao longo dos eixos de expansão das ferrovias: tanto as existentes, que foram revitalizadas com a chegada de novas linhas, como os novos povoados criados diretamente pelas companhias ferroviárias.

#### Francis Cabot Lowell (1775-1817)

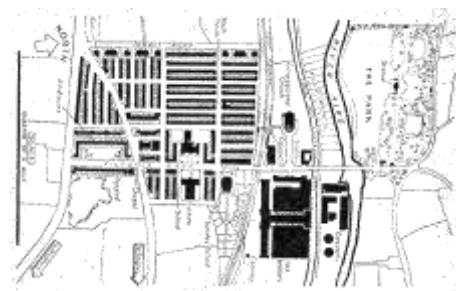
Típico empresário de New England EUA que, em 1814, introduziu o tear mecânico em suas manufaturas de Waltham; fator fundamental para tornar rentáveis as várias fábricas algodoeiras que se multiplicavam às margens dos rios da região, de modo a assegurar uma produtividade que permitisse o nascimento de um verdadeiro sistema urbano-industrial. Sensível aos problemas sociais, imaginou uma comunidade ideal dedicada ao trabalho e concentrada ao redor das atividades produtivas, cuja principal finalidade seria alcançar a máxima eficiência, concebendo uma cidade formada por dois grupos sociais distintos, os cidadãos e os assalariados, sendo a vida dos primeiros livre e a dos segundos completamente controlada pela Companhia.



**LOWELL PLAN, MASS. (1823)**

#### Kirk Boot (1780-1837)

Diretor da *Merrimack Manufacturing Company*, formada cinco anos após a morte de Lowell, que acolheu suas idéias e propôs-se a criar uma comunidade industrial iniciada em 1823. O núcleo central da nova cidade de **Lowell**, Massachusetts, foi a localização das instalações manufatureiras, que foram dispostas de modo a garantir o máximo aproveitamento dos recursos hídricos do rio Merrimack e de um sistema de canais artificiais realizados na área da implantação. Ao invés de seguir leis orgânicas de crescimento ou traçados de justificativas geométrico-sociais, estabelecia-se em função direta das exigências produtivas das instalações industriais. Soma-se a isto uma preocupação excessiva da Companhia em exercer um controle absoluto da mão-de-obra, criando seu “próprio” mercado de força de trabalho, assim como a consideração da moradia e dos serviços urbanos apenas como conseqüências simples e diretas do trabalho, resultando em uma estrutura urbana extremamente rígida, que refletia a divisão de classes.



**SALTAIRE PLAN, WEST YORKSHIRE**

#### Titus Salt (1803-76)

Criador da cidade-fábrica de **Saltaire**, em West Yorkshire, perto de Shipley, Inglaterra, melhor exemplo da influência do movimento na Europa. Construída entre 1850 e 1863, possuía a maior fábrica do país e casas dispostas em padrão paladiano. Tendo como princípios de composição o senso de liberdade, a justiça social, a pequena escala e a vida junto à natureza, apresentava algumas preocupações modernas com seus edifícios públicos, tais como centros comunitários, hospitais, escolas e igrejas. Usou-se como modelo as idéias das *factory villages*, descritas nos romances de **Benjamin Disraeli (1804-81)**.

### George Mortimer Pullman (1831-97)

Fabricante norte-americano de vagões que, percebendo a necessidade de melhoria das condições dos trabalhadores para o sucesso de seu empreendimento, fundou nas imediações de Chicago, próximo ao lago Calumet, uma “cidade-fábrica” homônima, **Pullman**, cujas obras iniciaram-se em 1880, segundo um projeto elaborado por **Solon Spencer Beman (1853-1914)** e **Nathan Franklin Barrett (1845-1919)** e que receberia, já em junho do ano seguinte, seus primeiros 650 habitantes. A partir de um pioneiro processo de construção planejada e de standardização de moradias, a cidade já produzia a todo vapor um ano depois e, em 1884, alcançaria uma população de 8.500 pessoas, além de poder contar com um centro comercial, o *Arcade Building*, os principais edifícios públicos, a igreja municipal e um suntuoso teatro.

Em praticamente todos os casos das *company-towns* implementadas, o mito da cidade-modelo dedicada ao trabalho caiu por terra pela formação da própria consciência de classe, o que conduziu a greves e lutas por melhores salários. Esse novo “modelo de vida moderna”, que rechaçava a civilização urbana em prol de uma comunidade voltada somente ao trabalho e à produção industrial, permitia ao mesmo tempo uma singular intensificação dos laços de solidariedade entre os operários, que reagiram a seu “paternalismo” e exigiram seus direitos como trabalhadores.

### GARDEN-CITIES MOVEMENT

No utopismo sócio-político expresso pela cidade oitocentista, a proposta mais contundente de integração entre a cidade e a natureza foi o modelo, de bases culturalistas, representado pela proposta das **GARDEN-CITIES** ou *ciudades-jardim*, idealizadas pelo britânico **Ebenezer Howard (1850-1928)**.

➔ **Howard** acreditava que todas as vantagens da vida mais ativa no meio urbano e toda a beleza e delícias do meio rural poderiam estar combinadas de modo satisfatório, através de uma nova forma de planejamento.

O *Garden-City Movement* foi uma das experiências mais profícuas do século passado, a qual defendia a noção de “cidade-parque” e conduziu à formação de vários “bairros-jardim” em todo mundo. No início do século XX, os princípios deste modelo foram aplicados em protótipos urbanos tanto na

Europa como nos EUA, assim como no Brasil, sendo suas características básicas:

- A malha de anéis concêntricos, recortados por vias radiais;
- As demarcações precisas de setores e limites por meio de cinturões verdes;
- A eliminação da especulação através do arrendamento dos terrenos;
- O controle de sua expansão, já que, ao se atingir uma população de 32.000 pessoas, seria fundada uma nova comunidade, ligada como satélite a um centro maior.



### Ebenezer Howard (1850-1928)

Autor do livro *Amanhã: um caminho pacífico para a verdadeira reforma* (1898), mais tarde reeditado como *Cidades-jardim de amanhã* (1902), defendia a integração entre campo e cidade – considerados como “imãs” para a população –, através da proposta de cidades para 32.000 habitantes, com área aproximada de 400 ha e um cinturão agrícola de 2.000 há, com autonomia econômica. Em 1899, fundou a *Garden City Association*, procurando aplicar na prática seus conceitos, os quais não passavam de esquemas teóricos. **Martin Wagner (1885-1957)** e **Ernest May (1886-1970)** podem ser considerados seguidores de Howard na Alemanha, assim como **Henri Sellier (1883-1943)** na França.

### Raymond Unwin (1863-1940) & Barry Parker (1867-1947)

Arquitetos ingleses cuja empresa durou de 1896 a 1914 e foi responsável pela criação de várias “cidades-jardim”, como a primeira delas, *Letchworth*, implantada em 1903, a cerca de 56 km de Londres, para uma população de 33.000 habitantes, além do subúrbio londrino de *Hampstead Garden Suburb*. A publicação de suas idéias e trabalhos a partir de 1908 influenciou todo o urbanismo anglo-saxão do século XX.

### Louis de Soissons (1904-97)

Fundador da célebre “cidade-jardim” de *Welwyn*, criada em 1919 e localizada a 15 km de *Letchworth*, Inglaterra, projetada para 40.000 habitantes, com previsão de expansão para no máximo de 50.000 pessoas.

## URBANISMO MODERNO

Somente no final do século XIX e especialmente nas primeiras décadas do século XX, com os problemas trazidos com a *Primeira Guerra Mundial* (1914/19), que as bases do urbanismo moderno se assentaram com propostas mais realistas e viáveis que as dos socialistas utópicos, embora algumas ainda esbarrassem nas suas condições de implementação.

→ O **MOVIMENTO MODERNO (1915/45)** deu-se paralelamente a um gradativo empenho tecnológico, sem o qual as bases funcionalistas não poderiam se afirmar. Nesse período, arquitetura e engenharia reataram seus vínculos, perdidos durante o ecletismo do século XIX, assim como se difundiram os princípios do funcionalismo, sendo a escola alemã *Staatliches Bauhaus* (1919/33) seu maior centro de reflexão e difusão.

O **URBANISMO MODERNO** amadureceu principalmente nas décadas de 1910 e 1920 em direção à busca de alternativas para a cidade burguesa pós-liberal, mas sem procurar corrigir seus conflitos, limitando-se mais a dar continuidade às idéias dos pré-urbanistas, adequando-as à realidade.



**UNE VILLE CONTEMPORAINE (1922)**

→ Ainda conforme a categorização de CHOAY (1998), enquanto que, para os **progressistas**, o que interessava era o rendimento máximo dos operários – eficiência que seria conseguida através da melhoria da sua situação espacial, incluindo habitação e infra-estrutura –; para os **culturalistas**, a preocupação girava em torno de questões morais, especialmente ligadas às relações sociais, em que a cidade não deveria se sobrepor aos seus moradores.

No primeiro pós-guerra, o problema da moradia tornou-se agudo em muitos países europeus, graças à grande carência de habitações, tanto devido aos danos da guerra como à paralisação da atividade de construção durante o conflito. Isto, somado ao encarecimento dos materiais, da mão-de-obra e dos terrenos, fez necessária a intervenção do Estado, esta voltada a assegurar a moradia para as classes mais baixas, a qual se deu de 02 (duas) maneiras:

- a) **Por meio de créditos e facilidades concedidas a associações particulares**, o que ocorreu principalmente na Inglaterra, através de várias leis criadas entre 1919 e 1930, onde se subvencionava até 75% das iniciativas públicas e privadas. Estas leis foram unificadas em 1936 através da *Housing Act*. Tal sistema também foi adotado em outros países, como a Suécia, a Bélgica e a França.
- b) **Por meio de construções de alojamentos por iniciativa direta de entidades públicas**, o que era mais adequado para a solução de situações de emergência. Na França, fundou-se em 1914 o *Office Municipale des Habitations Bon Marché* de Paris, que começou a trabalhar em 1920; e, na Inglaterra, criou-se o *London City Council* que, entre 1920 e 1936, construiu cerca de 70.000 alojamentos, sendo um dos maiores o de *Becontree*, em Essex, com 25.000 unidades. Casos semelhantes ocorreram na Alemanha, na Holanda e na Itália, sendo o mais destacado aquele promovido pela administração socialista de Viena, em 1920.

Enquanto as intervenções públicas na Europa pós-Primeira Guerra aumentaram de tal modo a controlarem a maior parte da construção de moradias e bairros proletários, as orientações urbanísticas através de leis e planos reguladores cresceram em menos intensidade.

→ Na Inglaterra, entre 1919 e 1925, surgiram algumas leis que tornaram obrigatórios os planos de ampliação para cidades maiores. Nos demais países, a legislação urbanística demorou um pouco para aparecer, ocorrendo nos países escandinavos na década de 1930; na Itália em 1942; e na França somente no segundo pós-guerra, final da década de 1940.

O **URBANISMO MODERNO** estudava a cidade a partir de sua **decomposição** – setores, bairros, quadras e ruas, células ou unidades elementares –; metodologia que objetivava a economia de meios de realização, já que respondia a critérios de produção industrial.

→ Quando algumas idéias tornaram-se maduras para serem colocadas em prática, através de modelos aplicáveis na realidade, a produção da construção civil começou a declinar, por efeito da crise econômica dos anos 30, a qual conduziu à *Segunda Guerra Mundial* (1939/45).

Devido à complexidade temática e a necessidade de atualização constante da arquitetura e urbanismo funcionalistas, foram realizados a partir de 1928 os **CONGRESSOS INTERNACIONAIS PELA ARQUITETURA MODERNA – CIAM's**, que ocorriam periodicamente, para:

- Confrontar de tempos em tempos as experiências modernas a fim de aprofundar os problemas surgidos com a industrialização (técnicas construtivas; padronização, standardização, etc.);
- Decidir a melhor maneira de apresentar ao público as soluções modernas na medida em que estas fossem encontradas pelos arquitetos (educação da juventude; influência do Estado na produção, etc.).

O primeiro CIAM foi realizado em 1928 (*La Sarraz*, Suíça) e o último em 1959 (*Otterloo*, Alemanha). Os mais importantes aconteceram em *Frankfurt* (1929), *Bruxelas* (1930), *Atenas* (1933) e *Paris* (1937). A adesão foi progressiva entre os países, começando com Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Holanda, Itália e Suíça, para posterior inclusão do grupo britânico *Modern Architecture Research Society* – MARS, EUA, Argentina, Brasil, Colômbia, Hungria, Polônia e demais países.

→ Os ideais modernos em relação à questão urbana tiveram sua consagração definitiva a partir do 4º CIAM, cujo tema central era a *Arquitetura Funcional* ocorrido em 1933 em um cruzeiro marítimo de 15 dias entre Marselha e Atenas, onde foi formulada a **CARTA DE ATENAS**, um documento que reunia 95 conclusões tiradas a partir da análise de 33 cidades, trazendo os princípios e soluções para os problemas urbanos acumulados no último século.

A **CARTA DE ATENAS (1933)** foi publicada de forma anônima por Le Corbusier (1887-1965) somente em 1943, que se identificou como o autor do texto apenas em 1957. Algumas das suas principais conclusões eram:

- A cidade e o campo dependem um do outro e são elementos inseparáveis de uma mesma unidade regional, a qual deve ser tratada pelo **planejamento urbano**;
- O desenvolvimento urbano de cada cidade depende das suas características geográficas, potencialidades econômicas e situação política e social;
- As chaves do urbanismo moderno encontram-se em 04 (quatro) funções a serem tratadas especificadamente: habitação, trabalho, lazer e transporte.

**PLANEJAMENTO URBANO** ou *urban planning* consistiria no conjunto de procedimentos racionais, que visam a tomada de decisões para conduzir os processos urbanos segundo metas e objetivos pré-estabelecidos. Ultrapassando a simples investigação sobre a cidade, o planejador urbano deve-se voltar à *reflexão urbana*, promovendo a formulação de uma série de metodologias de ação.

Tendo como objeto fundamental a organização do conjunto dos espaços construídos e abertos que estruturam a cidade, o **PLANEJAMENTO URBANO** pode ser definido como “o processo de decisão que objetiva causar uma combinação ótima de atividades em uma área específica e pelo qual a utilização dos instrumentos de política seja coordenada, considerados os objetivos do sistema e as limitações impostas pelos recursos disponíveis”<sup>6</sup>.

→ O *urban planning* também pode ser visto como uma “ação contínua que serve de instrumento dirigido a racionalizar as tomadas de decisões individuais ou coletivas em relação à evolução de determinado objeto”<sup>7</sup> – no caso, a cidade.

<sup>6</sup> HILHORST, J. G. M. **Planejamento regional: enfoque sobre sistemas**. (Trad. H. C. Pimenta). 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

<sup>7</sup> GONZALES, S. F. N. *Considerações em torno do planejamento urbano*. In: **PLANEJAMENTO**. Brasília DF: Introdução à disciplina de Planejamento Urbano, Universidade de Brasília – UnB, s.l., 1980. p.12-21.



## URBANISMO RACIONALISTA

Tendo como principais precursores o espanhol **Arturo Soria y Mata (1844-1920)** e o francês **Tony Garnier (1869-48)**, assim como os pré-urbanistas progressistas, o *urbanismo racionalista* encontrou entre seus maiores expoentes, além de **Le Corbusier (1887-1965)**, os alemães **Walter Gropius (1883-1969)** e **Ludwig Hilberseimer (1885-1979)**.

→ Considerando essencialmente os aspectos quantitativos da cidade, seus representantes viam o homem apenas como uma unidade estatística, preocupando-se mais com as questões de circulação, habitação, eficiência e produtividade (“cidades-máquina”). Para os racionalistas, as grandes densidades demográficas, sob o aspecto econômico, eram altamente aceitáveis, fazendo-se uma apologia do arranha-céu, este entendido como a verdadeira “máquina de morar”.

Le Corbusier era fascinado pelas grandes cidades, segundo o qual seriam “células ardentes do mundo [...] delas surge a paz ou a guerra, a abundância ou a miséria, a glória, o espírito triunfante ou a beleza. A grande cidade expressa as potências do homem: as casas, que obrigam um ardor ativo, elevam-se em uma ordem insigne” (FERRARI, 1991).

Os modelos das cidades racionalistas eram altamente segregacionistas, sendo posteriormente criticados por sua atitude pouco democrática. Consideravam as áreas verdes sob a ótica higienista e enfatizavam o zoneamento. Baseavam-se em 04 postulados fundamentais:

- Descongestionar o centro das cidades para fazer face às exigências da circulação e da produtividade;
- Aumentar a densidade do centro das cidades para realizar o contato exigido pelos negócios;
- Aumentar os meios de circulação, ou seja, modificar completamente a concepção atual da rua que se encontra sem efeito diante do novo fenômeno dos meios modernos de transporte (metrô ou automóveis, trens, aviões, etc.);
- Aumentar as superfícies verdes, a única maneira de assegurar a higiene suficiente e a calma útil ao trabalho atento exigido pelo novo sistema de negócios.

Os racionalistas desenvolveram uma série de propostas, principalmente no período entre guerras, muitas das quais aplicadas na criação de novos bairros de cidades européias, voltados às classes proletárias e aos refugiados de guerra.

→ Esses **NOVOS BAIROS** eram compostos de modo unitário e em bloco (“edifícios-villas”), com cuidados de ventilação e iluminação, separação de tráfego e arborização, baseados na *racionalização* (padronização de elementos construtivos e pré-fabricação visando a industrialização) e na *standardização* (adoção de modelos para as unidades habitacionais, preferindo-se as casas em fileiras ou agrupadas em blocos de até três andares) (BENEVOLO, 1998).

Como exemplos podem ser citados os seguintes bairros projetados:

- os conjuntos residenciais feitos em *Tusschendijken* (1920), *Mathenesse* (1922) e *Kiefhoek* (1925), Holanda, por **Jacobus J. P. Oud (1890-1963)**;
- o *Italiensichergarten* e o *Georgsgarten* (1923/24), criados em Zelle, na Alemanha, por **Otto Haesler (1880-1962)**;
- os *Britz* e *Zehlendorf* (1925/27), bairros projetados em Berlim por **Bruno Taut (1880-1938)**;
- o *Weissenhof Siedlung* (1926/27), bairro experimental da *Deutscher Werkbund*, proposto por vários arquitetos em Stuttgart, Alemanha;
- o conjunto habitacional *Törten* (1926/28), situado em Dessau, na Alemanha, de Walter Gropius;
- o bairro experimental de *Wekbund Siedlung* (1931/32), também criado coletivamente em Viena, Áustria.

Se a década de 1920 foi um período de difusão e propagação do modernismo, nos anos 30, tal situação modificou-se devido à crise política, econômica e social que acabou bloqueando todas as experiências urbanísticas concretas nos países centrais, já que o debate político alterou-se: os partidos democráticos tiveram que lutar pela sua sobrevivência graças ao surgimento de novos e crescentes movimentos autoritários, que acabaram alcançando o poder e implantaram um retrógrado **URBANISMO DE CELEBRAÇÃO**.

### Arturo Soria y Mata (1844-1920)

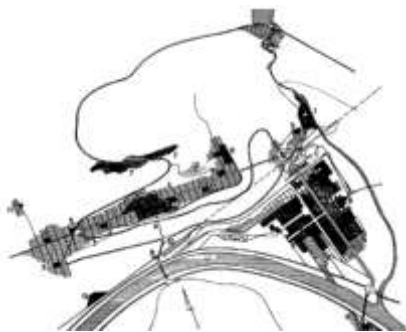
Engenheiro espanhol que idealizou a proposta da **Ciudad Lineal**, que, ao contrário dos outros utopistas, abandonava a configuração “circular” e adotava o formato linear como mecanismo para a resolução de problemas como especulação imobiliária, congestionamentos e marginalização da população. Sua cidade ideal eliminava a distinção entre centro e periferia já que se caracterizava em um único e contínuo cinturão urbano, paralelo às linhas de transporte, para ligar os centros históricos mais antigos (“cidades-ponto”), ou seja, uma “cidade-rua” – que deveria possuir uma largura média de 500 m – e que podia ser prolongada indefinidamente. Publicado em 1882 pelo jornal madrilenho *El progreso* e implementado a partir de 1890, o modelo previa a mecanização dos transportes e a melhoria das condições higiênicas, propondo a realização de um distrito alongado em 5,2 km nos arredores orientais de Madri, tomando como elemento estruturante a linha de bonde elétrico (*ferrocarril*). A superfície interna às “triangulações” seria destinada às atividades agrícola e industrial.



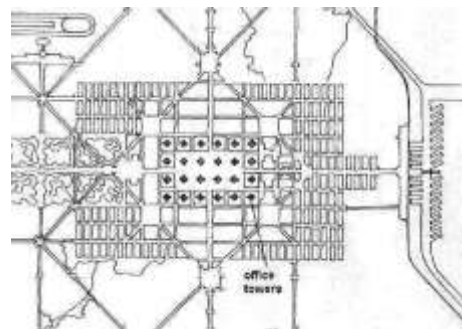
CIUDAD LINEAL (1882/90)

### Tony Garnier (1869-48)

Arquiteto francês que desenvolveu, entre 1901 e 1904, o plano da **Cité Industrielle**, publicado em 1917, o qual previa o modelo de implantação de uma cidade para 35.000 habitantes, onde preconizava o zoneamento funcional e o emprego dos materiais modernos, além de preocupações sanitárias e paisagísticas. A proposta exibía características lineares em planta, em que se distinguía pelo espaço verde, que separava a zona residencial da comercial; pela distribuição ordenada de atividades, o que setorizava a cidade em áreas distintas; e ainda por seu sistema de transportes, que caracterizava os eixos de ligação por meio de avenidas.



CITE INDUSTRIELLE (1901/04)



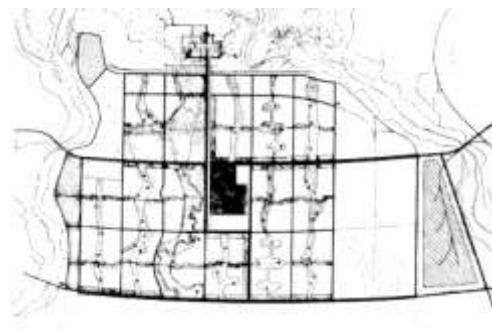
UNE VILLE CONTEMPORAINE (1922)

### Le Corbusier (1887-1965)

Arquiteto franco-suíço responsável por alguns planos fundamentais do urbanismo racionalista, insuperáveis tanto em termos ideológicos como formais (traçados geométricos e princípios funcionalistas). Em 1922, apresentou o modelo utópico para **Une ville contemporaine**; um centro urbano para 3.000.000 habitantes dividido em três setores distintos, que seriam delimitados por cinturões verdes e interligados por uma eficiente rede de transportes. A proposta é caracterizada pela simetria do conjunto, a ortogonalidade das vias e a sistematização viária, além da criação de “*prédios-villas*”.

Com o **Plan Voisin** (1925), para Paris; e os planos para Montevideu, Buenos Aires, São Paulo e Rio de Janeiro, propostos entre 1929 e 1931, formulou a hipótese teórica mais elevada da urbanística moderna, culminando com as experiências do **Plan Obus** (1931), para Argel; e da proposta para **La Ville Radieuse** (1930/5). Extremamente ambicioso, o **Plan Voisin** (1925) substituíria a tradicional rede viária parisiense por um gigantesco sistema de auto-estradas retilíneas, além da demolição do centro antigo e a criação de um sistema simétrico de arranha-céus em forma de cruz. Os edifícios eram imersos em amplas áreas verdes e as vias de circulação categorizadas por fluxo e tipo de tráfego.

Em 1950, Le Corbusier projetou **Chandigarh**, a nova capital do Punjab (Índia), em substituição a Lahore, que ficou em território paquistanês. Constituída de grandes edifícios públicos, a nova cidade reuniria 150.000 habitantes, com a previsão de se ampliar até 500.000 e constituindo-se em um exemplo do urbanismo moderno.



PLANO DE CHANDIGARH,ÍNDIA (1950/55)

## URBANISMO ORGANICISTA

Desde as décadas finais do século XIX e a profícua experiência das “cidades-jardim”, liderada pelas idéias de Howard, a tradição urbana culturalista enfatizava uma reflexão sobre a cidade de forma mais humana e mais integrada ao verde, mas não vendo a natureza somente pelo aspecto sanitarista como também em termos de harmonia e equilíbrio espiritual.

→ Os organicistas, cujas idéias difundiram-se na década de 1930, procuraram dar uma expressão mais popular e cotidiana ao urbanismo moderno, trabalhando com materiais naturais, formas compostas e preocupações de conforto ambiental.

Desprezaram os *standards* (padrões) e passaram a defender posturas particulares através da pluralidade de formas onduladas e/ou oblíquas.

O conflito entre o pensamento moderno e os regimes autoritários de alguns países centro-europeus acabou por isolar as experiências modernas, chegando, por volta de 1935 e em diante, à total supressão destas (Alemanha e Áustria) ou ao seu desenvolvimento marginal (França e Itália). Apesar dessa crise, houve o surgimento de uma nova vertente do funcionalismo, no trabalho de arquitetos e urbanistas, principalmente do norte europeu.

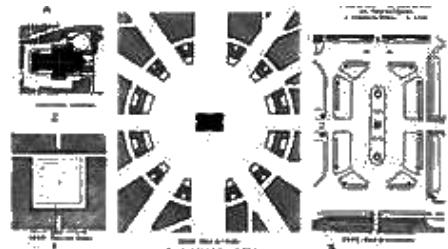
→ Propondo-se a se libertar dos dogmas racionalistas, os urbanistas organicistas acreditavam que a arquitetura não deveria negar a natureza nem a vida moderna, devendo se procurar conciliá-los, juntamente com as exigências individuais de seus usuários.

Respeitando os princípios gerais do funcionalismo moderno, como o *zoning* e a ênfase circulatória, introduziram na discussão urbana as idéias de:

- Valorizar as características culturais e o caráter humano dos locais públicos, especialmente as praças e os parques;
- Resgatar as relações de convivência entre as pessoas, assim como o contato humano com a natureza, buscando enfatizar a noção de vizinhança;
- Explorar a variedade formal, a multiplicidade espacial e a complexidade compositiva, fugindo de estereótipos.

Considerado o grande renovador da forma urbana, o arquiteto austríaco **CAMILLO SITTE (1843-1903)** propôs uma nova busca da estrutura urbana orgânica como reação contra a geometria racionalista e o haussmannismo.

→ Em seu livro *L'art de bâtir les villes selon ses fondements artis* (A construção das cidades seguindo seus princípios artísticos, 1889), propôs a reconquista da qualidade ambiental da cidade, por meio do resgate cultural e artístico, além da harmonia entre cheios e vazios e o respeito às formas herdadas do passado.



### Camillo Sitte (1843-1903)

Preocupando-se com o desaparecimento da vida cívica e das formas artísticas das cidades, estudou a função e a distribuição das **praças públicas**, colocando nelas o papel de verdadeiros centros cívicos; locais de encontro e passeio de pessoas que estariam profundamente ameaçados com o desenvolvimento do automóvel.

Em seus textos, censurava a falta de criatividade, a austeridade e a monotonia dos traçados retilíneos; o isolamento dos monumentos em vastos espaços abertos; e, principalmente, a ausência de continuidade entre as malhas existentes e aquelas que eram propostas pelos progressistas. Sua obra sobressaiu-se sobretudo como uma análise morfológica de setores das cidades antigas, objetivando uma definição consciente, tanto dos princípios como do método mais adequado para a elaboração de um plano urbanístico. Para ele, questões como zoneamento, infra-estrutura, densidades ou índices urbanísticos, deveriam ser colocadas em segundo plano (FERRARI, 1991).

O urbanismo organicista encontrou um vasto campo de aplicação nos EUA, sendo alimentado pelas idéias precursoras de **FRANK LLOYD WRIGHT (1869-1959)**, assim como pelo trabalho de alguns planejadores que intentaram viabilizar, de forma coerente e eficaz, os princípios das *garden-cities* em algumas comunidades norte-americanas.

### Clarence A. Perry (1872-1944)

Sociólogo norte-americano que idealizou, entre 1923 e 1929, em Nova York, a noção de *Neighborhood Unit* ou *Unidade de Vizinhança – UV*, a qual tinha como preocupação central o resgate das relações sociais entre vizinhos, que para ele estavam cada vez menos intensas na cidade moderna. Profundamente influenciado pelos escritos de **Charles H. Cooley (1864-1929)**, que acentuava a importância do “grupo primário” para a associação e cooperação íntimas de uma comunidade, partiu do pressuposto que a escola poderia desempenhar a função de elemento centralizador da vida comunitária.



### Clarence Stein (1882-1975) & Henry Wright (1878-1936)

Planejadores urbanos norte-americanos que criaram o plano da cidade de **Radburn**, em Nova Jersey, entre 1928 e 1929, seguindo a tradição das *garden-cities* e incorporando o conceito da UV, além de inovarem por meio da separação sistemática da circulação de veículos e de pedestres, da criação da “superquadra” suburbana formada por blocos habitacionais e da ampla utilização do verde e de *cul-de-sac*.

A partir de Radburn e da política do *New Deal*, apareceram algumas experiências urbanas empíricas nos EUA, igualmente de influência howardiana, em especial nas propostas das *greenbelts*, cidades inteiramente limitadas em extensão e população, criadas depois de 1936 por iniciativa estatal e parcialmente bem-sucedidas, pois não contavam o apoio necessário das comunidades envolvidas.

→ Realizadas por meio do órgão federal *Resettlement Administration Communities of Greenbelt* e cercadas por amplos cinturões verdes, os melhores exemplos foram as cidades de *Greenbelt* (Maryland), *Greendale* (Wisconsin), *Greenhills* (Ohio) e *Greenbrook* (N. Jersey), entre outras.

Durante os anos 40, paralelamente à reconstrução do segundo pós-guerra, os países escandinavos evoluíram na pesquisa urbana através das experiências organicistas, cujos planos afastaram-se dos esquemas geométricos dos franceses ou alemães, apoiando uma maior integração com a natureza, o traçado orgânico e o resgate da escala humana e sentido de comunidade.

→ Na Finlândia, destacou-se a atuação de **Eliel Saarinen (1873-1950)**, que escreveu o livro *The city* (1915) e fez o plano de *Munkkiniemi-Haaga*, além de *Budapest* (1911/15). Outros expoentes foram **Alvar Aalto**, **Otto Meurman**, **Olli Kivinen** e **Aarne Ervi**, o qual criou a cidade de *Tapiola* (1951). Já o melhor exemplo do urbanismo organicista sueco foi o bairro de *Rosviks* (1943/46), criado em Estocolmo, por **Ancker, Gate & Lindegren**. Na Dinamarca, o destaque foi **Arne Jacobsen**, além de **E. Köppel**, que realizou o bairro de *Søllerød* (1954), em Copenhague.

### Alvar Aalto (1898-1976)

Arquiteto finlandês que demonstrou uma maior preocupação com os valores humanos e os espaços naturais, abandonando o vocabulário racionalista tanto em suas edificações como nos trabalhos urbanos, dos quais se destacaram o plano regional do Vale do rio *Kokemaki* (1942), o plano da Ilha de *Säynätsalo* (1942/9) e o plano de reconstrução de *Rovaniemi* (1945), entre outros.



### PLANO DE ROVANIEMI (1945)

### Arne Jacobsen (1902-71)

Arquiteto dinamarquês que procurou associar a tradição danesa de cuidados com os detalhes e a escolha criteriosa dos materiais com o funcionalismo, produzindo, além de uma arquitetura e *design* de bases orgânicas, bairros residenciais de caráter mais flexível e dinâmico, como os de: *Ibstupparken II* (1946, Copenhague), *Jaegersborg* (1947, Gentofte), *Soholm* (1950, Copenhague), *Islevvaenge* (1951, Rodovre) e *Allehusene* (1952, Gentofte), entre outros.

## DESURBANISMO

Com a *Revolução Russa* (1917), as utopias político-econômicas dos primeiros anos do urbanismo soviético adotaram formas e metodologias diferentes das polêmicas que agitavam o ambiente cultural da Europa no mesmo período.

→ Na URSS, com a instalação do regime comunista, a partir de outubro de 1917, o planejamento urbano passou a fazer parte do programa do Estado, centralizado e autoritário, o que fez surgir uma série de experiências urbanas, cujo conjunto denominou-se **DESURBANISMO**.

Em 19 de fevereiro de 1918, a *Lei dos Direitos Fundamentais do Povo Trabalhador e Explorado* eliminou a propriedade privada em todo o território soviético, passando esta a ser propriedade de todo o povo, sem direito a indenizações; e à disposição da coletividade. Ao mesmo tempo, os bens culturais e naturais tornaram-se propriedade nacional.

Em um país predominantemente rural e pobre, onde as participações na *Primeira Guerra Mundial* (1914/18) e depois em uma guerra civil acabaram agravando uma crise de abastecimentos existente desde 1890, os *revolucionários soviéticos* acreditavam que uma “nova” vida só seria possível em novas cidades.

→ Sua vontade de "reconstruir a forma de viver" fundava-se na visão global de uma sociedade em ruptura completa com o velho mundo, fosse esse rompimento expressa no plano político, econômico, social ou artístico. Procuraram promover uma legislação que favorecesse a mudança que reivindicavam e também desenvolver uma reflexão teórica sobre as formas urbanas do futuro (BENEVOLO, 2001).

A *Revolução* provocou forte emigração, o que implicou diretamente no trabalho dos arquitetos e urbanistas russos, em especial para atender a demanda por novos espaços de moradia. Houve a recuperação de espaços públicos e a busca da descentralização, com base nas idéias das cidades-jardim.

Ao mesmo tempo, as tradicionais formas de ensino – através das *Academias de Belas-Artes* de Moscou e São Petersburgo, assim como da *Escola de Artes Industriais Stroganov*, em Moscou, entre outras – e as organizações de classe anteriores (a *Sociedade de Arquitetos de Moscou* – MAO e a *Sociedade de Arquitetos de São Petersburgo* – PAO) foram destruídas.



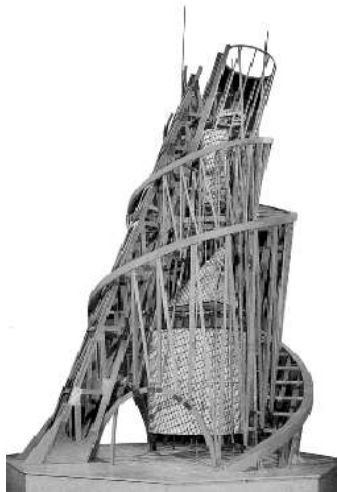
No início da década de 1920, iniciou-se na jovem União Soviética, um extraordinário período de invenção conjunta expresso pelo *produtivismo* ou **CONSTRUTIVISMO** (*Konstruktivismus*), que foi fruto de um empenho imediato e entusiasta dos artistas russos nos acontecimentos revolucionários de 1917, visando “construir as novas formas de vida a partir dos novos princípios da arte” e começando ruidosos debates sobre a articulação entre a arquitetura e o poder.

→ Ao longo de uma fase de experimentação que durou todos os anos 20, paralelamente ao lançamento de uma nova política econômica, artistas e intelectuais procuraram pensar o quadro no qual deveria viver o “homem novo”. Toda uma geração globalmente designada como “de esquerda” rejeitou o passado para procurar os modelos de um radioso futuro comunista.

Grupos de artistas-pintores, como **Vassili Kandinsky (1866-1944)** e **Kasimir S. Malievitch (1878-1935)**; poetas como **Vladimir V. Maïakovski (1893-1930)** e **Sergei A. Essenin (1895-1925)** e escultores-arquitetos, como **Vladimir Tatlin (1885-1953)** e os irmãos **Anton Pevsner (1884-1962)** e **Naum Gabo (1890-1977)**; procuraram, de uma forma concreta, transformar a vida e as cidades através de experiências novas e originais em que cada pessoa fizesse necessariamente parte (BENEVOLO, 2001).

Em 1920, criou-se o **VKHUTEMAS**, curso superior baseado em um sistema de ateliês de arte e de técnica, cujo papel foi similar ao da *Bauhaus* (rebatizado em 1928 como *Vkhutein*); e, em 1921, organizaram-se grupos de trabalho ligados ao *Instituto de Cultura Artística – INKHOUK*. Em 1923, constituiu-se a **Associação dos Novos Arquitetos – ASNOVA**, destinada a lançar as bases de um novo vocabulário formal (uso de volumetria simples e expressiva).

→ Entre os membros da ASNOVA citam-se: **Konstantin Melnikov (1890-1974)**, **Ivan Leonidov (1902-59)** e os irmãos **Leonid (1880-1930)**, **Victor (1882-1950)** e **Aleksandr Vesnin (1883-1959)**, além de Tatlin, que propôs o projeto irrealizável de uma torre em espiral inclinada de 400 m de altura para a sede da *3ª Internacional Comunista* (1919).



Em 1925, fundou-se a *União dos Arquitetos Contemporâneos (Obchestvo Sovremioneh Arkhitevtorov – OSA)*, que compreendia, além dos arquitetos participantes da *Bauhaus*, teóricos, artistas e *designers*, como **El Lissitski (1890-1947)** e **Aleksandr Rodtchenko (1891-1976)**.

→ Sua revista oficial, *Arquitetura Contemporânea (Sovremennaia Arkhitektura – SA)*, foi publicada entre 1926 e 1931, difundindo as idéias de seus membros, que se auto-definiam como "construtivistas" e empenhados em reconciliar o indivíduo com a máquina; o trabalho industrial e a criatividade pessoal.

Os **CONSTRUTIVISTAS** viam as cidades, assim como quaisquer outras formas de arte que produzissem, como verdadeiros "condensadores sociais" capazes de transformar a humanidade enfim liberta do jugo da exploração. Apóstolos da vida comunitária e coletiva, exploraram as possibilidades de alteração das relações entre indivíduos (pais e filhos, homens e mulheres, etc.) e ampliaram o conceito de "casa" até coincidir com o de "cidade".

→ Em meio a eles, arquitetos e urbanistas ensaiaram algumas soluções formais para a sociedade que esperavam ajudar a construir. Surgiu a demanda por habitações de baixa renda, o que conduziu à criação de conjuntos residenciais na periferia das grandes cidades, compostos por apartamentos individuais, cozinhas comunitárias e equipamentos públicos como escolas e serviços agregados, em que se aplicavam as idéias modernas de standardização e de produção em larga escala.

A maior parte deles propôs novos tipos urbanísticos de edificação, geralmente moradias comunitárias que virtualmente transformariam o organismo urbano e funcionariam como novos elementos urbanos repetíveis, embora complexos, onde um determinado número de habitantes estaria associado a um dado rol de serviços.

→ Em 1926, a *Revista SA* publicou uma pesquisa sobre essas novas "tendências sociais" para a moradia e, no ano seguinte, promoveu um concurso para a proposta de novos alojamentos operários, depois empreendidos pelo *Comitê de Construções Estatais – STROIKOM*, então dirigido por **Moisei J. Ginzburg (1892-1946)** (BENEVOLO, 2001).

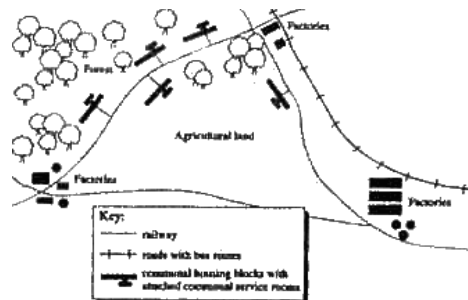
Como resultados apareceram as idéias dos clubes operários (1927/29) propostos por K. Melnikov; a sede coletiva do *Comissariado de Finanças NARKOMFIN* (1928/29), criado por M. J. Ginzburg & Ignati F. Milinis; as casas comunitárias idealizadas por **Mikhail A. Okhitovich (1896-1937)**, **Viacheslav Vladimirov (1898-1942)** e **Mikhail O. Barshch (1904-76)**; ou ainda o projeto do bairro-satélite de Moscou feito em 1932 pelo arquiteto alemão **Ernst May (1886-1970)**.

Em 04 de novembro de 1922, uma lei tornou obrigatória, em todo o território dos *soviets*, a planificação das cidades. Desde então, os planos urbanísticos da URSS, por influência dos conceitos das cidades-jardim e da atitude anti-urbana, passaram a traduzir uma idéia de dispersão populacional, com a eliminação da dicotomia campo/cidade. Um exemplo foi a cidade-satélite de *Sokol*, criada em 1923, próxima a Moscou (FERRARI, 1991).

→ Os urbanistas soviéticos discutiram a cidade industrial, reexaminando seu organismo e reconhecendo sua lógica de concentração, o que impedia a colocação dos elementos da sua “construção” – unidade de habitação, centrais de serviços, instalações produtoras – nas mesmas condições recíprocas para superar essa lógica. Passaram então a propor uma nova concepção de desintegração urbana.

Até a ascensão do *stalinismo* na década 1930, desenvolveram-se duas vertentes do urbanismo soviético, que, apesar de coincidirem na idéia de diluição territorial do organismo urbano, diferenciavam-se quanto à forma das “novas” cidades:

- a) **URBANIZAÇÃO FUNCIONAL:** corrente defendida por **Leonid M. Sabsovitch** que propunha substituir as *grandes cidades* e as *aldeias* soviéticas por um maior número de cidades médias industriais e agrícolas, de 40.000 a 50.000 habitantes, formadas por complexos habitacionais (*casas operárias*) e nas quais o consumo seria inteiramente coletivizado. Tal idéia foi adotada a partir dos anos 30 pelo *Instituto de Planificação Urbana*, embora com algumas ressalvas;
- b) **DESURBANIZAÇÃO:** propunha difundir as unidades no território, concebendo a cidade mais como um agrupamento de elementos distanciados e sempre em contato direto com o meio rural, eliminando o antagonismo entre cidade e campo. Com isso, aparecem as idéias de descentralização de grandes cidades (*cidade-verde*) e de redução da cidade a uma faixa estreita ao longo das estradas e rios (*cidade-linear*). Tal linha encontrou maior número de defensores – como Ginzburg, Vladimirov, Barshch, Okhitovich e, principalmente, **Nikolai A. Milyutin (1889-1942)** –, os quais esperavam que o país escapasse aos malefícios da era das máquinas, transplantando as suas cidades para os espaços rurais.



### DISURBAN CONCEPT (OKHITOVICH)

Ambas vertentes apresentavam, em sua essência, o **DESURBANISMO** na sua concepção de evitar a concentração urbana e promover uma desintegração das cidades que seriam, na sua opinião, símbolos da exploração capitalista do trabalho. Propuseram – ou através de núcleos dispersos no território ou da própria implosão destes – propostas para a planificação soviética, tentando reorganizar as cidades existentes na URSS e idealizar as novas, exigidas pela localização das instalações industriais.

→ Contudo, no início dos anos 30, ambas as teorias foram consideradas desviacionistas pelos dirigentes russos. E, como o regime fundiário soviético não poderia permanecer sob a forma que tomara no tempo dos czares, optou-se pela **urbanização funcional**, sem substituir e/ou eliminar as cidades, mas sim transformando o campo de modo a acabar com a dicotomia rural-urbano: o campo deveria se urbanizar através da criação de *cidades-agrícolas* obtidas pela industrialização da população agrícola.

#### Leonid M. Sabsovitch

Urbanista soviético que foi o principal defensor da urbanização funcional, a qual considerava que o desenvolvimento industrial da URSS seria acompanhado pelo desenvolvimento urbano das velhas cidades, a partir de sua polinucleação. Assim, acreditava ser possível urbanizar equilibradamente todo o território, sem diminuir o ritmo de industrialização do país. Esses núcleos intermediários entre as grandes cidades e as pequenas vilas seriam constituídos de **casas operárias**, ou seja, complexos comunitários em que a casa unifamiliar seria totalmente coletivizada, com alojamentos individuais de 5 m<sup>2</sup> agrupados em aproximadamente 4.000 pessoas e reunidos em conjuntos de, no máximo, 40-50.000 habitantes (FERRARI, 1991).

### Moïsei J. Ginzburg (1892-1946)

Urbanista e pesquisador soviético que, juntamente aos demais construtivistas, procurou encontrar os "instrumentos arquitetônicos da nova cultura socialista". Suas reflexões sobre o espaço de trabalho serviram de base à ulterior edificação de "palácios operários"; assim como aquelas que desenvolveu a propósito dos espaços de lazer à edificação de "clubes dos trabalhadores"; e as suas análises do espaço familiar ao levantamento de "alojamentos comunitários" (BENEVOLO, 2001).

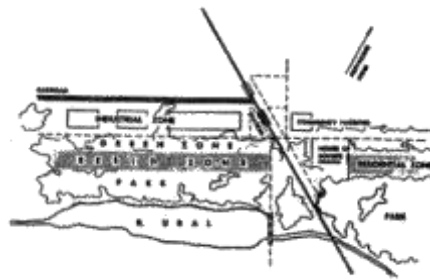
Em 1930, a *Revista SA* publicou um plano de descentralização de Moscou proposto por Ginzburg, em conjunto com **Mikhail O. Barshch (1904-76)**, denominado de **CIDADE-VERDE**, o qual propunha transformar em blocos o organismo centralizado da cidade distribuindo seus habitantes em faixas contínuas de casas baixas, ao longo das vias de circulação.

### Nikolai A. Milyutin (1889-1942)

Em seu livro *Sotsgorod (Cidade socialista)*, publicado em 1930, propôs um esquema linear em que distribuía de forma racional as principais funções da cidade industrial: a produtiva e a residencial. Visava assim criar uma cidade racional e econômica, que funcionasse em um sistema linear que evitasse o desperdício de dinheiro e de tempo no transporte. Essa **CIDADE-LINEAR** consistia em uma formação peri-urbana alongada composta de uma série de setores paralelos funcionalmente especializados, dispostos ao longo de um rio e de acordo com as condicionantes naturais de iluminação e ventilação. Segundo FERRARI (1991), os setores seriam basicamente em número de 06 (seis):

- uma zona segregada de ferrovias;
- uma zona de produção e empresas comunitárias, com instituições educacionais, científicas e técnicas correspondentes;
- uma *highway* principal ou cinturão verde;
- uma zona residencial incluindo uma faixa de instituições sociais, uma faixa de edifícios residenciais e uma "faixa infantil";
- um parque;
- uma zona agrícola com parques e *sovkhoz* (fazendas estatais).

Tal proposta não pode ser vista como um desurbanismo puro, já que não abolia a cidade para criar um "puro campo socialista industrializado", como queria Okhitovich. Buscava mais limitar o crescimento urbano, considerado o fruto das contradições do capital e uma das razões da opressão do proletariado. Buscava reformar o estilo de vida urbana aproximando-o do campo pelo compartilhamento de instituições sociais e residenciais; e deixava de lado o contraste entre organização coletiva e individual – e entre densidade forte ou fraca –, mas insistindo na alternativa entre distribuição centralizada (hierárquica) e distribuição linear (igualitária).



### CIDADE-LINEAR (MILYUTIN, 1930)

Em 1930, publicaram-se várias propostas para uma nova cidade soviética, **MAGNITOGORSK**, sendo quase todas desurbanistas, realizadas por arquitetos como Vladimirov, Barshch e Okhitovich, além de **Ivan Leonidov (1902-59)**, que chefiou um grupo de arquitetos da OSA, os quais previam uma faixa residencial complexa, com casas altas e baixas.

→ Os objetivos fundamentais do desurbanismo soviético eram:

- Distribuir uniformemente a população em todo o território, descentralizando a produção industrial e integrando-a à agrícola;
- Integrar, por meio de vias de comunicação, todo o campo, retirando a população rural dos camponeses (*sovkhoz farmers*) do isolamento e torpor tradicional;
- Priorizar a racionalidade, a funcionalidade e o coletivismo, propondo espaços comunitários, tais como cozinhas, refeitórios, bibliotecas e clubes coletivos, além de transformar os apartamentos em células habitacionais.

Os ideais construtivistas de abstração geométrica e de utilitarismo determinaram uma atitude estética que influenciou boa parte da produção artística e da sensibilidade visual moderna do começo do século passado. Considerados pelo poder stalinista como utópicos e contra-revolucionários, acabaram suprimidos.

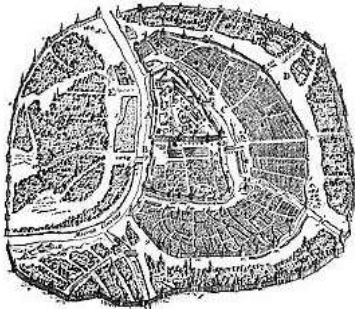
→ Em 29 de maio de 1930, o comitê central do **Partido Comunista** declararia como antiproletárias as pesquisas sobre essa almejada reconstrução do modo de vida; e as associações livres de arquitetos foram imediatamente dissolvidas, uma após as outras. Em 1931, a OSA foi substituída pelo *Instituto de Arquitetura e Construção* – VASI.



## MOSCOU

Mencionada pela primeira vez em 1147, Moscou (*Moscovo*) desenvolveu-se graças à sua situação geográfica, às margens do rio Moscova, em uma posição de entroncamento de grandes vias fluviais da Rússia, como o Volga e o Dnieper-Volkhov. No início do século XIII, constituiu-se no centro de um principado doado ao grão-príncipe da cidade de *Novgorod* (hoje *Vladimir*).

→ Em 1326, transformou-se na capital da Igreja Católica Ortodoxa, quando seu *metropolita*, Ivan III, o Grande (1440-1505), que residia em *Vladimir* desde a queda de *Kiev*, mudou-se para lá. Desde então, seus grãos-príncipes coordenaram as bases de formação de um Estado centralizado, chegando a Ivan IV, o Terrível (1523-84), que se tornou o primeiro *czar* em 1547.



A cidade medieval desenvolveu-se ao redor do *Kremlin*, atual sede do governo, da *Praça Vermelha* e da *Igreja do Bem-Aventurado Sto. Basílio* (1554), transformando-se em um importante centro comercial e político. Entre os séculos XVI e XVII, foram construídas suas três linhas de defesa concêntricas, que delimitavam para além do Kremlin: *Kitaigorod* (a cidade chinesa), *Bielyigorod* (a cidade branca) e *Zemlianoigorod* (a cidade da terra). Seu poderio religioso e econômico acabou por rivalizar com os de Roma e Constantinopla.

→ Em 1712, Peter, o Grande (1672-1725), deixou-a por sua capital, *São Petersburgo*; e Moscou tornou-se a segunda cidade do Império. São desta época muitos de seus castelos e palácios, incluindo a universidade de 1755. Ocupada pelo exército de Napoleão em 1812, foi então devastada por um imenso incêndio e depois remodelada por **Ossip Ivanovich Senkovsky (1800-58)**, arquiteto do *Teatro Bolshoi* (1821).

Após a vitória de outubro de 1917 em Petrogrado, os *bolcheviques* sediaram seu poder em Moscou, que se tornou a sede do *Conselho dos Comissários do Povo* e a capital da Rússia soviética –URSS, de 1922 a 1991 –, assumindo o papel de centro revolucionário com a criação do *Komintern* (1919) por **Vladimir I. Lênin (1870-1924)**.

→ Em 1918, **Boris V. Sakulin** propôs um plano regional para Moscou que, embora não totalmente realizado, teve grande influência. Consistia na proposta de um triplo cinturão de “cidades-satélites” organizadas ao redor do núcleo histórico, integrando residências e indústrias por meio de uma sólida infra-estrutura: uma ampla rede ferroviária separava as áreas urbanas de um cinturão verde.

O planejamento da industrialização regional de Moscou acabou influenciando as análises espaciais de regiões econômicas em todo o mundo, tendo seus fundamentos nas idéias de economistas russos como **Stanislav G. Strumilin (1877-1974)**, autor do plano de descentralização moscovita de 1930.

→ Entre 1922 e 1925, uma comissão para o **PLANO DA NOVA MOSCOU**, composta por **Aleksei V. Shchusev (1873-1949)** e **Andrei V. Shestakov (1877-1941)**, entre outros, orientou os programas para transformá-la em uma cidade terciária e simbólica, com uma população prevista de 200.000 habitantes para 1945. No plano, consolidava-se a idéia de um núcleo central e várias cidades-jardim separadas entre si por grandes parques urbanos (BENEVOLO, 2001).

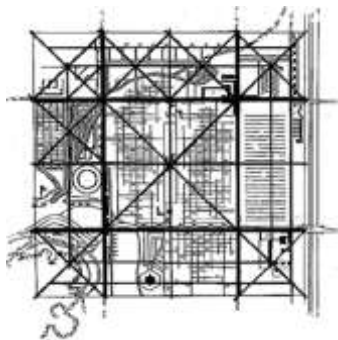
A Moscou moderna passou a ser um organismo polinucleado e policêntrico, cercado por sucessivos anéis concêntricos formados por distritos residenciais e industriais, todos imersos em uma rede contínua de áreas verdes (886 km<sup>2</sup>) e projetados para uma massa indiferenciada de pessoas. No centro, ficariam os principais órgãos administrativos, as mais altas instituições sociais e culturais e os grandes armazéns.

Os distritos residenciais abrigam de 2.000 a 6.000 pessoas e possuem restaurantes, creches, postos de saúde, armazéns, etc. As escolas primárias servem ao mesmo tempo a mais de um distrito e situam-se separadas por áreas verdes. Esse conjunto de distritos servidos por uma escola primária e outros equipamentos comunitários (clube, correio, posto de saúde, etc.) recebe o nome de *radio* (de 8.000 a 12.000 habitantes), que corresponde à *unidade de vizinhança* ocidental.

## ANTI-URBANISMO AMERICANO

Entre as décadas de 1920 e 1930, surgiu nos EUA uma corrente teórica que se expressou através de uma abordagem “antiurbana” que buscava a integração da cidade com o meio natural e acabou influenciando a constituição da paisagem norte-americana contemporânea, em especial a formação dos subúrbios.

→ Defendida principalmente pelos *Southern Agrarians*<sup>8</sup>, esta corrente teve como principal modelo urbano a *Broadacre City* (1932/34), proposta por **FRANK LLOYD WRIGHT (1869-1959)**, arquiteto que, desde meados dos anos 20, concebeu a utopia de *Usonia*<sup>9</sup>, sintetizada no livro *The disappearing city* (1932), segundo a qual seria possível o retorno do homem americano à vida no campo.



<sup>8</sup> Denominavam-se *Southern Agrarians* os escritores e poetas que formaram um grupo em torno da *Vanderbilt University*, em Nashville (Tennessee), e da revista *The American Review*, no final da década de 1920, que se voltaram para a Idade Média européia – que representava o mundo da arte, da aprendizagem e da moral – e para a *New England* puritana e o Sul antes da *Guerra Civil* (1861/65). Seus principais membros foram **Stark Young (1881-1963)**, **John G. Fletcher (1886-1950)**, **Allen Tate (1899-1979)** e **Robert P. Warren (1905-1989)**. Todos eles coincidiam na postura anti-industrialização, em favor de um ideal de vida alcançável através da volta à terra e à *home-production* (Ciucci et al., 1975).

<sup>9</sup> *Usonia* era o termo que Wright empregava para descrever a “Terra Prometida” dos americanos e que expressava sua visão sobre a paisagem norte-americana, tanto para o planejamento urbano como para a arquitetura. Provavelmente em 1927, criou o adjetivo *usonian* em substituição a *American* para descrever o caráter particular de *Novo Mundo* representado pela América (USA), de modo livre e distinto das convenções anteriores.

Um dos precursores do movimento foi o economista e experimentalista **Ralph Borsodi (1886-1977)** que, rechaçando completamente a cidade em que vivia – a Nova York dos anos 20, marcada por vários problemas, greves e protestos –, fundou *Suffern*, uma pequena comunidade auto-sustentável de 8 acres nas imediações da metrópole, baseada no trabalho agrícola e na produção própria de instrumentos para viver e trabalhar. Defendia assim o conceito de *voluntary simplify*, fundado nos ideais de descentralização, comunitarismo e volta à natureza, relatado em seus livros *The ugly civilization (A civilização feia, 1929)* e *Flight from the city (Vôo da cidade, 1932)*, os quais tiveram grande repercussão nos EUA, incentivando várias famílias a seguirem seu exemplo no período da *Grande Depressão*.

→ Após anos de pesquisa – do Japão antigo à civilização maia; dos índios americanos à Idade Média –, Wright concluiu que a América somente poderia sobreviver à crise da relação entre campo e cidade se adotasse uma democracia baseada na agricultura, na pequena propriedade e na descentralização das indústrias.

Para ele, as possibilidades da máquina permitiriam construir um “novo mundo” mais belo e próspero, mediante uma reorganização espacial, mas este somente nasceria da união com a **NATUREZA**; único precedente da cultura americana autóctone e que estaria no deserto sua possibilidade de concretização (HALL, 2002).

Inspirado pela experiência das *garden-cities* e partilhando algumas idéias com os desurbanistas soviéticos e outros teóricos naturalistas, Wright defendia a fuga da cidade grande a partir dos efeitos libertadores da tecnologia moderna, como a eletricidade e o automóvel, os quais deveriam ser empregados no desenvolvimento estético da vida.

Sua proposta apontava para a desintegração da cidade, com sua total imersão no território, onde as pessoas passariam a viver em latifúndios e em contato direto com a natureza. Propunha uma total dissolução das funções urbanas no meio natural, o qual seria respeitado integralmente, tanto pelo predomínio absoluto da horizontalidade das edificações como pela baixa densidade urbana.

Além disto, todas as moradias seriam particulares, construídas em grandes lotes; ligadas por vias rápidas a centros comerciais, sociais e culturais; e voltadas à realização de atividades profissionais em suas dependências. Wright procurou viabilizar algumas de suas idéias fundando, junto a seus colaboradores, *Ocotillo Camp* (1927), uma comunidade experimental autônoma em Salt Range (Arizona), cujas soluções precederam o *Taliesin West* (1938), sua residência de veraneio criada em Maricopa Mesa, no deserto do Arizona.

## URBANISMO CELEBRALISTA

A restrição ao campo de trabalho dos modernos e a pressão política de regimes ditatoriais, na década de 1930 e início dos anos 40, fizeram ressurgir nos países centrais da Europa um academicismo decorativista, representado por uma **ARQUITETURA DE CELEBRAÇÃO**, tipicamente monumental, neoclássica e tradicionalista (BENEVOLO, 1998).

→ Paralelamente, houve a absorção dos preceitos formais e funcionais da arquitetura moderna pelo repertório eclético ainda presente em muitos países, diminuindo a polêmica em relação aos conteúdos e limitando a discussão a certos esquematismos representados pelo estilo *Art Déco*.

Entre 1925 e 1930, ao mesmo tempo em que a *arquitetura funcional* invadiu livros e revistas, jovens *designers* e arquitetos de formação eclética absorveram alguns de seus elementos lingüísticos e somaram-nos a inspirações exóticas (folclore ameríndio e estilos orientais), criando uma espécie de moderno “adocicado” expresso através do **ART DÉCO**, que acolhia suas contribuições formais (superfícies claras e texturizadas, tetos planos e contornos ortogonais), mas sem se empenhar nos problemas substanciais (metodologia, funcionalismo, economia, etc.).



**PLANO DE BERLIM (1938)**

Em meados dos anos 30, nos ambientes europeus onde as ditaduras instalaram-se, a arquitetura moderna não sobreviveu nem marginalmente, sendo totalmente substituída por uma arquitetura monumental e celebralista – em especial na URSS *stalinista*, na Alemanha *nazista* e na Itália *fascista* – o que acabou se refletindo nas práticas urbanas por meio do **URBANISMO CELEBRALISTA**.

Apesar da pesquisa moderna ter sido acelerada logo após a *Revolução Russa* (1917) – a qual derrubou o último czar, Nicolau III (1894-1917) –, isto devido ao seu interesse coletivo e também à atuação radical dos construtivistas, o autoritarismo de **Iosif Stalin (1879-1953)**, a partir dos anos 30, acabou por cercar o pensamento funcionalista e impor uma mediocridade oficial.

→ Em 1932, foi fundada a *União de Arquitetos Soviéticos – SSA*, que considerava contra-revolucionários todos os grupos isolados, promulgando formalismos acadêmicos (simetria, monumentalidade, etc.). A arquitetura stalinista, cujo maior expoente foi **Boris M. Iofan (1891-1976)** – responsável pelo projeto do *Palácio dos Soviéticos* (1933) – via nos estilos clássicos a conveniência das formas e símbolos associados às virtudes aspiradas pelo novo regime.

Quanto às teorias urbanas, embora por alguns anos as autoridades soviéticas tenham concedido um espaço marginal às experiências desurbanistas do **esquema linear** de Milyutin, acabaram voltando a valorizar, cada vez com maior decisão, os *esquemas centralizadores*.

→ Ao mesmo tempo, procuraram limitar a dimensão tanto das cidades existentes como das novas (entre 1917 e 1965, foram fundadas na URSS mais de 900 cidades novas). A lógica do crescimento concêntrico impôs suas exigências e os urbanistas acabaram constrangidos a intervir com os instrumentos convencionais do *planning*, como o zoneamento funcional e a implantação da regularidade geométrica dos traçados.

Até o final dos anos 20, a URSS era um país de economia preponderantemente agrícola e, com o primeiro *Plano Quinquenal* (1928), passou-se a buscar o desenvolvimento da indústria pesada e a criação de novas zonas industriais nas regiões orientais, menos desenvolvidas. Com os novos planos quinquenais, iniciou-se um amplo processo de urbanização e, entre 1926 e 1938, a população urbana cresceu 33%.



**PLANO REGULADOR DE MOSCOU (1935)**

Em 1935, foi aprovado o novo **PLANO REGULADOR DE MOSCOU**, considerado tecnicamente notável pelo zoneamento perspicaz e pela abundância de zonas verdes, mas afligido por formalismos acadêmicos. Da Praça Vermelha às colinas de Lênin, foi traçado um eixo monumental de mais de 20 km, semeado de grandes praças e palácios imensos, como o *Meyerhold Theater* (1932), o edifício do *Comissariado da Agricultura* (1933) e o *Moscow Hotel* (1935), obras de **Aleksei V. Shchusev (1873-1949)**.

→ A idéia da **unidade de habitação** sobreviveu somente como indicação quantitativa e transformou-se no conceito de *super-bloco* formado por edifícios tradicionais, empregado de agora em diante nos planos reguladores soviéticos. No segundo pós-guerra, a maior parte da reconstrução das edificações na URSS foi realizada durante o quarto *Plano Quinqüenal* (1946/50), ainda em pleno regime stalinista.

Desde o início, a operação foi rigidamente controlada pelo governo e voltada a projetos de abrigos de emergência, resultando em obras racionalizadas, através de casas padronizadas de baixo padrão, este denunciado em 1948.

A partir daí, a *Academia de Arquitetura* da URSS passou a ser encarregada de preparar os projetos, aprovando-se uma série de 50 projetos-tipo para moradias e 200 projetos-tipo para edifícios públicos, os quais mantiveram características clássicas, inclusive nas casas pré-fabricadas. Na década de 1950, somente após a morte de Stalin e o novo curso da política interna soviética, a situação alterou-se, quando se denunciou com clareza os excessos estilísticos da reconstrução stalinista e defendeu-se a eliminação do supérfluo.

## CIDADE NAZISTA

Embora a Alemanha tenha sido o berço fértil do modernismo, a ascensão do comunismo, facilitada pela então desorganização financeira promovida pela Crise de 1929, somada ao desemprego e à miséria, redundou na formação de um movimento de caráter radical e conservador, o **NAZISMO** ou **NACIONAL-SOCIALISMO**, que levaria ao nacionalismo exacerbado.

→ A subida ao poder de **Adolf Hitler (1889-1945)** em 1933 estabeleceu um regime ditatorial e anárquico (*III Reich*), sustentado por uma política repressiva e um aparelho paramilitar. A arquitetura moderna que dependia inicialmente do poder político, viu-se, a partir dos anos 30, restringida totalmente pelo interesse nazista por uma **arquitetura de celebração**, tradicionalista e estritamente alemã.

A *Bauhaus* foi fechada em 1933; e professores e arquitetos modernos acabaram emigrando, principalmente para os EUA ou a URSS. Hitler levou o **pan-germanismo** (exaltação da superioridade da raça germânica em detrimento das estrangeiras, notadamente dos judeus) a limites extremos, acabando por desencadear a *Segunda Guerra Mundial* (1939/45).



→ O principal expoente da arquitetura nazista foi **Albert Speer (1905-81)**, nomeado diretor-geral da construção civil de Berlim em 1937, produzindo um estilo neoclássico colossal, principalmente nos edifícios públicos. Ele considerava a arquitetura sobretudo um "instrumento do poder", sendo nomeado em 1942 o *Ministro dos Armamentos*. Com o término do conflito, foi condenado a 20 anos por crimes de guerra. O *Pavilhão Alemão da Exposição Universal de Paris* (1937) e a proposta da *Grosser Halle* (1939) são exemplos máximos do tipo de arquitetura defendida por Speer.

No segundo pós-guerra, a reconstrução alemã atrelou-se aos princípios da **CARTA DE ATENAS (1933)**, os quais foram aplicados em 1945 nos planos de reconstrução de *Hanover*, de renovação de *Kreuzkirche* e de ampliação de *Hemmingen-Westerfeld*, além dos bairros residenciais de *Hamburgo* e de *Berlim* (*Markisches Viertel*, ao Norte; e *Britz-Buckow-Rudow*, a Sudeste).

→ Foram realizados ainda muitos projetos de recuperação de áreas centrais, como aqueles ocorridos nas cidades de *Munique*, *Essen*, *Bremem*, *Colônia*, *Kassel* e *Dusseldorf*. O plano de *Buckow-Rudow*, à Sudeste de *Berlim* Ocidental, ficou conhecido como **Plano Gropius**, tendo sido elaborado pelo mestre alemão.

Outros planejadores que se destacaram na Alemanha Ocidental após a guerra foram: **Franz Reichel (1901-65)**, criador do plano da comunidade de *Langwasser* (1955), situada a Sudeste de *Nuremberg*, para 60.000 habitantes; **Walter Schwagenscheidt (1886-1968)** & **Tassilo Sittmann**, responsáveis pelo Plano de *Frankfurt* (1959); **Fritz Eggeling (1913-66)**, que criou a nova cidade de *Wulfen* (1960); e **Hans B. Reichow (1899-1974)**, que elaborou a proposta da nova cidade de *Sennestadt* (1956/73).



**PLANO DE SENNESTADT (1956/73)**

Na Alemanha Oriental, um dos mais importantes planos urbanísticos implantados foi o da reconstrução do centro de *Dresden*. De modo análogo, algumas novas cidades foram projetadas e construídas, tais como *Schwarze Pumpe*, *Houerswerda*, *Schwedt* e *Halle-Neustadt*. Destacaram-se também o projeto de expansão de *Rostock* (1957/60), o mais importante porto da Alemanha Oriental; e o plano de renovação urbana de *Erfurt* (FERRARI, 1991).

## CIDADE FASCISTA

A Itália iniciou o século XX com certa estabilidade política, o que favoreceu a industrialização e uma política reformista, o que satisfiz a direita nacionalista, uma corrente cuja força ansiosa por reconquistar as terras austríacas, conduziu o país para a *Primeira Guerra Mundial* (1914/18). Porém, nos anos 20, uma grave depressão econômica atingiu o país e os antigos partidos revelaram-se incapazes de enfrentar a situação.

→ **Benito Mussolini (1883-1945)**, com seus *fascios*, acabou sendo reconhecido como o único recurso “face à desordem”. Gradualmente, um novo regime ditatorial e corporativista, o **FASCISMO**, instaurou-se em torno do *Duce* que, devido a realizações internas, conseguiu a adesão popular.

O modernismo, que vinha se afirmando através da atuação do *Gruppo Sette*, liderado por **Giuseppe Terragni (1904-42)**, acabou adquirindo um significado político, associando as características racionalistas aos ideais fascistas. Em 1931, foi fundado o *Movimento Italiano pela Arquitetura Racionalista* – MIAR, com 47 membros, aproximando ainda mais o debate arquitetônico ao político e tornando os encargos públicos cada vez mais freqüentes.

Entretanto, entre 1930 e 1936, as críticas dos arquitetos **Giuseppe Pagano (1896-1945)** e **Edouardo Persico (1900-36)** publicadas na revista italiana *Casabella*, acabaram por abrir a consciência italiana para o movimento funcionalista europeu, tornando insustentável a aliança entre modernismo e fascismo. A situação agravou-se após o exílio de Pagano e a morte de Persico, estes considerados antifascistas pelo regime, que começou a pregar o conformismo neoclássico.

→ A partir de 1937, a arquitetura fascista adquiriu conceitos monumentais, planimetrias simétricas e projetos retóricos e academicistas. O maior expoente desses exercícios superficiais foi **Marcello Piacentini (1881-1960)**, oportunista político, cuja atuação fez-se sempre ambígua.

O maior exemplo italiano do **URBANISMO CEBRALISTA** foi o projeto de Piacentini para o bairro da *Esposizione Universale di Roma – EUR*, planejada para 1942 e nunca realizada devido à guerra. O *Palazzo della Civiltà del Lavoro* e o *Museo della Civiltà Romana*, ambos situados no EUR, são as obras mais características dessa arquitetura monumental fascista (BENEVOLO, 2001).



No segundo pós-guerra, as destruições na Itália não foram muito graves – apenas cerca de 5% das habitações foram demolidas –, mas o abalo político e social foi bastante forte, já que o longo regime autoritário desmoronou e deixou à vista a precariedade de seus fundamentos, especialmente quanto à carência de construções e à fragilidade das instituições urbanísticas.

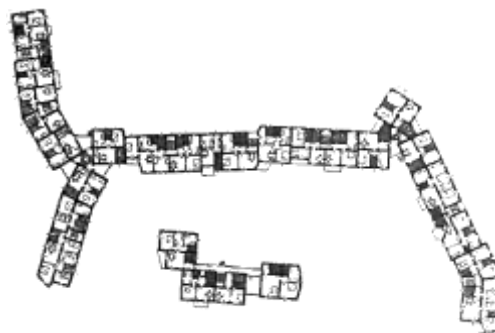
→ Mais do que sanar destruições, a Itália viu-se em frente aos problemas trazidos pelo fim da ditadura e sua substituição por uma nova classe dirigente entusiasmada, mas ainda inexperiente. Surgiu a sensação de se ter retomado o contato com a realidade e “ver com novos olhos” – como se fosse a primeira vez – as coisas circundantes e sobretudo mais próximas, até então mascaradas pela retórica patriótica e pelo clima artificial de protecionismo fascista; ou cobertas pelo véus dos lugares comuns.

Nasceu assim o **NEOREALISMO**, cujos pressupostos podiam ser encontrados em outras esferas da arte italiana, como o teatro e o cinema, por meio das obras de **Eduardo De Filippo (1900-84)**, **Vittorio De Sica (1901-74)**, **Roberto Rossellini (1906-77)**, etc.

Já nos anos 40, iniciaram-se pesquisas dos processos de construção tipicamente italianos, em termos técnicos e funcionais, visando-se extrair uma teoria de projeto da prática corrente, o que conduziu, na década de 1950, a uma arquitetura chamada *neorealista*, defendida por arquitetos como **Mário Ridolfi (1904-84)**, **Ignazio Gardella (1905-99)** e **Franco Albini (1905-77)** entre outros.

→ Em 1942, foi promulgada a primeira lei urbanística geral da Itália, a qual previa uma hierarquia de planos de várias ordens – territoriais, intercomunais, comunais e particularizados – e que se tornou um instrumento técnico novo e avançado para regular as cidades italianas. Posteriormente, no setor das construções populares, depois de várias experiências conduzidas com critérios principalmente quantitativos, instituiu-se, em 1949, o **INA-Casa**, um novo órgão responsável pelo controle técnico e econômico dos trabalhos.

Os primeiros bairros projetados no início dos anos 50 demonstraram uma grande liberdade concebida aos arquitetos, os quais procuraram se inspirar em organismos tradicionais, justificando-se através de teorias contextuais que inter-relacionavam os edifícios ao ambiente urbano. O maior exemplo foi o *Bairro Tiburtino* em Roma, projetado por vários arquitetos, como **Carlo Chiarini (1925-)** e **Carlo Aymonino (1926-)**. Outros bairros feitos pelo *INA-Casa* entre 1949 e 1956 foram: o *Tuscolano* em Roma; o *Ponticelli* em Nápoles; o *Cesate* em Milão; o *Falchera* em Turim; o *Villa Bernabó* em Gênova; e o *Borgo Paniale* em Bolonha, entre outros.



Deste modo, nos anos 50, surgiu o tema da **MEMÓRIA COLETIVA** na arquitetura e urbanismo italianos, aparecendo experiências de reutilização de formas e esquemas urbanos tradicionais. A partir da década seguinte, a crítica mudou a ênfase das questões ditas técnicas para as relações entre o espaço construído e a sociedade, dentro de uma perspectiva mais cultural, dando origem ao movimento **NUOVA TENDENZA**, centralizado em Milão, que teve como expoentes foram **Luigi Moretti (1907-73)**, **Ernesto N. Rogers (1909-69)**, **Saverio Muratori (1910-73)** e **Ludovico Quaroni (1911-87)**, entre outros (CAPÍTULO 20).

# 17

## PLANEJAMENTO URBANO

Do que foi abordado até agora, conclui-se que a atividade do **PLANEJAMENTO URBANO** nasceu com o urbanismo moderno, desenvolvendo-se nas primeiras décadas do século passado. Com o objetivo de retomar a visão global do fenômeno urbano, além de um contato direto com a realidade através da observação *in loco* dos processos, o *urban planning* visa principalmente a predominância da prática.

→ Sua associação ao Poder Público na definição dos problemas da cidade e na proposição de soluções para estes dá-se justamente devido ao intuito da sua efetiva aplicabilidade por meio da intervenção na realidade.

Todo **PLANO URBANO** é dinâmico e envolve racionalidade suficiente para a seleção de alternativas, cujos pressupostos básicos devem ser:

- exequibilidade (técnica e econômica);
- adequação a seus próprios fins;
- eficácia (maximização de resultados com minimização de custos);
- Coerência com objetivos do próprio plano ou de outros de maior abrangência;
- aceitação política (atendimento aos anseios da comunidade).

FERRARI (1991) destaca que o planejamento trata-se de um *método* – não é um fim em si mesmo, mas um meio para atingir determinado fim – e também um *processo constante e dinâmico*, não sendo o **PLANO URBANO** definitivo e sim contínuo, pois exige revisão, atualização e retro-alimentação.

→ Complementa, ainda, que se constitui na passagem de uma 'previsão ordenada' (*projeto*) para uma 'prescrição para ação' (*plano*), o que deve ser feito com adequação conforme funções existentes (*ação integrada*) e com antecipação de resultados (*relacionada ao futuro*).

Quanto à legislação urbanística, a **INGLATERRA** é considerada a nação pioneira, uma vez que, já em 1909, surgiu o *Town Planning Act*, legislação que autorizava os governos locais a elaborarem planos de ordenação do solo, de saneamento básico e de proteção da estética urbana; sendo fundado, em 1913, o *Royal Town Planning Institute*.

→ Tanto as idéias das *garden-cities* como os princípios corbusierianos foram aproveitados mais tarde em algumas das **NEW TOWNS** inglesas. Já em fins da década de 1920, o conceito de "cidade-satélite" surgiu dos estudos de planejamento regional, sendo aplicado em algumas dessas "novas cidades", como foi o caso de *Wythenshawe*, uma cidade-satélite implantada próxima a Manchester.

Considera-se também que as **POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO-REGIONAL** tiveram seu surgimento na Inglaterra da década de 1930 e suas primeiras aplicações na reconstrução britânica do segundo pós-guerra.

→ Suas precursoras foram as idéias de **Patrick Geddes (1854-1932)**, as quais fundamentaram o chamado **URBANISMO HUMANISTA**; e as teorias de **Georg Simmel (1858-1918)**, que influenciaram a sociologia norte-americana no período entre-guerras, com a denominada *Chicago School* (**ESCOLA DE CHICAGO**).

A *Segunda Guerra Mundial* (1939/45) provocou uma destruição material muito maior que a primeira, contudo, o auxílio americano e o progresso da técnica moderna possibilitaram um período de expansão econômica que impôs grandes transformações sociais, mais rápidas e profundas em alguns países, que empreenderam um amplo processo de reconstrução e planificação urbana.

→ Na Grã-Bretanha, a tradição das cidades-jardim, defendida pelos discípulos de Howard, **Charles B. Purdom (1883-1965)** e **Frederic J. Osborn (1885-1978)**, além dos debates sobre a legislação urbanística, perduraram durante todas as décadas de 1930 e 1940.

Em 1937, nomeou-se a *Barlow Real Commission* com o intuito de estudar a distribuição da população industrial de Londres, cujo relatório, publicado em 1940, descrevia as desvantagens da concentração demográfica e econômica ao redor das grandes cidades e sugeriu a criação de uma autoridade central que controlasse os terrenos edificáveis, defendendo a formação de **NEW TOWNS** ou a expansão das cidades médias.

Com os maciços bombardeios de Londres e Coventry, esse relatório deixou de ser apenas uma recomendação teórica e teve papel fundamental para a formação de novas leis urbanísticas na Inglaterra. No início dos anos 40, criaram-se dois comitês de análise, que publicaram seus importantes relatórios:

❖ **Scott Committee (1941)**: que, estudando o uso do solo nas áreas rurais inglesas, concluiu estar a agricultura gravemente ameaçada por loteamentos indiscriminados, afirmando a necessidade de que a distribuição (descentralização) das atividades industriais sobre o território agrícola fosse regulamentada por um plano nacional.

❖ **Uthwatt Committee (1942)**: que, visando solucionar o problema das indenizações, do qual dependia a possibilidade de um controle urbanístico sobre o uso do solo, conceituou de forma global a intervenção pública, considerando-a necessária ao interesse coletivo e ao bem-estar individual, o que implicava na subordinação dos interesses pessoais e dos desejos dos proprietários ao Poder Público.

Nos anos 40, instituiu-se uma nova autoridade central em matéria de planificação inglesa, iniciada em 1941 no governo de *sir Winston Churchill (1874-1965)* até a criação em 1943 do *Town & Country Planning Ministry*. Em 1944, uma lei autorizou a expropriação de terrenos danificados para a reconstrução; e, em 1946, aprovou-se o *New Towns Act*.

→ Essa nova lei instituiu enfim a *Development Corporation*, uma entidade específica, independente das administrações locais e ligada ao governo central, que poderia adquirir terrenos, preparar planos de uso do solo e construir bairros residenciais subvencionados e/ou *new towns*. Em 1947, por fim, era aprovada a nova **Lei Urbanística inglesa** que acabou unificando os métodos de planificação em todo o território nacional.

Sob o aspecto do planejamento urbano-regional, o **PLANO REGULADOR DE LONDRES (1941/44)**, composto pelos planos do Condado de Londres (*London County Plan*) e da Grande Londres (*Greater London Plan*), elaborados respectivamente em 1943 e 1944, sintetiza de forma abrangente todas as correntes de pensamento urbanístico vigóntes até então (BENEVOLO, 2001).

→ Iniciado com uma proposta teórica do grupo MARS, em 1941, que, inspirada pelas *garden-cities*, fragmentava a continuidade do tecido urbano londrino em uma série de bairros separados por zonas verdes e ligadas, como um pente, a um eixo principal que atravessava o centro histórico (*city*) e as zonas industriais, correndo ao longo do rio Tâmis, esse plano foi definido em 1944 a partir da adoção pelo *London County Council* do plano de *sir Leslie Patrick Abercrombie (1879-1957)*.



Baseando-se em uma minuciosa investigação sobre as edificações pré-existentes, esse plano afastava-se dos conceitos de regularidade geométrica e de toda intervenção demasiado radical nas zonas já construídas, propondo-se mais a inverter o processo de concentração até então seguido, por meio de uma série de providências em escala regional.

→ Basicamente, o plano propôs a criação de subúrbios-satélites nas cidades existentes próximas ao *greenbelt* ("cinturão verde") de Londres, além de sugerir a criação e localização de *new towns* ("novas cidades"). Nele, é possível distinguir 04 (quatro) zonas concêntricas:



- a) **Inner Ring:** que inclui toda a área do Condado de Londres (*London County*), caracterizada por excessiva densidade, a qual deveria ser progressivamente aliviada com afastamento de cerca de 40.000 habitantes (densidade de 75 a 100 pessoas/acre);
- b) **Suburban Ring:** que consiste na zona dos subúrbios, com uma densidade satisfatória, mas que exigia ser reordenada e disposta convenientemente (densidade de até 50 pessoas/acre);
- c) **Greenbelt:** que se constitui em uma vasta área verde (1/3 da Grande Londres), que circundaria a cidade e deveria permanecer sem construções – exceto pequenas *towns* já existentes –, adotando-se o modelo howardiano de “cidade-célula”;
- d) **Outer Ring:** que seria desenvolvido através de novos centros, mas não em forma de subúrbios-dormitórios, mas de 07 (sete) *new towns*, suficientemente grandes para terem uma vida auto-suficiente. Eram estas: Stevenage, Crawley, Hemel-Hampsted, Harlow, Hatfield, Basildon e Bracknell (densidade de até 20 pessoas/acre). Ao final de 1954, cerca da metade de sua população prevista já estava assentada.

Com esse plano de descentralização, a densidade populacional da *Greater London* seria reduzida para um máximo de 136 pessoas/acre; e a rede viária basear-se-ia em um sistema de vias expressas, ligadas por um anel interno, encaixado no *Inner Ring*; e por um anel externo, situado entre o *Greenbelt* e o *Outer Ring* (GUIMARÃES, 2004).

A evolução do planejamento das *new towns* inglesas pode ser dividida em 03 (três) fases, correspondentes a distintos conceitos de planejamento:

- **Até 1945:** Fase marcada por cidades projetadas segundo o modelo das *garden-cities* e o conceito de UV, com populações-limite de 60-80.000 habitantes e baixa densidade (75 hab./ha), exemplificadas pelas 07 (sete) *new towns* originais, criticadas pela falta de coesão;
- **De 1946 a 1960:** Fase caracterizada pelo abandono das formas de baixa densidade, preferindo-se a forma linear compacta com área residencial concentrada em volta do centro e população de 80-100.000 pessoas (abandono do conceito de UV). São exemplos, as *new towns* de Cumbernauld, Hook e Skelmersdale, entre outras.
- **De 1961 a 1970:** Fase em que predominou o traçado em tabuleiro de xadrez, com malha viária de 1 km e população final de 250.000 habitantes, enfatizando-se os deslocamentos, a UV e a hierarquização das vias urbanas. Exemplos: Milton Keynes, Newton, Peterborough, Redditch, , etc.

O principal objetivo do **PLANO REGULADOR DE LONDRES (1941/44)** era evitar o crescimento difuso, desordenado e degradante da cidade, que caracterizava muitos centros urbanos ocidentais, procurando assim redirecionar a expansão industrial para diversas “cidades novas” construídas além do cinturão verde e que agora constituem a chamada *Outer Metropolitan Area*.

➔ Dentro da *Greater London*, a população enfrentou mudanças substanciais entre 1967 e 1981, quando as áreas centrais perderam cerca de 250.000 habitantes. Até os subúrbios da *outer* Londres apresentaram decréscimo de população, ao mesmo tempo em que cresceu o desemprego entre os trabalhadores manuais não-especializados (GUIMARÃES, 2004).

Entre 1965 e 1973, foi concebido um extenso plano de *ring roads* (“rodovias de contorno”) nas regiões central (*city*), *inner* e *outer* de Londres, cujo objetivo era canalizar o tráfego e fazê-lo contornar núcleos vitais da cidade, deixando as ruas locais livres da ação intrusiva do automóvel, além de permitir a circulação sem congestionamentos e não perturbar as células vitais da comunidade. Contudo, os custos financeiros e sociais com as demolições e deslocamentos populacionais conseqüentes geraram protestos e preferiu-se fazer algumas intervenções radicais e projetos de revitalização de alto padrão em locais de habitações esparsas e/ou decadência física e econômica, como exemplo, as zonas portuárias.

➔ Nas décadas de 1980 e 1990, o emprego pós-industrial absorveu uma proporção crescente da economia, sem compensar entretanto a perda do setor industrial na Inglaterra. Ocorreu uma estagnação geral, com a perda progressiva da vitalidade pós-industrial, o que aconteceu também em cidades como Nova York e Paris.

## PARIS

Na França, devido à sua estrutura governamental altamente centralizada e a proeminência histórica de sua capital, a região parisiense é caracterizada por sua posição de centralidade econômica e cultural no país, para a qual converge toda a rede rodoviária e ferroviária e acabando por atrair todas as indústrias.

Possuindo uma das mais altas densidades urbanas no mundo ocidental, caracterizando-se como uma cidade densa e compacta, carente de áreas verdes para recreação e lazer nos bairros (*arrondissements*), Paris precisou de um plano urbano-regional que possibilitasse a descentralização de empregos e moradia.

→ A solução, adotada durante o governo de Charles De Gaulle (1890-1970), nos anos 60, foi a criação de novas cidades aos arredores de Paris, para onde a população poderia se transferir. Essas comunidades-satélite, além de oferecerem melhores e mais baratas condições de moradia (baixos preços de aluguel e compra), atraíram indústrias e escritórios, que antes ocupavam as áreas congestionadas de Paris (GUIMARÃES, 2004).

Enquanto em Londres as *new towns* são isoladas e distantes de 60-80 km do centro histórico, na França as *villes nouvelles* foram planejadas para funcionar como extensões de Paris, em uma distância de até 30 km, e ligando-se a esta por meio de auto-estradas, enfatizando-se o transporte coletivo.

→ Além da construção desses novos “bairros”, foram planejados pólos de crescimento ou *centres restructeurs* (“centros reestruturadores”), os quais reuniam, em contraste com as cidades novas, poucas residências e eram localizados em áreas de baixa densidade industrial, criadas para atender prioritariamente ao crescimento de indústrias leves.

Abandonando-se a concepção haussmanniana de Paris como único centro, optou-se pela construção de multicentros urbanos, que não pode ser confundida com a idéia de desenvolvimento suburbano americana ou brasileira. Paralelamente, investiu-se na preservação do setor histórico de Paris. Em 1962, o ministro da cultura André-Georges Malraux (1901-76) iniciou um amplo programa de renovação urbana, com a criação de atrações culturais e novas opções de lazer, as quais somente foram concluídas nos anos 80, no governo de François Mitterrand (1916-96).

Bairros dilapidados, como *Le Marais*, foram restaurados, assim como ampliados os acessos a monumentos, incluindo o *Louvre* e o *Orsay*. Criou-se o *Fórum Les Halles* e o *Centre Beaubourg Georges Pompidou* (1977), além do *Parc de La Villette* e o novo bairro de *La Defense*, uma zona de concentração de estruturas e serviços terciários.

## NOVA YORK

Os EUA caracterizam-se por sua administração regional descentralizada, marcada por jurisdições autônomas e fragmentadas, já que o controle sobre o uso do solo e desenvolvimento urbano são prerrogativas dos governos locais.

→ Embora perca em coordenação e unidade, essa flexibilidade favorece a competição entre as localidades pela atração de investimentos e fontes de produção e emprego, adaptando-se zoneamentos, diminuindo-se aluguéis e reduzindo-se impostos.

Nesses termos, a área central de Manhattan acabou alcançando, a partir dos anos 60, contínua proeminência como fonte de riqueza e trabalho. Porém, enquanto o centro de Nova York (*Central Business District – CBD*) apresentou um crescimento vertiginoso, recebendo grande prosperidade social e melhorias ambientais urbanas, os demais municípios (*counties*) da região metropolitana (*New York Standard Consolidated Area – NYSCA*) tornaram-se verdadeiros enclaves da pobreza e suas conseqüências.

→ O desenvolvimento pós-industrial em Nova York é desigual e irregular, favorecendo o surgimento de pólos locais (*Brooklyn* e *Queens*), enquanto outros se constituem em centros marcados pela degradação física e social (*Bronx*). Atualmente, ao modo dos ingleses, os americanos passaram a projetar e implantar novas cidades como satélites das metrópoles congestionadas, tais como: *Jonathan* (Minnesota), *Saint Charles* (Maryland), *Maumelle Little Rock* (Arkansas), *Woodlands* (Texas), *Park Forest South* (Illinois), *Rivertone* e *Ganada* (Rochester NY), entre muitas outras.

Tanto as *new towns* britânicas como os pólos de crescimento parisienses representam métodos de direcionamento populacional e de desenvolvimento para locais específicos e previamente planejados. Enquanto os ingleses buscaram criar comunidades autônomas e desvinculadas, na medida do possível, do centro (núcleo urbano) – o que é intensificado pela existência dos *greenbelts* e foi copiado pelos americanos –, os franceses enfatizaram a integração urbana e localizaram suas “cidades novas” em um corredor que as mantém ligadas a Paris (GUIMARÃES, 2004).

## URBANISMO HUMANISTA

Apoiando-se na crítica ao movimento progressista e ao urbanismo racionalista através da antropologia, da sociologia, da psicologia e da história, expandiu-se principalmente na década de 1950 e girava em torno da idéia de *antrópolis*, ou melhor, da cidade que é dirigida ao homem e não à máquina ou à indústria.

→ Rejeitando os modelos urbanos propostos pelos urbanistas modernos, defendia a criação de **PLANOS REGIONAIS**, nos quais deveriam ser levados em consideração os aspectos sociais através de uma metodologia multidisciplinar, que privilegiasse os métodos dos chamados *sociological surveys* (pesquisas e investigações baseadas na geografia, história, economia e sociologia estética).

Os humanistas, entre os quais **Patrick Geddes (1854-1932)**, passaram a propor um sistema de **POLINUCLEÍSMO** urbano, na perspectiva de uma *cidade regional*, a qual seria um sistema que unisse cidade e campo em um vasto conjunto, na escala da região, ou seja, um organismo de múltiplos centros, mas que funcionasse como um todo.

### Patrick Geddes (1854-1932)

Cientista escocês de múltiplas especialidades (sociólogo, biólogo, sexólogo, naturalista, urbanista, etc.), considerado o fundador do *regional planning*, que, graças aos seus contatos com os geógrafos franceses na virada do século, absorveu o credo do comunismo anarquista nas livres confederações de regiões autônomas. Em 1910, escreveu o livro intitulado *Evolução das cidades*, depois republicado em 1949 como *Cities in evolution*, o qual chamou a atenção para o fato do planejamento urbano e regional necessitar de pesquisas multidisciplinares (FERRARI, 1991).

Anunciando o nascimento de uma nova era industrial – a *ordem neotécnica*, que viria substituir a anterior *ordem paleotécnica* –, em que as estruturas tradicionais de educação, trabalho e moradia, guiadas essencialmente por valores quantitativos, seriam ultrapassadas por novas formas de organização e planejamento, as quais enfatizariam questões qualitativas, apontava para a importância do **PLANEJAMENTO REGIONAL**, cujas aplicações (levantamento regional, urbanização rural, planejamento urbano, projeto municipal, etc.) tornar-se-iam os pensamentos-chave para o desenvolvimento humano.

### Lewis Mumford (1895-1990)

Jornalista-sociólogo norte-americano que foi capaz de dar uma forma coerente aos pensamentos de Geddes, difundindo-o nos anos 50 e possibilitando a formação de um pequeno mas brilhante e devotado grupo de planejadores sediados em Nova York, por meio da *Regional Planning Association of América* – RPAA, a qual trabalhou em inúmeras administrações públicas municipais e regionais. Sua metodologia soube fundir-se às idéias intimamente correlatas de Howard e espalhou-se por toda a América e pelo mundo afora.

Privilegiando um enfoque cultural, fundado nas Ciências Humanas, considerava que a cidade não deveria ser concebida, em primeiro lugar, como um local de negócios ou de governo, mas como um órgão essencial de expressão e atualização da nova personalidade humana: a do “Homem de um Mundo Só”. Para ele, as antigas divisões entre homem e natureza, cidadão e rústico, cidadão e forasteiro, e grego e bárbaro não teriam mais sentido no planeta agora transformado em *aldeia*. Assim, até a menor vizinhança ou distrito urbano deveria ser planejado como um modelo funcional do mundo maior (CASTELNOU, 2005).

A atitude humanista permitiu uma avaliação mais precisa da cidade industrial, que passou a se desenvolver a partir de uma **METODOLOGIA MULTIDISCIPLINAR**. Assim, o *urban planning* toma a cidade contemporânea como objeto de conhecimentos históricos, políticos e tecnológicos, entre outros.

→ Entre os novos enfoques que vieram auxiliar o planejador na compreensão dos problemas urbanos, destacaram-se as visões geográfica, sociológica e econômica. Tal postura multidisciplinar foi complementada, principalmente a partir da década de 1960, por nomes como **Jane B. Jacobs (1916-2006)** e **Kevin Lynch (1918-84)**, entre outros, os quais contribuíram enormemente com as idéias do urbanismo humanista através de seus textos, que criticavam o zoneamento funcional e a perda da qualidade ambiental.

A multidisciplinaridade auxilia ao arquiteto no entendimento da complexidade do fenômeno urbano, mas não substitui a necessidade de propor, de desenhar e de projetar os espaços urbanos. Nos anos 60, nasceu então o **DESENHO URBANO** ou *urban design* (KOHLSDORF, 1996).

## ESCOLA DE CHICAGO

A noção da existência de uma cultura especificamente urbana desenvolveu-se a partir dos escritos do filósofo e sociólogo alemão **Georg Simmel (1858-1918)**, que dizia haver traços essenciais que definiriam a organização social e personalidade urbanas, representados de modo arquetípico nas metrópoles.

→ Em *The metropolis and mental life* (1917), Simmel analisou a interação entre consciências individuais e a cidade moderna, estudando a postura mental do homem que vivia na grande cidade e o modelo de relação que estabelecia com os outros, fundando assim a **SOCIOLOGIA URBANA**.

Para Simmel, na cidade, os laços formais entre indivíduos substituíram os laços afetivos mais tradicionais; e com a ascensão da burocracia e da ciência, a vida tornar-se-ia altamente diferenciada: não possuiria mais um conteúdo fixo, mas seria, antes, caracterizada por formas abstratas, das quais o dinheiro seria a mais importante.

→ De seus estudos, conclui-se que o habitante da metrópole seria uma espécie de “estrangeiro” que vive na sociedade, sem lhe pertencer, mantendo certa reserva e distanciamento civilizado face ao outro, o que contribuiria para a autonomia de cada um e para o funcionamento da comunidade.

A *urbanidade* seria uma mistura de indiferença e de tolerância; e a vida na cidade provocaria uma disposição psicológica fundamentalmente nova: a **atitude blasée**, que seria o resultado da libertação do indivíduo do tempo da tradição e a imersão no tempo da cidade contemporânea.

Foi a partir das pesquisas de Simmel e de seus discípulos que se formou, durante os anos 20 e 30, um grupo de sociólogos da *University of Chicago* que chamaram seu campo de estudos como **ECOLOGIA HUMANA** ou **URBANA**, cujo enfoque intenta até hoje compreender a reprodução da “sociedade urbana”, associando as preocupações da geografia, da sociologia e da ecologia.

Seus maiores expoentes – **William I. Thomas (1863-1947)**, **Robert E. Park (1864-1944)**, **Florian W. Znaniecki (1882-1958)**, **Louis Wirth (1897-1952)**, **Everett Hughes (1897-1983)**, **Ernest W. Burgess (1911-2000)** e **Robert T. McKenzie (1917-81)**, entre outros – colocaram o acento em uma sociabilidade no interior dos grupos.

→ Para eles, a metrópole seria um mosaico de grupos diferenciados, dentro de cada qual se desenvolveria um espaço de identidade e relação mais forte. Baseavam-se no pressuposto de que a cidade possuía uma organização física e uma ordem moral que se interagiam mutuamente para se moldarem e se modificarem, ou seja, que *a organização física tem sua base na natureza humana*.

Segundo **Robert E. Park (1864-1944)**, toda comunidade urbana dividir-se-ia em um mosaico de comunidades menores (*sub-communities*), muitas das quais impressionavelmente distintas entre si, mas todas mais ou menos típicas. Para ele, quase todas as cidades teriam estas “áreas naturais”, que podem ser o centro de negócios, as zonas residenciais, os distritos industriais, as cidades-satélite, os *slums* ou as colônias de imigrantes. Estas seriam definidas como “naturais” porque seriam resultado – mais do que de uma planificação – de um processo “ecológico”, o qual influencia sobre uma ordenada distribuição de população e de funções relacionadas à cidade.

→ A **CHICAGO SCHOOL** criou as bases para o estudo sociológico do ambiente urbano, fundamentando-se em avaliações estatísticas, principalmente de áreas industriais, comerciais e habitacionais. Alguns de seus representantes escreveram uma série de artigos sobre a influência de situações sociais sobre o comportamento individual.

Na análise das estruturas urbanas, o modelo de desenvolvimento da cidade em círculos concêntricos, elaborado por **Ernest W. Burgess (1911-2000)**, apontava para a segregação espacial produzida no espaço urbano, com o surgimento dos guetos étnicos e de grupos sociais semelhantes que se agrupavam. Além deste modelo dos “círculos concêntricos” (1923), foram propostos outros modelos como o de **Homer Hoyt (1895-1984)** ou dos “setores” (1939); e o de **Harris & Ullmann** ou dos “núcleos múltiplos” (1945).

Muitas das idéias defendidas somente foram refinadas ou rejeitadas nos anos 50 em diante, através da denominada **NOVA SOCIOLOGIA URBANA** e do urbanismo pós-moderno da *Los Angeles School* ou *Escola de Los Angeles*.

## MULTIDISCIPLINARIDADE

Com o surgimento e afirmação do **PLANEJAMENTO URBANO**, a cidade passou a ser encarada como o *ponto crítico* das relações políticas e socioeconômicas, que é etapa de um processo histórico dinâmico e irreversível. Ao mesmo tempo, instalou-se uma metodologia de trabalho baseada na *multidisciplinaridade* de saberes, que passou a fundamentar quaisquer intervenções sobre a cidade desde então.

→ Principalmente a partir da década de 1940, a cidade tornou-se objeto de investigação multidisciplinar, sendo compreendida como a **estrutura física-espacial** de forças sociais, políticas e econômicas que determinariam suas condições e características de desenvolvimento. Logo, geógrafos, sociólogos e economistas passaram a desenvolver teorias para estudo e análise do fenômeno urbano, que se disseminaram nos anos 50 e 60.

Essa **MULTIDISCIPLINARIDADE** do *urban planning* veio responder a uma espécie de especialização do urbanismo, de pretensões científicas, que acabou resultando na arbitrariedade de alguns de seus postulados e em seu distanciamento da realidade prática. Tal abertura a outras disciplinas levou, especialmente depois da década de 1950, a uma crise na participação do arquiteto no planejamento, devido à ausência da definição de seu enfoque sobre o fenômeno urbano, o que o limitava a compreender o espaço da cidade como reflexo e resultado.

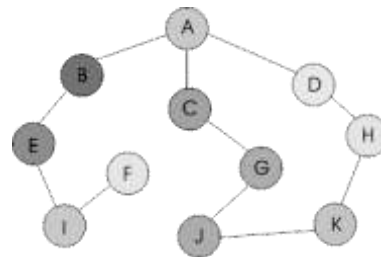
Em meados dos anos 60, surgiram críticas sobre o planejamento urbano de sistemas, principalmente por não levar em consideração a realidade política. A reação imediata da esquerda foi a de convocar os próprios planejadores para virarem a mesa e praticarem o planejamento “de baixo para cima”, transformando-se em “planejadores-orientadores” (*advocacy planners*).

Para a **GEOGRAFIA** moderna, a cidade consiste em *um conjunto complexo de assentamentos urbanos e áreas rurais, cujo inter-relacionamento constitui cenário físico-espacial das ações humanas*. Interessando-se mais pelas formas urbanas dos seus objetos de conhecimento do que propriamente por sua formação e evolução, tal conceito fez com que surgissem 02 (dois) enfoques fundamentais dos geógrafos contemporâneos sobre o fenômeno urbano:

- a) **ENFOQUE INTRA-URBANO**: trata a cidade de forma isolada em relação ao local ou região em que se insere, sem se preocupar ou procurar explicar as atividades que nela se desenvolvem (*funções urbanas*), qual sua origem ou ainda quais as relações que a cidade mantém com o campo.

Tal enfoque derivou dos primórdios da geografia moderna, que tem nos alemães **Wilhelm von Humboldt (1767-1835)**, **Carl Ritter (1779-1859)** e **Friedrich Ratzel (1844-1904)** seus maiores fundadores (*Geografia Física*), aos quais se juntaram os geógrafos anarquistas **Elisée Reclus (1830-1905)** e **Pyotr Kropotkin (1842-1921)**.

Sua continuidade deu-se através da *Geografia Humana* ou *Antropogeografia* desenvolvida pelo geógrafo francês **Paul Vidal de la Blanche (1845-1918)** e exemplificada pelo historiador francês **Fernand Braudel (1902-85)**, cujas idéias tiveram ampla influência até os anos 50, quando surgiram as críticas humanistas (KOHLSDORF, 1985).



- b) **ENFOQUE EXTRA-URBANO** ou **REGIONAL**: considera o espaço citadino como o conjunto de assentamentos urbanos e áreas rurais, sendo os primeiros os pontos de amarração da estrutura de ocupação territorial (*redes urbanas*), utilizando-se de características abstratas que distanciam-no da natureza física do objeto geográfico.

Neste enfoque, predominante nos anos 50 e 60, introduziram-se técnicas de análise quantitativa da cidade, tais como a *Análise de Regressão* ou a *Análise Fatorial e de Agrupamento*. Também surgiram teorias especiais, como a *Teoria dos Grafos*, onde *grafo* é um conjunto de pontos (*vértices* ou *nós*) conectados por linhas (*arestas* ou *arcos*), o qual simula uma rede urbana.

→ Em meados dos anos 60, especialmente na Inglaterra e nos EUA, os estudos humanistas da *Antropogeografia* reapareceram e geógrafos como **David Harvey (1935-)** e **Doreen E. Massey (1938-)** voltaram a explicar o crescimento e a transformação urbana em termos de circulação do Capital além de destacarem aspectos sociais e culturais, contribuindo para os estudos urbanos pós-modernos seguintes.

## ENFOQUE SOCIOLÓGICO

A **SOCIOLOGIA** moderna concebe a cidade como *a expressão da estrutura social que é produzida pelos elementos dos sistemas econômico, político e ideológico*. Seus expoentes passaram a aplicar suas teorias de estruturação social sobre o espaço urbano contemporâneo, tentando explicar a cidade a partir das relações sociais e de suas implicações no decorrer da história. Isto gerou 03 (três) abordagens sociológicas que influenciaram a atividade de planejamento urbano no século passado:

- a) **ENFOQUE SOCIAL:** procura inserir o fato urbano na globalidade dos próprios processos sociais, tomando entretanto o aspecto ambiental (as diferenças entre o meio urbano e o rural) como elemento diferenciador e fazendo nascer a chamada *Sociologia Urbana*. Seus maiores representantes foram **Herbert Spencer (1820-1903)**, **Émile Durkheim (1858-1917)**, **Max Weber (1864-1920)** e **Kingsley Davis (1908-97)**, os quais se fundamentaram nas contribuições de **Karl Marx (1818-83)** e **Friedrich Engels (1828-95)**.



A *Sociologia Urbana* do final do século XIX encontrou sua continuidade através da teorização sobre "cultura urbana", esta empreendida por **Georg Simmel (1858-1918)**, na década de 1910, cujas idéias foram continuadas por **Louis Wirth (1897-1952)**, o qual postulou que o urbanismo como "modo de vida" haveria surgido de certas características essenciais, como magnitude populacional, sua densidade e sua heterogeneidade (1938).

- b) **ENFOQUE ECOLÓGICO:** explica as organizações sociais urbanas a partir de princípios ecológicos (identificação da população como organização social e da cidade como o ecossistema meio + sociedade), fundando a *Ecologia Humana*. Tal enfoque não considera a estrutura de classes ou a divisão social do trabalho, mas sim abstrações de aspectos psicossociais em estudos de *Sociologia Urbana*.

Seus precursores foram os cientistas da *Escola de Chicago*, nas décadas de 1920 e 1930, tais como **Robert E. Park (1864-1944)**, **Everett Hughes (1897-1983)**, **Ernest Burgess (1911-2000)** e **Robert T. McKenzie (1917-81)**, entre outros, mas seu desenvolvimento deu-se especialmente nos anos 50 e 60 graças à *Neo-Ecologia*, expressa nas obras de **Amos H. Hawley (1910-78)**, como *Human ecology: a theory of community structure* (1950).

- c) **ENFOQUE FÍSICO** ou **EMPÍRICO:** analisa a questão urbana a partir de indicadores mensuráveis e sob uma ótica eminentemente prática, utilizando-se de classificações baseadas em determinados "indicadores", como, por exemplo, o tamanho do espaço ocupado por certo grupo social. Tal ponto de vista acabou demonstrando-se incapaz de propor "indicadores" para os fatores fundamentais da sociedade urbana.

Predominante nos anos 40 e 50, este enfoque procurou desenvolver modelos empíricos e analógicos que estudassem os padrões dos deslocamentos de pessoas e de bens (desde as migrações até os movimentos pendulares intra-urbanos e, em alguns casos, os padrões espaciais de difusão cultural, por exemplo, a disseminação das inovações), chegando a criar modelos econométricos para a localização das atividades produtivas e residenciais.

Baseados nos estudos pioneiros dos economistas **Henry C. Carey (1793-1879)** e **Ernest G. Ravenstein (1834-1913)**, seus trabalhos mais significativos foram: as "leis empíricas" das densidades urbanas (1941/51), de **John Q. Stewart (1894-1972)** & **Colin G. Clark (1905-89)**; e os padrões espaciais dos fluxos regionais (1946), de **George K. Zipf (1902-50)** (KOHLSDORF, 1985).

→ Entre as décadas de 1970 e 1980, novas concepções sociológicas sobre planejamento – como as de **John Friedmann (1913-)**, da *University of Los Angeles* – forneceram as bases filosóficas do chamado "aprendizado social" ou *enfoque neo-humanista*, o qual salientava a importância do conhecimento de sistemas no estudo do ambiente turbulento das cidades.

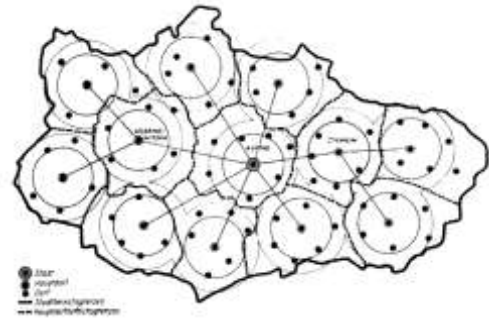
## ENFOQUE ECONÔMICO

Para a **ECONOMIA** moderna, a cidade é a concretização dos processos sociais de produção e reflexo das relações econômicas da sociedade. Tal fenômeno é analisado através do estudo da distribuição espacial das atividades produtivas, que tem entre os economistas clássicos – **Adam Smith (1723-1790)** e **David Ricardo (1772-1823)** – seus maiores precursores, sem contar a contribuição das teorias marxistas. Basicamente, as análises econômicas sobre a cidades têm 02 (dois) níveis:

- a) **ENFOQUE MACROECONÔMICO:** segue as teorias regionais baseadas nas relações econômicas internacionais, como as teorias neoclássicas e keynesianas – de **John M. Keynes (1883-1946)** –; ou a *Teoria do Ciclo do Produto* (1966), de **Raymond Vernon (1914-99)**, que procura diferenciar espacialmente os elementos sociais, tais como níveis de renda, fontes de informações, etc.
- b) **ENFOQUE MICROECONÔMICO:** procura seguir as chamadas *Teorias de Localização*, formuladas especialmente pelos alemães, como **Ludwig Von Thünen (1780-1850)**, que criou um modelo concêntrico ao redor do mercado para o uso do solo agrícola (1826); ou **Alfred Weber (1868-1958)**, que trabalhou com a questão da indústria (1909). Essas teorias inscrevem a economia de forma material no espaço e influenciaram enormemente o planejamento urbano dos anos 50 em diante.

Os economistas vêem a cidade como um *conceito matemático e abstrato*, aplicando sobre ela as teorias ligadas às idéias de marginalização, renda do solo agrário, rede de sistemas e equilíbrio econômico.

→ Neófitos dos princípios do positivismo lógico, eles sugerem que se deixe de se preocupar com descrições da diferenciação pormenorizada da superfície terrestre; e se comece a desenvolver hipóteses gerais sobre distribuições espaciais que possam, em seguida, ser rigorosamente testadas em confronto com a realidade. Tais idéias foram brilhantemente sintetizadas pelo economista norte-americano **Walter Isard (1919-)**, em *Location and space economy* (1956).



## TEORIAS DE SISTEMAS COMPLEXOS

A multidisciplinaridade do fenômeno urbano conduziu ao surgimento de várias teorias que buscaram modelos empíricos e analógicos das distribuições e fluxos urbanos, estas resultantes de métodos quantitativos de análise da cidade que tiveram grande repercussão nas décadas de 1950 e 1960. Como precursoras dessas teorias urbanas destacam-se:

- **TEORIAS MARGINALISTAS:** surgidas no final do século XIX, definiam o espaço através de coordenadas geográficas, efeitos de cruzamento de processos de produção/valorização e da idéia de marginalização, tomando como elemento básico de análise as relações de distância entre os componentes de produção e suas conseqüências sobre os custos econômicos, sem levar em consideração a constituição do espaço social. Seus maiores defensores foram **Leon Walras (1834-1910)** e **Vilfredo F. D. Pareto (1848-1923)**, entre outros (*Escola de Lausanne*);
- **TEORIAS DO LUGAR CENTRAL:** surgidas entre os anos 30 e 40, conceituavam espaço como uma "rede de sistemas" que estrutura o espaço geográfico humano de maneira funcional e pouco concreta. Tais idéias foram defendidas por **Walter Christaller (1893-1969)**, que lançou sua teoria em 1933; e **August Lösch (1906-45)**, responsável por outra teoria de localização de 1940, assim como outros economistas (*Escola de Jena*). Em 1968, **Jean Tricart (1920-2003)** & **Michel Rochefort (1927-)** lançaram sua própria teoria do lugar central.

Entre 1953 e 1957, Isard criou uma nova disciplina universitária que unia a nova geografia à tradição germânica da economia locacional. Mais precisamente, cidades e regiões passaram a ser vistas como **SISTEMAS COMPLEXOS** – nada mais eram que um sub-conjunto particular, fundado espacialmente, de toda uma classe geral de sistemas – derivados de uma ciência que nascia, desenvolvida por **Norbert Wiener (1894-1964)**, a *Cibernética*.

Desde então, a visão da engenharia computacional invadiu o território profissional do planejador urbano e modelos de interação espacial ou **MODELOS OPERATIVOS URBANOS – MOU** passaram a fazer parte do *urban planning*. Entre as principais teorias urbanas de sistemas complexos, cita-se:

- a) **TEORIA DO TRÁFEGO URBANO (1954):** **Robert Mitchell (1906-)** e **Chester Rapkin (1918-)** publicaram *Urban traffic: a function of land use (Tráfego urbano: uma função do uso da terra)*, onde sugeriam que os modelos de tráfego urbano eram função direta e mensurável do modelo das atividades – e portanto, dos usos do solo – que os geravam. Acoplada a um trabalho anterior sobre modelos de interação espacial; e usando, pela primeira vez, os poderes de processamento computacional, essa obra produziu uma nova ciência do planejamento do transporte urbano, que reivindicava o direito de ser cientificamente capaz de prever os futuros modelos de tráfego nas cidades.
- b) **TEORIA DOS PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO (1955)**, de François **Perroux (1903-87)** & **Jean H. P. Paelinck (1930-)**: conceitua espaço como algo abstrato e relativo, visando, de modo idealista, um equilíbrio social a partir de uma situação econômica harmoniosa.
- c) **TEORIA DO CAMPO DE TENSÕES (1960)**, do economista americano **William Alonso (1933-99)**: conceitua espaço como um *continuum* de duas dimensões, no qual a renda do solo agrário seria a responsável pelos processos sociais de produção da cidade, sem considerar que o processo de divisão econômica do espaço também é efeito da formação social.
- d) **TEORIA DE GARIN-LOWRY (1966)**, formulada a partir do modelo proposto por **Ira S. Lowry**, em 1964 para a região de Pittsburgh EUA, que consistia em uma série de 12 avaliações que se utilizava para derivar a localização da população e do emprego (industrial, comercial e de serviços) em zonas urbanas. **R. A. Garin** reformulou este modelo, integrando explicitamente as teorias de interação espacial e de base econômica, resultando no *Modelo de Garin-Lowry*, o qual se tornou a base de inúmeros MOU posteriores em cidades norte-americanas, tais como Pittsburgh, para São Francisco, Filadélfia, Seattle, Houston e Washington.
- e) Outras teorias similares: **Lowdon Wingo (1962)**, **René Mayer (1965)**, **J. Jacques Grenelle (1967)**, **Richard F. Muth (1961)**, **J. W. Forrester (1969)** e **P. Hagget (1965)**.

## URBANISMO NEOMARXISTA

Entre as décadas de 1960 e 1970, os planejadores foram progressivamente passando do ponto de vista meramente físico para o social e o econômico. Paralelamente, ocorreu um notável ressurgimento de estudos marxistas, especialmente na França, através de sociólogos como **HENRI LEFÉBVRE (1901-91)** e **MANUEL CASTELLS (1942-)**.

→ Os neomarxistas voltaram-se para a discussão materialista da cidade como local de reprodução capitalista e redirigiram a atenção para as classes trabalhadoras e suas possibilidades de transformação socioeconômica.

### Henri Lefévre (1901-91)

Um dos primeiros pensadores franceses a rediscutir as questões da *Escola de Chicago* sob a ótica do materialismo histórico, sendo um dos maiores difusores do marxismo na França. A partir de 1968, do mundo rural passou a pesquisar a cidade<sup>10</sup>, subordinando-a à lógica da reprodução do Capital, enquanto seu cenário e suporte. Seguindo Marx, compreendia a cidade como aglomeração da população, dos instrumentos de produção, dos prazeres e das necessidades, considerando-a um problema novo, sobre o qual era necessário pesquisar.

Em *La pensée marxiste et la ville (A cidade do capital, 1972)*, ofereceu um instrumental heurístico importante para a análise dos mecanismos de democratização da cidade, enfatizando as categorias de produção, na sua acepção restrita e ampliada; e as relações de produção. Além disto, trabalhou a propriedade do solo e a renda fundiária no quadro urbano, focalizando a formação, realização e distribuição da mais-valia. Ele antecipou como as forças produtivas atingiriam uma tal potência para a produção do espaço em escala mundial, que criariam uma contradição principal – *o espaço produzido globalmente e suas fragmentações, pulverizações e despedaçamentos* –, resultante do capitalismo.

<sup>10</sup> Sobre o fenômeno urbano, Lefévre escreveu *O direito à cidade* (1968), *Do rural ao urbano* (1970), *A revolução urbana* (1970), *Espaço e política* (1972) e *A produção do espaço* (1974), entre outros. Foram igualmente importantes seus estudos sobre uma teoria do espaço urbano que o colocava embasado na experiência individual do habitante, perseguindo os nexos existentes entre espacialidade e experiência. Destacaram-se seus livros sobre a vida cotidiana, como: *Fundamentos de uma sociologia do cotidiano* (1961) e *A vida cotidiana no mundo moderno* (1968).



### Manuel Castells (1942-)

Sociólogo catalão que se tornou uma das maiores autoridades na análise das novas tecnologias e seu impacto sobre as sociedades urbanas, particularmente por fazê-lo sob o foco marxista. Suas contribuições iniciaram-se com *La cuestión urbana* (*A questão urbana*, 1974) e prosseguiram até sua trilogia sobre *La era de la información* (*A era da informação*, 1999). Para ele, a questão urbana possui 03 instâncias: a **ideológica**, da qual viria a “cultura urbana”, marcada pela heterogeneidade e associativismo; a **político-jurídica**, que se caracterizaria por ser uma “superestrutura” que busca legitimar o sistema capitalista; e a **econômica**, ligada diretamente com o urbano, já que a este conotaria os processos de reprodução da força de trabalho. Assim, o “sistema urbano” não seria mais que a articulação de instâncias de uma estrutura social dentro de uma unidade reprodutora de força de trabalho que se reflete na sua estrutura espacial.

Depois, concluiu que 03 processos independentes começaram a se formar no final dos anos 60 e princípios dos 70, os quais convergiriam para a “gênese de um novo mundo”:

- a *revolução das tecnologias da informação*, que atuaria remodelando as bases materiais da sociedade e induzindo a emergência do *informacionalismo*, o qual teria uma importância igual ou superior à da *Revolução Industrial*;
- a *crise dos modelos de desenvolvimento econômico*, tanto do capitalismo quanto do estatismo, o que fez com que ambos a se reestruturarem, levando a uma nova forma do *capitalismo informacional* caracterizado pela globalização das atividades econômicas centrais, uma flexibilidade organizacional e um maior poder para o gerenciamento em suas relações com o trabalho;
- O *florescimento de movimentos socioculturais*, como o feminismo, o ambientalismo, a defesa dos direitos humanos e das liberdades sexuais, os quais se iniciaram em 1968 e reagiram de múltiplas formas contra o uso arbitrário da autoridade, revoltando-se contra a injustiça e procurando a liberdade para a experimentação pessoal.

→ Com o **NEOMARXISMO**, os *advocacy planners* passaram a intervir das mais variadas maneiras: ajudariam a informar o público sobre as alternativas urbanas; forçariam as secretarias de planejamento a competirem pelo subúrbio; e ajudariam os críticos em realizar e implementar planos que fossem superiores aos oficiais. Destacaram-se os trabalhos de **Paul Vieille (1970)** e **Christian Topalov (1984)**.

No Brasil, os estudos urbanos foram amplamente impulsionados pelo geógrafo baiano **MILTON SANTOS (1926-2001)**, o maior expoente do movimento de renovação crítica da Geografia e reconhecido internacionalmente por ter publicado trabalhos sobre a metodologia dessa disciplina, assim como textos críticos dos problemas urbanos nos países subdesenvolvidos.

→ Também formado em Direito (1948), descendente de escravos libertos antes da Abolição e ativista estudantil, foi doutor pelo *Instituto de Geografia da Universidade de Strasbourg*, na França. De volta ao Brasil, em 1958, iniciou o *Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da UFBA*, impulsionando a Geografia como disciplina; e, em 1963, tornou-se o presidente da *Associação de Geógrafos Brasileiros – AGB*, além de combinar as atividades de professor universitário e de redator do jornal *A Tarde*, em Salvador BA, defendendo posições nacionalistas.

Com o **GOLPE DE 64**, Santos foi preso e exilado político, indo trabalhar na *Universidade de Toulouse Le Mirail*, na França, onde recebeu o primeiro dos 20 títulos de *Dr. Honoris Causa* que receberia durante toda a vida. Depois das universidades de Bordeaux e Paris, lecionou no MIT (Cambridge, 1971/72), Toronto (Canadá, 1972), Lima (Peru, 1973), Dar-es-Salaam (Tanzânia, 1974/76) e Columbia (NY, 1976/77), além de prestar consultorias à OEA e à ONU.

Depois de 13 anos de exílio, voltou à Bahia com um livro revolucionário: *Por uma geografia nova* (1978). Contudo, a UFBA não se interessou por reintegrá-lo como professor, ao contrário do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, que o contrataram como consultor.

Finalmente, em 1984, tornou-se professor titular na FFLCH-USP, onde criou e manteve um grupo de pesquisadores até recentemente, além de se tornar professor visitante em diversas universidades estrangeiras.

→ Em 1994, Milton Santos recebeu o **Prêmio Internacional Vautrin Lud**, correspondente ao *Nobel* da Geografia, sendo o primeiro geógrafo nem francês ou norte-americano a recebê-lo. Ao todo, ganhou mais de duas dezenas de medalhas de mérito, tanto no Brasil como no mundo, além de publicar mais de 40 livros e cerca de 300 artigos em revistas científicas, em várias línguas, na Europa, América, Ásia e África.

No conjunto de sua obra, Santos buscou basicamente 04 (quatro) objetivos:

- a) Afirmar e caracterizar a **Geografia como disciplina epistemológica**, a partir da compreensão da totalidade do espaço e do período histórico da segunda metade do século XX, defendendo a idéia do espaço como “instância social” e o papel do geógrafo na análise da formação do território e não da sua forma. Para tanto, escreveu: *Por uma geografia nova* (1978), *Pensando o espaço do homem* (1979), *Espaço e método* (1985), *Metamorfoses do espaço habitado* (1988); *Técnica, espaço e tempo* (1994) e, sua obra síntese *A natureza do espaço* (1996);
- b) Formular e descrever **os aspectos e faces da desigualdade no Terceiro Mundo**, tanto na América Latina como na África; e os impactos e repercussões sobre o território, analisando de modo interdisciplinar a estrutura interna das cidades, o processo de urbanização e a rede urbana nos países pobres. Para tanto, Santos escreveu: *A cidade nos países subdesenvolvidos* (1965), *O trabalho do geógrafo do Terceiro Mundo* (1971), *Pobreza urbana* (1978), *Espaço e sociedade* (1979), *A urbanização desigual* (1980) e *Ensaio sobre a urbanização latino-americana* (1982), entre outros livros;
- c) Estudar e criticar os **problemas urbanos e regionais do país**, abrangendo, de modo empírico, a escala local inicialmente voltada à realidade baiana (região cacaueira e Salvador), na década de 1950, para depois intensificar a observação e análise de todo o território brasileiro, enfatizando São Paulo. Escreveu: *A urbanização brasileira* (1993) e *Por uma economia política da cidade* (1994), entre outros. O esforço para a compreensão do território brasileiro completou-se com a publicação do último livro *Brasil: sociedade e território no início do século XXI* (2001);
- d) Difundir e lutar pela construção da **cidadania** e da **ética**, buscando um mundo diferente daquele em que vivemos. Para isso, tratou da **GLOBALIZAÇÃO**, abordando seus aspectos econômicos e analisando o papel das empresas na internacionalização do capital, além dos fluxos financeiros e suas implicações na cultura local; e, propondo, ao final de sua vida, uma globalização solidária, voltada à sua dimensão cultural, baseada em outros valores que a da hegemônica, de cunho meramente econômico. Propondo uma revisão da globalização, que deveria ser “mais humana”, sem descartar a base técnica que sustenta a globalização econômica e financeira, escreveu *O espaço do cidadão* (1987) e *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (2000).

Entre as várias contribuições miltonianas para o estudo das cidades, destacam-se:

- I. Formulou uma teoria válida do espaço baseada no estudo de sua formação social e econômica, mais preocupada com sua estrutura do que com sua forma (defesa dos *espaciólogos* ao invés dos *espacialistas*);
- II. Estudou as relações entre técnica e espaço (repercussões espaciais da revolução tecnológica), consagrando o período histórico presente como “técnico-científico-informacional”; um novo ciclo da civilização e produto espacial de uma fase marcada pela globalização da produção e consumo;
- III. Definiu a *tecnoesfera* como o produto da crescente artificialização do meio ambiente, a qual seria marcada pela presença de grandes objetos geográficos, idealizados e construídos pelo homem, articulados entre si em sistemas; e explicou o espaço a partir do par dialético “sistemas de objetos” e “sistemas de ação”, ou seja, o espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não;
- IV. Considerou o espaço geográfico como a “funcionalização da globalização”, já que permite fluir suas necessidades, viabilizando seus 03 (três) pressupostos: a *unicidade técnica* (capacidade de instalar qualquer instrumento técnico produtivo em qualquer parte do mundo); a *convergência dos momentos* (capacidade de comunicação em tempo real); e a *unicidade do motor* (capacidade de direção centralizada do mundo financeiro pelos interesses das empresas transnacionais);
- V. Apontou para a dialética existente em todos os níveis e a contradição de que, quanto mais os lugares se globalizam, mais se tornam singulares, já que o arranjo que os elementos componentes do território têm em um determinado lugar é único. Assim, a própria globalização acaba por produzir a *fragmentação* (Todos os lugares são mundiais mas não há um espaço mundial: quem se globaliza são as pessoas);
- VI. Criou vários conceitos e categorias (*tecnoesfera* e tecnificação do território, metrópoles globais, etc.), além de analisar e sintetizar sobre a evolução do território e da urbanização do país, a qual se mostraria corporativa, desigual e segregacional;
- VII. Apontou para um futuro de esperança, conclamando todos para a busca de uma outra globalização, na qual não haveria lugar para o *globalitarismo*, mas para a solidariedade local e a desalienação dos indivíduos. Ao mesmo tempo em que se globalizam a taxa de lucro, a exploração, a miséria e a exclusão social, globalizam-se as lutas sociais, a conscientização e a busca por um mundo melhor e mais justo.

## DESENHO URBANO

A análise da cidade a partir de bases multidisciplinares levou muitos arquitetos a migrarem para a área de planejamento em nível social e econômico, sem retorno ao seu campo inicial, ou seja, da conformação e projeto de espaços, da mesma forma que os colocou em uma posição de total independência da tridimensionalidade da arquitetura. Isto conduziu a um comprometimento da própria concepção da cidade, que perdia seu caráter propriamente físico.

→ Do mesmo modo que a ignorância do conteúdo social e econômico do espaço físico para a vida urbana transformou o urbanismo em um fenômeno marginal, o conhecimento da cidade a partir de outros campos (Geografia, Sociologia, Economia, Antropologia, Engenharia, etc.), levou o planejador a repudiar a arquitetura urbana como espaço físico, tornando-se impotente no trato das proposições ao nível de desenho.

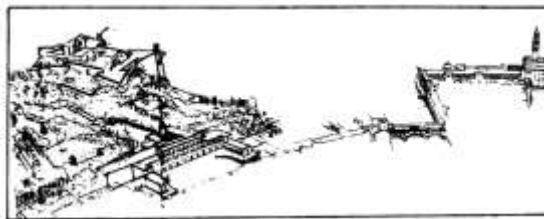
Se em 1955, o típico planejador urbano recém-formado debruçava-se sobre a prancheta para produzir um diagrama sobre usos do solo desejados; em 1965, passava a analisar os dados de saída do computador sobre modelos de tráfego e, em 1975, ficava conversando até tarde da noite com grupos comunitários, na tentativa de organizar-lhes a resistência contra as forças hostis do mundo.

→ Logo, em meados dos anos 70, era preciso uma nova teoria que procurasse servir de ponte entre as estratégias de planejamento e os sistemas urbanos, entidades físicas e sociais ao mesmo tempo: o *urban design* ou **DESENHO URBANO**.

No último quartel do século passado, surgiu a necessidade de co-existir ambos conceitos: o da cidade como estrutura de forças sociais, econômicas e políticas, as quais determinam suas condições e características de desenvolvimento; e o da cidade como espaço físico em que se habita, vivifica e transforma.

O **DESENHO URBANO** apareceu como instrumento de interpretação, através da linguagem arquitetônica, do contexto urbano visando tanto objetivos estético-formais como sócio-funcionais; e que considera comportamentos, hábitos e processos da população, a manter ou modificar, de acordo com metas sociais e culturais explícitas.

→ O *designer* ou desenhista urbano atua como **planejador**, no sentido do profissional que trabalha nos limites do campo de outras áreas de estudo perfeitamente definidas, tentando ajustar sua integração, e também como **arquiteto**, ao passo que procura dar forma ao espaço urbano. Utiliza-se de todas as disciplinas que se interessam pela melhoria da vida das pessoas nas cidades e no campo, como a psicologia, a sociologia, a economia, o direito, o paisagismo, etc.



No campo de ação do **DESENHO URBANO**, não se pode projetar em um tempo e construir muito depois, como é possível para um edifício. Para a sua realização, necessita-se de um tripé formado pelos planejadores, pelos políticos e pelos cidadãos. Em sua prática, o uso do solo é alterado, os padrões culturais são afetados e a escala de intervenção vai da rua à região.

→ Basicamente, ele possui 02 (dois) momentos básicos em seu processo de trabalho, a saber:

- Enquanto **arquitetura da cidade**, onde há grande interação com disciplinas do campo das Ciências Humanas (História, Geografia, Sociologia, Psicologia, etc.) e da Tecnologia (Saneamento, Tráfego, Geologia, Estruturas, etc.);
- Enquanto **processo de implementação e política urbana**, pois há interações com o Planejamento Urbano-regional e com as disciplinas ligadas aos processos de decisão (Política, Direito, etc.)

Todo trabalho de **desenho urbano** corre o risco de não ser aceito por desajuste ao sistema global, mas também pode ser aceito e executado, constituindo – ao nível de uso, linguagem e estruturação física – objeto de transformação da vida urbana, adquirindo assim uma função sócio-política e cultural.

→ Ele pode abranger 03 (três) áreas da cidade em geral:

- Aquelas destinadas às *peças* (locais calçados ou não que devem ser analisados quanto à sua funcionalidade);
- Aquelas destinadas aos *veículos* (garagens e estacionamentos de automóveis ou outros tipos de veículos, que devem ser dimensionados adequadamente);
- Aquelas destinadas à *vegetação* (praças, parques e demais espaços verdes urbanos, o que engloba toda a área de paisagismo).

O objetivo de todo **desenhista ambiental urbano** é harmonizar intimamente os aspectos funcionais e utilitários com as questões formais e estéticas, além de relacioná-las aos interesses econômicos e comerciais. A partir de um processo de análise, deve saber onde colocar a ênfase, preferencialmente sobre a parte ativa e positiva destes fatores de projeto. Entre suas principais preocupações estariam as de:

- a) Criar espaços suficientemente dimensionados, que permitam a circulação e ao mesmo tempo propiciem áreas de estar e lazer, quando conveniente e possível;
- b) Projetar e distribuir equipamentos, que, além de serem funcionais e de estética agradável, devem promover durabilidade e segurança em seu uso;
- c) Prever um sistema de informação e sinalização, que auxilie às pessoas dirigirem-se ao seu destino, assim como tomar conhecimento dos serviços e elementos constituintes do espaço público;
- d) Adequar todas as soluções projetuais aos diferentes usuários, procurando atender a maior parte das expectativas e aspirações da população-alvo.

As bases do estudos de **DESENHO URBANO** encontram-se em meados da década de 1950, quando apareceram críticas neo-humanistas sobre o urbanismo moderno, principalmente quanto à questão do *zoning*, e o interesse pela análise da **PAISAGEM URBANA** (*urban landscape*).

→ Críticos como **Gordon Cullen (1914-94)**, **Jane B. Jacobs (1916-2006)** e **Kevin R. Lynch (1918-94)** passaram a defender a questão da necessidade de espaços de convivência e de significado simbólico dentro da cidade contemporânea.

Entre os anos 50 e 70, a reflexão urbana voltou-se principalmente para as relações estabelecidas entre os usuários e o espaço urbano de consumo, procurando-se avaliar as ligações entre causa e efeito e enfatizando-se aspectos relacionados à Psicologia, Antropologia e Ecologia. Para KOHLSDORF (1985), destacaram-se 02 correntes de pensamento nesse período:

- a) **COMPORIMENTALISMO:** Também denominado de *determinismo*, propunha-se a estudar os supostos efeitos da cidade enquanto espaço construído sobre o comportamento humano. Seus defensores, surgidos em meados da década de 1950, passaram também a ser conhecidos como *urbanistas da higiene mental*, cujas principais preocupações entravam-se na garantia da segurança emocional dos usuários e nas influências da primeira infância e da Psicologia Social apontados nos trabalhos pioneiros de **Anna Freud (1895-1982)** e **John Bowlby (1907-90)**.

São desse período, os estudos, todos com bases empíricas, de: **Festinger & Caplow (1950)**, **Barker & Wright (1951)**, **Gullahorn (1952)**, **Blumenfeld (1953)**, **Wenner (1954)**, **Byrne (1956)**, **Black (1956)** e **Sommer & Ross (1958)**.

Nos anos 60, o *environmentalismo* (*environment* = meio ambiente) veio substituir as determinações comportamentais pelas influências do meio ambiente sobre seus usuários e, em um enfoque conhecido como *possibilista* ou *pragmático*, considerava o meio como um conjunto de possibilidades e limitações ao homem, o qual teria a capacidade de transformar a natureza. Nesta corrente, não se trabalhava com as estruturas sociais ou culturais, pois não se definiam os usuários nas situações estudadas através de suas características reais, ou seja, de classes sociais.

Fazia-se mais um levantamento de algumas influências do meio sobre o comportamento de seus usuários, estes vistos em categorias ideais (“homens-tipo”). Pioneiros nesta linha foram os trabalhos de **Dykman & Rossow** (1961), seguidos pela crítica de cientistas sociais como Werber, Broady e Ganz, além das contribuições de **Jacobs** (1961) e de **Alexander** (1969), para o qual “todo efeito do meio ambiente sobre o comportamento humano é complexo e envolve influências sociais e psicológicas tanto quanto as do meio ambiente físico” (ALEXANDER apud KOHLSDORF, 1985:46).

- b) **PSIQUISMO**: abordava os aspectos psicológicos das relações entre os indivíduos e o ambiente urbano, colocando seus objetivos na área psicológica e diluindo consideravelmente as influências deterministas. Situados no final dos anos 60, seus defensores consideravam o meio ambiente como algo psíquico ou percebido, a partir da decodificação pelos indivíduos e do estabelecimento de sinais comunicativos.

Foi dentro deste contexto que surgiu o chamado *ecologismo*, o qual considerava o edifício ou mesmo a cidade como meio que interage com outros fatores e que influencia outras inter-relações. As preocupações estavam nas idéias de privacidade, orientabilidade e noção de território; além dos efeitos de aglomeração e do sentido de “qualidade ambiental” (soma entre os aspectos sensoriais do meio e qualidades estéticas). Tratava-se de um enfoque que dava mais ênfase aos aspectos visuais do que aos requisitos funcionais do meio urbano, fundamentando-se em discussões sobre imagens mentais e visões seriais.

Destacaram-se os trabalhos de **Rosegren & Devault** (1963), **Wecker** (1964), **Berger** (1966), **Ittelson & Proshansky** (1966), **Altman & Hawthorne** (1967), **Pastalan** (1968), **Ross** (1969), **Kuper** (1969) e **Rapoport** (1969).



Fruto dos estudos do psiquismo, nasceu em meados da década de 1960 uma tendência em enfatizar os **aspectos visuais** do meio ambiente urbano, reagindo às idéias dominantes no urbanismo moderno que limitavam as estruturas espaciais urbanas a requisitos funcionais, construtivos e econômicos (KOHLSDORF, 1985).

Os trabalhos desse enfoque procuraram investigar sobre as qualidades espaciais, partindo do ponto de vista dos usuários de situações urbanas reais. Procurando recolocar a questão estética como atitude necessariamente existente, em toda relação do homem com a natureza, seja esta a primitiva ou a socialmente transformada, e mantendo a preocupação com dimensões psicológicas, essa tendência sofreu uma bifurcação de caminhos em termos metodológicos:

- I. Por meio das **Escolas de Bom Desenho**, também chamadas de *pragmáticas*, que surgiram e se concentraram na Inglaterra, retomando a herança do espaço anglo-saxônico que havia sido historicamente diluído entre as guerras.

Seu maior representante foi **GORDON CULLEN (1914-94)**, especialmente com seu livro *Townscape (Paisagem urbana, 1961)*, que alimentava a polêmica entre a teoria de desenho clássica – que propunha a clareza como qualidade-síntese – e a teoria de desenho pictórica, que propunha a complexidade.

Seu trabalho e de seus discípulos efetuaram uma análise morfológica detalhada de sítios antigos e um estudo crítico das realizações tecnocratas como a versão atual do progressismo. Conseguiram detectar as qualidades espaciais das antigas cidades e codificá-las sob novos tipos de espaços, chegando à formulação de novos princípios de projeto baseados na análise histórica de espaços, embora vistos como normas universalmente aceitas.

- II. Por meio das **Escolas de Análise da Percepção**, que surgiram junto às anteriores, mas inicialmente nos EUA para depois chegarem à Europa. Tomando a *percepção* como elemento mediador fundamental entre os homens e o meio urbano, diferenciaram-se por não considerarem as qualidades e as necessidades absolutamente consensuais, mas sim variáveis entre grupos, culturas e épocas. A partir de métodos experimentais, seus estudos concluíram:

- Que qualquer interpretação ou ação sobre o espaço urbano deve ser precedida da ação cognitiva sobre o mesmo, e, nesta, o ponto de partida é a percepção. Todos os estudos nesse sentido – como os de **Boulding** (1964), **Shafer & Burke** (1965), **Holmberg** (1966), **Jeanpierre** (1968) e **Winkel** (1969), entre outros – demonstraram a extrema complexidade, variabilidade e relatividade da percepção e do processo cognitivo.

- Que a visão é predominante na percepção, ainda que participem deste fenômeno os demais órgãos dos sentidos. Isto foi comprovado pelos trabalhos de **Arnheim** (1965), **Rapoport & Kantor** (1967) e **Southwood** (1969), além de vários outros.

A tendência a enfatizar os aspectos visuais do espaço urbano recebeu muitas contribuições que inclusive se mesclaram com as idéias das escolas anteriores. Conceitos como os de “imagens” ou “mapas mentais” foram amplamente aplicados e compreendidos como possíveis veículos de detecção de supostas necessidades de configuração por parte dos usuários dos espaços urbanos, sendo o estudo mais conhecido aquele empreendido por **KEVIN LYNCH (1918-94)**, através de principalmente *The image of the city (A imagem da cidade, 1960)*.

Lynch trabalhou com a idéia de que o objetivo final de um plano não deveria ser a forma física em si, mas a qualidade da imagem mental que ela suscita nos habitantes. Seus textos giram em torno do conceito de “forma sensível”, ou seja, da coerência perceptiva das paisagens, conforme a qualidade e vitalidade dos espaços, o sentido de lugar e a diversidade de sensações que provoca.

A americana **JANE JACOBS (1916-2006)**, em seu livro *Death and life of great american cities (Morte e vida das grandes cidades americanas, 1961)*, desenvolveu uma série de críticas ao urbanismo moderno, especialmente ao *zoning* que, para ela, dissociava a habitação das demais funções urbanas.

➔ Usando o contexto do programa norte-americano de renovação das áreas centrais baseado em megaprojetos<sup>11</sup>, analisou o crescimento capitalista das cidades ocidentais e concluiu que a “vitalidade” urbana está ligada à sua “diversidade”.

<sup>11</sup> Nos EUA, o processo de renovação urbana teve início por volta dos anos 40, seguindo a tradição do planejamento “de cima para baixo”, baseado em critérios de desempenho técnico, bem representados nos esquemas de remodelação de áreas e implantação de vias-expressas. **Robert Moses (1888-1981)** foi seu maior expoente, considerado por muito, após cerca de 50 anos de atividades, “o maior construtor da América”. Em Nova York, além de vários conjuntos habitacionais, construiu inúmeros viadutos, elevados, túneis e pontes, sem contar as enormes *parkways*. Até a crítica empreendida por Jacobs, tais programas de remodelação urbana foram amplamente aplicados, o que promoveu um profundo processo de elitização, através da expulsão de minorias, idosos, locatários e a classe trabalhadora.

**Jane Jacobs** identificou no cotidiano das metrópoles as razões de sua violência, sujeira e abandono – frutos do esquematismo dos modos de vida moderna que os planejadores previam em seus modelos ideais –; e observou uma vida rica e densa de significados no caos e microcosmos dos bairros populares, concluindo assim pela vitalidade urbana, baseada na diversidade funcional, acompanhada pela alta concentração; valorização de ruas, esquinas e percursos; e multiplicidade de tipos de edificações, estilos e usos combinados.

Para ela, o grau de *urbanidade* de uma cidade ou bairro dependia intrinsecamente do grau de *vitalidade urbana* ali presente. Acreditada que, a partir das interações produzidas nas ruas, pelo contato com estranhos, produzir-se-ia sistemas emergentes, onde as calçadas funcionavam como “condutoras primárias” do fluxo de informações entre os habitantes.

Jacobs defendia a complexidade urbana, que deveria ser buscada através de planos e projetos que reconhecessem as ações e situações capazes de gerar ou destruir a vitalidade de uma cidade. Relacionando as atividades e seus espaços, procurou mostrar que as atividades regem a vida urbana e que os espaços que as acolhem devem estabelecer com elas inter-relações.

Contra o bucolismo das “cidades-jardins” ou o funcionalismo corbusieriano, Jacobs mostrava-se convencida que a cidade grande expressava caos. Sem indicar nenhum modelo urbano, acreditava que o *planning* deveria partir das ruas em suas interações econômicas locais, encarando o bairro a partir de uma visão *button-up* (“de baixo para cima”). Sua configuração deveria ser pensada em uma ótica que partisse das relações socioeconômicas e culturais do local; e não de um modelo ideal, buscando-se 04 (quatro) condições indispensáveis para a *vitalidade urbana*:

- Cada bairro deveria atender as necessidades socioeconômicas de seus habitantes, garantindo a circulação em variados horários e destinos diversos, utilizando sua infra-estrutura de serviços;
- Quadras e ruas deveriam ser curtas, com o maior número possível de esquinas possibilitando ampla visibilidade e desfavorecendo a ação de meliantes;
- Edifícios novos e antigos, em estados de conservação variáveis, deveriam coexistir em uma mistura compacta, gerando variados rendimentos econômicos e interesses sócio-culturais no local;
- Deveria haver uma densidade alta de pessoas nos mais variados negócios, incluindo os moradores, abandonando-se o *zoning* moderno.

## MORFOLOGIA URBANA

No segundo pós-guerra, a reconstrução das cidades européias promoveu uma série de iniciativas de **renovação urbana** (*urban renewal*), que passaram a dominar as intervenções urbanísticas até os anos 60, a maior parte delas baseada na destruição das estruturas pré-existentes e remoção das comunidades instaladas, geralmente de baixa renda.

→ Muitas dessas ações tiveram conseqüências terríveis para a vida dos centros históricos, que foram abandonados ou transformados em objeto de especulação. Diante desse processo de degradação física e social, surgiram questionamentos e debates sobre a preservação e remodelação urbana, promovidos por fortes reações populares.

Desde então, estudos interdisciplinares passaram a ser feitos, criticando os efeitos do urbanismo moderno. A ruptura da postura funcionalista deu-se por meio de intervenções pontuais com a implantação de projetos urbanos que passaram a exigir 02 (duas) áreas do conhecimento de desenho urbano:

- o **processo de formação da cidade**, que é histórico e sociocultural, relacionado às formas utilizadas no passado e que estão disponíveis como material da arquitetura;
- a **reflexão sobre a forma urbana** enquanto objetivo do urbanismo, que é o corpo ou materialização da cidade, capaz de determinar a vida urbana em comunidade.

Em meados da década de 1960, surgiu uma maior consciência do patrimônio cultural e ambiental, levando à reação contra o racionalismo tecnicista e a uma necessidade de retomada da arquitetura como expressão cultural e formal.

→ Na procura por alternativas metodológicas, nasceram as pesquisas de **MORFOLOGIA URBANA** e de **TIPOLOGIA EDILÍCIA** (relativa à construção, à reciclagem e à revitalização de edificações), principalmente na Itália e na França.

A **MORFOLOGIA URBANA** (do grego: *morphos*, forma; + *logos*, estudo) nasceu no contexto de crítica ao funcionalismo entre os anos 50 e 60, estreitamente ligada às questões preservacionistas européias. Seu principal objeto de estudo é a “forma” da cidade constituída ao longo da história, por marcas, sinais e símbolos deixados por culturas do passado e do presente, proporcionando conhecimento e levando à reflexão de como intervir no futuro (LAMAS, 2000).

→ O objetivo do **estudo morfológico** é analisar a evolução das cidades partindo de seus princípios formadores, considerando suas constantes transformações (mutações) e identificando seus vários elementos constitutivos (edificações, ruas e áreas livres), os quais se transformam ao longo do tempo. Como o “lugar do habitar humano”, a cidade é vista como a acumulação e integração de muitas ações individuais e coletivas, guiadas por tradições culturais e moldadas por forças socioeconômicas no decorrer da história (*morfogênese*).

Trata-se de um **método de análise** que investiga as componentes físico-espaciais (lotes, ruas e tipologias edilícias) e sócio-culturais (usos, ocupações e apropriações) da forma urbana e como elas se relacionam de modo recíproco (espaços públicos e privados, abertos e fechados, construídos ou não, etc.) e em função do tempo, a partir de suas permanências, mutações e transformações, auxiliando intervenções sobre a cidade.

Segundo DEL RIO (1999), são 04 (quatro) os temas de pesquisa contemporânea da morfologia urbana:

- a) **Crescimento**: modos, intensidades e direções; elementos geradores e reguladores, limites e sua superação, modificação de estruturas e pontos de cristalização;
- b) **Traçado e parcelamento**: ordenadores do espaço, estrutura fundiária, relações, distâncias, circulação e acessibilidade;
- c) **Tipologias dos elementos urbanos**: inventário e categorização de tipologias edilícias (residência, comércio), de lotes e sua ocupação, de praças e de esquinas;
- d) **Articulações**: relações entre elementos, hierarquias, domínios do público e privado, densidades, relações entre cheios e vazios.

A análise morfológica resgatou o conceito de **TIPO**, formulado pelo tratadista francês do século XVIII **Antoine Quatremère de Quincy (1755-1849)** e que consiste na estrutura organizativa de determinado *tema arquitetônico* (moradia, teatro, templo, etc.), a qual permanece constante e imutável na história.

→ Diferente de um *modelo* – que seria um padrão a ser repetido de forma idêntica e exata –, o *tipo* permite mutações, ou melhor, a produção imprecisa de objetos distintos que mantêm relações similares. Entender a relação entre um tipo arquitetônico e a forma da cidade tornou-se fundamental para compreender a estruturação de um tecido urbano e subsidiar a metodologia do projeto arquitetônico e urbanístico (MONTANER, 2002).

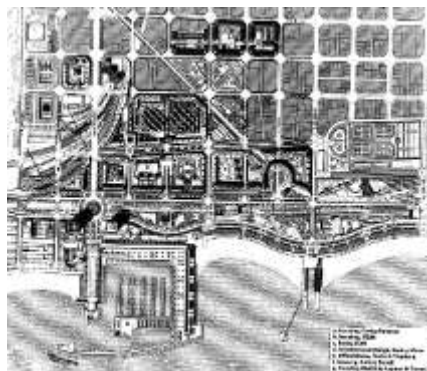
O estudo da sucessão histórica dos diferentes tipos de edificação, no qual se busca analisar como determinadas formas, sistemas e relações espaciais evoluem na morfologia urbana denomina-se **TIPOLOGIA EDILÍCIA**.

O conceito de **MORFOLOGIA** nasceu de uma categoria de análise urbana por parte de geógrafos alemães e ingleses – destacando-se o pioneirismo de **Michael R. G. Conzen (1907-2000)** – no primeiro quartel do século passado, a qual se desenvolveu no âmbito da arquitetura e urbanismo a partir da década de 1960, inicialmente na Itália e na França e, depois, na Espanha. Desde então se incorporou definitivamente nos planos e políticas públicas de recuperação e renovação de núcleos históricos.

→ Conzen foi um geógrafo alemão que migrou para a Inglaterra antes da *Segunda Guerra Mundial* (1939/45) para estudar e aplicar os métodos de planejamento urbano, tornando-se conhecido a partir de seu detalhado estudo da cidade-mercado de **Alnwick**, Northumberland, no nordeste da Grã-Bretanha. Realizada em 1960, sua análise resistiu à linha quantitativa que predominava na geografia, baseando-se em uma pesquisa intuitiva e empírica, por muitos considerada ausente de rigor e força na elaboração de prognósticos.

Os **estudos urbanos tipo-morfológicos** partem do princípio de que a forma do espaço é uma realidade para a qual contribui um conjunto de fatores socioeconômicos, políticos e culturais, além de ser o resultado de uma produção voluntária compreendida como um processo que organiza os objetivos do planejamento, utilizando conhecimentos próprios e dando-lhes enfim a sua *forma*.

→ Seus maiores expoentes foram os arquitetos italianos da *Nuova Tendenza*, entre os quais **Saverio Muratori (1910-73)**, seguidos do francês **Philippe Panerai (1940-)** e do catalão **Manuel de Solà-Morales i Rubió (1939-)**, entre outros, que constituíram instrumentais no desenvolvimento de conceitos e metodologias para analisar a forma urbana como lógica evolutiva das forças sociais e propor ações de intervenção sobre a mesma.



Considera-se a *Operazione Bologna*, que promoveu a recuperação do centro histórico dessa cidade italiana, em fins dos anos 60, o marco histórico das iniciativas de **REVITALIZAÇÃO URBANA** e de criação de uma legislação para evitar as transformações de caráter espontâneo, o que se tornou comum a outros planos urbanísticos desenvolvidos nas décadas seguintes.

Os maiores exemplos que sucederam Bolonha foram os trabalhos realizados, a partir da década de 1970, em várias cidades italianas (Roma, Veneza, Firenze, Genova, etc.) e nos centros históricos de Paris (França), Londres e Glasgow (Grã-Bretanha), Berlim e Hamburgo (Alemanha), Barcelona e Bilbao (Espanha), Lisboa e Porto (Portugal) e o *Darling Harbor* de Sidney (Austrália). Na América, foram fundamentais as experiências de renovação de Boston, Baltimore, Miami e São Francisco, que serviram de referência para projetos similares tantos nos EUA como na Europa. Destacaram-se também as remodelações de Vancouver e Toronto (Canadá) e de *Puerto Madero*, em Buenos Aires. Houve também reflexos no Brasil, através de ações em São Luís, Recife, Salvador, Curitiba e Rio de Janeiro.



## OPERAZIONE BOLOGNA

Plano implementado pelo governo municipal, segundo as diretrizes do *Partido Comunista Italiano* e dirigido por **Pier Luigi Cervellati**, consistiu em um conjunto de ações para a conservação do centro histórico da cidade de Bolonha, no norte da Itália, fundamentadas em um estudo meticuloso sobre a evolução das formas e tipologias existentes no tecido urbano.

→ A *Operazione Bologna* recolocou o centro histórico como definidor da política urbana da cidade como um todo, retomando o significado da área central como elemento irradiador de toda a ordenação urbana.

Visando preservar o patrimônio construído, melhorar as condições de vida da população trabalhadora e refrear a especulação imobiliária, priorizou-se a produção de grande número de unidades habitacionais diferentes dos padrões sociais. Suas principais medidas incluíram:

- a) a categorização de todas as construções do setor, onde foram identificados os *contenitori* (grandes complexos edificadas, tais como palácios e monastérios), além de conjuntos de pequeno porte, com pátios internos e testadas de 10-15 m, que foram preservados e restaurados;
- b) a demolição de construções sem interesse histórico que foram substituídas por serviços sociais, promovendo a criação de "corredores" para a instalação de novas redes de infra-estrutura;
- c) a revisão das leis de zoneamento e uso do solo urbano, assim como a criação de novos espaços públicos para descongestionar o núcleo histórico;
- d) a remodelação das casas dos artesãos (casas geminadas e estreitas, de testadas de 4-8 m, de 30-40 a 80-100 m<sup>2</sup>), que tiveram suas fachadas, pátios internos e elementos estruturais (escadas e corredores) preservados; e seu interior reestruturado para comércio e serviços, voltados a diferentes públicos (idosos, solteiros, jovens casais, famílias e turistas).

Destacaram-se a efetiva participação popular, a definição clara entre espaços coletivos e privados e o controle da densidade de ocupação do solo, o que garantiu a eficácia do plano em seus primeiros anos. Contudo, o crescimento do terciário sofisticado da cidade, nos anos 80 e 90, e a forte expansão da universidade, provocaram uma mudança de uso dos imóveis e uma sofisticação da área (residências estudantis, restaurantes, bares, lojas, livrarias e galerias).

## ESCOLA ITALIANA

O ambiente italiano do segundo pós-guerra foi bastante propício ao debate crítico sobre a arquitetura e urbanismo modernos. Depois do período da ditadura fascista, a reconstrução política, econômica e social, do país possibilitou uma discussão nacional sobre a *cidade* como lugar do coletivo, expressão da sociedade livre e patrimônio da cultura, o que se intensificou com o **NEOREALISMO**.

→ De bases romanas, a corrente neorealista relativamente efêmera influenciou a arte e a arquitetura, destacando valores populares que, no norte da Itália (*Milano, Genova e Torino*), revestiu-se de um caráter mais elitista e dedicado à recuperação dos materiais e configurações neoracionalistas. Em 1944, criou-se em Milão o *Movimento Studi per l'Architettura* – MSA, que se converteu, junto à revista *Casabella*, em um importante catalisador do debate cultural italiano.

Ao final da guerra, surgiu em Roma uma tendência neo-organicista que se propunha pós-racionalista, global e renovadora, liderada por **Bruno Zevi (1918-2000)** arquiteto italiano formado em Harvard, autor de *Saber ver a arquitetura* (1948) e *História da arquitetura moderna* (1950). Em 1945, fundou-se a *Associação para a Arquitetura Orgânica* – APAO, que, inspirada pelos trabalhos de **Frank Lloyd Wright (1896-1959)**, passou a defender o uso de superfícies inclinadas, ângulos agudos e concreto aparente, em composições múltiplas e agregadas, inclusive em nível urbano.

Além de Zevi, os maiores expoentes desse neo-organicismo italiano foram os arquitetos: **Giuseppe Samoná (1898-1983)**, **Carlo Scarpa (1906-78)**, **Giovanni Astengo (1915-)**, **Vittoriano Viganò (1919-96)** e **Giancarlo De Carlo (1919-2005)**, entre outros. Os neoracionalistas do norte italiano opuseram-se à "americanização" da tendência orgânica, o que acabou fazendo com que tal corrente, de caráter brutalista, tivesse pouca atuação, dado seu caráter polêmico.

Em meados dos anos 50, surgiu um grupo de arquitetos que resultou no movimento *Nuova Tendenza*, cujo esforço foi para construir uma teoria da arquitetura que respondesse às exigências internas da disciplina e que, ao mesmo tempo, se alinhasse com os objetivos sociais, culturais e políticos que a oposição esquerdista propôs como resposta ao crescimento do capitalismo do pós-guerra. Esta geração empenhou-se em associar teoria e prática, incorporando a história no projeto.

Os arquitetos italianos da *Nuova Tendenza* consideravam a **HISTÓRIA** como meio de reforçar o senso de continuidade da prática arquitetônica, o qual tinha sido perdido com o modernismo, que negava ter referências culturais baseadas em raízes históricas, acabando por levar ao progressivo empobrecimento da prática arquitetônica. Essa geração pós-moderna entendia a arquitetura como processo de conhecimento, recusando-se a separar teoria e realidade, classificando a crítica e história como instrumentos de projeto (MONTANER, 2002).



#### Ernesto Nathan Rogers (1909-69)

Arquiteto e editor da revista *Casabella-Continuitá*, entre 1953 e 1964, seus artigos tornaram-se referências para a cultura arquitetônica italiana dada a enorme coerência e lucidez de suas propostas, acabando por influenciar a geração de arquitetos que introduziu a revisão dos princípios modernistas, defendendo que suas utopias e propostas universais deviam se atualizar com o modo de pensar e viver do seu tempo. Dos mestres, mais do que suas propostas formais, devia-se aprender seus ensinamentos morais e metodológicos, reintegrando-se projeto e cidade.

Em sintonia com as idéias de **Antonio Gramsci (1891-1937)**, Rogers acreditava que o papel do intelectual estava no estabelecimento de uma ponte entre a tradição – como acúmulo do esforço humano – e a modernidade – como ânsia e necessidade de transformação e melhora coletiva. Um de seus conceitos fundamentais foi a idéia de *pré-existências ambientais*, estas compreendidas como “presenças respeitadas” da cidade tradicional, tanto as naturais como aquelas criadas historicamente pelo homem.

Rogers participou, entre 1939 e 1969 – junto a **Gian Luigi Banfi (1910-45)**, **Lodovico Barbiano di Belgiojoso (1909-2004)** e **Enrico Peressutti (1908-76)** – do **STUDIO BBPR**, grupo que se empenhou em atualizar o repertório modernista, contextualizando-o com a realidade italiana, através da superação do “esquematismo” abstrato da sua linguagem. O grupo realizou um grande número de edifícios residenciais, que, embora tenham sido realizados dentro do método racionalista, adotaram referências historicistas, como a famosa *Torre Velasca* (1951/57, Milão).

#### Saverio Muratori (1910-73)

Arquiteto italiano que foi o primeiro, nos anos 50, a adotar o método tipo-morfológico para a análise da arquitetura e do projeto urbano. Diante da grande variedade de formas existentes, procurou definir critérios para a identificação e sua classificação em algumas categorias analíticas, criando uma nova estrutura teórica para a compreensão sistemática das leis históricas que deveriam ser aplicadas na arquitetura.

Entre 1944 e 1946, escreveu alguns ensaios onde surgiram os conceitos de cidades como organismos vivos e como trabalhos coletivos de arte, além da idéia de planejar novos edifícios como continuidade da cultura construtiva do lugar. Em 1952, tornou-se catedrático em Veneza, onde iniciou uma série de pesquisas, publicadas em *Studi per una storia operante urbana di Venezia* (1959), nas quais reexaminou o centro da cidade, empregando os conceitos fundamentais de *tipo*, *tecido*, *organismo* e *história operante*. Procurando integrar as disciplinas técnicas às históricas e teóricas, empreendeu um profundo estudo do tecido urbano veneziano, baseado no método tipológico, do qual concluiu que:

- a validade de um tipo somente ocorre quando é analisado dentro da sua aplicação concreta, ou seja, inserido no tecido construído;
- o tecido urbano por sua vez não se caracteriza fora de seu quadro concreto, isto é, fora do estudo do conjunto da estrutura urbana;
- a estrutura urbana somente se concebe no contexto histórico, pois sua realidade se funda no tempo por uma sucessão de reações e crescimentos a partir de um estado anterior.

As idéias de Muratori repercutiram em Roma, inclusive criando reações entre os neo-organicistas liderados por Zevi, que as tacharam de “tradicionalistas”. Mesmo assim, seu método de trabalho, objetivo e verificável, baseado na pesquisa histórica, influenciou muitos trabalhos de renovação urbana, como aqueles empreendidos por **Gianfranco Caniggia (1933-87)** na análise da cidade de Como, em 1963; ou mesmo na profícua experiência de Bolonha.

A “herança muratoriana” do uso de procedimentos tipológicos acabou influenciando muitos projetos urbanos em cidades italianas e do norte da África, conduzida por colegas e ex-alunos, entre os quais **Giancarlo Cataldi** e **Gian Luigi Maffei**. Uma terceira geração de arquitetos italianos acabou incorporando o estudo tipo-morfológico em seus trabalhos, incluindo nomes como os de **Carlo Aymonino (1926-)**, **Gae Aulenti (1927-)**, **Vittorio Gregotti (1927-)**, **Aldo Rossi (1931-97)**, **Enzo Bonfatti (1932-)**, **Giorgio Grassi (1935-)**, **Manfredo Tafuri (1935-94)**, **Franco Purini (1941-)** e **Massimo Scolari (1943-)**. Foi a partir de seu trabalho de classificação tipológica resumido no *Tabeloni* que enfim nasceu a metodologia tipo-morfológica até hoje empregada em planos para a recomposição de tecidos urbanos deteriorados.

### Giulio Carlo Argan (1909-92)

Arquiteto e teórico italiano, cujas concepções sobre cultura e arte, e sua relação com a sociedade e a produção industrial, tornaram-se básicas para sustentar muitas idéias pós-modernas. A partir de seu livro *Progetto e destino* (1965), difundiu a expressão “tipologia arquitetônica” (*tipologia architettonica*), integrando-a, por meio da clareza de critérios metodológicos, a uma visão global da arte e arquitetura.

Assim, propôs um método que consistiria em apresentar a história como síntese da interpretação formalista – que avalia a capacidade criativa do artista junto às características formais de cada obra – e da corrente de raiz marxista que se baseia na análise da evolução da arte em suas relações com a sociedade, o poder, o trabalho e a luta de classes. Sua insistência na perda da qualidade conceitual da cultura contemporânea em função do pragmatismo; sua defesa do trabalho artesanal frente à perda da dimensão artística que comporta a indústria; ou sua crítica às leis da sociedade de consumo, são idéias sintonizadas com a nostalgia e o idealismo historicista de parte dos arquitetos italianos, ainda que também expressem uma crítica séria às leis da sociedade capitalista (*Storia dell'arte come storia della città*, 1983) (ARGAN, 2005).

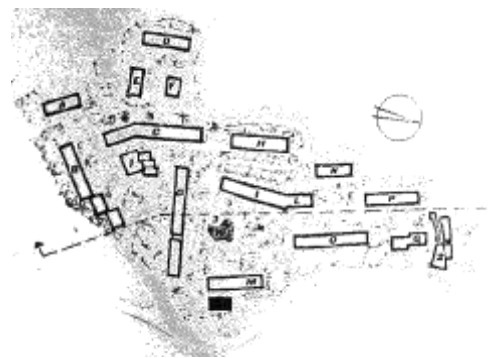
### Carlo Aymonino (1926-)

Arquiteto italiano cuja importância está no estudo que fez das relações existentes entre as características morfológicas da cidade e as identidades tipológicas de alguns fatos edilícios (prédios, praças, bairros, etc.), verificando se estes poderiam ser avaliados enquanto constantes no tempo e nas diversas condições históricas. Dando à tipologia um caráter mais instrumental, voltado a um método de análise do que à mera categorização, procurou estabelecer uma relação entre morfologia e significado.

Em seu livro *Il significato delle città* (1975), diz que o significado da cidade, em seu âmbito físico, deriva da relação entre a análise morfológica do conjunto e a classificação tipológica dos seus componentes. Para ele, somente a partir de uma série de análises específicas, capazes de definir as transformações urbanas através dos tempos como testemunhas físicas de condicionamentos socioeconômicos, é que se pode conseguir compreender o verdadeiro significado das cidades e promover uma atuação conscienciosa. Concentrando seu estudo nas praças – os elementos formadores e espaços coletivos por excelência, que são a máxima expressão da dimensão cívica e pública das cidades – concluiu que a cidade possui significado se puder ser encontrada uma relação precisa e homogênea entre sua forma urbana e a escala dos seus edifícios-símbolo (monumentos integrados na paisagem que são componentes validados pela experiência da cidade).

### Vittorio Gregotti (1927-)

Arquiteto italiano que abandonou a temática do neorealismo (*Neo-Liberty*) no final dos anos 50 pela vontade de se opor à desagregação pluralista do modernismo, defendendo a reintegração do originário programa racionalista acrescentado pela preocupação contextual. Em seu livro *Territorio della architettura* (1966) esforça-se em entender a arquitetura como fato cultural que se fundamenta na sua capacidade em intervir no território para propor uma prática de absorção de elementos regionalistas. Projetando grandes conjuntos industriais e centros universitários, apresentou propostas mais concretas e intensas que muitos de seus colegas da *Nuova Tendenza*.



### Paolo Portoghesi (1931-)

Arquiteto e crítico italiano, o qual defende o uso de tecnologias locais na finalidade de se obter novas formas, recorrendo assim à história. Em suas obras, busca significados extravagantes, trabalhando com ornamentos não-convencionais, tais como símbolos esotéricos e componentes *kitsch*. Em seu livro *Dopo l'architettura moderna* (1980-), constata que arquitetura moderna como estilo de uma civilização tecnológica morreu. Destacaram-se suas casas *Baldi* (1960, Roma), *Bevilacqua* (Gaeta, 1964), *Andreis* (Rieti-Scandriglia, 1965) e *Papanice* (1970, Roma).

### Aldo Rossi (1931-97)

Arquiteto italiano que estudou a arquitetura da cidade e sua continuidade histórica, tornando-se figura exponencial na discussão pós-moderna quanto à reapropriação da história graças à publicação de *L'Architettura della città* (1968), livro no qual traça uma série de critérios metodológicos para a análise e intervenção urbana.

Com base nas idéias de seus colegas e também nos artigos que publicou na revista *Casabella*, foi influenciado pelo pensamento filosófico da Escola de Frankfurt, em especial por *Minima moradia*, de **Theodor W. Adorno (1903-69)**, que criticava o funcionalismo ingênuo, afirmando que não existiria uma relação unívoca e linear entre formas e funções. Além disso, integra também contribuições de Kevin Lynch, utilizando para a interpretação da cidade os critérios psicológicos e geométricos, fortemente influenciados pelas teorias perceptivas da *Gestalt*.

O livro de Rossi está dividido em 04 (quatro) partes: na primeira, define os termos a serem utilizados com base na discussão da tipologia. Na segunda, olha a estrutura da cidade como um todo e em relação a seus diferentes elementos e, na terceira, examina a arquitetura da cidade e seu *locus* (sítio urbano). Na última parte, verifica os problemas da dinâmica urbana que o levam a discutir as políticas de escolha do sítio.

Estudando a cidade a partir de seus elementos constituintes (*atos urbanos*), reforça seu caráter histórico e coletivo, assim como suas relações com a tradição e o modo como se agrupam para formar vizinhanças. Cria assim um método projetual baseado na capacidade da arquitetura assumir valores, significados e usos diversos, tornando-se elementos (*arquétipos*) que são ao mesmo tempo gerados e geradores da forma urbana. As principais idéias destacadas são:

- a) A cidade é uma grande manufatura, que se desenvolve com o tempo a partir da inter-relação entre os *atos urbanos* (ruas, praças, edifícios, bairros, etc.), caracterizados por uma arquitetura ou forma própria. A individualidade de cada fato urbano reside na sua forma, complexa e organizada no espaço e no tempo, a qual nasce da vida inconsciente, primeiramente no nível da comunidade, ou seja, coletivamente; e depois do indivíduo, particularmente;
- b) A cidade é o *locus* da “memória coletiva” ligada a acontecimentos e lugares e responsável pela transformação do espaço por obra da coletividade. As cidades modificam-se no decorrer dos tempos, com velocidade variável e conforme muitas forças que nela intervêm, seja de natureza econômica, política ou outra: “a forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade”;
- c) A cidade cresce mediante a contínua tensão dos *elementos primários*; ou seja, obras que se constituem em um acontecimento originário na conformação urbana e que permanecem e se caracterizam no tempo, inclusive transformando sua função. São atividades fixas (edifícios comerciais e públicos) que têm caráter coletivo e de natureza essencialmente urbana, capazes de acelerar o processo de urbanização e caracterizando inclusive a transformação espacial do território (Rossi, 2001);
- d) Os *monumentos* são elementos primários pertencentes à esfera pública que crescem sempre pontualmente e que constituem operações únicas promovidas por destacados esforços coletivos. Somente compreendendo-os como fato urbano singular e permanente, pode-se estabelecer um sentido na arquitetura da cidade. A forma arquitetônica da cidade deve ser exemplar em cada monumento, embora cada um dos quais seja uma individualidade em si: “a arquitetura pressupõe a cidade”.

## ESCOLA FRANCESA

A baixa qualidade da construção habitacional do segundo pós-guerra francês, baseada na produção em massa de moradias sociais projetadas segundo os padrões mínimos em conjuntos urbanísticos racionalistas, levou a uma reflexão teórica, antes inexistente, no final da década de 1960.

→ Os estudos pioneiros foram realizados pelos arquitetos **Philippe Panerai (1940-)** e **Jean Castex (1942-)**, os quais fundaram, juntamente ao sociólogo **Jean-Charles Depaule (1945-)**, uma escola de arquitetura em Versalhes (*Versailles*), dissidente da *École des Beaux-Arts* parisiense em que ainda predominavam os princípios funcionalistas.

Enquanto se dedicavam à pesquisa sobre a evolução histórica dos arredores de Paris, Panerai e Castex tiveram contato com os trabalhos de Muratori; e passaram a analisar a tipologia e escala das cidades antigas e pré-industriais, criticando os alojamentos coletivos monumentais e defendendo a residência unifamiliar. Em *Formes urbaines: de l'îlot a la barre* (1975), denunciam o declínio da quadra (*îlot*) por meio da revisão de um século de intervenção urbanística, resgatando a noção de bairro e a relação dos edifícios com o solo e do espaço público com o privado.

A escola tipo-morfológica na França foi marcada também por uma série de estudos teóricos empreendidos por **Bernard Huet (1939-2001)**, que escreveu vários artigos quando editor da revista *Architecture D'Aujourd'hui*, nos anos 70; além de outros livros, como *Morfologia urbana e tipologia arquitetônica* (1977), de **Ahmet Gulgonen e François Laisney**; e *Elementos de análise urbana* (1980), de Panerai e Depaule, em conjunto com **Marcelle Demorgon**. Todos defendiam o estudo da forma urbana a partir da identificação de sua organização e seus elementos de composição, demonstrando sua lógica e descrevendo sua estrutura formal.

A importância da pesquisa francesa está especialmente no tratamento que foi dado à morfogênese urbana, onde se fez uma minuciosa análise do cadastro fundiário e das suas implantações arquitetônicas ditas ordinárias. Não se limitando aos monumentos ou obras singulares, observou-se tipologias simples que se concretizaram a partir dos parcelamentos do solo e se constituíram em elementos de composição do agregado. De modo diferente de Rossi, para os franceses, não será o monumento que definirá o local, mas sim o parcelamento do solo, o sistema vário e as constantes tipológicas.

## CONSERVAÇÃO INTEGRADA

Nascida a partir da experiência de Bolonha, a chamada **CONSERVAÇÃO INTEGRADA – CI**, corresponde a uma metodologia de intervenção e renovação urbana baseada em uma visão interdisciplinar e multisensorial da cidade, cujos princípios passaram a ser amplamente aplicados nos anos 70 e 80, inicialmente em cidades do norte da Itália (*Siena, Piacenza, Ferrara e Brescia*), depois na França e Espanha; e finalmente no resto do mundo.

→ Descrita e caracterizada pela **Declaração de Amsterdã (1975)**, a CI serviu como argumento teórico e prático para as administrações municipais de esquerda, visando a criação de uma imagem política de eficiência administrativa, justiça social e participação popular nas decisões do planejamento urbano-regional.

As primeiras aplicações da **CONSERVAÇÃO URBANA** deram-se em áreas residenciais antigas dos centros históricos e sua respectiva periferia, preocupando-se em manter a população de baixa renda original desses locais. Até meados da década de 1980, foi progressivamente expandida para outras partes da cidade, em especial conjuntos habitacionais modernos, construídos nos anos 50 e 60 nas periferias das cidades européias, passando a enfatizar os espaços públicos, as áreas verdes e a conversão de grandes edificações (conventos, quartéis, etc.) em equipamentos sociais de uso coletivo; e buscando uma integração das áreas periféricas aos centros urbanos e aos locais de concentração de equipamentos coletivos, por meio de políticas especiais de transporte coletivo.

Nas décadas de 1980 e 1990, a CI perdeu seu cunho social e passou a ser encarada como uma forma de revitalização de áreas centrais deprimidas ou obsoletas, associando-se à recuperação econômica e do valor imobiliário dos estoques de construções, especialmente daqueles protegidos por instrumentos legais de tombamento localizados em áreas centrais; e a sua conversão a usos do terciário moderno. Tornou-se assim um dos esteios das políticas neoliberais em nível municipal, transformando a **revitalização urbana** em uma estratégia de agregação de valor à economia urbana das localidades e em um instrumento poderoso de atração de investimentos privados supra-regionais ou internacionais.

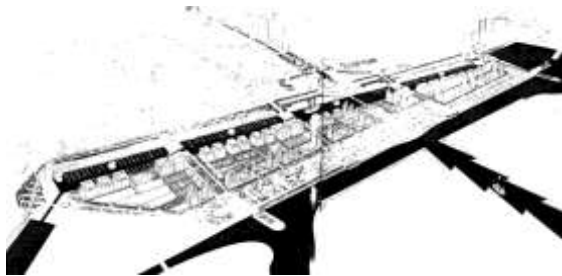
Podem ser apontadas como as causas para a difusão de planos e projetos de **REABILITAÇÃO URBANA** nos anos 70:

- a) Esgotamento do modelo econômico fordista voltado a um intenso crescimento baseado na massificação da produção e consumo (ideal positivista e de lógica racional-tecnista), devido à crise do petróleo e os problemas ambientais dos anos 60 e 70;
- b) Efeitos negativos de políticas urbanas modernas equivocadas que resultaram em projetos traumáticos (*arrasa-quarteirão*), baseados em uma arquitetura distanciada de lastros históricos e dos valores da população ou ainda exageradamente conservacionistas;
- c) Renovação indiscriminada da cidade existente (*urban renewal*), que substituiu a riqueza físico-espacial e a pluralidade sociocultural das áreas centrais tradicionais, já desvalorizadas e esvaziadas de suas funções originais, com ambientes frios, monofuncionais e simplistas;
- d) Falência do Estado e emergência do mercado globalizado, fazendo com que o novo capitalismo neoliberal percebesse, por um lado, os potenciais do patrimônio instalado, a acessibilidade e o simbolismo das áreas centrais e, pelo outro, os vazios, as discontinuidades e os limites internos ao crescimento e à expansão da economia;
- e) Expansão da conscientização popular e da consolidação dos movimentos comunitários e ambientalistas, que, inseridos no paradigma do *desenvolvimento sustentável*, voltaram-se para a reutilização das áreas centrais, a recuperação de suas arquiteturas e a valorização cultural de suas ambiências;
- f) Gestão da cidade segundo uma lógica neoliberal, cuja prática urbanística passa a ser fragmentada e dispersa, conforme as oportunidades, as vantagens competitivas e as respostas de um mercado consumidor cada vez mais globalizado, embora de expressões localizadas como, por exemplo, na instituição de espacialidades propícias para novos pólos financeiros e imobiliários transnacionais; ou de intenso turismo cultural-recreativo.

Os exemplos contemporâneos de CI expressam um planejamento e desenho urbano baseados na cultura do agente público como empreendedor, mas que mantém uma associação livre junto à iniciativa privada nos processos de revitalização e reabilitação urbana. O interesse renovado pela CI associou-se à questão do **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** já que, em termos de estruturas urbanas, isso significa que estas devem ser utilizadas na atualidade e transformadas, no que for necessário, para a satisfação das necessidades atuais, sem que as gerações futuras possam receber um patrimônio que comprometa a sua liberdade de utilização, memória e identidade.

Quinze anos após a realização bem-sucedida da *Operazione Bologna*, em meados dos anos 80, houve uma alteração do perfil do centro histórico de Bolonha, quando a área recuperada de residência popular acabou sendo ocupada por novos usos (habitação estudantil, livrarias, lojas e bares) que a transformaram em uma das regiões mais sofisticadas da Itália, reforçando um processo de **GENTRIFICAÇÃO URBANA**.

→ Essa perda de homogeneidade de uso no setor de uma cidade, representada pela *gentrificação*, trata-se de um resultado inevitável da própria revitalização de áreas históricas, antes deterioradas ou obsoletas. A menos que haja edifícios vazios, ocorrerão vetores de deslocamento (atração e repulsão), já que assim que uma área é revitalizada ela passará por um processo de aumento dos valores das propriedades imobiliárias e atrairá usuários que desejam pagar rendas mais altas.



**PUERTO MADERO, BUENOS AIRES**

Desde Bolonha e as demais experiências italianas com a *conservação integrada*, a política traçada para os centros históricos não pôde mais ser tratada de maneira autônoma e marginal à política territorial. Vários governos, tanto na Europa como fora dela, passaram a renovar áreas urbanas problemáticas de suas grandes cidades, através de amplos programas de **REABILITAÇÃO URBANA**.

→ Os casos mais emblemáticos desse novo perfil da CI são as obras renovadoras de Paris e o conjunto das *Docklands* de Londres e Liverpool, feitas entre os anos 70 e 80; o *Parc Olímpic* de Barcelona; o *Plano Estratégico* de Lisboa e o *Puerto Madero* de Buenos Aires, nos anos 90; além do *Inner Harbor Redevelopment* de Baltimore, a reestruturação do *waterfront* de Boston e o *South Street Seaport* de Nova York, nos EUA.

Dentre os setores de maior interesse para a revitalização, as áreas portuárias assumiram um papel estratégico, principalmente devido ao seu contínuo processo de esvaziamento, causado pelas dificuldades de acomodar as novas logísticas portuárias às suas limitadas instalações, além da containerização, dos gigantescos navios de carga e da difícil acessibilidade dos meios de transportes de apoio (ferroviário e rodoviário).

→ Sua situação de abandono e deterioração provoca limitantes sociais e econômicos, mas sua transferência pode gerar importantes oportunidades de expansão urbana, para novas funções e inversões imobiliárias, indo ao encontro do novo **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO** dos modelos de oportunidade e das operações de revitalização urbana. Coroados com novas visibilidades, esses investimentos assumem grande poder de atração e lucram com seu poder multiplicador.

Atualmente, os planos e projetos de revitalização urbana caracterizam-se por:

- Buscarem a requalificação de espaços através de intervenções pontuais e inseridas em um planejamento estratégico, integrado e contínuo, que dispensa à existência de um plano no sentido tradicional;
- Basearem-se em uma concentração de investimentos e esforços para a ocupação dos vazios e a reutilização do patrimônio instalado, principalmente áreas portuárias centrais e suas frentes marítimas;
- Favorecerem a intensificação e mistura dos usos, gerando impactos positivos e crescentes em seu entorno, a partir de um processo de realimentação que atrai novos investidores, moradores e consumidores, gerando, por sua vez, novos projetos;
- Nascerem da colaboração entre o poder público (*viabilizadores*), a esfera privada (*investidores*) e a participação da comunidade (*moradores e usuários*), o que garante a identificação de planos e programas que maximizam e compatibilizam esforços e investimentos, norteados pela implementação integrada de ações a curto, médio e longo prazos;
- Promoverem uma redefinição da *imagem* da cidade, qualificando-a ao crescimento do turismo cultural, recreativo e temático, além de aumentarem suas potencialidades paisagísticas, lúdicas, logísticas e imobiliárias (*revalorização mediática do seu capital simbólico*).

## FRANÇA

O processo de renovação de Paris iniciou-se em 1962 e durou cerca de duas décadas, a partir de um amplo programa dirigido pelo ministro da cultura **André-Georges Malraux (1901-76)**, o qual procurou restaurar antigos monumentos, ampliar seus acessos e reciclar suas estruturas, além de promover a revitalização de alguns bairros com base nas idéias difundidas por Panerai e Castex. Somente na década de 1980, no governo de François Mitterrand (1916-96), que algumas obras foram concluídas.

→ Uma das primeiras áreas a ser remodelada foi a do antigo mercado de *Les Halles*, que funcionava no mesmo local desde 1183, no *Beaubourg*, próximo ao *Le Marais*, dando lugar a um complexo de uso misto inaugurado em 1979.

Problemas de tráfego fizeram com que fosse transferido para os subúrbios e, entre 1963 e 1969, organizações municipais, iniciadas pela *Société Civile d'Études pour l'Aménagement du Quartier des Halles* – SEAH, fizeram estudos para a área até a instalação de uma nova estação de baldeação da *Rede Expressa Regional* – RER. Em 1969, os históricos pavilhões de vidro do mercado geral de gêneros alimentícios foram demolidos, gerando muitos protestos. Em seu lugar, nasceu um complexo elitista de lojas e lazer, o *Forum Les Halles*, com sete hectares, criado pelo *Taller de Arquitectura* de **Ricardo Bofill (1939-)** e que demorou cerca de dez anos para estar completamente concluído.

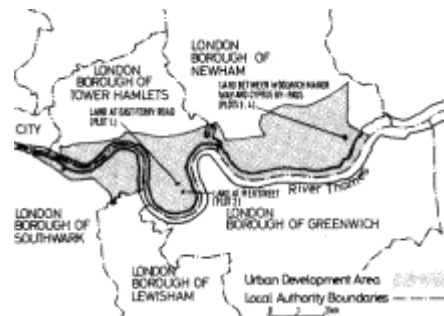
Também compuseram o **PLANO DE RENOVAÇÃO DE PARIS** as obras de:

- Construção da *Tour Montparnasse* (1973) e do *Centre Georges Pompidou* (1972/77), este um polêmico edifício *high-tech*, projetado por **Richard Rogers (1933-)** e **Renzo Piano (1937-)**, em pleno coração do *Le Marais*, que foi totalmente remodelado;
- Ampliação e modernização do *Musée du Louvre*, em 1981, as quais incluíram a transferência do Ministério das Finanças que ocupava a *Ala Richelieu* e a criação de uma nova entrada em forma de pirâmide, projetada pelo arquiteto **I. M. Pei (1917-)**;
- Criação de novos museus, como o *Musée Picasso* e o *Musée d'Orsay*, de **Gae Aulenti (1927-)**, ambos frutos de reciclagens de prédios antigos em 1986; além do *Parc de La Villette* (1984) e do novo bairro de *La Defense* (1989);
- Inauguração em 1989 da *Ópera de Paris Bastille*, criada por **Richard Meier (1934-)**.

## INGLATERRA

Grande parte de Londres foi arrasada por bombas na *Segunda Guerra Mundial* (1939/45), o que levou a várias iniciativas de reconstrução funcionalista, além de grandes eventos para o desenvolvimento da cidade, como os *Jogos Olímpicos* (1948) e o *Festival da Grã-Bretanha* (1951), para o qual foi construído o *Royal Festival Hall*, de **Robert Matthew (1906-75)** e **Leslie Martin (1908-99)**.

→ Em meados dos anos 60, quando Londres liderava o mundo da moda e da música popular, uma série de relatórios – o de *Milner Holland* (1965) sobre a habitação em Londres; o de *Plowden* (1967) sobre escolas primárias; o de *Seebom* (1968) sobre serviços sociais – marcou a redescoberta oficial da pobreza por parte do *establishment* britânico, que promoveu alguns projetos de renovação urbana.



Iniciados em 1969 e interrompidos em 1976, os *Community Development Projects* – CDP (*Projetos de Urbanização Comunitária*) visavam despertar a consciência das comunidades carentes locais, promovendo sua participação no planejamento urbano. As equipes que os implementavam proclamavam que o problema – de *Saltley*, em Birmingham; ou *Benwell*, em Newcastle-upon-Tyne, por exemplo – era “estrutural”: a nova palavra em voga nas universidades e que passava a integrar o vocabulário urbanístico. A orientação e controle do crescimento urbano passaram a ser repentinamente substituídos pela obsessão de encorajá-lo a todo custo (HALL, 2002).

A partir de então, a receita mágica para a revitalização urbana passou a ser um novo tipo de parceria criativa entre o governo municipal e o setor privado. Os chamados **YUPPIES** ou *young urban professional people* (“jovens profissionais urbanos”) elitizariam as degradadas áreas residenciais vitorianas próximas do centro de Londres; e injetariam seu dinheiro em lojas, bares e restaurantes, como ocorreu em *Covent Garden*.

O *Covent Garden* fora, desde o século XVII, o maior mercado atacadista de frutas e verduras de Londres. Em 1962, uma Secretaria Autônoma assumiu a tarefa de preparar sua mudança para outro lugar, o que aconteceu precisamente em 1974. Quando os empreendedores imobiliários descobriram que restaurar custava menos da metade que reurbanizar, mas podia gerar quase os mesmos rendimentos, o comércio foi sendo substituído por *butiques* e lojas de artesanato; e o local transformou-se em um ponto de compras da moda e em uma concorrida zona turística.

Entretanto, o caso mais espetacular foi o das *London Docklands*. O porto, outrora o maior do mundo com seus 13 km ao longo do rio Tamisa, fora arruinado pelas disputas trabalhistas e pela transferência do comércio para outros locais ao sul do Inglaterra, como Southampton e Felixstowe, acabando por se transferir todas as operações remanescentes para Tilbury. No final da década de 1970, instaurou-se um plano de reurbanização, o qual precisava ser oportunista em relação às propostas vindas dos empreendedores.

→ Após projetos pontuais de revitalização, como *Saint Katherine's Dock*, um complexo multifuncional junto à *Tower Bridge*, foi instituída em 1981, pelo governo conservador de Margaret Thatcher (1925-), a *London Docklands Development Corporation*, que tomou o controle da área e buscou condicionar o mercado por meio de pesados investimentos públicos para torná-la um centro mundial de operações financeiras.

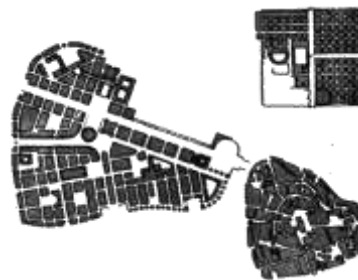
Alavancada pela reestruturação econômica mundial, atraíram-se investimentos privados através de uma *enterprise zone* (área sem controles urbanísticos onde valiam somente incentivos), que renegou o planejamento ou qualquer tipo de princípio regulador, gerando conflitos internos, enorme especulação imobiliária e resultados urbanísticos questionáveis, como a área de *Cannary Wharf* (1985), um conjunto comercial, monumental e de alta densidade, totalmente desvinculado do resto de Londres, projetado pelos escritórios norte-americanos de **Skimore, Owings & Merrill** e **Pei, Cobb & Freed**.

→ A experiência, acusada de mera "yuppieificação" do *East End* londrino, acabou demonstrando ao governo neoliberal os riscos de uma privatização exagerada, além de mostrar que os investidores, os empreendedores imobiliários e o público em geral querem um planejamento estratégico e garantias de regras urbanísticas claras.

## Rob (1938-) & Leon Krier (1945-)

Os irmãos Krier são arquitetos ingleses que sofreram grande influência dos estudos tipomorfológicos dos italianos e franceses na sua formação profissional. Ambos têm em comum a paixão pela cidade entendida como *continuum*, cujos elementos primários são a rua e a praça, em relação aos quais os monumentos exerceriam a função de pontos de referência. Em seus trabalhos, defendem a criação de bairros ou distritos como unidades autônomas, formal e politicamente, assim como *mini-cidades* dentro de uma *cidade-mãe*.

Baseado nas idéias de Sitte, Rob desenvolveu trabalhos de pesquisa sobre as relações entre figura-fundo visando estabelecer uma tipologia de praças nas cidades européias. Em 1987, coordenou o redesenho do bairro do Tiergarten Sul na exposição do *International Bauausstellung* – IBA de Berlim. Com idéias mais arraigadas no passado, Leon empregou tipologias históricas para propor a salvação das cidades européias. Através dos seus contatos pessoais com o Príncipe Charles, conseguiu recriar uma cidade do século XVIII através do projeto de Poundbury. Outras obras: os novos bairros do *Mercado Comum Europeu* (1978, Luxemburgo); moradias da *Royal Ment Square* (1974, Londres) e as vias *Condotta* e *Corso de Rione* (1978, Roma).



## ESPAÑA

A reação espanhola ao modernismo deu-se por meio do regionalismo crítico, este representado pela fundação em 1952 do *Grupo R* em Barcelona, que iniciou um movimento nacionalista catalão, liderado por **Josep M. Sostres (1915-84)** e **Oriol Bohigas (1925-)**, que procurava, ao mesmo tempo, reviver os valores e procedimentos racionalistas da GATEPAC – a ala espanhola pré-guerra dos CIAM –, e evocar uma arquitetura regional acessível à população.

→ Porém, a *ditadura franquista* não perdoou os antagonismos e, nos anos 1960, o prefeito Josep M. de Porcioles favoreceu a especulação, a imigração descontrolada e o abandono da malha na expansão dos subúrbios, sendo que os industriais ao longo da costa eliminaram a relação com o mar.



Já no final do franquismo, em 1968, foi fundado o *Laboratório de Urbanismo – LUB*, da Escola Técnica Superior de Arquitetura da *Universitat Politècnica de Catalunya*, tendo como diretor **Manuel de Solà-Morales i Rubió (1939-)**, que teria um papel fundamental na recuperação urbanística de Barcelona, com a retomada da democracia e a administração socialista após 1975, que permitiram a intervenção dos planejadores para reverter o processo de degradação da cidade e resgatar os valores estéticos e funcionais da malha do *Ensanche*.

→ Surgiu a idéia de um projeto estratégico, em substituição ao tradicional planejamento urbano, que proporia várias intervenções desenvolvidas em curto e médio prazo, apoiadas economicamente pela prefeitura e pela iniciativa privada, compostas por ações de desenho urbano e arquitetônico. Além de Bohigas e Solà-Morales, participaram **Jordi Borja** e **Joan Busquets**, entre muitos outros planejadores.

O conjunto de *Plans i Projectes per a Barcelona*, empreendido entre 1979 e 1992, baseado em um investimento misto de 3,2 bilhões de euros, tinha os objetivos de:

- a) Manter o equilíbrio entre transformação e inovação, conservando ao máximo as infra-estruturas urbanas existentes (*Casc Antic*), valorizando a malha de Cerdà sobre a individualidade dos novos edifícios e reativando o *Port Vell*, transformado em centro cultural e gastronômico;
- b) Recuperar o bairro popular e de indústrias desativadas de *Poble Nou*, conforme uma proposta de **Borja Carreras-Moysi** e **Josep Anton Acebillo**, que o transformava no *Distrito BCN 22@*, um centro de serviços e estruturas produtivas virtuais, contendo mais 40.000 moradias (SUBIRÓS, 1998);
- c) Expandir a cidade ao longo da costa em direção à nova área do *Fòrum*, criado por **Enric Miralles (1955-2000)** e outros arquitetos, onde se localizariam uma central elétrica, uma estação de tratamento de esgotos e um centro de processamento de lixo com preocupações de sustentabilidade;
- d) Implantar o *Parc Olímpic* segundo projeto da **Martorell, Bohigas & Mackay**, tendo em vista a celebração das Olimpíadas em 1992, cujas primeiras instalações foram feitas em *Montjuic* em um conjunto arquitetônico com a participação de vários arquitetos internacionais;
- e) Criar novas centralidades metropolitanas, como a *Placa de las Glorias Catalanas*, a estação intermodal *La Sagrera* e a *Torre Agbar*, de **Jean Nouvel (1945-)**.

O conjunto do plano de Barcelona, que foi internacionalmente reconhecido por várias premiações, tentou aprofundar o caráter sustentável e ecológico dos projetos, através da adoção de tecnologias “limpas” em sua infraestrutura, além da reciclagem de obsoletas instalações industriais e portuárias. Iniciativas de grande porte garantiram a interconexão das periferias às áreas centrais por meio de um novo e avançado sistema de túneis e vias rápidas, assim como a convivência de múltiplas funções urbanas, incluindo comércio, serviços, educação e moradia.

→ Apesar de criticado por autores como **Josep María Montaner (1924-)** e **Manuel Vázquez Montalbán (1939-2003)**, que denunciaram uma impositiva homogeneidade do plano, a falta de participação popular, o caráter cenográfico das intervenções e a excessiva incidência da especulação imobiliária, o sucesso da experiência e sua difusão mundial fizeram continuar os projetos de revitalização urbana de áreas periféricas e portuárias.

#### **Manuel de Solà-Morales i Rubió (1939-)**

Arquiteto espanhol formado em Harvard que se tornou figura proeminente na elaboração teórica do *Plã General Metropolità* e que passou nos anos 70 a descartar, por influência italiana, esquemas urbanos ideais e funcionalistas. A partir de seu texto *Sobre metodologia urbanística* (1969), voltou-se ao estudo da dinâmica das cidades espanholas, invalidando todo o planejamento que propusesse uma forma urbana fixa e estável, incorporando assim a questão do crescimento.

Estudando a forma (estrutura física) do território, relacionou a morfologia do dinamismo urbano com as forças socioeconômicas que interagem sobre a cidade, procurando esclarecer o conteúdo social das diferentes tipologias e formatos urbanos, além do papel profissional do arquiteto. Analisou as relações entre as diferentes formas (morfologia) de expansão da cidade e as forças sociais, econômicas, políticas e culturais, que constituem seu motor e conteúdo, a partir da análise concreta de exemplos históricos recentes.

A metodologia analítica e operativa proposta por Solà-Morales enfatiza a idéia do conhecimento da identidade do território como possibilidade para a sua própria transformação, a partir da decomposição conceitual da forma urbana como síntese U+P+E (urbanização + parcelamento + edificação). A cidade deixa de ter um conceito ideal unitário e passa a ser vista como "uma soma conflitiva de fragmentos reais", ou seja, de uma cidade que se constrói e se consolida através de projetos parciais. Essa decomposição conceitual da forma urbana em três níveis superpostos permitiu uma nova abordagem do fenômeno urbano, permitindo a identificação e tratamento de desequilíbrios regionais e políticas públicas.

## PORTUGAL

Após o regime opressivo do primeiro-ministro António Salazar (1889-1970), que terminou em 1968; e a vitória da *Revolução dos Cravos*, em 1974, a democracia retornou a Portugal finalmente com o governo socialista de Mário Soares (1924-). Iniciou-se assim um processo de modernização do país, que culminou com sua entrada para a Comunidade Europeia em 1986.

→ Em 1988, um grande incêndio no bairro histórico do *Chiado*, em **Lisboa**, conduziu a obras públicas de recuperação e saneamento, que abrangeram também a *Baixa* e a *Avenida da Liberdade*, onde ocorreu a recuperação de edificações para o uso de comércio e serviços, além da criação de grandes obras realizadas por arquitetos do circuito internacional.

A partir de então a municipalidade lisboeta produziu um plano diretor e um plano estratégico: o primeiro regulou a forma geral de ocupação do solo em toda cidade e o segundo identificou os projetos em que se poderiam formalizar pactos com a iniciativa privada e com a comunidade dos bairros. Para cada tipo de projeto, foi construída uma estrutura de gestão e administração, relativamente independente, que acomodou os interesses conflitantes dos atores envolvidos.

Os bairros populares históricos (*Alfama*, *Castelo*, *Bairro Alto* e *Madragoa*), que contornam as áreas centrais, receberam um tratamento de CI no sentido ortodoxo, tendo sido criada uma administração “paralela” à prefeitura municipal para sua coordenação, a *Direção de Reabilitação Urbana – DRU*. Nesses bairros, por influência do *Partido Socialista Português*, todas as ações da municipalidade foram discutidas com a participação popular e decididas no âmbito dos escritórios locais da DRU, inclusive as obras de infra-estrutura e serviços urbanos. Nas áreas degradadas da periferia de Lisboa, foram implantados programas de revitalização urbana, como, por exemplo, o recinto da **EXPO'98** e as docas de *Alcântara*.

O ponto forte do **PLANO DE REVITALIZAÇÃO DE LISBOA** está na forma institucional e instrumentos urbanísticos utilizados. A segmentação da cidade, em áreas com diversos tipos de projetos urbanos permitiu a realização dos investimentos em um clima de poucos conflitos, especialmente com a inversão de vultosos recursos na conservação das áreas populares e degradadas. A experiência portuguesa mostrou que instrumentos como o plano estratégico podem ser de fundamental importância para a mudança de um contexto de desenvolvimento de uma cidade, e não simples instrumento de poder e manipulação econômica.



## EUA

As prefeituras norte-americanas destinam a implementação dos chamados *opportunity projects* (planos e projetos especiais), em áreas geograficamente demarcadas, à gestão de uma empresa ou agência de desenvolvimento de capital misto, destinada a programas especiais de financiamento para a recuperação de setores degradados e que funciona com grandes agentes imobiliários.

→ Contando com a prefeitura como co-investidora, atuam como empresas do mercado, não onerando o custo do serviço público e possuindo grande independência e agilidade para perseguir suas estratégias de desenvolvimento. Podem comprar e alienar terrenos, negociar alterações de legislação e promover pacotes especiais de incentivos diversos.

Em meados da década de 1960, surgiu um forte movimento de resistência à destruição do patrimônio urbano como reação à demolição indiscriminada de monumentos consagrados, como os terminais nova-iorquinos da *Grand Central Station* e da *Pennsylvania Station*, este último demolido. Na falta de uma legislação pertinente que salvaguardasse estas edificações, as empresas proprietárias rendiam-se às ofertas tentadoras dos incorporadores imobiliários.

→ Paralelamente, um movimento de cunho comunitário vicinal, liderado por um grupo de intelectuais e artistas inspirados por **Jane Jacobs (1916-2006)**, opunha-se com veemência aos programas de renovação urbana (*urban renewal*), que contavam com fundos federais para a construção de vias expressas e infra-estrutura.

Contra todas as expectativas, esse movimento conseguiu reverter o poderoso programa federal e restabelecer um equilíbrio entre o benefício de preservar comunidades urbanas e seus bairros, além da realização de um programa de obras públicas de escala metropolitana.

Entre os anos 70 e 80, os empresários norte-americanos começaram a compreender que, na lógica econômica consumista, o comércio varejista possui um papel fundamental em regenerar as cidades graças a seu apelo ao turismo cultural, recreativo e de compras. Isto fez nascerem os **malls comerciais abertos**, ou seja, grandes conjuntos de lojas, bares e restaurantes especializados, integrados a praças cobertas e/ou monumentos históricos restaurados.

Desde então, apareceram nos EUA vários planos de revitalização urbana, os quais procuraram reforçar a convivência estabelecida nos espaços públicos, considerada como um dos pilares de sustentação de comunidades locais, além de promover a combinação múltipla de atividades em novos espaços projetados para recreação, cultura, compras e habitação voltada a moradores de renda mista.

→ Visando reverter os quadros de deterioração e obsolescência física de distritos centrais e antigas áreas industriais, manufatureiras ou portuárias, com relativo baixo nível de ocupação, surgiram planos e projetos de requalificação urbana, os quais incluíam desde a construção de novas estruturas como a reciclagem de monumentos históricos.

Vários desses processos de remodelação ocorreram de forma gradual, quando as estruturas antigas foram sendo adquiridas e ocupadas por empresas e famílias; e os trabalhos de restauro e adaptação realizados paulatinamente pelos próprios usuários, cabendo ao poder público fazer obras de melhoria de provisão de serviços públicos, iluminação e segurança. Destacaram-se os empreendimentos realizados no bairro de *North End*, em Boston; e em *Greenwich Village*, *SoHo* e *Chelsea*, situados em Nova York.



Paralelamente, iniciaram-se nos anos 70, amplos e ambiciosos programas de **REVITALIZAÇÃO URBANA** baseados nas experiências europeias de conservação integrada e que promoveram a requalificação de várias cidades norte-americanas, especialmente de suas áreas portuárias, sendo pioneiras as experiências de Boston, Baltimore, Nova York, Miami e São Francisco (WRENN, 1983).

Neste quadro, papel fundamental teve a figura de **James W. Rouse (1914-96)**, um empreendedor já célebre desde finais dos anos 60 por ter construído a comunidade de *Columbia*, uma das bem-sucedidas cidades criadas por iniciativa privada nos EUA. Através da firma *Rouse Company* e de um estudado apoio popular, especializou-se na construção de *festival malls*, ou seja, complexos multifuncionais que associam entretenimento, comércio e cultura.

→ Incorporando o novo conceito de “reutilização adaptável” (restauro e reciclagem de antigas estruturas para novos usos), a **ROUSEFICAÇÃO** afirmou-se como a criação bem-sucedida e deliberada da “cidade-como-palco” ou “cidade-cenário”.

### Boston, Massachusetts

Na década de 1960, um projeto de renovação previu a demolição e “modernização” de praticamente toda a área central da cidade, iniciada com a criação do novo centro cívico municipal por **I. M. Pei (1917-)** em 1963. Porém, a Prefeitura e a Câmara de Comércio contrataram uma equipe de consultores liderada por **Kevin R. Lynch (1918-94)** e **John G. Myers (1928-)**, professores do MIT, para um plano de recuperação do *waterfront*, que acabou propondo a preservação de edificações históricas e a integração da cidade com o mar.

Através de novas visualidades, usos públicos e continuidade espaciais, propôs-se o **PLANO ESTRATÉGICO DE BOSTON (1965)**, além da constituição de uma agência especial, a *Boston Redevelopment Authority*, para a sua efetivação. O plano geral, cujos custos chegaram a US\$ 7 bilhões, ainda em execução, caracteriza-se por:

- Criação do *New England Aquarium* (1969), pela **Cambridge Sevens Co.**, que se tornou a primeira experiência no gênero nos EUA, revitalizando o pier central e inspirando muitos empreendimentos no país e exterior (Baltimore, Osaka, Lisboa).
- Recuperação da área central e do *waterfront*, através da demolição de uma *expressway* e sua construção subterrânea, liberando a superfície para parques e novas construções, incluindo o complexo multifuncional de *Rowes Wharf*, com 03 novos centros de convenções e 05 hotéis.
- Restauro e revitalização das edificações antigas do *Quincy Market* e *Faneuil Hall* (1820) como um conjunto gastronômico e comercial (*Boston Market Place*), coordenadas pelo arquiteto local **Benjamin C. Thompson (1918-)** e implementadas pela *Rouse Company*, especializada na construção de *shoppings* centrais.

### Baltimore, Maryland

No final dos anos 50, um grupo de empresários locais uniu-se para enfrentar a decadência da área central, contratando um plano diretor de **David Wallace (1919-)**, eventualmente encampado pela Prefeitura, que recomendou a renovação de algumas quadras antigas.

Passando a ser administrada por uma agência própria, a *Charles Center & Inner Harbor Management Inc.*, a área recebeu o primeiro projeto de renovação urbana nos EUA que conservou edifícios não tombados e buscou a mescla de usos comerciais e residenciais.

Criaram-se praças ladeadas de lojas e bares, com garagens públicas no subsolo; e iniciou-se um pioneiro sistema de passarelas interligando os prédios na direção à área do porto, o *Inner Harbor*. O plano prosseguiu pelos anos 60 e 70, correndo paralelo ao de Boston e, nos anos 80, foi lançado um programa pioneiro de *urban homesteading* no bairro de Otterbein, próximo ao *waterfront*, voltado à recuperação de suas moradias, na maioria transformadas em *lofts*, conservando-se suas fachadas e respeitando-se a tipologia histórica do bairro.

A renovação atingiu *Fells Point*, um tradicional bairro portuário de usos mistos e comunidades étnicas, que acabou se tornando em importante foco turístico (FRIEDEN & SAGALYN, 1989).

Entre as iniciativas desenvolvidas em Baltimore, destacam-se:

- a) Promoção em 1961 de uma concorrência pública de propostas imobiliárias (projeto, construção, viabilidade econômica e financeira) para a construção do primeiro edifício comercial no novo *Charles Center*, cujo projeto vencedor foi da firma de **Mies Van der Rohe (1886-1969)**, cujo grande prestígio internacional acabou chamando a atenção da mídia para o que estava ocorrendo em Baltimore.
- b) Revitalização do *waterfront* a partir de 1973, com a demolição de edificações abandonadas e construção de novos empreendimentos no *Inner Harbor*, que se tornou o ponto de atração da cidade, reunindo obras como o *Maryland Science Center* (1976), seguido pela torre do *World Trade Center*, projeto de **I. M. Pei (1917-)**; pelo novo *Convention Center* (1979) e o *Hyatt Regent Hotel* (1981).
- c) Inauguração em 1980 do *Harbor Place*, um *festival mall* projetado por **Benjamin C. Thompson (1918-)** e viabilizado pela *Rouse Company*, complexo comercial formado por dois pavilhões inspirados em antigos mercados, além da construção do *National Aquarium* (1981), fruto de concurso ganho pela **Cambridge Seven Co.** e formado por um conjunto para exposições marinhas e marina pública.

### Nova York, NY State

Foi somente a partir do século XIX que o porto nova-iorquino adquiriu considerável importância e, em 1825, a via em que ele se localizava, a *South Street*, passou a ser conhecida como a "Rua dos Navios". Quando a navegação deixou de ser um negócio lucrativo, a região portuária declinou.

Nos anos 60, iniciou-se uma reforma ambiciosa e um programa de revitalização para a toda a área, começando com a expansão da *Wall Street*, conformando-se um distrito empresarial e uma comunidade residencial. Além disso, as lojas e restaurantes da área portuária foram remodelados e ocorreu um verdadeiro renascimento do bairro inteiro. O complexo passou a ser chamado de *South Street Seaport*, resultado da reciclagem de antigos armazéns, que se transformaram em um museu, fundado em 1967, associando-se a um *festival mall*, conhecido como PIER 17, implementado também por Thompson e Rouse como um conjunto de bares, restaurantes, lojas e boutiques, além da exposição de navios antigos. O *Fulton Market*, originalmente construído em 1822, foi reciclado em 1983, passando a abrigar um centro de eventos e gastronomia.

### Buenos Aires, Argentina

Historicamente, a cidade desenvolveu-se a partir de sua estreita ligação com o porto, principal escoadouro da *Bacia del Plata* para a produção do território argentino e que guiou, junto à rede ferroviária, a expansão urbana da sua malha uniforme e reticular. Nos anos 80, observou-se a decadência e degeneração de suas estruturas portuárias e, aos moldes norte-americanos, em 1989, foi constituída a *Corporación de Antiguo Puerto Madero S.A.*, uma empresa cujo principal objetivo foi implementar um processo de revitalização urbana do antigo porto, processo que duraria mais de uma década.

Ocupando cerca de 170 hectares, a região portuária teve seu traçado definido em meados do século XIX, a partir do alargamento do Canal de Riachuelo, no Bairro de La Boca, por iniciativa de um comerciante chamado **Eduardo Madero**. Vários armazéns foram executados pela firma britânica *Hawkshow, Son & Freytag*, os quais, um século depois, a partir de 1993, foram reciclados como *lofts*, escritórios, bares e restaurantes de luxo, além da implantação de uma universidade e um centro de convenções.

Atualmente, a região de *Puerto Madero* tornou-se um das mais caras para se viver e uma das mais badaladas da capital portenha. Em uma das suas extremidades, fica atracado um navio-cassino, o *Estrella de la Fortuna*, além do local comportar uma movimentada casa noturna e o *Museu Frafata Sarmiento*, um barco-escola datado de 1897, atracado no dique três. O projeto ainda prevê vários parques, um estádio coberto, mais museus e quatro hotéis de luxo.

## URBANISMO PÓS-MODERNO

Desde meados dos anos 50, um novo panorama descortinou-se em todo o Ocidente, este caracterizado por várias mudanças nas ciências, nas artes e na sociedade em geral, cujo conjunto passou a ser comumente chamado de **PÓS-MODERNIDADE**.

→ Seus pressupostos encontravam-se na Filosofia que, a partir da década de 1970, passou a identificar uma série de transformações que vinham se processando no pensamento mundial desde o segundo pós-guerra.

**Jean-François Lyotard (1924-98)**, em *La condition post-moderne* (1979), apontou para um crescente rompimento com os ideais universais do início do século XX. Para ele, enquanto a ciência moderna afirmava que a natureza possuía uma linguagem única e universal que, se aprendida, forneceria a capacidade absoluta de controlar o mundo, desde então se percebeu a multiplicidade de novas formas de expressão e comunicação.

Na sociedade de consumo, composta por diferentes grupos – culturais, sexuais, étnicos, etc. –, as necessidades e desejos humanos diversificaram-se, assim como as velhas fronteiras econômicas dos Estados nacionais foram eclipsadas pela globalização, fazendo com que grandes projetos universais tornarem-se supérfluos e impotentes diante da economia global, cujo controle estaria fora de seu alcance.

Além de Lyotard, outros pensadores reforçaram a “condição pós-moderna”, como **David Harvey (1935-)**, com seu livro *The condition of postmodernity* (1989); **Fredric Jameson (1934-)**, através de *Post-modernism* (1991); e **Perry Anderson (1940-)**, com *The origins of postmodernity* (1998), além do filósofo francês **Jean Baudrillard (1929-)**, que se tornou famoso por seus conceitos de *hiper-realidade*, que se referia à natureza virtual ou irreal da cultura contemporânea (CASTELNOU, 2005).

→ Desde então, definiu-se como *pós-moderna* a condição sócio-cultural e estética do estágio recente do **CAPITALISMO PÓS-INDUSTRIAL**, típico dos centros europeus, EUA e Japão, onde a *tecnociência* aplicada à comunicação acaba por manipular a sociedade através da saturação de informações, diversões e serviços.

O abandono de grandes modelos filosóficos explicativos, os quais se autolegitimavam e supervalorizavam um alcance global, além da necessidade de se romper com valores universalizantes<sup>12</sup> foram as premissas assumidas pelos teóricos do **PÓS-MODERNISMO**.

→ Reagindo ao estabelecimento de um modelo universal, o qual se pretendia unitário e integrador, em todos os níveis, do plano estético ao sócio-político, os pós-modernos se empenham em ressaltar diferenças.

A diversidade, antes sufocada pela padronização totalitarista capaz de conduzir a produção e nortear o consumo de massa, tornou-se o elemento fundante de uma nova dinâmica espacial, propondo também uma nova constituição do urbano. Paralelamente, as mudanças tecnológicas inauguram novas relações entre tempo e espaço, o que acaba por ampliar a dimensão escalar dessas categorias tradicionais, que são recontextualizadas na fragmentação e descentralização atuais.

Para PORTOGHESI (2002), as premissas metodológicas da arquitetura e cidade pós-modernas foram as constatações por parte dos arquitetos da existência de:

- Diversas e diferentes culturas no mundo atual, inclusive a “banal”, e não só a de “elite”, que devem ser reconhecidas e analisadas como fatores de identidade, além de ter suas relações estudadas;
- Uma produção coletiva de obras de interesse estético e que está ligada a processos subjetivos, mediados por instituições e formas de agregamentos sociais novas;
- Um papel determinante que as transformações ambientais em seu conjunto tem sobre a produção cultural “oficial”, que é produto de novos sinais e formas resultantes de novas necessidades e desejos da sociedade atual;
- Uma civilização industrial já madura, não mais representável esquematicamente como o “universo da máquina”, mas como um conjunto contraditório e dinâmico.

<sup>12</sup> Como marco do pós-modernismo na arquitetura, em 1977, **Charles Jencks (1939-)** lançou seu livro *A linguagem da arquitetura pós-moderna*, no qual constata a “morte” do modernismo, não centralizado nas reais exigências humanas, mas em um mítico homem moderno. Ironicamente, estabelecia como marco o dia 15/07/72, às 3h32min, por ocasião da demolição do *Complexo Habitacional de Pruitt-Igoe* (1955/61), em St. Louis EUA, obra de **Minoru Yamazaki (1912-86)**.

Com o **PÓS-MODERNISMO**, houve uma (re)aproximação entre a cultura popular e a erudita, onde se passou a buscar uma reintegração à cotidianidade dos indivíduos, concretizando uma relação de simultânea influência entre o produtor cultural e a população em geral, materializada através dos meios de informação e comunicação de massa.

→ Em relação aos estudos urbanos, conforme CAMPOS VENUTI (1994), vive-se hoje uma “terceira geração da urbanística”, que assinala a passagem da *cultura da expansão* para a *cultura da transformação*<sup>13</sup>, o que substitui o urbanismo das quantidades pelo das qualidades, este caracterizado por:

- A descentralização industrial das grandes cidades, acompanhada da formação de novos grupos de trabalhadores industriais nas cidades médias e pequenas, em regiões tradicionalmente agrícolas;
- A criação de novas centralidades e a terceirização diferenciada dos lugares centrais das grandes cidades, com a criação de serviços privados elitizados em oposição a serviços sociais de massa;
- O aumento da demanda produtiva e popular pelos transportes de massa (intra e inter-urbanos) e pela recuperação e melhoria da qualidade das áreas naturais e de uso recreativo, ou de reserva ambiental;
- A reutilização do estoque de construções abandonadas ou subutilizadas e aproveitamento dos interstícios vazios no interior das áreas urbanas para uso social ou de novas centralidades terciárias;
- A ênfase na solução de problemas da produção da economia urbana, em oposição aos problemas “sociais”, inclusive assumindo caráter global e ultrapassando os limites de geração de recursos locais.

Além dos autores já citados, sublinhando a importância de **Jane Jacobs (1916-2006)** e **Kevin Lynch (1918-94)**, dois nomes realizaram importantes pesquisas que foram aplicadas aos planos urbanos: **David Harvey (1935-)** e **Christopher Alexander (1936-)**.

<sup>13</sup> Por *cultura da expansão* o autor entende o planejamento urbano das quantidades que procurava responder aos problemas de crescimento urbano e de infra-estrutura por meio da criação de novas áreas urbanizadas; e por *cultura da transformação* o reconhecimento de que a cidade é um fato físico existente que pode e deve ser reutilizado mediante processo de qualificação das estruturas urbanas existentes.

### David Harvey (1935-)

Geógrafo americano que procurou explicar a forma urbana contemporânea através de dois fatores: o processo de acumulação do capital e a luta de classes, identificando a **era pós-moderna** como aquela caracterizada pela celebração da diferença, da efemeridade, da moda, do espetáculo e da mercantilização das formas culturais, além de uma intensa *compressão do tempo-espaço*, sentida através das acelerações do “ritmo de vida” – que passa a ter um sentido de rapidez e brevidade – e do “tempo de giro” dos objetos – que passam a ter uma vida útil menor, além de se tornarem descartáveis –, resultando em mudanças profundas nas relações de trabalho e de consumo, principalmente nos valores e virtudes da instantaneidade e da descartabilidade.

Diante desse mundo efêmero e transitório, intensifica-se, segundo o Harvey, a atitude *blasée* e o bloqueio dos estímulos sensoriais já enunciados por Simmel, assim como a especialização míope, a reversão a imagens de um passado perdido – o que passa a supervalorizar memoriais, museus e ruínas – e a excessiva simplificação (na apresentação de si mesmo ou na interpretação dos eventos). No **PÓS-MODERNISMO**, a competição no mercado da construção de imagens passou a ser um aspecto vital da concorrência entre as empresas; assim como a afirmação da *massa cultural*.



### Christopher W. Alexander (1936-)

Arquiteto anglo-austriaco e professor da *University of California*, em Berkeley EUA, que, em conjunto com seus colegas do *Center for Environmental Structure*, publicou, em 1976, *A pattern language (Uma linguagem padrão)*, em que defendia que as pessoas poderiam projetar e construir para si suas próprias casas, ruas e comunidades.

Essa idéia, que a princípio parece radical, baseava-se no pressuposto de que, criando seus próprios ambientes, as pessoas sempre contariam com determinadas “linguagens-padrão”, as quais, assim como na linguagem falada, permitem a articulação e a comunicação de uma infinita variedade de desenhos dentro de um sistema formal que lhes dá mais coerência e permite resolver as necessidades de privacidade e de relação individuais e coletivas. Assim, seria preciso redescobrir e tornar explícitos tais padrões de refamiliarização das pessoas ao que se chamou *the timeless way of building* (“o eterno estilo de construir”).

Em seu doutoramento, Alexander desenvolveu um

programa computacional que tentava estudar e criar ambientes novos baseando-se na análise programática lógica. Tal interesse marcaria todos seus trabalhos futuros, porém substituiu os métodos informáticos de pesquisa pelo levantamento empírico na identificação de **PATTERNS** (“padrões”).

Voltando a atenção dos arquitetos para a construção popular, ele chegou a uma coleção de 235 “padrões”, cada qual descrevendo um problema – seja de “espaço” seja de “evento” – que ocorre repetidamente em nosso ambiente e que possibilita uma infinidade de combinações. Ordenados linearmente – começando pelo maior, para regiões e cidades; diminuindo para bairros, vizinhanças, conjuntos habitacionais, prédios, apartamentos e dormitórios; e terminando para detalhes construtivos – tais padrões estariam individualmente conectados a um outro padrão maior – que vem acima na linguagem – e a um menor – que vem abaixo. Nenhum padrão seria uma entidade isolada. Além disso, cada padrão tem um nome, um diagrama do seu *layout* espacial, o propósito ou a razão da sua inclusão, e a especificação das conexões entre um padrão e outro a ele relacionado em uma escala maior ou menor (CASTELNOU, 2005).

A importância de Alexander está no fato de ter comprovado a extraordinária **COMPLEXIDADE** das relações humanas que se produzem na cidade, frente a qual resulta totalmente inadequado o esquematismo dos que se dedicam a projetar cidades; e por deduzir uma série de fórmulas que, fundadas nas próprias necessidades individuais ou culturais, permitem que cada membro construa sua própria moradia ou conjunto habitacional, deixando para os arquitetos o papel unicamente de ajuda para a construção propriamente dita.

→ Essa proposta representa uma *humanização* da arquitetura e sua íntima e harmoniosa fusão com a natureza, o que influenciaria os estudos arquitetônicos e urbanos principalmente a partir dos anos 80. Para ele, não se deve esquecer toda a vida e alma de um espaço; todas as experiências que ocorrem ali e que não dependem simplesmente de uma forma isolada ou do ambiente físico, mas dos *padrões de eventos* que lá se vivenciam. Toda ação e seu espaço são indivisíveis: toda ação é suportada por um tipo de espaço, o qual suporta esse tipo de ação, mas um não é necessariamente causa do outro.

Entre as principais críticas sobre os pressupostos do urbanismo moderno, que foram empreendidas a partir de meados dos anos 50, destacaram-se aquelas que apontavam para o fato de ter ocorrido a supressão de valores individuais, culturais e históricos; além da padronização das formas de habitação, com conseqüente perda de identidade, da priorização do sistema viário em detrimento da escala humana, da estandarização e racionalização de equipamentos urbanos, e da descontinuidade visual devido ao predomínio de áreas verdes.

→ Isto – somando às discussões ecológicas que marcaram o ambiente histórico do final da década de 1960 e, principalmente, os anos 70 –, serviu de base para o nascimento do *New Urbanism* ou **URBANISMO NEOTRADICIONALISTA**.



## NEW URBANISM

A década de 1980 viu florescer o *New Urbanism Movement*, que, inspirado por Jacobs e Alexander, entre outros, apresentou uma nova abordagem sobre a criação e a remodelação das comunidades norte-americanas. Essa corrente de teoria passou a defender a requalificação e a revalorização de áreas urbanas através do resgate de formas tradicionais, reafirmando antigos conceitos antes menosprezados pelo modernismo, tais como: comunidade, lugar, história, memória, uso misto e qualidade ambiental (ELLIN, 1999).

→ Tendo como seus maiores expoentes os arquitetos **Andrés M. Duany (1949-)** e sua esposa **Elizabeth Plater-Zyberk (1953-)**, suas propostas – como *Seaside* (1981) e *Kentland* (1988), nos EUA –, além de outros conjuntos urbanos, como *Windsor Palms*, de **Scott Merrill & Georg Pastor**, e *Celebration Disney*, de **Robert A. M. Stern (1939-)**, baseavam-se nos seguintes pontos:

- Criação de “realidades” agradáveis (*fuga dos problemas urbanos*);
- Reconstituição de ambientes do passado (uso de estilos múltiplos e grande variabilidade ambiental);
- Proliferação de comunidades fechadas criadas em pequena escala;
- Ênfase em questões como segurança, conforto e tranquilidade (*sociabilidade vigiada*);
- Desenvolvimento de modos de controle e segregação (*território da exclusão*)<sup>14</sup>.

A partir de então, foi possível observar novos fenômenos ocorrendo no espaço público, o qual passou a sofrer um processo de privatização, ao mesmo tempo em que ocorreu uma espécie de “publicização” do espaço privado, isto devido ao desenvolvimento de novas sociabilidades urbanas.

→ Tradicionalmente, consideravam-se *públicos* os espaços abertos a todos – e que se constituíam no palco democrático de práticas sociais, políticas, econômicas e culturais –, sendo representado principalmente pelas ruas, praças, parques, locais de lazer e de transporte urbano.

Atualmente, seu conceito também se relaciona ao de novos espaços privados ou semi-privados, que abrigam a vida coletiva urbana, abertos de maneira aparentemente irrestrita ao público e que funcionam como palco de grandes eventos profissionais ou familiares. Em outras palavras, consistem em espaços coletivos abertos no interior de áreas comerciais (*shopping centers*, hotéis, museus, bufês, casas de recepção, etc.) ou mesmo residenciais (condomínios horizontais e verticais).

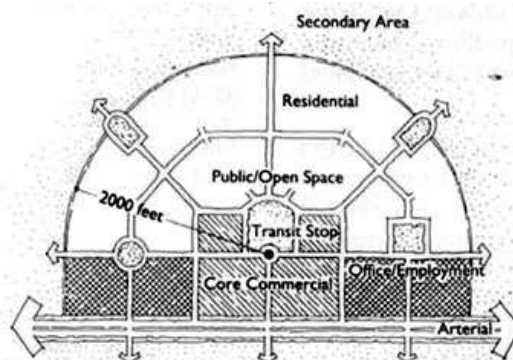
<sup>14</sup> Várias comunidades foram concebidas a partir dos pressupostos do **NEW URBANISM**, principalmente a partir da década de 1980 nos EUA, tais como *Haile Village Center*, em Gainesville, Flórida; *Celebration*, em Orlando, Flórida; *Loreto Bay*, em Loreto, Califórnia; *Serenbe*, em Palmetto, Geórgia; *Harbor Town*, em Memphis, Tennessee; *King Farm*, em Rockville, Maryland; *Addison Circle*, em Addison, Texas; *Orenco Station*, em Hillsboro, Oregon; *Mashpee Commons*, em Mashpee, Massachusetts; *The Cotton District*, em Starkville, Mississippi; *The Waters*, em Montgomery, Alabama; e *Cherry Hill Village*, em Canton, Michigan; entre muitas outras.

O processo de **privatização** do espaço público teve início a partir da ascensão da burguesia do século XVIII em diante, tendo sido acelerado com a emergência da sociedade de massas do século XX, fenômeno em estreita relação com o desenvolvimento do mercado. Desde então, o espaço público tradicional vêm sendo desvalorizado enquanto bem-estar social e redefinido como um problema de planejamento, o que levou a uma crescente transformação da cidade (ELLIN, 1999).

→ A *privatização* do espaço público conduziu a outro fenômeno: a **DISNEIFICAÇÃO**, que consiste no processo de criação de lugares cenográficos através de temas arquitetônicos deslocados de seus locais geográficos originais, aos moldes dos parques temáticos do *Walt Disney World*. Cria-se uma “paisagem de sonho”, cujo consumo visual somente é possível àqueles que detêm o poder econômico e os meios de acessibilidade (GHIRARDO, 1996).

Exemplificada pela *Universal Walk City*, Los Angeles, Cal. EUA, criada em 1988, por **Jon Jerde**, a *disneificação* caracteriza-se por:

- Criação artificial de um clima de perfeição e normalidade;
- Supressão de todos e quaisquer elementos negativos ou indesejáveis da vida coletiva (problemas sociais, manifestações políticas, atividades industriais ou religiosas);
- Programação de atividades consumistas e de valorização do prazer (*hedonismo*);
- Reprodução de “mundos ideais” (*hiper-realidades fechadas*)



Um dos maiores precursores na incorporação de espaços pseudo-naturais e pseudo-públicos em arranha-céus, ou seja, da publicização de espaços privados foi o arquiteto norte-americano **Jonh Portman** (1924-). Entre suas obras, destacam-se: *Hyatt Regency Hotel* (1968, Atlanta), o *Hyatt Regency Hotel* (1972, S. Francisco), o *Renaissance Center* (1973/77, Detroit), o *Westin Bonaventure Hotel* (1977/80, Los Angeles) e o *Mariott Hotel* (1986, Atlanta) (CASTELNOU, 2005).



Tanto o fenômeno de *privatização* dos espaços públicos como o da “publicização” dos espaços privados associam-se a novas condições urbanas, definidas em parte por **James Jameson** (1987; 1990), que apontava para os fenômenos pós-modernos da *multifuncionalidade* espacial e da *esteticização* da vida; e por **Richard Sennet** (1993), que observou o declínio do homem público como desdobramento lógico do cosmopolitismo urbano moderno, o que vinha ocorrendo desde a *flânerie* de Baudelaire.



**KENTLANDS (DUANY & PLATER-ZYBERK)**

Os efeitos mais nítidos dessa nova concepção urbanística são:

- a) Progressiva degradação dos espaços públicos centrais (ruas, praças e centros históricos) pela diminuição de investimentos públicos;
- b) Proliferação de programas de revitalização e/ou ressurreição de espaços centrais, através da parceria entre público e privado;
- c) Expulsão e/ou segregação sócio-econômica dos moradores originais principalmente devido à exploração fundiária desses novos locais;
- d) Disseminação de áreas e condomínios fechados devido à crescente *eutanásia espacial* (obsolescência provocada ou induzida de locais).

**BRASIL**

Desde os anos 60, despontou uma corrente forte da arquitetura brasileira, que pregava a conciliação entre o pensamento moderno e as tradições nacionais, que iam desde as características climáticas regionais até a tradição colonial luso-brasileira.

→ Fundamentado nas idéias sempre defendidas por **Lúcio Costa (1902-88)**, o **REGIONALISMO**, constituiu-se em uma das vertentes pós-Brasília, indo ao encontro das preocupações pós-modernas de revalorização das culturas locais e ênfase nos usos e costumes do passado.

Nas últimas décadas do século XX, devido à industrialização que se estendeu em boa parte do país, assim como a disseminação de novos profissionais, a linguagem moderna de origens comuns enquadrou-se em novos contextos. As diferenças climáticas, tecnológicas, sócio-econômicas e programáticas conduziram a um processo amplo e progressivo de **REGIONALIZAÇÃO**.

→ Mesmo assim o ambiente brasileiro ainda carece em reflexão conceitual sobre as práticas arquitetônicas e urbanísticas, devido à postura pragmática que ainda predomina nos círculos profissionais e a à carência de pesquisas teóricas em nossas universidades. De qualquer forma, o atual crescimento do quadro de arquitetos no país aponta para uma possibilidade de conscientização.

<b>PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO</b>	<b>PUBLICIZAÇÃO DO ESPAÇO PRIVADO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Neutralização das tensões sócio-econômicas</li> <li>• Auto-segregação espacial da elite</li> <li>• Refúgio da vida citadina (criação de bolhas)</li> <li>• Impulso anti-urbano (cidades sitiadas)</li> <li>• Pseudocoletividade (viver isolado em conjunto)</li> <li>• Sobreposição do individual sobre o coletivo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Idealização do mundo real (hiper-realidade)</li> <li>• Elitização do espaço (controle e segurança)</li> <li>• Negação da vida citadina pública (criação de cenários)</li> <li>• Reprodução da cidade/natureza em escala</li> <li>• Participação de experiências simultâneas</li> <li>• Triunfo de objetivos particulares sobre públicos</li> </ul>
<b>New Urbanism</b> ou <b>Neotradicionalismo</b>	<b>Disneificação</b> ou <b>Rouseificação</b>
➤ Condomínios fechados, comunidades	➤ Parques temáticos, <i>shopping centers</i> e <i>resorts</i>

Os estudos de **MORFOLOGIA URBANA** e **TIPOLOGIA EDILÍCIA** foram pouco difundidos no Brasil, passando a ser melhor conhecidos somente com a realização do I e II *Seminários sobre Desenho Urbano* – SEDUR, promovidos pelo DAU-UnB, organizados por Benamy Turkienicz e Maurício Malta respectivamente em 1984 e 1986.

Depois dos trabalhos pioneiros de **Nestor Goulart Reis Filho**, como *Evolução urbana do Brasil* (1968) e *Quadro da arquitetura no Brasil* (1970), em que apresentava a evolução tipológica desde o Império até os anos 40, relacionando arquitetura com as estruturas urbanas e as condições socioculturais, os primeiros trabalhos a abordar o desenho urbano foram os de **Carlos Nelson Ferreira dos Santos** (*Cidade como um Jogo de Cartas*, 1988); **Candido Malta Campos Filho** (*Cidades brasileiras: seu controle ou o caos*, 1988); e, finalmente, **Vicente Del Rio** (*Introdução do desenho urbano no processo de planejamento*, 1999), o qual relata as primeiras experiências brasileiras. Desde os anos 90, **Maria Elaine Khorlsdorf** e os pesquisadores vinculados à *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional* – ANPUR vêm intensificando os estudos urbanos.

→ Tanto o despertar ecológico como a discussão pós-moderna demorou cerca de uma década para aportar no país, devido às suas próprias condições socioculturais e o quadro político, caracterizado pelas limitações da ditadura militar de 20 anos. Mesmo assim, alguns planos e projetos de intervenção em áreas centrais já aconteceram no final dos anos 70.

A partir de 1988, com a *Nova Constituição Brasileira*, o governo central desobrigou-se das políticas públicas locais, transferindo essa responsabilidade para as instâncias sub-nacionais, em particular para os municípios. Assim, as municipalidades, particularmente as das grandes cidades, foram forçadas a elaborar estratégias específicas de desenvolvimento local (MOTTA, 1999).

→ Depois de uma experiência de pequena escala limitada ao centro histórico de Curitiba, em meados dos anos 70, o modelo da revitalização só viria a se consolidar com os projetos em São Luís MA e no Rio de Janeiro RJ. Mais recentemente, outras cidades brasileiras têm buscado implantar projetos neste sentido – embora sob diferentes condicionantes, inspirações e alcances – tais como Salvador na área do Pelourinho; Recife e Belém na área junto ao rio; e os centros de Santos e São Paulo.

Apesar da variedade de experiências nacionais e locais, pode-se afirmar que a maioria delas está calcada na idéia de criar valores para as especificidades municipais, além da questão da formação de uma nova “imagem” da cidade, isto é, em um mundo globalizado, onde localidades competem diretamente por investimentos produtivos, o que decide o jogo da competição são as especificidades das localidades e suas imagens, porque são elas que as diferenciam de outras com atributos econômicos similares (treinamento de mão-de-obra, infra-estruturas, incentivos fiscais, concentração de atividades, inserção em regiões deprimidas ou em expansão e outras).

Entre os planos e projetos de revitalização pós-moderna no país, destacam-se:

- a) **Projeto Praia Grande** (São Luís, 1979): visava promover ações de urbanização e preservação nas áreas centrais e em outros setores históricos, caracterizando-se pela restauração de edifícios públicos, transformados em centros culturais; construção de habitações para população encortçada; e reconstituição de calçadas originais e praças, além da criação de incentivos legais para os proprietários de imóveis que investissem em conservação;
- b) **Projeto Corredor Cultural** (Rio de Janeiro, 1982): garantiu que cerca de 4.000 imóveis no centro tivessem a sua preservação e reciclagem controladas por diretrizes especiais de projeto, incentivadas através de isenção de impostos, em um processo diferenciado de gestão urbana, este complementado pelo tratamento dos espaços públicos e fomento à implantação de centros culturais e atividades afins;
- c) **Projeto Pelourinho** (Salvador, 1983): desenvolvido inicialmente por **Lina Bo Bardi (1914-92)**, integrava o uso popular do local com propostas de preservação e recuperação inovadoras, acabando por se tornar bastante polêmico pelo impacto social causado pela transferência da população tradicional da área e pela descaracterização e perda de autenticidade do patrimônio. Nesse projeto, o Governo obteve a propriedade dos imóveis, passando a investir em sua recuperação física para cedê-los ou alugá-los a instituições culturais e empresas de serviço e comércio a preços abaixo do mercado.
- d) **Projeto Reviver** (Recife, 1990): preferindo a parceria com a iniciativa privada, promoveu investimentos públicos pequenos, mas que tiveram um efeito multiplicador substancial. A ação pública concentrou-se basicamente na melhoria da infra-estrutura e na qualificação dos espaços públicos, além da recuperação direta de alguns imóveis, que acabaram atraindo investimentos privados, que têm sido realizados por meio de negociação continuada da municipalidade.

## CIDADE DO FUTURO

O último quartel do século passado foi marcado pela intensificação do debate sobre a relação entre **CIDADE** e **MEIO AMBIENTE**, fruto dos questionamentos dos princípios do urbanismo moderno, dada a crescente situação catastrófica das metrópoles e o quadro de alienação do homem contemporâneo.

→ A segregação espacial, tanto étnica quanto social, nas grandes concentrações urbanas, assim como os problemas decorrentes de uma postura predadora em relação à natureza e seus recursos, fizeram com que surgissem críticas, desde o segundo pós-guerra, ao funcionalismo, estandardização e suburbanização da cidade, alegando sua monotonia e forte ênfase ao individualismo.

Paralelamente à abertura interdisciplinar que ocorreu na área do planejamento urbano e o amplo desenvolvimento do desenho urbano, ocorridos entre as décadas de 1960 e 1970, as **UTOPIAS URBANAS** eclodiram com o avanço da *Era da Informática*, da *Contra-Cultura*, da crise energética e do despertar ecológico.

→ Embasadas pelas críticas empreendidas pelo *urbanismo humanista*, assim com pelas idéias difundidas desde dos anos 50 por nomes como **Herbert Marcuse (1898-1979)**, **Burrhus F. Skinner (1904-90)**, **David Riesman (1909-2002)** e os irmãos Goodman, surgiram 02 (duas) vertentes utópicas:

- **TECNOTOPIA:** solucionava os problemas através da tecnificação de ambientes (*tecnocentrismo*);
- **ECOTOPIA:** voltava-se para o resgate da relação harmoniosa com a natureza (*ecocentrismo*).

A idéia de assentamentos humanos sociais e ecologicamente sustentáveis ganhou força a partir dos anos 70, em especial, após a *Contra-Cultura*, que apresentou comunidades alternativas, embasadas no desejo de se abandonar um modelo de vida dominante e apontar um possível caminho para a **sustentabilidade urbana**.

### Herbert Marcuse (1898-1979)

Pensador alemão naturalizado norte-americano que lançou em 1964 sua obra utópica *One dimensional man*. Como filósofo freudiano-marxista que colocava a questão de que não se tratava da utopia poder ou não ser implantada como alternativa ao mundo tal como é, mas desta realidade poder sair a via utópica por meio da ciência em seu estado atual de desenvolvimento.

Afirmava que qualquer cientista contemporâneo aceitava ser possível eliminar a miséria e a fome, assim como o trabalho alienado, opondo-se a isto somente a organização sócio-política implantada em todo o mundo. Seria preciso, para tanto, suprimir essa organização para instaurar uma sociedade do tipo socialista, onde se produza a equivalência e a mistura da técnica com a arte, o trabalho e o lazer. Com isto, Marcuse aproximava-se extraordinariamente de Fourier, ao mesmo tempo em que coincidia com os ideais dos jovens rebeldes e revolucionários representados pelos *beatniks*<sup>15</sup> e *hippies*<sup>16</sup>, além dos anarquistas do *Maio de 68*, o movimento ocorrido no governo de Charles De Gaulle (1890-1970) guiado pelos ideais existencialistas e situacionistas, respectivamente, de **Jean-Paul Sartre (1905-80)** e **Guy Debord (1931-94)**.

<sup>15</sup> A palavra *beatnik* deriva da expressão norte-americana *beat generation*, a qual foi lançada em 1952 pelo *New York Times* para designar – por analogia com à *lost generation* dos anos 20 e 30, representada pelos escritores americanos que viveram em Paris, como F. Scott Fitzgerald (1896-1940) e Ernest Hemingway (1899-1961) – um movimento social e literário que surgiu nos EUA. Comum a partir de 1958, o termo – cujo sufixo *nik* derivaria do iídiche – passou a se referir a um grupo de pintores gestuais e escritores – como William S. Burroughs (1914-1997) e Jack Kerouac (1922-1969) –, além de vários adolescentes nômades e rebeldes, em torno de exigências de liberdade e de espontaneidade, guiados por filósofos orientais e pelas experiências vividas com o uso de drogas. Essa nova “onda” romântica proclamava a impossibilidade de sua inserção na sociedade moderna (*to beat*; bater) e seu desejo exasperado (*beat* evocaria o ritmo do jazz) de absoluto (*beat* seria abreviatura de *beatific*).

<sup>16</sup> O *movimento hippie* – do termo inglês *hippy* – teve início nos EUA, na segunda metade da década de 1960, caracterizando-se pela oposição radical à militarização da sociedade e à *Guerra do Vietnã* (1957/75). Da América, passou para a Europa e difundiu-se por todo o mundo, influenciando várias áreas culturais, tais como música, pintura e teatro. Seus adeptos valorizavam a vida em comunidade, além de uma moral e costumes não-conformistas, baseados na não-violência e na oposição à sociedade industrial e aos valores tradicionais, preconizando a liberdade em todos os domínios. Seu lema *Make love not war* foi um dos mais característicos dos anos 60.

### Burrhus Frederic Skinner (1904-90)

Psicólogo norte-americano que, influenciado por **John B. Watson (1878-1958)** e pelos trabalhos de **Ivan V. Pavlov (1849--1936)** sobre o comportamento condicionado, desenvolveu uma nova corrente de comportamentalismo, segundo a qual seria possível guiá-lo através de reforços (estímulos) positivos ou negativos, influenciando bastante as teorias de aprendizado.

Em 1948, lançou *Walden Two*, cujo título referia-se à obra de **Henry D. Thoreau (1817-62)**, *Walden or life in the woods (Walden ou vida nos bosques, 1854)*, em que descrevia uma comunidade fictícia de 1.000 habitantes projetada segundo os princípios behavioristas. Baseando-se no mínimo consumo e na baixa poluição, através de uma economia que combinava agricultura e indústria, caracterizava-se pela divisão igualitária do trabalho, inclusive entre as crianças; e pela completa igualdade entre homens e mulheres, além do exercício físico diário obrigatório, o aumento expressivo de crianças, o casamento precoce para evitar problemas de adolescência e um sistema educacional que ensinava paciência e como lidar com emoções destrutivas. Conforme esse modelo skinneriano, instalou-se em 1967 na Virginia, EUA, a comunidade de *Twin Oaks* que, pôde praticar alguns aspectos utópicos, como um sistema de créditos de trabalho, a organização laboral, a igualdade social entre os sexos e a progressiva supressão dos laços familiares.

### David Riesman (1909-2002)

Sociólogo norte-americano que lançou *A multidão solitária* (1950), interessando-se essencialmente pela maneira como as sociedades conformam a personalidade de seus membros e identificando os mecanismos que assegurariam a *conformidade* (adoção por todos de um mesmo modo de pensar e agir) de seus integrantes ou que permitiriam a renovação de seus hábitos.

O destaque de Riesman está mais pelo fato de ter sido um grande defensor da utopia do que um verdadeiro inventor de propostas utópicas. Segundo ele, a burguesia capitalista teria adotado o mito utópico com o fim de oferecer uma utopia real ao público por meio da sociedade de consumo, escamoteando as questões de base, ao mesmo tempo em que os socialistas e comunistas que haviam chegado no poder utilizariam a utopia com o fim de ocultar o verdadeiro progresso em direção à sociedade utópica.

Do mesmo modo, os intelectuais e a casta culta em geral adotariam posturas realistas e cínicas considerando a utopia como uma espécie de “sonho ingênuo”, enquanto os especialistas, por sua vez, preocupar-se-iam apenas com determinados aspectos setoriais da mesma, sem se dirigir à realidade global. Todos negariam, de uma forma ou outra o que deveria presidir o pensamento e a ação social: a proposta utópica de uma nova sociedade.

### Paul Goodman (1911-72)

Sociólogo norte-americano que, junto com seu irmão, o arquiteto **Percival Goodman (1904-89)**, lançou *Communitas: means of livelihood and ways of life (Communitas: meios de subsistência e modos de vida, 1947)* que pode ser considerada uma das primeiras utopias a ressaltar os valores e os objetivos de ordem moral e política que deveriam reger todo o esforço de planificação urbana da atualidade. Ambos consideravam o plano de uma cidade não como um simples agrupamento de ruas e casas, mas o invólucro exterior ou o próprio corpo da atividade humana.

Para eles, os planos obedeciam a concepções diversas (quadriculada, radial, sinuosa, cidades-satélite ou concentrações gigantescas), mas o mais importante era como as atividades urbanas poderiam ser alteradas por meio deles. Analisando as três principais fórmulas do urbanismo moderno: o plano das cidades-jardim (culturalismo), o plano industrial (progressismo) e o plano integrado (anti-urbanismo norte-americano), propuseram 03 (três) diferentes fórmulas de comunidade ideal:

- a “cidade do consumo eficiente”, que quase não diferia da maioria das cidades atuais da Europa e dos EUA;
- a “nova comuna”, que estava baseada em uma micro-economia artesanal;
- a “cidade do máximo de segurança e mínimo de regras”, que propunha uma economia em dois estágios: *de base* (produção comunitária) e *de luxo* (consumo individual).

De acordo com CARANDELL (1974), os irmãos Goodman defendiam a adoção de uma imaginação ativa e equilibrada no intuito de propor novas possibilidades sociais e, embora não revolucionários nem interessados em uma mudança das estruturas básicas, suas propostas acabaram por conduzir quase inevitavelmente a uma transformação radical. Tanto nesse livro como nos seguintes de Paul Goodman – em especial, *Utopian essays & practical proposals (Ensaio utópicos e propostas práticas, 1962)*, entre outros –, a utopia era expressa através de análises teóricas e fantasias literárias que almejavam ser realistas e levadas à prática.

A **UTOPIA URBANA** explodiu nos anos 60 em consequência da crise cultural que atingiu a profissão do arquiteto e urbanista, em paralelo aos debates sobre a preservação e renovação de centros históricos e à avaliação crítica das cidades criadas durante o *Movimento Moderno* (1915/45), estando na destruição da memória urbana, na proliferação das periferias, nos problemas crescentes de circulação e abastecimento, e nas implicações ambientais, os principais condicionantes para a utopia da **CIDADE DO FUTURO**.

## TECNOTOPIA

Em meados da década de 1960, uma nova geração de arquitetos apresentou a utopia em resposta ao descontentamento produzido pela situação da arquitetura e urbanística modernas. Suas proposições – na maioria inviáveis – serviram de germe do futuro, associando algumas aspirações físico-espaciais com possibilidades científico-tecnológicas, as quais ocorreriam num futuro próximo.

→ Denominou-se **TECNOTOPIA** o conjunto dessas propostas que, baseando-se em parâmetros técnico-construtivos, desenvolveu propostas de espaços fantásticos, especialmente através de grupos de vanguarda. A arquitetura tecnotópica fez pesquisas sobre novas tecnologias e agenciamentos espaciais, acabando por influenciar toda a produção ficcional, em especial, a televisão e o cinema<sup>17</sup> dos anos 60 em diante.

Os tecnotopistas propunham espaços variáveis e multifuncionais, principalmente através da reciclagem de elementos móveis, que seriam agregados a estruturas primárias fixas normalmente destinadas à circulação e aos serviços; além de criarem *megaestruturas* adaptáveis por encaixes, deslizamentos ou acoplamentos; e emprego de películas pneumáticas móveis e de “células” sintéticas.

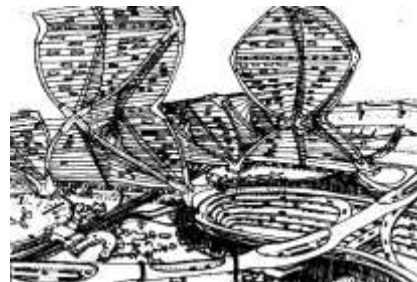
→ Criticados por desconsiderarem os pontos de vista de sociólogos e psicólogos, criaram uma metodologia pseudo-científica que incentivava escolhas libertadoras em prol da fundação de uma civilização urbana não-alienada, associada à máquina e voltada à eficiência técnica e à qualidade do ambiente construído.

<sup>17</sup> Entre 1965 e 1968, foi produzida a série televisiva de ficção científica *Lost in Space* (*Perdidos no Espaço*) e, entre inúmeros filmes e séries, seu produtor, **Irwin Allen (1916-91)**, também produziu: *Viagem ao fundo do mar* (1964/68), *Túnel do tempo* (1966/67) e *Terra dos gigantes* (1967/70). Em 1966, surgia a clássica saga de *Star Trek* (*Jornada nas Estrelas*), criada por Gene **Roddenberry (1921-91)**, que duraria até 1969 para depois reeditada em 1973 e através de várias derivações até hoje. No cinema, em 1968, o filme *2001, uma odisséia no espaço*, baseado nos escritos de **Arthur C. Clark (1917-)** e dirigido por **Stanley Kubrik (1928-99)**, marcaria uma geração.

Entre as derivações tecnotópicas, podem ser citadas: a *Intrapolis* (1960), de **Walter Jonas (1923-)**; a *Space City* (1960/63), de **Yona Friedman (1923-)**; a cidade de *Ragnitz* (1963/69), de **Günther Domenig (1934-)**; e as propostas do suíço **Justus Dahinden (1925-)**, como o *Swimming Hotel Cairo* (1972), a *Akropolis Leisure City* (1974) e a *Kiryat Ono Leisure City* (1984), próxima a Tel Aviv, em Israel. Um destaque especial representou o modelo *Habitat 67*, idealizado pelo israelense **Moshe Safdie (1938-)**, concretizado na Expo'67, ocorrida em Montreal, Canadá.

### Richard Buckminster Fuller (1895-1983)

Engenheiro, matemático, cartógrafo, ecologista e pensador norte-americano que dedicou toda sua vida criando soluções técnicas para os problemas contemporâneos, explorando especialmente as potencialidades da estrutura metálica espacial e das *cúpulas geodésicas*, sua principal contribuição ao ideário utopista, desenvolvida a partir de 1954. Um de seus trabalhos mais difundido foi a proposta da *Dymaxion House* (1929/32), que consistia em uma unidade de habitação fabricada em série que exigia um mínimo de infra-estrutura e serviços, mas supunha a existência de um complexo industrial nas imediações. Outros trabalhos de destaque foram: o *Dymaxion Car* (1937); a *Fuller House* (1946); e sua obra-prima, a geodésia do pavilhão americano na *Expo 67*, ocorrida em Montreal, Quebec – Canadá (Zevi, 1979).



### METABOLISMO (1959)

Conjunto de idéias de um grupo de arquitetos e urbanistas japoneses que reuniram por volta de 1959 na busca de uma visão futura da cidade habitada pela sociedade de massa, que se caracterizaria por grandes estruturas flexíveis e extensíveis, as quais permitiriam um processo de crescimento orgânico. Tomando como base a idéia de que as leis tradicionais de forma e função estavam obsoletas, o *Metabolist Movement* apoiava suas propostas nos conceitos de reciclagem e flexibilidade constantes, inspirando-se na filosofia do *xintoísmo*, que pregava a mudança eterna de tudo e a continuidade do eterno no transitório; e na analogia sistêmica. A cidade era considerada um sistema aberto que permitia transformações periódicas, nas quais a ordenação do tráfego era essencial.

Entre os metabolicistas, um dos maiores destaques foi **Kenzo Tange (1913-2005)** que, através do seu megaplano para Tóquio de 1960, propôs a ampliação da cidade sobre o mar. O arquiteto e engenheiro japonês **Kiyonori Kikutake (1928-)** foi o fundador e principal teórico do grupo metabolicista. Além de propor a *Tower City*, escreveu *Metabolism* (1960), *Floating architecture* (1973) e *Community and civilization* (1975).

Entre as propostas do *Metabolism Movement* mais difundidas estão as idéias da “cidade flutuante”, através do *Unabara Project*, da “cidade agrícola” e da “cidade-parede”, além daquelas relacionadas à proposta do *Living in a capsule* (*Vivendo em uma cápsula*), criadas em 1966, por **Akira Shibuya**; em 1967, por **Youji Watanabe**, principalmente, por **Kisho Kurokawa (1934-)**, entre 1970 e 1972; este responsável pela proposta utópica da *Helix City*, além do *Takara Pavillion* (1967), realizado na Expo'67; e da experimental *Nakagin Capsule Tower* (1972/74), construída em Tóquio. Outros arquitetos de bases metabolicistas são **Masato Ohtaka (1923-)**, **Fumihiko Maki (1928-)** e **Arata Isozaki (1930-)**, entre outros.

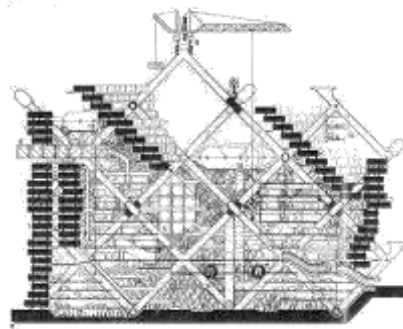
### ARCHIGRAM (1961)

Grupo vanguardista com bases na *London Architectural Association*, que foi considerado futurista, anti-heróico e pró-consumista, ao tirar sua inspiração da tecnologia para criar uma realidade nova, a qual foi expressa somente através de projetos hipotéticos. Seu nome referia-se a uma publicação contestatória de ficção científica em forma de *comic strips*, destinada a fazer propaganda comercial nos EUA que, através de um idealismo estético-tecnocrático, duas páginas e periodicidade irregular, trazia desenhos e manifestos *pop*. Seu maior defensor foi o crítico britânico Reynier Banham (1922-88), um dos responsáveis pela divulgação da revista e dos trabalhos do grupo, os quais propunham cidades fantásticas, transitórias e auto-reguláveis, que se diferenciavam das propostas metabolicistas por serem mais conceituais que concretas.

Seu principal objetivo não era o interesse profissional, mas a descoberta de uma linguagem contemporânea que resolvesse o brusco crescimento populacional e urbano através de megaestruturas neutras, feitas de materiais sintéticos e infláveis. A partir da fantasia tecnológica, que encontrava referências nos trabalhos futuristas do arquiteto italiano **Antonio Sant'Elia (1888-1916)** ou nas investigações tecnológicas de Buckminster Fuller (*geodésicas*) ou ainda nas tenso-estruturas do alemão **Frei Otto (1925-)**, seus ambientes urbanos – ou *computer cities* – eram caracterizados pela ênfase circulatória, disposições transitórias e robôs acionados por computadores. Seus trabalhos, bastante influenciados pela *Pop Art*, ofereciam uma visão sedutora de uma idade de máquina futura e fascinante, mas que deixava temas sociais e ambientais de lado.

Inicialmente formado por **Warren Chalk (1927-87)**, **Ron Herron (1930-95)**, **Dennis Crompton (1935-)**, **Peter Cook (1936-)**, **David Greene (1937-)** e **Mike Webb (1937-)**, sua primeira grande exposição denominou-se *Living City* (*Cidade Viva*), ocorrendo em 1963, a qual trouxe bastante polêmica ao ambiente londrino.

Os principais projetos de Cook foram a *Living Pod* e a *Capsule Tower* (1964/66), além das *Trickling Towers* e da *Layer City* (1978/82). Sua *Plug-in-City* (1964) constituía-se de uma grande trama, na qual as edificações em forma de “células” deveriam ser acopladas; as máquinas assumiriam o controle e às pessoas, transformadas em matéria-prima, restaria “apreciar a experiência”. Herron, por sua vez, contribuiu com as propostas da *Instant City* e da *Walking City* (1964/6), esta última uma cidade ambulante, surgida das cinzas de uma civilização pós-nuclear, formada por edifícios inteligentes na forma de cápsulas gigantes móveis. Seu formato derivava da combinação entre inseto e máquina, em uma interpretação literal da idéia de Le Corbusier de que a casa era uma “máquina de morar”.



### ECOTOPIA

A defesa do retorno do ser humano à natureza esteve sempre presente na evolução do pensamento utópico desde a Renascença, mas foi a partir da *Revolução Industrial* (1750-1830) e de suas conseqüências que passou a ser teorizada por meio dos ideais românticos e naturalistas, revestindo-se de uma força sem igual na década de 1960, quando o colapso do modelo econômico capitalista e a situação catastrófica das metrópoles pareciam inevitáveis (CASTELNOU, 2005).

➔ A palavra **ECOTOPIA** foi utilizada pela primeira vez em 1877 no livro *A crystal age* (*Uma era de cristal*), do ornitologista e escritor naturalista britânico, de origem argentina, **William H. Hudson (1841-1922)**, que ficou mais conhecido por seus romances exóticos, embora tenha escrito sobre ornitologia e ruralismo.

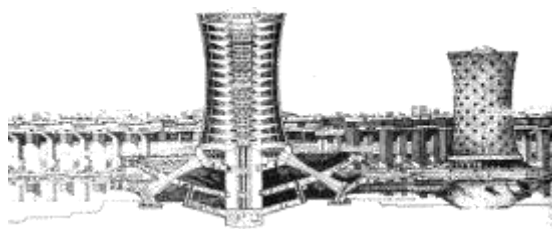
Com o despertar ecológico da década de 1970, a **ECOTOPIA** passou a ser uma das alternativas de postura em relação ao acelerado avanço da tecnologia e da sociedade de massa, fortemente marcada pelos mecanismos de alienação e consumo. Com bases literárias bastante fortes<sup>18</sup>, encontrou subsídios para se difundir como uma nova proposta de reintegração homem/natureza e do restabelecimento da harmonia ambiental.

→ Denominou-se **Back-to-the-land Movement** o fenômeno social que correu entre os anos 60 e 70 nos EUA que consistiu no aumento das migrações das cidades em direção ao campo, através de um forte êxodo urbano naquele país que coincidia com a *Contra-Cultura* e tinha forte apelo de bases contestatórias e literárias, incluindo as idéias pioneiras de **Henry D. Thoreau (1817-62)** e **Ralph Borsodi (1886-1977)**.

As pessoas começaram a achar que, vivendo na cidade ou subúrbio, faltava-lhes alguma familiaridade com os princípios básicos da vida, como as fontes naturais de alimentação ou um maior contato com a natureza. Além disso, recusavam alguns aspectos negativos da vida moderna, como consumismo em excesso; falhas do governo e sociedade, como a *Guerra do Vietnã* (1957/75); e preocupação crescente com a poluição. Somaram-se a isto o escândalo de *Watergate* e a crise energética de 1973.

<sup>18</sup> Em 1947, **Betty MacDonald (1908-58)** lançou *The egg and I*, que se tornaria um *bestseller* ao contar a história de sua mudança para uma pequena fazenda na *Olympic Peninsula*, no Estado de Washington; e, em 1948, o ecólogo **Aldo Leopold (1886-1948)** publicou *A Sand County Almanac*, uma profunda e comovente declaração ambientalista, que foi sucedida, seis anos depois, por *Living the good life* (1954), um livro que contava sobre a mudança de seus autores, o casal **Helen (1904-95)** e **Scott Nearing (1883-1983)**, para uma *cottage* na área rural de Vermont. Soma-se a isto o papel que tiveram os *Whole Earth Catalogs* (1968/72) escritos por **Stewart Brand (1938-)** e que se propunham a oferecer “instrumentos” (almanaques, ferramentas e implementos de jardinagem) para se alcançar uma vida “sustentável”. Em 1970, **Robert Heilbroner (1919-2005)** lançou *Ecological Armageddon*, que prenunciava, de alguma forma, os conturbados anos 70, quando a crise do petróleo abalou a ordem mundial. Depois, o lançamento de *Ecotopia* (1975), de **Ernest Callenbach (1929-)** marcaria definitivamente o início da utopia ecológica.

Rejeitando a resignação ou a luta, os *back-to-landers* aspiraram pela reconexão com o mundo natural, voltando a viver no campo e transformando-se em trabalhadores autônomos de uma indústria caseira, construindo sua própria casa e produzindo seu próprio alimento. Preferindo-se fontes energéticas alternativas, passaram a viver em comunidades agrárias, através de um sistema de trocas de bens e serviços, sem uso do dinheiro. Alguns desenvolviam atividades flexíveis, como escritor ou artista, enquanto outros mantinham empregos na cidade. Porém, a maioria estava despreparada para esse estilo de vida; e os problemas relacionados a custos – maquinário, sementes, suplementos e despesas domésticas –, acabaram forçando a volta para as cidades ou para as comunidades rurais mais próximas (COFFEY, 1996).



#### Paolo Soleri (1919-)

Arquiteto e urbanista visionário, de origem italiana, que, nos anos 70, cunhou o termo *arcology* (“arcologia”), resultado da junção das palavras “arquitetura” e “ecologia”, especialmente para descrever seu maior projeto, *Arcosanti*, um edifício suficientemente grande para manter uma ecologia interna, assim como uma alta densidade populacional. Seu conceito baseava-se na idéia de que a urbanização estaria reivindicando cada vez mais uma maior extensão da Terra, a qual deveria ser usada de forma mais sábia e menos impactante. Em *Arcology: the city in the image of man* (1970), descrevia os modos de compactação das cidades em três dimensões, combatendo as soluções propostas por planos bidimensionais.

Soleri estabeleceu-se nos EUA em 1956, abrindo seu estúdio *Cosanti* a 10 km de Phoenix, em Scottsdale, Arizona, no qual iniciou uma série de projetos baseados em princípios bioclimáticos. A partir de então, passou a perseguir as questões de imlosão humana e intensidade social mediante a densificação tridimensional em edificações visionárias, procurando maximizar a interação humana e os acessos a serviços, através de macroestruturas que minimizariam o uso de energias, materiais construtivos e impactos ambientais, além de se integrar à paisagem local.

Desde 1970, *Arcosanti*, seu experimento urbano contínuo para 6.000 pessoas, vem sendo construído, estando, em 2005, apenas 1% concluído, o que ocupa uma área de 25 acres, equivalendo a menos de 0,1% dos 4060 acres – ou 16 km<sup>2</sup> – previstos para o projeto final. Cerca de 50.000 pessoas visitam anualmente *Arcosanti*, cujos fundos retornam para a sua construção.

A partir dos anos 80, o desenvolvimento do movimento ambientalista, assim como a difusão da idéia de sustentabilidade urbana, fez se aumentar o interesse pela chamada **GREEN ARCHITECTURE**, a qual procura incorporar as preocupações com o desperdício energético, o reaproveitamento de resíduos e a reciclagem de materiais no projeto e construção, inclusive a nível urbano, fazendo crescer o eco-urbanismo.

→ Contribuiu para a consolidação do pensamento ecológico a crescente afirmação do **Ecovillage Movement**, que teve como um dos principais estopins a publicação em 1991 de *Ecovillages and sustainable communities*, de **Robert Gilman (1945-)**. Considerado um visionário, ele começou a difundir uma rede internacional de *ecovilas* ou “comunidades ecológicas” baseadas nas idéias de uma vida comunitária em harmonia com a natureza.

Por **ECOVILA** (*ecovillage*) entende-se um assentamento completo e em escala humana, no qual as atividades de produção e consumo estejam harmonicamente integradas ao mundo natural, de modo a possibilitar um desenvolvimento saudável e que permitam ser continuado prosperamente no futuro indefinido, consistindo no conceito-chave do ecotopismo contemporâneo. Seus maiores princípios seriam os seguintes:

- Independência da infra-estrutura e do modo de vida, o qual deve ser sustentável e baseado na “simplicidade voluntária” e na “cohabitação”, com um mínimo de troca com a área local exterior ou eco-região;
- Sustentabilidade baseada na agricultura orgânica, na auto-construção e em outras atividades que permitam a biodiversidade e a função ecossistêmica, incluindo “infra-estrutura verde”, edificações autônomas e alojamentos agrupados de modo a usar energia renovável e evitar desperdícios;
- Organização “eco-anarquista”, consistindo na produção e distribuição local de alimentos; trocas internas e incentivo moral para evitar consumo excessivo, além de governo baseado no consenso e escolhas que respeitem a diversidade.

Desses princípios gerais, organizaram-se inúmeras *ecovillages* em todo o mundo, como a de **Eartheaven**, fundada em 1994 na parte ocidental de North Carolina EUA, com cerca de 320 acres e 150 pessoas distribuídas em 50 moradias. Outras ainda estão em fase de implementação, como a proposta pela **ACE Incorporate** em NW Calgary, Alberta (Canadá), projetada em 2000 por **Jorg Ostrowski**, originalmente para Bear’s Paw.

## SURVIVALISMO

Movimento ecotopista surgido entre os anos 70 e 80 nos EUA, formado pelos auto-intitulados *survivalistas*, pessoas que, antecipando uma ruptura radical da sociedade local, regional ou mundial, propõe-se a tomar medidas visando “sobreviver” (*to survive*) a situações drásticas imprevisíveis. O termo nasceu do periódico *The Survival* (1975), publicado por **Karl Saxon**, além de vários artigos e livros – como *Famine and survival in America* (1974), de **Howard J. Ruff** –, que denunciariam os riscos contemporânea.

Embora tendo acesso às facilidades da vida moderna, os survivalistas preparam-se para uma eminente perda futura, tomando como bases acontecimentos históricos ou simplesmente se propondo a resistir em condições extremas, como em pleno mar ou sob um inverno intenso; ou ainda se oferecendo como voluntários para programas especiais do governo. As preocupações específicas de cada grupo survivalista dependem do tipo de risco a que se supõe estar correndo, enquadrando-se geralmente em três categorias: catástrofes naturais (furacões, terremotos, etc.); desastres de origem antrópica (guerras, atentados terroristas ou poluição radioativa) e colapsos na estrutura sócio-política (falta de combustível, água, comida, etc.).

## ECO-ANARQUISMO

Movimento ecotopista da década de 1990, cujas bases encontram-se no *anarquismo*, ou seja, no conjunto de teorias e correntes que defendem a abolição do governo e toda forma de hierarquia em prol de relações éticas fundadas na associação voluntária, cujos precursores foram o mutualismo de **Pierre-Joseph Proudhon (1809-65)**, o anarco-sindicalismo de **Mikhail A. Bakunin (1814-76)** e o anarco-comunismo de **Pietor Kropotkin (1842-1912)**.

A *green anarchy* fundamenta-se na rejeição da idéia de que a humanidade seria superior do restante do mundo natural, pregando a criação de comunidades projetadas para funcionar junto às forças da natureza: *ecovillages* de até 100 habitantes. Defendido por nomes como **Murray Bookchin (1921-)**, **John Zerzan (1943-)** e **Derrick Jensen (1960-)**, apóia os conceitos de fraternidade homem-fera, democracia bioregional e tribalismo, estes enunciados em *Ismael* (1991) e *New Tribal Revolution* (1997), livros de **Daniel Quinn (1935-)**, aos quais se associaram os ideais pós-68 de pacifismo e ecofeminismo.

Alguns dissidentes do grupo se autodenominaram *anarco-primitivistas*, passando a criticar todas as instituições de dominação que compõem a sociedade, cujo conjunto chamam genericamente de “civilização”, acabando por rejeitar o progresso tecnológico e negar completamente a chamada *green technology*, preferindo ao invés disso recursos baixos (*low*) ou nulos (*no-technology*).



## CONCLUSÕES

Atualmente, as atividades de **desenho urbano e planejamento regional** são de fundamental importância, assim como a revalorização dos núcleos urbanos é um fato incontestável. Hoje em dia, a população urbana mundial está crescendo à razão de cerca de 7% ao ano, o que faz com que as discussões nesta área se tornem prioritárias.

→ Devido à consolidação de novas centralidades, a intensificação dos fluxos financeiros, a liberalização das trocas comerciais e os progressos tecnológicos em comunicação, conduziram ao surgimento da nova divisão de trabalho entre produção e consumo em nível global, o que determinou a afirmação de cidades-centros sub-regionais e mundiais.

As metrópoles de hoje são simultaneamente importantes centros de decisão, de inovação tecnológica e de produção e consumo, além de locais atraentes para sediar eventos internacionais e receber grandes fluxos de visitantes. Os processos mais convencionais de *urban planning*, os quais eram concebidos com metas rígidas e dependentes da inversão de recursos públicos, não mais atendem essa realidade complexa e em constante transformação em todo o mundo.

Neste início de milênio, os novos paradigmas que surgem na área do urbanismo constituem-se em:

- a) A associação entre os setores público e privado no financiamento, execução e gestão dos novos sistemas de transporte, saneamento e serviços sociais, devido aos elevados recursos necessários à modernização de infra-estrutura;
- b) A conservação e remodelação de áreas degradadas, tais como docas portuárias e zonas industriais desativadas, reestruturando-as para receberem modernas instalações residenciais, centros de eventos e complexos multifuncionais;
- c) A regeneração de antigos centros históricos por meio da introdução de equipamentos culturais, além da preservação de áreas verdes e de locais de interesse turístico, procurando-se integrar espaços de trabalho, moradia, lazer e cultura.

Resolver a congestão e a poluição dos núcleos centrais das grandes cidades é um dos pontos críticos dos atuais planos de revitalização urbana, nos quais se tornaram prioritários a relocação de indústrias poluentes e a substituição de sistemas caducos de transporte coletivo.

→ **O planejamento alternativo** – que é, ao mesmo tempo, *ambiental, estratégico e participativo* – associa-se à mais avançada tecnologia de construção no intuito de afirmar um novo espírito de modernidade, reflexo do progresso atual e da criação de uma nova **IMAGEM URBANA** (como exemplos: as reformas urbanas dos últimos 15 anos de cidades como Barcelona, Bilbao, Shanghai, etc.) (SOUZA, 2002; 2003).

PLANEJAMENTO URBANO CONVENCIONAL	PLANEJAMENTO URBANO ALTERNATIVO
<p>Busca a racionalidade e a ordem, adequando-se às exigências do capitalismo comercial/industrial.</p> <p>Separa rigidamente as funções urbanas (<i>zoning</i>) de habitar, produzir, circular e recrear-se.</p> <p>Entende-se como o <i>momento</i> de elaboração de um documento técnico (plano).</p> <p>Ignora que a realidade é marcada por conflitos, servindo como ferramenta de criação de <i>harmonias</i> artificiais, com base puramente na racionalidade técnica (impositivo).</p>	<p>Busca a justiça social como prioridade máxima.</p> <p>Distribui melhor a infra-estrutura e os serviços públicos para minimizar a segregação residencial e facilitar o acesso aos equipamentos.</p> <p>Compreende-se como o <i>processo</i> de elaboração, atualização e revisão de diretrizes técnico-políticas, cuja implementação deve ser acompanhada.</p> <p>Procura explicitar os conflitos, funcionando como instrumento orientador da negociação política em torno dos destinos da cidade (participativo).</p>

Nesta transformação das teorias e práticas urbanas, verifica-se o importante papel exercido pelos *movimentos sociais urbanos*, cujas reivindicações, contrapondo-se aos interesses imobiliários, lutam pela proteção de conjuntos históricos, sítios sagrados e/ou áreas naturais de conservação. Há uma forte ligação entre os movimentos ecológicos e os de preservação de patrimônio histórico e cultural, especialmente a partir dos anos 70 e 80, cujas ações vieram se integrar à busca da **SUSTENTABILIDADE**.

Recentemente, o conceito da cidade passou a ser de um **ORGANISMO VIVO**; ou ainda como um “gigantesco animal imóvel que consome oxigênio, água, combustíveis, energia e alimentos; e excreta despejos orgânicos e gases poluentes, o qual não sobrevive sem a entrada, nesse complexo sistema, dos recursos naturais dos quais depende”<sup>19</sup>.

→ Trata-se de um **ECOSSISTEMA** que tende a uma complexidade natural decrescente e a um aumento cada vez maior de elementos e estruturas artificiais. É um sistema autocontido, porém não fechado, e altamente inter-relacionado, formado por elementos naturais e antrópicos, em distintas combinações.

A cidade difere-se dos ecossistemas heterotróficos comuns por apresentar um metabolismo muito mais intenso por unidade de área, exigindo um influxo maior de insumos energéticos e grande necessidade de entrada de materiais, com dispersão significativa de energia.

→ Nos aglomerados urbanos, a intervenção humana causa profunda modificação do biótopo natural, substituindo-se a comunidade biótica anterior e diversificada por outra com dominância humana (*antropocenose*); e mudando substancialmente as inter-relações dos organismos e meio.

O **MEIO AMBIENTE URBANO** consiste na organização dos significados, do espaço e do tempo dentro da cidade, sendo extensão do meio ambiente natural. Esta organização depende de valores e normas de diferentes grupos, pois há diversas formas de compreender e classificar o espaço urbano, o que influencia nas expectativas, comportamentos e significados das pessoas.

Segundo GILBERT (1989); os elementos que compõem o ecossistema urbano são:

- a) **CLIMA E AR:** o adensamento de volumes construídos provoca uma série de alterações microclimáticas, envolvendo características de temperatura (formação de “ilhas de calor”), precipitação, umidade relativa do ar, nebulosidade, radiação, regime de ventos, etc. A emissão de poluentes gasosos e de materiais particulados à atmosfera gera a deterioração da qualidade atmosférica, assim como a geração intensa de ruídos conduz à poluição sonora.
- b) **ÁGUA, SOLO E SUBSOLO:** alterações da água superficial e subterrânea são determinadas pela impermeabilização extensiva do solo, rebaixamento do lençol freático e emissão de poluentes hídricos. As transformações da conformação original da superfície, as modificações nos níveis de consistência, a compactação e a transmissividade hidráulica do solo, além da emissão de poluentes edáficos, promovem alterações físicas, químicas e biológicas do solo e subsolo.
- c) **FAUNA E FLORA:** a redução da diversidade biológica pela eliminação gradativa da *flora* nativa é uma das principais características do ecossistema urbano. A *fauna* urbana é normalmente remanescente de comunidades primitivas, com componentes animais mais generalistas devido ao alto grau de modificação dos ecossistemas naturais. Caracterizam-se por um elevado grau de *sinantropismo*, apresentando elementos com potencial de transmissão de zoonoses.
- d) **ASPECTOS TERRITORIAIS:** relacionam-se ao uso (aspecto qualitativo) e ocupação (aspecto quantitativo) do solo e à infraestrutura e serviços urbanos. Quanto ao primeiro aspecto, verifica-se que a multiplicação dos elementos construídos e atividades no ambiente urbano propicia o desconforto ambiental das edificações, a degradação da paisagem e a poluição visual. Em relação à **infra-estrutura e serviços urbanos**, a expansão da cidade e o crescimento da população provocam uma pressão constante que determina a tendência à deficiência dos sistemas. No *sistema de circulação* (sistema viário e transportes), são crescentes as dificuldades de deslocamento pelo aumento progressivo da intensidade de fluxos. No *sistema de saneamento* são várias as insuficiências, com a impermeabilização excessiva do solo, erosão e inundações comprometendo a drenagem urbana; a degradação de mananciais provocando reflexos imediatos no abastecimento d’água; o acréscimo constante de efluentes líquidos orgânicos pressionando o esgotamento sanitário; e a quantidade crescente de lixo saturando as condições de coleta, tratamento e

<sup>19</sup> BOYDEN, S.; MILLAR, S.; NEWCOMBE, K.; O’NEIL, B. **The ecology of a city and its people**. Canberra: Australian National University, 1981. 437p.

disposição final de resíduos sólidos. No *sistema de energia*, verifica-se o acentuado desperdício e a crescente importação de eletricidade e de insumos para fins térmicos (combustíveis fósseis e vegetais); e, nos *sistemas de comunicações*, através de seus meios indiretos, há a redução da diversidade de formas de sociabilidade.

- e) **ASPECTOS SOCIAIS:** referem-se principalmente à população e aos equipamentos e serviços sociais. Nas cidades, ao mesmo tempo em que há a tendência ao crescimento e à concentração populacional, os **equipamentos e serviços sociais** (educação e atendimento infantil, saúde, assistência social e previdência, abastecimento alimentar, segurança, cultura e lazer, habitação) oscilam entre a otimização e a deficiência, esta provocada pelo aumento das necessidades, que são pressionadas por demandas crescentes.
- f) **ASPECTOS ECONÔMICOS:** relacionam-se aos setores produtivos e as características de renda e ocupação. Os **setores produtivos** nos grandes centros urbanos são especialmente representados pelo secundário e pelo terciário. Em situações especiais, ainda é marcante o terciário superior. A concentração urbana e suas relações regionais promovem a chamada economia de escala. Entretanto, em casos de superação de limites de atendimento de infra-estrutura e serviços, pode-se atingir a própria deseconomia de escala em áreas urbanas. Determinadas cidades deparam-se com a concentração da pobreza e com falta de *ocupação* (desemprego), na maioria das vezes associados à maior estratificação da *renda*.
- g) **ASPECTOS INSTITUCIONAIS:** ligam-se às condições dos setores públicos e dos instrumentos normativos e legais de gestão das cidades. Quanto mais complexa se torna a estrutura urbana, presenciam-se problemas variados nos setores públicos, principalmente de administração e finanças, em especial pela baixa capacidade de gestão de seus responsáveis diretos. Além disso, muitas vezes ocorrem conflitos entre os *instrumentos normativos e legais específicos*, além da falta de adequada aderência às características locais.

Sobre a cidade do futuro, segundo FERRARI (1991), o **URBANISMO** (*urbe*; cidade) tende agora para o **ORBANISMO** (*orbe*; mundo), já que cada vez mais o antagonismo entre cidade e campo vem gradativamente desaparecendo para dar lugar a um planeta praticamente todo urbanizado.

Das críticas ao planejamento urbano moderno – então denominado *convencional* ou *radical* – principalmente devido ao seu desapego pelas características físicas e históricas dos conjuntos pré-existentes, visível na maioria expressiva dos projetos de renovação urbana do segundo pós-guerra, nasceu neste início de século o **PLANEJAMENTO ALTERNATIVO**, mais interessado no impacto dos empreendimentos sobre o meio ambiente e a vida das comunidades, assim como na própria qualidade dos espaços urbanos e arquitetura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. 5a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 280p.
- BENEVOLO, L. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Presença, 1994. 172p.
- \_\_\_\_\_. **Diseño de la ciudad**. 3a. ed. Barcelona: Gustavo Gilli, v. I, 1982. 248p.
- \_\_\_\_\_. **História da arquitetura moderna**. 3a. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998. 813p.
- \_\_\_\_\_. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2001. 730p.
- \_\_\_\_\_. **Historia de la arquitectura del Renacimiento**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1981. 552p.
- BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 4a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. 398p.
- CAMPUS VENUTI, G. **La terza generazione dell'urbanistica**. Milano: Franco Angeli, 1994. 224p.
- CARANDELL, J. M. **Las utopías**. Barcelona: Salvat, 1974. 117p.
- CASTELNOU, A. M. N. **Ecotopias urbanas**. Curitiba: Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento – UFPR, 2005. 519p.
- CHILDE, G. **Evolução cultural do homem**. 5a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981. 232p.
- CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidade**. São Paulo: Perspectiva, Col. Estudos, Série Urbanismo, n. 67, 1998. 352p.
- CIUCCI, G.; DAL CO, F.; MANEIRI-ELIA, M.; TAFURI, M. **La ciudad americana: de la guerra civil al New Deal**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1975. 534p.

- COFFEY, R. A. **Bogtrotter: notes from a North Country Cabin.** Boston Mass.: MSP Books, 1996. 149p.
- DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento.** São Paulo: Pini, 1999. 200p.
- ELLIN, N. **Postmodern urbanism.** Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 1999. 348p.
- FERRARI, C. **Curso de planejamento municipal integrado.** 7a. ed. São Paulo: Pioneira, 1991. 631p.
- FRIEDEN, B. J.; SAGALYN, L. B. **Downtown Inc.: how America rebuilds cities.** Cambridge MA: M.I.T. Press, 1989. 516p.
- GHIRARDO, D. **Architecture after modernism.** London: Thames & Hudson, 1996. 240p.
- GILBERT, O. L. **The ecology of urban habitats.** New York: Chapman and Hall, 1989. 195p.
- GOITIA, F. C. **Breve história do urbanismo.** 5a. ed. Lisboa: Presença, 2003. 209p.
- GUIMARÃES, P. P. **Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização.** São Paulo: ProLivros, 2004. 260p.
- HALL, P. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX.** 2a. ed. São Paulo: Perspectiva, Série Urbanismo, Col. Estudos, n. 123, 2002. 578p.
- JELICOE, G.; JELICOE, S. **El paisaje del hombre: la conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días.** Barcelona: Gustavo Gili, 1995. 408p.
- JORDAN, R. F. **História da arquitectura no ocidente.** São Paulo: Verbo, 1979. 337p.
- KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade.** Brasília: Universidade de Brasília - UnB, 1996. 256p.
- \_\_\_\_\_. *Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar.* In: FARRET, R. L. et al. (Org.). **O espaço da cidade: contribuição à análise urbana.** São Paulo: Projeto, 1985:15-72.
- KOSTOF, S. **The city shaped: urban patterns and meanings through history.** London: Thames & Hudson, 1991. 352p.
- LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** 2a. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 590p.
- LEMONS, C. A. **Arquitetura brasileira.** São Paulo: Melhoramentos, 1979. 87p.
- MACHADO, L. G. **Barroco mineiro.** 4a. ed. São Paulo: Perspectiva, Col. Debates, n. 11, 2003. 440p.
- MANGUEL, A.; GUADALUPI, G. **Dicionário de lugares imaginários.** Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 494p.
- MARX, M. **Cidade brasileira.** São Paulo: Melhoramentos, 1980. 171p.
- MONTANER, J. M.. **Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX.** Barcelona: Gustavo Gili, 2002. 272p.
- MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente.** Rio de Janeiro: ABES, 1999. 352p.
- MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.** 5a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 742p.
- NORBERG-SCHULZ, C. **Arquitetura ocidental.** Barcelona: G. Gili, 1983. 240p.
- PEVSNER, N. **Panorama da arquitetura ocidental.** São Paulo: Martins Fontes, 1988. 470p.
- PIRENNE, H. **As cidades da Idade Média.** Lisboa: Europa-América, 1997. 182p.
- PORTOGHESI, P. **Depois da arquitetura moderna.** São Paulo: M. Fontes, 2002. 310p.
- REIS FILHO, N. G. **Evolução urbana do Brasil.** São Paulo: Livraria Pioneira, 1968. 235p.
- \_\_\_\_\_. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 10a. ed. São Paulo: Perspectiva, Col. Debates, n. 18, 2004. 212p.
- RELPH, E. C. **A paisagem urbana moderna.** Lisboa: Edições 70, Col. Arquitetura & Urbanismo, 2002. 245p.
- ROSENAU, H. **A cidade ideal: evolução arquitectónica na Europa.** Lisboa: Presença, 1988. p.201.
- ROSSI, A. **A arquitetura da cidade.** 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 309p.
- SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 189p.
- \_\_\_\_\_. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 560p.
- SUBIRÓS, P. **Ciutat real, ciutat ideal.** Barcelona: CCCB, 1998. 223p.
- TAFURI, M. **Projecto e utopia: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo.** Lisboa: Presença, Col. Dimensões, 1997. 125p.
- WRENN, D. M. **Urban waterfront development.** Washington: The Urban Land Institute, 1983. 367p.
- ZEVI, B. **História da arquitetura moderna.** Lisboa: Arcádia, vol. 02, 1979. 58